



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO FEDERAL DO RS
2014 – 2018**

Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 117, de 16 de dezembro de 2014.

Bento Gonçalves, dezembro de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

CONSELHO SUPERIOR - CONSUP

Representantes da sociedade civil

sem representante

Representantes dos egressos

sem representante

Representantes dos servidores docentes

Câmpus Bento Gonçalves: Jorge Nunes Portela

Câmpus Canoas: Cláudio Antonio Cardoso Leite

Câmpus Caxias do Sul: Rudinei Fiorio

Câmpus Erechim: Júlio César dos Santos

Câmpus Farroupilha: Caren Fulginiti da Silva

Câmpus Feliz: Túlio Lima Baségio

Câmpus Ibirubá: Marcos Paulo Ludwig

Câmpus Osório: Maíra Baé Baladão Vieira

Câmpus Porto Alegre: Márcia Amaral Correa de Moraes

Câmpus Restinga: Roben Castagna Lunardi

Câmpus Rio Grande: Javier Garcia Lopez

Câmpus Sertão: Leila de Almeida Castillo Label

Representantes dos servidores técnico-administrativos

Câmpus Bento Gonçalves: Gelson Lagni

Câmpus Canoas: Marcos Dias Mathies

Câmpus Caxias do Sul: Valdinei Marcolla

Câmpus Erechim: Régis Nogara dos Reis

Câmpus Farroupilha: Lucas Coradini

Câmpus Feliz: Núbia Marta Laux

Câmpus Ibirubá: Mauricio Lopes Lima

Câmpus Osório: Ademilson Marcos Tonin

Câmpus Porto Alegre: Douglas Neves Ricalde

Câmpus Restinga: Márcia Pereira Pedroso

Câmpus Rio Grande: Paulo Roberto Garcia Dickel

Câmpus Sertão: Elias José Camargo

Representantes dos discentes

Câmpus Bento Gonçalves: Gabriel Zanon

Câmpus Canoas: Diego Canto Rodrigues

Câmpus Caxias do Sul: sem representante

Câmpus Erechim: Edemar Pedroso

Câmpus Farroupilha: Bianca Bangemann

Câmpus Feliz: Margô Eloisa Veit Winter

Câmpus Ibirubá: Rafael Rotta

Câmpus Osório: Claiton Luiz dos Santos da Rosa

Câmpus Porto Alegre: Luis César Corrêa da Silva

Câmpus Restinga: Juarez Santos Alves

Câmpus Rio Grande: Keller Matos Rocha

Câmpus Sertão: Álvaro Cecchin

Representante do Ministério da Educação

Carla Comerlato Jardim – IFFarroupilha

Membros Natos

Todos os diretores-gerais dos Câmpus do IFRS

Cláudia Schiedeck Soares de Souza – Reitora do IFRS e PRESIDENTE

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IFRS

Reitora

Claúdia Schiedeck Soares de Souza

Pró-Reitor de Administração

Giovani Silveira Petiz

Pró-Reitora de Extensão

Viviane Silva Ramos

Pró-Reitor de Ensino

Amilton de Moura Figueiredo

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Julio Xandro Heck

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Oswaldo Casares Pinto

Diretor Geral do Câmpus Alvorada

Fábio Marçal

Diretor Geral do Câmpus Bento Gonçalves

Luciano Manfroi

Diretor Geral do Câmpus Canoas

Mariano Nicolao

Diretora Geral do Câmpus Caxias do Sul

Tatiana Weber

Diretor Geral do Câmpus Erechim

Eduardo Angonesi Predebon

Diretor Geral do Câmpus Farroupilha

Ivan Jorge Gabe

Diretor Geral do Câmpus Feliz

Giovani Forgiarini Aiub

Diretora Geral do Câmpus Ibirubá

Migacir Trindade Duarte Flôres

Diretor Geral do Câmpus Osório

Roberto Saouaya

Diretor Geral do Câmpus Porto Alegre

Paulo Roberto Sangoi

Diretor Geral do Câmpus Restinga

Gleison Samuel do Nascimento

Diretor Geral do Câmpus Rio Grande

Luiz Angelo Sobreiro Bulla

Diretor Geral Câmpus Rolante

Jesus Rosemar Borges

Diretor Geral do Câmpus Sertão

Lenir Antônio Hannecker

Diretor Geral Câmpus Vacaria

Gilberto Luiz Putti

Diretor Geral Câmpus Veranópolis

Fabio Augusto Marin

Diretor Geral Câmpus Viamão

Alexandre Martins Vidor

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI-IFRS-2014-2018

COMISSÃO CENTRAL

Fabício Sobrosa Affeldt – PRODI (Presidente)

Osvaldo Casares Pinto-PRODI

Luís Cláudio Gubert - CODI

Lucia de Moraes Batista - CODI

Daiane Boff - COEN

Clarice Monteiro Escott - COPPI

Thais Teixeira da Silva - COEX

Márcio dos Santos - COAD

Amilton Figueiredo - Reitoria

Giovani Flogiarini Aiub – Diretores Gerais

Luís Carlos de Oliveira – CONSUP - Discentes

Roben Castagna Lunardi – CONSUP - Docentes

Marcos Mathies - Tecnicos Administrativos em Educação

COMISSÕES TEMÁTICAS

Perfil Institucional

Fabício Sobrosa Affedt
Lisiane Bender da Silveira
Rafael Coelho

Planejamento Estratégico

Fabício Sobrosa Affeldt
Anelise Foschiera
Fabio Rios Kwecko

PPI

Clarice Monteiro Escott
Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral
Márcia Amaral Corrêa de Moraes
Thais Teixeira da Silva
Vinicius Lima Lousada

Organização Didático-Pedagógica

Clarice Monteiro Escott
Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral
Márcia Amaral Corrêa de Moraes
Getulio Jorge Stefanello Júnior

Plano de Ofertas de Cursos e Vagas

Roben Castagna Lunardi

Giovani Forgiarini Aiub

Lucia de Moraes Batista

Luís Cláudio Gubert

Ivan Jorge Gabe

Getulio Jorge Stefanello Júnior

Rodrigo Ernesto Schroer

Plano Diretor de Infraestrutura Física

Oswaldo Casares Pinto

Sérgio Wesner Viana

Milene Gehling Liska

Organização e Gestão de Pessoal

Fabício Sobrosa Affeldt

Anelise Foschiera

Conceição Aparecida Gonçalves Destro

Políticas de Atendimento aos Discentes

Bruna Poletto Salton

Getulio Jorge Stefanello Júnior

Rodrigo Ernesto Schroer

Organização Administrativa

Fabício Sobrosa Affeldt

Leonardo da Silva Cezarini

Marcos Mathies

Gerson Rafael Juchem

Políticas de EaD

Lizandra Brasil Estabel

Eduardo Wenzel Brião

Franck Joy Almeida

Alexandre Jesus da Silva Machado

Capacidade e Sustentabilidade Financeira

Gerson Rafael Juchem

Rosane Fabris

Anelise Foschiera

Luiz Antonio Hining

Márcio dos Santos

Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Clarice Monteiro Escott

André Marcelo Schneider

Leonardo da Silva Cezarini

Márcia Amaral Corrêa de Moraes

Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral

SUMÁRIO

SUMÁRIO	11
APRESENTAÇÃO	15
1. PERFIL INSTITUCIONAL	17
1.1 <i>Natureza Institucional</i>	17
1.2 <i>Missão, Visão e Princípios do IFRS</i>	18
1.2.1 <i>Missão do IFRS</i>	18
1.2.2 <i>Visão Institucional</i>	19
1.2.3 <i>Princípios</i>	19
1.3 <i>Áreas de Atuação Acadêmica</i>	21
1.3.1 <i>Educação Profissional Técnica de Nível Médio</i>	25
1.3.2 <i>Educação de Jovens e Adultos</i>	27
1.3.3 <i>Graduação</i>	29
1.4 <i>Inserção Regional</i>	30
1.5 <i>Caracterização Sócio-econômica e Educacional das Áreas de Abrangência</i>	31
1.6 <i>Reitoria</i>	32
1.7 <i>Histórico do Câmpus Alvorada</i>	33
1.8 <i>Histórico do Câmpus Bento Gonçalves</i>	35
1.9 <i>Histórico do Câmpus Canoas</i>	37
1.10 <i>Histórico do Câmpus Caxias do Sul</i>	40
1.11 <i>Histórico do Câmpus Erechim</i>	41
1.12 <i>Histórico do Câmpus Farroupilha</i>	44
1.13 <i>Histórico do Câmpus Feliz</i>	46
1.14 <i>Histórico do Câmpus Ibirubá</i>	48
1.15 <i>Histórico do Câmpus Osório</i>	50
1.16 <i>Histórico do Câmpus Porto Alegre</i>	52
1.17 <i>Histórico do Câmpus Restinga</i>	56
1.18 <i>Histórico do Câmpus Rio Grande</i>	59
1.19 <i>Histórico do Câmpus Rolante</i>	62
1.20 <i>Histórico do Câmpus Sertão</i>	64
1.21 <i>Histórico do Câmpus Vacaria</i>	66
1.22 <i>Histórico do Câmpus Veranópolis</i>	67
1.23 <i>Histórico do Câmpus Viamão</i>	69
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO	71
2.1 <i>Metodologia de Planejamento</i>	72
2.2 <i>Análise do Ambiente Interno e Externo</i>	79
2.2.1 <i>Análise do Ambiente Interno</i>	79
2.2.2 <i>Análise do Ambiente Externo</i>	82
2.3 <i>Objetivos estratégicos e metas</i>	85
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI	97
3.1 <i>O Sentido do PPI</i>	97
3.2 <i>Dimensão Político–Pedagógica</i>	99
3.2.1 <i>Ser humano, sociedade e educação</i>	99
3.2.2 <i>Contexto atual do Mundo do Trabalho</i>	101
3.3 <i>Gestão Democrática</i>	102
3.3.1 <i>Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	105
3.3.2 <i>Estrutura Organizacional do Ensino, da Pesquisa e da Extensão</i>	106
3.4 <i>Políticas de Ensino</i>	107
3.4.1 <i>O Compromisso com a Educação Profissional</i>	107
3.4.2 <i>A verticalização do Ensino</i>	109

3.4.3	<i> Currículo</i>	110
3.4.4	<i> Avaliação</i>	111
3.4.5	<i> Inclusão, acesso, permanência e êxito</i>	112
3.4.5.1	<i> Inclusão</i>	112
3.4.5.2	<i> Acesso</i>	114
3.4.5.3	<i> Permanência e êxito</i>	114
3.4.5.4	<i> Inovações consideradas significativas, dos componentes curriculares</i>	115
3.4.5.5	<i> Atividades práticas e estágio</i>	116
3.4.5.6	<i> Perfil do egresso</i>	118
3.4.6	<i> Políticas de Pesquisa e Inovação</i>	119
3.5	<i> Políticas de Pós-Graduação</i>	123
3.6	<i> Políticas de Extensão</i>	125
3.6.1	<i> Extensão e Prática Profissionalizante</i>	126
3.7	<i> Níveis e Modalidades de Ensino</i>	128
3.8	<i> Formação Inicial e Continuada</i>	128
3.9	<i> Responsabilidade Social</i>	129
3.10	<i> Avaliação Institucional</i>	130
3.11	<i> Utopias</i>	131
4.	 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA	133
5.	 CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS	134
5.1	<i> Plano de Oferta Presencial</i>	136
5.1.1	<i> Plano de Ampliação da Oferta de Cursos Técnicos</i>	136
5.1.2	<i> Plano de Ampliação da Oferta de Cursos Superiores</i>	139
5.1.3	<i> Plano de Ampliação da Oferta de Pós-Graduações</i>	141
5.1.4	<i> Plano de Oferta dos Câmpus em Implantação</i>	143
6.	 PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA	145
6.1	<i> Plano Diretor</i>	146
6.1.1	<i> Diretrizes Básicas</i>	146
6.2	<i> Estrutura Física Atual do IFRS</i>	148
6.2.1	<i> Câmpus Bento Gonçalves</i>	148
6.2.2	<i> Câmpus Canoas</i>	148
6.2.3	<i> Câmpus Caxias do Sul</i>	149
6.2.4	<i> Câmpus Erechim</i>	149
6.2.5	<i> Câmpus Farroupilha</i>	149
6.2.6	<i> Câmpus Feliz</i>	149
6.2.7	<i> Câmpus Ibirubá</i>	150
6.2.8	<i> Câmpus Osório</i>	150
6.2.9	<i> Câmpus Porto Alegre</i>	150
6.2.10	<i> Câmpus Restinga</i>	151
6.2.11	<i> Câmpus Rio Grande</i>	151
6.2.12	<i> Câmpus Sertão</i>	152
6.3	<i> Área Total dos Terrenos e Área Construída</i>	153
6.3.1	<i> Área dos terrenos</i>	153
6.3.2	<i> Área construída</i>	154
6.4	<i> Infraestrutura Acadêmica</i>	155
6.4.1	<i> Infraestrutura de Salas de Aula</i>	155
6.4.2	<i> Infraestrutura de Salas de Docentes, Reuniões e Gabinetes</i>	157
6.4.3	<i> Infraestrutura de Laboratórios</i>	159
6.5	<i> Infraestrutura de Estacionamento</i>	167
6.6	<i> Infraestrutura de Bibliotecas</i>	167
6.6.1	<i> Sistema de Bibliotecas do IFRS</i>	167
6.6.1.1	<i> Infraestrutura das Bibliotecas</i>	168
6.6.1.2	<i> Quadro de Servidores</i>	169
6.6.1.3	<i> Horário de funcionamento</i>	170

6.6.1.4	Acervo	171
6.6.1.5	Serviços Prestados	172
6.6.1.6	Ações propostas pelo SiBIFRS.....	173
6.7	Ampliação da Infraestrutura Física.....	174
6.7.1	Câmpus Bento Gonçalves.....	174
6.7.2	Câmpus Canoas.....	174
6.7.3	Câmpus Caxias do Sul.....	175
6.7.4	Câmpus Erechim	176
6.7.5	Câmpus Farroupilha	176
6.7.6	Câmpus Feliz.....	177
6.7.7	Câmpus Ibirubá	177
6.7.8	Câmpus Osório.....	178
6.7.9	Câmpus Porto Alegre	178
6.7.10	Câmpus Restinga.....	179
6.7.11	Câmpus Rio Grande.....	179
6.7.12	Câmpus Sertão	180
6.7.13	Reitoria	181
6.7.14	Câmpus em Implantação - Alvorada.....	181
6.7.15	Câmpus em Implantação - Rolante.....	182
6.7.16	Câmpus em Implantação - Vacaria.....	183
6.7.17	Câmpus em Implantação - Veranópolis.....	184
6.7.18	Câmpus em Implantação - Viamão.....	184
7.	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	186
7.1	Políticas de Gestão de Pessoas.....	186
7.2	Planos de Carreira e programas de capacitação	186
7.3	Carreira Docente	187
7.3.1	Plano Consolidado de Ampliação do Quadro Docente.....	189
7.4	Carreira Técnico-Administrativos em Educação (TAE).....	189
7.4.1	Plano Consolidado de Ampliação do Quadro de Técnicos Adiministrativos.....	191
7.5	Programas de Saúde.....	192
8.	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	193
8.1	Política de Ingresso Discente	193
8.2	Política de Assistência Estudantil.....	193
8.2.1	Estrutura	194
8.2.1.1	Estrutura Atual.....	194
8.2.1.2	Estrutura Mínima Proposta.....	195
8.2.1.3	Metas para os próximos anos.....	196
8.2.2	Comunicação.....	197
8.2.2.1	Comunicação Atual	197
8.2.2.2	Estrutura mínima de Comunicação.....	197
8.2.2.3	Metas para os próximos anos.....	198
8.2.3	Indicadores de Assistência Estudantil.....	199
8.2.3.1	Indicadores Atuais.....	199
8.2.3.2	Indicadores Propostos.....	199
8.2.3.3	Metas para os próximos anos	200
8.2.4	Oferta de Auxílios	201
8.2.4.1	Oferta de Auxílios em 2013.....	201
8.2.4.2	Metas Propostas	202
8.3	Organização Estudantil	204
8.4	Política de Egressos.....	204
8.5	Política de Ações Afirmativas (PAF).....	205
9.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	214
9.1	Estrutura de Governança do IFRS	217
9.1.1	Órgãos Colegiados.....	218

9.1.2	Comitês.....	219
9.1.3	Comissões.....	220
9.1.4	Unidade de Auditoria interna.....	221
9.1.5	Procuradoria Jurídica.....	222
9.2	Estrutura Multicâmpus.....	222
9.3	Organograma Funcional.....	224
9.3.1	Pró-Reitoria de Administração – PROAD.....	224
9.3.2	Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.....	225
9.3.3	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPPi.....	226
9.3.4	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.....	226
9.3.5	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI.....	227
9.3.6	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP.....	229
9.3.7	Estrutura dos Câmpus.....	230
9.4	RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS NACIONAIS.....	231
9.5	RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	233
10.	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	238
10.1	Plano de Oferta de Educação a Distância (EAD).....	238
10.1.1	Plano de Ampliação da Oferta EAD – Cursos Técnicos.....	238
10.1.2	Plano de Ampliação da Oferta EAD – Cursos Superiores.....	239
10.1.3	Plano de Ampliação da Oferta EAD – Pós-Graduações.....	239
11.	CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	241
11.1	Matriz Geral.....	241
11.1.1	Matriz Geral - Pré-expansão.....	242
11.1.2	Matriz Geral - Expansão.....	242
11.1.3	Matriz Geral - Reitoria.....	243
11.1.4	Matriz Geral – EAD.....	243
11.1.5	Matriz Geral – Assistência Estudantil.....	244
11.1.6	Matriz Geral – Pesquisa Aplicada.....	244
11.2	Previsão Orçamentária.....	245
11.2.1	Metodologia Utilizada.....	246
11.3	Estratégias de Gestão Econômico-financeira.....	246
12.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	248
12.1	Objetivos do Programa de Autoavaliação.....	250
12.2	O Programa de Autoavaliação do IFRS – PAIFRS e o SINAES.....	251
12.3	Instrumentos de autoavaliação.....	252
12.3.1	Autoavaliação Institucional – Comunidade Interna.....	253
12.3.2	Autoavaliação do Curso.....	253
12.3.3	Autoavaliação Discente.....	253
12.3.4	Avaliação pela Comunidade Externa.....	254
12.3.5	Avaliação Docente.....	254
12.3.6	Avaliação de Egressos.....	254
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	255
	REFERÊNCIAS.....	256

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – é uma autarquia, tendo sido criado através da Lei 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão. Com a publicação da Lei, as escolas técnicas vinculadas à UFRGS e à FURG também passaram a integrar o IFRS .

Através da Portaria n.º 4, de 06 de janeiro de 2009, foi estabelecida a relação inicial dos câmpus que fariam parte do IFRS: Bento Gonçalves, Porto Alegre, Porto Alegre-Restinga, Sertão, Canoas, Caxias do Sul, Osório, Erechim e Rio Grande. Passaram a fazer parte da instituição mais três Câmpus, federalizados: Farroupilha, Feliz e Ibirubá. Como parte da continuidade do plano de expansão da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, o IFRS contará com mais cinco novos Câmpus, que irão abranger os municípios de: Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Existe, ainda, a possibilidade da ampliação do número de municípios atendidos pelo IFRS, com a abertura de uma unidade em Guaíba¹.

O IFRS tem como órgão gestor central a Reitoria, composta por cinco Pró-reitorias: Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Administração, de Pró-reitoria Desenvolvimento Institucional e Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS para o período 2014 – 2018 apresenta uma estruturação prática e objetiva para o atendimento dos propósitos que nortearão as ações da gestão da Reitoria e de todos os Câmpus que o compõem, tendo sido criado a partir de um método democrático. A elaboração deste plano envolveu a participação de toda a comunidade acadêmica, sendo as definições técnicas, tecnológicas e humanas propostas, atentas às necessidades da sociedade brasileira, em geral, e às necessidades específicas dos locais em que os câmpus estão inseridos. As ações, de forma mais detalhada, serão planejadas, no curto prazo, através dos planos de ações anuais, que devem utilizar este documento como base. O

¹ O Câmpus Avançado de Guaíba está em processo de implantação. Ainda não há definição formal sobre a sua localização.

processo de acompanhamento do plano será realizado anualmente, com base na verificação dos objetivos e das metas que foram atingidas no período de avaliação.

Bento Gonçalves, dezembro de 2014.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 NATUREZA INSTITUCIONAL

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, com Reitoria sediada em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Por força da Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicâmpus.

A presença dos câmpus em vários municípios, atendendo a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, torna o IFRS uma instituição com o desafio de ser um dos protagonistas do desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública gratuita e de excelência, considerando-se a impossibilidade de dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Entende-se que para conquistar esse desafio, o IFRS deverá contar com um planejamento do desenvolvimento institucional que estabeleça elementos para a sua gestão democrática e participativa.

O IFRS é formado por vários câmpus, que possuem uma diversidade de valores e necessidades na área educacional e se propõem a valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuindo com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando de forma expressiva a educação pública de excelência e fomentando o atendimento das demandas locais, com atenção especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo do trabalho.

O desenvolvimento institucional deve ocorrer com enfoque para um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. A essência das ações do IFRS está fundamentada na

prática da consolidação do fomento à formação profissional, mediante a perfeita articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

1.2 MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS DO IFRS

1.2.1 Missão do IFRS

A missão de uma organização representa a sua razão de existência. Ela representa o cerne de uma Instituição e o seu papel na sociedade. O IFRS já possuía uma missão definida no PDI anterior, sendo que se realizou a sua revisão durante o processo de elaboração do PDI-IFRS-2014-2018. A missão do IFRS foi definida como:

“Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.”

Em um sistema de avaliação da missão, cuja metodologia é apresentada no item 2 deste documento (Planejamento Estratégico da Gestão), os membros da comunidade acadêmica realizaram uma avaliação da adequação da Missão institucional. O resumo das respostas é apresentado no Quadro abaixo. Analisando-se as respostas, percebe-se que aproximadamente 94,8% dos respondentes que analisaram a Missão institucional a consideraram adequada ou totalmente adequada.

Quadro 1: Análise da Adequação da Missão do IFRS².

Questão apresentada	1 - Totalmente adequada	2 - Adequada	3 - Inadequada	4 - Totalmente inadequada
1 - Você considera que a definição acima é:	81 (35.2%)	137 (59.6%)	10 (4.3%)	2 (0.9%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

² Para um detalhamento da forma de consulta relativa ao questionário, analisar o Capítulo 2 deste documento.

1.2.2 Visão Institucional

A Visão Institucional representa um estado futuro desejado pela organização. Trata-se de um desafio que a instituição deverá enfrentar e precisa representar algo a ser conquistado, sendo, geralmente, atemporal. O IFRS realizou uma revisão de sua Visão Institucional e a nova definição foi:

“Ser uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia.”

O IFRS realizou uma consulta aos membros da comunidade acadêmica acerca da avaliação da adequação da Visão Institucional. O resumo das respostas é apresentado no Quadro abaixo. Analisando-se as respostas, percebe-se que aproximadamente 94% dos respondentes que analisaram a Visão Institucional a consideraram adequada ou totalmente adequada.

Quadro 2: Análise da Adequação da Visão Institucional do IFRS.

Questão apresentada	1 - Totalmente adequada	2 - Adequada	3 - Inadequada	4 - Totalmente inadequada
1 - Você considera que a definição acima é:	71 (32.6%)	134 (61.5%)	12 (5.5%)	1 (0.5%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

1.2.3 Princípios

Os Princípios tratam de definições das convicções institucionais claras e fundamentais para que o IFRS atue, defenda e adote como um guia para a sua gestão. Eles devem ser reais e balizadores da atuação da gestão e da sua atuação em relação às comunidades locais e à sociedade, como um todo.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul garantirá a todos os seus câmpus a autonomia da gestão institucional democrática, a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) Legalidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Moralidade;
- d) Publicidade;

e) Eficiência.

Além dos princípios constitucionais da Administração Pública, balizam a atuação do IFRS:

f) Ética;

g) Desenvolvimento Humano;

h) Inovação;

i) Desenvolvimento científico e tecnológico;

j) Qualidade e Excelência;

k) Autonomia;

l) Transparência;

m) Respeito;

n) Compromisso Social.

O IFRS realizou uma consulta aos membros da comunidade acadêmica acerca da avaliação da adequação dos Princípios Institucionais. O resumo das respostas é apresentado no quadro abaixo. Analisando-se as respostas, percebe-se que, em relação aos princípios, a maioria dos respondentes entendeu que eles são adequados ou totalmente adequados.

Quadro 3: Análise da Adequação dos Princípios Institucionais do IFRS.

Princípio apresentado	1 - Totalmente adequado	2 - Adequado	3 - Inadequado	4 - Totalmente inadequado
1 - Ética	108 (52.2%)	86 (41.5%)	12 (5.8%)	1 (0.5%)
2 - Desenvolvimento Humano	109 (52.7%)	90 (43.5%)	8 (3.9%)	0 (0%)
3 - Inovação	102 (49.3%)	88 (42.5%)	14 (6.8%)	3 (1.4%)
4 - Desenvolvimento Científico e Tecnológico	113 (54.6%)	79 (38.2%)	14 (6.8%)	1 (0.5%)
5 - Qualidade e excelência	105 (50.7%)	93 (44.9%)	8 (3.9%)	1 (0.5%)
6 - Transparência	104 (50.2%)	83 (40.1%)	14 (6.8%)	6 (2.9%)
7 - Respeito	110 (53.1%)	85 (41.1%)	9 (4.3%)	3 (1.4%)
8 - Compromisso Social	106 (51.2%)	89 (43.0%)	11 (5.3%)	1 (0.5%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A criação dos Institutos Federais indicou a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, como opções de continuidade aos estudos, dentro dos espaços geográficos ocupados pelos seus câmpus. Dessa forma, o IFRS atua em diferentes níveis e modalidades de ensino promovendo a sua verticalização dentro do âmbito da Educação Profissional.

De acordo com o Parágrafo 2º, do Artigo 39, da LDB, a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Por meio da oferta de cursos de educação profissional, o IFRS tem como premissas: o desenvolvimento integral do cidadão, a equidade; a competitividade econômica - vista de forma humanizada num processo de globalização - e a geração de novas tecnologias.

A ideia central do Ensino Técnico de Nível Médio é o entendimento do trabalho como princípio educativo, iniciando a sensibilização desta noção ainda nesta etapa da Educação Básica e estendendo essa centralidade na formação profissional para os cursos superiores.

Segundo Frigotto *et al* (2004) compreender o trabalho como princípio educativo não significa “aprender fazendo”, nem representa sinônimo de formar para o exercício do trabalho; é antes compreender o ser humano como produtor de sua realidade, como sujeito que dela se apropria para transformá-la. Somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade e temos no trabalho a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

No que concerne a relação entre a educação de jovens e o trabalho, Makarenko (1996) afirma que não basta estudar apenas o país e o seu progresso. É preciso mostrar, a cada passo, aos educandos, que o seu trabalho e a sua vida são parte do

trabalho e da vida do país e que o tempo social excede o limitado tempo de estudo nas salas de aula. Nessa perspectiva, o tempo de educar contempla todos os tempos sociais, inclusive os da cultura, do lazer e do descanso.

Deste modo, a educação se desenvolve em diferentes momentos da vida, em espaços diferenciados, e não deve ocorrer em episódios isolados da ação dos educandos. Ainda segundo Makarenko (1996), o trabalho como perspectiva de longo prazo deve encontrar lugar no sistema educacional, em espaços e tempos de desenvolvimento espontâneo, pessoal e integral dos educandos, permitindo que eles vivenciem a experiência de conquistar êxitos com a sua colaboração, mas também de assumir as consequências de seus equívocos, pois a soma dessas diferentes experiências poderá auxiliá-los em sua formação permanente.

Contribuindo para o entendimento do papel da educação profissional dentro do sistema de ensino brasileiro, Paiva (1993) destaca que a reorganização do mundo do trabalho implica mudanças na formação dos educandos que irão integrar este mundo. No que diz respeito a este novo paradigma de desenvolvimento, no âmbito de um patamar econômico globalizado, o IFRS preocupa-se com a formação de um cidadão/trabalhador com perfil qualificado, não apenas em relação ao domínio de conhecimentos na área tecnológica, mas também preparado para situar-se no mundo de maneira autônoma, capaz de usufruir e de interagir ativamente em espaços de decisão, comprometendo-se com questões ligadas à coletividade.

Outra elemento que caracteriza o IFRS é a sua atuação em diferentes modalidades de ensino. O IFRS possui diversos cursos e programas na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Educação à Distância (EaD). Ofertando cursos através da EaD, o Instituto possibilita, aos educandos, a realização de cursos técnicos em municípios distantes da localização geográfica de seus câmpus, facilitando o acesso à Educação Profissional e sendo uma ferramenta de inclusão social.

O IFRS também oferta cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), realizando a qualificação profissional e a formação de nível médio adequada à realidade dos educandos maiores de 18 anos. Além dessas modalidades de ensino, a Instituição oferece programas de certificação de saberes.

Em acordo com os objetivos e as finalidades dos Institutos Federais definidas na Lei de criação da Rede Federal, o Estatuto do IFRS estabelece em seu artigo 6º, os percentuais de vagas a serem garantidos pela instituição, conforme o artigo 8º da Lei 11892/2008:

Art. 6º No desenvolvimento de sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no § 2º do Art. 8º e o previsto no inciso I do art. 7º da Lei Nº 11.892/08 (CONSUP, 2014).

O IFRS realizou um levantamento para observar a consonância dos estudantes em cursos, atualmente na Instituição, com o Estatuto do IFRS. O levantamento pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 4: Análise dos estudantes em Curso nos Câmpus do IFRS.

AValiação por Câmpus	TOTAL*	PERCENTUAL
BENTO GONÇALVES	1395	
ESPECIALIZAÇÃO	21	1,51%
LICENCIATURA	285	20,43%
TÉCNICO	402	28,82%
TECNOLOGIA	687	49,25%
CANOAS	716	
LICENCIATURA	39	5,45%
TÉCNICO	338	47,21%
TECNOLOGIA	339	47,35%
CAXIAS DO SUL	661	
LICENCIATURA	177	26,78%
TÉCNICO	336	50,83%
TECNOLOGIA	148	22,39%
ERECHIM	828	
BACHARELADO	171	20,65%
TÉCNICO	522	63,04%
TECNOLOGIA	135	16,30%
FARROUPILHA	679	
BACHARELADO	130	19,15%
LICENCIATURA	14	2,06%
TÉCNICO	374	55,08%
TECNOLOGIA	161	23,71%
FELIZ	275	
TÉCNICO	169	61,45%
TECNOLOGIA	106	38,55%
IBIRUBÁ	523	
BACHARELADO	33	6,31%
LICENCIATURA	64	12,24%
TÉCNICO	400	76,48%

TECNOLOGIA	26	4,97%
OSÓRIO	419	
ESPECIALIZAÇÃO	28	6,68%
TÉCNICO	278	66,35%
TECNOLOGIA	113	26,97%
PORTO ALEGRE	2349	
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	19	0,81%
FORMAÇÃO CONTINUADA	41	1,75%
LICENCIATURA	237	10,09%
TÉCNICO	1720	73,22%
TECNOLOGIA	332	14,13%
RESTINGA	553	
TÉCNICO	459	83,00%
TECNOLOGIA	94	17,00%
RIO GRANDE	2839	
LICENCIATURA	36	1,27%
TÉCNICO	2296	80,87%
TECNOLOGIA	507	17,86%
SERTÃO	1807	
BACHARELADO	319	17,65%
ESPECIALIZAÇÃO	25	1,38%
LICENCIATURA	203	11,23%
TÉCNICO	832	46,04%
TECNOLOGIA	428	23,69%

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Observa-se que o Estatuto do IFRS indica que os percentuais devem ser atingidos preferencialmente nos câmpus. Porém, o levantamento que foi realizado apresenta os totais do IFRS, com o objetivo de demonstrar em que tipos de cursos a Instituição deverá concentrar seus esforços, como um todo, para o atendimento da legislação vigente.

Quadro 5: Análise dos estudantes em Curso no IFRS.

AVALIAÇÃO GERAL - IFRS		NRO	TOTAL*	PERCENTUAL
TÉCNICO			8167	62,61%
SUPERIOR	TECNOLOGIA	3076	3729	28,59%
	BACHARELADO	653		
LICENCIATURA			1055	8,09%
ESPECIALIZAÇÃO			93	0,71%
TOTAL			13044	100%

Fonte: SISTEC – julho/2014.

1.3.1 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

O IFRS tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus câmpus, oferecendo à comunidade cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A própria lei 11.892/08 reforça essa questão ao indicar a destinação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, e 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender aos cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O IFRS assume o compromisso de cumprir a referida exigência legal, a cada exercício, em cada campus, favorecendo a integração, a solidariedade entre seus diferentes câmpus, no atendimento deste importante requisito legal.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFRS orienta-se pela legislação vigente e atende aos princípios norteadores estabelecidos pela Resolução CNE/CEB N.º 04/99, sendo eles:

- Independência e articulação com o ensino médio;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- Desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- Atualização permanente dos cursos e currículos;
- Autonomia da instituição em seu projeto pedagógico.

Os cursos técnicos de nível médio ofertados pelo IFRS estão inseridos nos eixos tecnológicos de acordo com as normativas vigentes do MEC e LDB, nas seguintes formas:

- Integrada ao ensino médio;
- Integrada ao ensino médio na modalidade educação de jovens e

- Adultos (Proeja);
- Concomitante ao ensino médio;
- Subsequente ao ensino médio;
- Formação inicial e continuada de trabalhadores.

As formas mais comuns de oferecimento de cursos técnicos de nível médio são:

- Integrada: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- Concomitante: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental e esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso;
- Subsequente: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

O Ensino Médio no IFRS segue os Parâmetros Curriculares Nacionais, cumprindo as funções estabelecidas no Artigo 35 da LDB, sendo elas:

I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Para alcançar estes objetivos, Ciavatta (2005) afirma que a formação integrada é parte inseparável da educação profissional, isto significa buscar o trabalho como princípio educativo, tentando superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual.

Ao incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, formamos trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Portanto, os cursos Técnicos de Nível Médio visam a uma formação emancipatória, buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo ao jovem a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo.

Embora ainda não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser incentivados durante os cursos de Nível Médio. Ciavatta (2005) afirma que é necessário que a pesquisa esteja presente em toda a educação escolar, principalmente dos que vivem e viverão do próprio trabalho, pois ela instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, evitando que sejam incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos.

As propostas de mudanças qualitativas para o processo de ensino e de aprendizagem no nível médio indicam a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, fazendo com que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos.

Para o autor citado, o conhecimento constitui-se a partir do momento em que se faz relações entre as coisas e isso pressupõe pensar de forma integrada. A compreensão do real como totalidade caracteriza a mobilização de saberes, com foco nas competências que se pretende desenvolver e não nos conteúdos a se ensinar.

1.3.2 Educação de Jovens e Adultos

Com o decreto nº 5.478/2005 (posteriormente, substituído pelo Decreto nº 5.840/2006), o Governo Federal instituiu o PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – buscando atender à demanda por elevação da escolaridade. Inicialmente, desde 2006, por meio da oferta de educação profissional técnica de nível médio e, a partir de

2009, através da formação inicial e continuada, em parceria com as redes de educação municipais, níveis dos quais os jovens e adultos, em geral trabalhadores, são excluídos.

Assumindo um caráter humanizador, que proporcione ao jovem e ao adulto o acesso à produção histórica da humanidade e à formação profissional que lhe permita compreender e atuar no mundo na busca de melhorá-lo, o PROEJA propõe uma formação que viabilize ao sujeito inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda, sem abandonar aspectos de sua vida, como a religiosidade, a família, a participação social, política e cultural, constituindo-se como uma ação contínua na rede pública de ensino.

Articular a escolarização e o trabalho, no contexto do PROEJA, tem um sentido de alargamento de horizontes, promoção da reflexão sobre o processo de trabalho, melhoria nos relacionamentos interpessoais, desenvolvimento da consciência de coletividade, possibilidade de intervenção na realidade e de melhoria da qualidade de vida.

No IFRS, as ações do PROEJA se integram a uma política pública educacional que busca proporcionar condições para que todos os cidadãos tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita e de excelência. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino com características específicas e isso demanda investimento na formação de professores para que possam entender e melhor atender a todas as questões relativas ao campo teórico que articula a educação profissional e a educação básica na modalidade da educação de jovens e adultos. Sendo esse um público diferenciado, que exige práticas pedagógicas de conscientização e de transformação da realidade, é fundamental que as ações docentes valorizem as trajetórias de aprendizagem dos educandos, focando a qualidade dos processos.

O PROEJA tem garantido aos estudantes-trabalhadores não somente a escolarização, mas a inclusão social e a possibilidade de continuidade dos estudos através de um currículo que valoriza os saberes e promove uma prática pedagógica coerente com o propósito desse novo campo de estudo, que articula a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

O PROEJA propõe uma formação que viabilize ao sujeito inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda, sem abandonar aspectos de sua vida, como a religiosidade, a família, a participação social, política e cultural, constituindo-se como uma ação contínua na rede pública de ensino.

Articular a escolarização e o trabalho, no contexto do PROEJA, tem um sentido de alargamento de horizontes, promoção da reflexão sobre o processo de trabalho, melhoria nos relacionamentos interpessoais, desenvolvimento da consciência de coletividade, possibilidade de intervenção na realidade e de melhoria da qualidade de vida.

No IFRS, as ações do PROEJA se integram a uma política pública educacional que busca proporcionar condições para que todos os cidadãos tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita e de excelência. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino com características específicas e isso demanda investimento na formação de professores para que possam entender e melhor atender a todas as questões relativas ao campo teórico que articula a educação profissional e a educação básica na modalidade da educação de jovens e adultos. Sendo esse um público diferenciado, que exige práticas pedagógicas de conscientização e de transformação da realidade, é fundamental que as ações docentes valorizem as trajetórias de aprendizagem dos educandos, focando a qualidade dos processos.

O PROEJA tem garantido aos estudantes-trabalhadores não somente a escolarização, mas a inclusão social e a possibilidade de continuidade dos estudos através de um currículo que valoriza os saberes e promove uma prática pedagógica coerente com o propósito desse novo campo de estudo, que articula a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

1.3.3 Graduação

O ensino de graduação do IFRS está articulado com os demais níveis de ensino da instituição, com a pesquisa e com a extensão, e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade da formação profissional.

Nessa perspectiva, o papel do ensino de graduação está estreitamente vinculado ao ideário da gestão democrática, ao incremento tecnológico e à reflexão

ética. O ensino de graduação está compromissado com a formação de cidadãos-trabalhadores, com a interculturalidade, com a democratização do conhecimento científico, tecnológico e pedagógico, com a promoção da cultura, tendo a pesquisa e extensão como princípios educativos.

O ensino de graduação difunde o exercício da autonomia, da liberdade para pensar, criticar, criar e propor alternativas que se traduzem concretamente na possibilidade de apresentar soluções próprias para os problemas enfrentados nesse nível de ensino. Nessa conjuntura, um grande desafio que se apresenta ao IFRS está relacionado à construção de uma postura investigativa (de curiosidade, debate e atualização), de modo que os egressos tenham condições para envolver-se em projetos de “educação permanente”.

A criação de novos cursos deve considerar a política de expansão a ser adotada pelo IFRS, devendo especificar as metas sociais e políticas que se pretende alcançar com a formação oferecida, a concepção curricular e sua respectiva proposta e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Além da adequação do projeto pedagógico às demandas locais e regionais, há que se considerar as potencialidades da instituição no que se refere às condições infra-estruturais, bem como no tocante ao corpo docente especializado.

O IFRS oferece Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados. A concepção curricular dos cursos busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, tal como preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

1.4 INSERÇÃO REGIONAL

Um dos objetivos dos institutos federais é definir políticas que atentem para as necessidades e demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação e o seu planejamento: a diversidade. Os câmpus, como instituições de ensino profissional, atuam em áreas geográficas e realidades socioeconômicas distintas, tais como: a agropecuária, o setor de serviços, a área industrial, a vitivinicultura e o turismo.

Os câmpus estão localizados em regiões que se constituem uma referência em termos de necessidade de formação profissional, em função da demanda de ingresso. Bento Gonçalves, como sede da Reitoria do IFRS, é um centro regional de desenvolvimento, tanto da indústria, como do comércio, do turismo, dos serviços e uma região definida claramente como desenvolvida também pela agropecuária, com produtividade e formação técnica já consagrada a partir da qualidade de formação empreendida pelo então CEFET Bento Gonçalves.

Essa tradição no trato com a educação profissional, sob a égide da diversidade, candidata o Instituto Federal do Rio Grande do Sul a concentrar, na sua estrutura organizacional e de planejamento pedagógico, um centro de formação profissional capaz de atender as mais variadas demandas e necessidades regionais.

1.5 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E EDUCACIONAL DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA

A diversidade que caracteriza os câmpus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em sua constituição social, econômica e educacional, permite considerar como riqueza que qualifica o planejamento pedagógico. Desde a região Norte ao Sul do Estado do Rio Grande, Erechim e Rio Grande são câmpus que, geograficamente se constituem opostos, mas contribuem com a unidade na diversidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Há uma constituição socioeconômica dos Câmpus de Erechim, Porto Alegre, Caxias, Bento Gonçalves e Rio Grande, especialmente, que se caracterizam como regiões desenvolvidas, bom nível econômico das famílias, demanda discente oriunda de regiões com bom poder aquisitivo em geral e que estão inseridas num contexto econômico de nível acima da média no RS.

No entanto, Restinga e Canoas – em função da localização dos câmpus – são comunidades carentes, de baixo poder aquisitivo e de uma carência de formação profissional para inserção no mundo do trabalho, pois não tem, na sua maioria, a possibilidade de inserção em cursos superiores ou no mercado de trabalho.

O Câmpus Sertão, de características bem diversas dos demais câmpus, está situado no interior de um município de aproximadamente 7 mil habitantes, cuja região

de abrangência é marcadamente caracterizada por pequenos municípios, carentes de opções de trabalho e corpo discente oriundo de pequenos agricultores.

O Câmpus de Osório, região colonizada por açorianos, no litoral norte do RS, apresenta outras características distintas. Voltada ao turismo, 80% da população é urbana e carece de profissionais na área de serviços.

O atendimento a demandas de carência econômica ou a demandas de nível socioeconômico mais expressivo exige planejamento pedagógico bem definido em cada câmpus. Está expresso no presente documento, a autonomia e liberdade de cada câmpus, para dinamizar as ações de ensino, pesquisa e extensão que atendam às especificidades de cada região. A concepção desta trilogia não pode dispensar a atenção às necessidades de atendimento às camadas mais carentes da sociedade, especialmente na oferta de FIC e Proeja, possibilitando que os objetivos dos Institutos Federais sejam ratificados na prática em todas as modalidades e níveis desejados pela comunidade regional.

1.6 REITORIA

Bento Gonçalves é um centro urbano de nível socioeconômico destacado, referência regional num contexto de 33 municípios e está inserido numa das regiões mais desenvolvidas do Estado do Rio Grande do Sul: a região Serrana do Nordeste gaúcho.

Dados do ano 2010, publicados no Atlas Brasil 2013³ apontam que o índice de desenvolvimento humano (IDH) – que considera a longevidade, a educação e a renda para medir a qualidade de vida – do município de Bento Gonçalves é de 0,778. O município ocupa a 145^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, e a 16^a posição no Estado em relação aos 496 outros municípios

Com padrão de vida superior à média brasileira, Bento Gonçalves possui o dinamismo de um centro moderno, alta renda per capita e baixíssimos índices de

³ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro, é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

analfabetismo e violência. É uma cidade moderna, que oferece boa infraestrutura turística especialmente marcada pela colonização italiana.

Tem como principais atividades econômicas a indústria moveleira e a vitivinicultura, além das indústrias metalúrgica, plástica e alimentícia. Trata-se de uma região com demanda expressiva em muitas áreas da educação profissional, podendo se efetivar cursos diversos em níveis e modalidades distintas.

A reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Sul está instalada em sede própria desde 2011.

1.7 HISTÓRICO DO CÂMPUS ALVORADA

A caminhada para a construção de uma escola técnica em Alvorada vem de longa data. Sua cronologia de implantação pode ser assim resumida:

Em 2009, um grupo de lideranças políticas da cidade esteve junto ao Ministério da Educação, em Brasília, articulando a possibilidade da construção de uma escola técnica nesse município, uma vez que era visível a política de investimento nesse campo da educação, expressa na ampliação da Rede Federal de Educação Tecnológica, a organização dessa rede nos **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**, e o grande investimento nas escolas estaduais através do programa **Brasil Profissionalizado**, entre outras políticas em vigor na época.

Ainda em 2009, ficou acordado com a Secretaria de Educação Tecnológica que Alvorada seria contemplada pelo Brasil Profissionalizado, com investimentos na Escola Estadual Gentil Viegas Cardoso, e com a construção de uma Escola Técnica. Pondera-se que dentro dessa política a escola seria construída com recursos federais, mas gerida e mantida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Saliencia-se que o governo do Estado, que acabava seu mandato em 2010, não teve o empenho político para que esse projeto saísse do papel.

No entrar do ano de 2011, as mobilizações e articulações políticas para a construção de uma escola técnica não arrefeceram nesse contexto. Com a política de expansão da Rede Federal em pleno exercício, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), ficou com a responsabilidade de expandir-se pela região metropolitana de Porto Alegre. Devido ao perfil socioeconômico de Alvorada, o IFRS indicou esta cidade

para implantar um de seus Câmpus, juntamente com os municípios de Viamão e Vacaria.

Assim, Alvorada passou a fazer parte dessa instituição que tem sua Reitoria em **Bento Gonçalves** e doze Câmpus implantados, na Região da Serra Gaúcha, na Capital do Estado, no Litoral, nas Regiões Sul e Norte do estado. A prefeitura de Alvorada teria de doar o terreno e disponibilizar a infraestrutura mínima (água, luz e saneamento) para a efetivação da obra.

Em 2011, procurou-se o Governo do Estado para que o terreno, que já havia sido doado pela Prefeitura por conta do do primeiro projeto (via Brasil Profissionalizado), fosse viabilizado para a Construção de um câmpus do IFRS.

Em 31 de outubro foi realizada a primeira audiência pública na cidade, para apresentar o Instituto Federal, sua potencialidade e objetivos na cidade. Na ocasião, foi formado o Grupo de Trabalho (GT) que organizaria as futuras audiências definidoras dos eixos tecnológicos a ser implantado em Alvorada.

Organizado o GT, composto por representantes dos empresários, dos trabalhadores, dos estudantes, dos poderes executivo e legislativo do município, por representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul e pelo IFRS, definiu-se para a primeira reunião de trabalho em 15 de dezembro do referido ano.

No dia 1º de dezembro, a Reitora do IFRS indicou, através da portaria 743 de 2012, o servidor que seria o representante do IFRS na implantação do Câmpus Alvorada. Em 15 de dezembro de 2011, reunido, o GT definiu que as audiências seriam descentralizadas, sendo efetivadas em cinco bairros diferentes da cidade, e uma audiência final para apresentar os resultados indicados pelas anteriores. Definiu-se que as escolas das redes públicas estaduais e municipais, bem como setores vinculados a economia e cultura da cidade seriam estratégicos nesse processo. Dessa forma organizou-se um calendário, entre os meses de março e Abril de 2012 para ocorrerem esses diálogos com a comunidade. Marcou-se uma outra reunião para o dia 27 de fevereiro de 2012, com a finalidade de organizar os pontos principais das audiências.

Em fevereiro de 2012, o GT confirmou as datas das audiências e definiu a metodologia de trabalho. Em tais audiências, a comunidade foi ouvida indicando os eixos que devem pautar a implantação do câmpus. Em cinco audiências, ocorridas nos bairros de Alvorada, optou-se pelos eixos: Saúde e Segurança, Informação e Comunicação, Gestão e Negócio e Produção Cultural e Designer. No final de 2012 foi regularizada a doação da área doada, pela Prefeitura, para o IFRS.

No primeiro semestre de 2013 foram ultimados os detalhes para a licitação da obra, e questões relativas a definição do projeto arquitetônico, tecnologia de construção e cronograma de trabalho estavam em fase de elaboração. Cabe ponderar que paralelo aos apertos da licitação, está se encaminhando o Mulheres Mil (com perspectiva de capacitar 100 mulheres alvoradenses) e o PRONATEC, com perspectiva de pactuação e início dos cursos a partir de 2014.

1.8 HISTÓRICO DO CÂMPUS BENTO GONÇALVES

O anseio pela criação de uma instituição que tivesse como foco o ensino da Viticultura e da Enologia no Brasil havia sido manifestado pelo então diretor do Laboratório Central de Enologia do Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura, professor Manuel Mendes da Fonseca, já em 1937, momento em que aconteceu o 3º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, no Rio de Janeiro. Em 1944, o então prefeito municipal de Bento Gonçalves, João Mário de Almeida Dentice, autorizou a aquisição de um grupo de imóveis, transferindo ao Governo Federal a área de 341.560m² destinada à construção de uma estação de Enologia pelo Ministério da Agricultura, resultando na construção da Escola de Viticultura e Enologia, que começa a funcionar em 1960, estabelecida provisoriamente no prédio da Estação Experimental de Enologia, local onde hoje funciona a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Embora a escola recém estivesse sendo criada e o curso ofertado fosse desconhecido da população, mesmo assim, quinze alunos matricularam-se na primeira turma.

Com o Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, a Escola de Viticultura e Enologia passa a chamar-se Colégio de Viticultura e Enologia (BRASIL, 1964), com a sigla C.V.E., a qual se tornará, anos depois, a marca dos produtos que são produzidos e comercializados pela Instituição. Desde sua fundação, o C.V.E. esteve vinculado ao Ministério da Agricultura. Contudo, em 1967, seguindo o que preconizava o artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, é publicado o Decreto nº 60.731, transferindo a responsabilidade pelos colégios agrícolas e pelas universidades rurais para o Ministério da Educação e Cultura, sendo criada neste Ministério, a Diretoria do Ensino Agrícola (BRASIL, 1967).

Visando ampliar a abrangência do ensino profissional agrícola de modo a alcançar os objetivos almejados de desenvolvimento do país, o período entre 1970 e

1980 ficou marcado como o momento em que as relações homem-meio constituem o elemento essencial para o progresso. Nesse contexto, ocorre a transição dos colégios agrícolas, que passam do foco voltado ao ensino agrícola para o ensino técnico agrícola, para as escolas agrotécnicas em todo o país. Fazendo parte deste momento, o Colégio de Viticultura e Enologia transforma-se em Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves (EAFBG), contemplando o ensino agrícola baseado no Sistema Fazenda-Escola.

A expansão e o resultado dos investimentos governamentais, propostos desde 1973 com a criação da COAGRI, começam a se concretizar somente em 1984, momento em que a EAFBG adquire uma área de terras no Distrito de Tuiuty para implementar as Unidades de Produção. Em 1985, é implantada a habilitação de Técnico em Agropecuária, em substituição ao Técnico em Agricultura, que é extinto a partir de então.

O ano de 1994 foi outro marco da Instituição. Em 26 de dezembro deste ano foi autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, primeiro curso superior a ser implementado no câmpus depois de inúmeras reuniões do Conselho Técnico Consultivo. A primeira seleção de alunos foi feita para ingresso em 1995 e ofereceu 50 vagas, sendo 25 para o primeiro semestre e 25 para o segundo.

O Câmpus Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul é uma instituição federal de ensino público e gratuito que está instalado em uma área de 843.639 m². Em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República sancionou a Lei que reorganiza a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação de 38 Institutos Federais, três deles no RS. Dessa forma, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, do qual o Câmpus Bento Gonçalves faz parte.

Por ser um polo de atração regional e nacional, o Câmpus Bento Gonçalves abriga em seu corpo discente alunos das mais diversas regiões do estado e do país. Para esse segmento da comunidade escolar e acadêmica, a instituição disponibiliza regime de internato, serviço de lavanderia, cozinha/refeitório, acompanhamento psicológico, serviço de enfermagem, atividades culturais e artísticas. O câmpus disponibiliza ainda ginásio poliesportivo, cantina de vinificação, enoteca, sala de microvinificação, vinhedos de produção, viveiro de porta-enxertos, laboratório de análise sensorial, laboratório de Química, Microbiologia e Enologia, abatedouro, aviários de corte e de postura, instalações para caprinos, suínos, coelhos,

confinamento de bovinos, estábulo para bovinos de leite, ordenhadeira, silos, apiário, estufas, horta, coleção de plantas medicinais, coleção de plantas ornamentais, pomar, agroindústria, laboratórios de aprendizagem e laboratório de física.

Atualmente, o Câmpus Bento Gonçalves oferece os cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Viticultura e Enologia, Técnico em Informática para Internet, Técnico em Comércio na modalidade de Ensino Técnico Integrado à Educação de Jovens e Adultos e os cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Horticultura, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Viticultura e Enologia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física e Licenciatura em Pedagogia (Plataforma Paulo Freire).

Em nível de pós-graduação, também são oferecidos os cursos de Especialização em PROEJA (Programa de Educação Profissional de Nível Técnicos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos), Especialização em Viticultura e Especialização em Educação, Ciência e Sociedade: a atuação docente na contemporaneidade.

1.9 HISTÓRICO DO CÂMPUS CANOAS

O município de Canoas, fundado em 1939, conta com o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e, também, comporta o segundo maior contingente populacional da Região Metropolitana e o quarto maior do Estado, somando mais de 330 mil habitantes. Fazem parte de seu território conceituadas empresas com destaque nos âmbitos nacional e internacional. A cidade é referência nos seguintes ramos: gestão, informática, metal-mecânico, gás e elétrico. O seu parque industrial é um dos maiores e mais importantes do Estado, concentrando 68,4% do PIB. A região de abrangência do Câmpus Canoas compreende os municípios de Canoas, Esteio, Cachoeirinha, Gravataí e zona Norte de Porto Alegre, estimando-se uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes.

Canoas é sede da segunda maior rede de ensino gaúcha. Neste cenário promissor, figura o IFRS. O Câmpus Canoas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul foi criado como Escola Técnica Federal pela Lei 11.534, de 25 de Outubro de 2007 e, a partir da Lei 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

As atividades letivas no Câmpus Canoas iniciaram em agosto de 2010. Desde lá, sua estrutura vem tomando forma e contabiliza, em 2014, cinco prédios, dos quais, dois são destinados a salas de aula e laboratórios, um abriga a Biblioteca e o setor de Assistência ao Educando (provisoriamente), um o almoxarifado, e outro comporta a parte administrativa. A edificação definitiva da Biblioteca deve ser finalizada até o final de 2014, e a conclusão do terceiro prédio de salas de aulas está prevista para 2015. Como o câmpus ainda não está com sua estrutura completa, a expectativa é de que sejam construídos outros prédios que comportem mais salas de aula e laboratórios, além da construção de um ginásio poliesportivo, sendo a consolidação da infraestrutura física um dos principais desafios para o período 2014-2018.

O primeiro processo seletivo ocorreu em 2010/02, no qual ingressaram alunos para os Cursos Subsequentes de Eletrônica e Informática e para o Curso de Manutenção e Suporte em Informática /Modalidade Proeja. No período de 2011/01, disponibilizou-se o ingresso para os Cursos Integrados ao Ensino Médio nas áreas de Administração e Informática e para os de Nível Superior em Automação Industrial e Logística. O Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas teve a sua primeira seleção em 2012/02.

O Câmpus iniciou o ano de 2014 com a oferta dos seguintes cursos:

1. Técnico Subsequente em Eletrônica (em extinção);
2. Técnico Subsequente em Informática (em extinção);
3. Técnico Integrado em Administração;
4. Técnico Integrado em Informática;
5. Técnico Integrado em Eletrônica;
6. Superior de Tecnologia em Logística;
7. Superior de Tecnologia em Automação Industrial;
8. Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
9. Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática PROEJA;
10. Técnico Integrado em Eletrônica;
11. Licenciatura em Matemática.

Nesse ano a novidade foi a oferta de vagas para dois novos cursos: Licenciatura em Matemática e Técnico Integrado em Eletrônica, atendendo ao estabelecido nas planilhas de metas e compromissos do Termo de Acordo de Metas (TAM), elaborado em 2010, celebrado entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

No período de 2014-2018, vigência do PDI, o Câmpus buscará ofertar também cursos de especialização *lato sensu*, para: (a) formação de professores, do município e da região metropolitana de Porto Alegre, na área de tecnologias educacionais e formação pedagógica; (b) especialização na área de gestão e logística. Além de outras especializações, que poderão contar também com fomento externo, e que buscarão a verticalização dos eixos e cursos existentes. Espera-se com isso o desenvolvimento da Pós-Graduação, inicialmente através da oferta de cursos *lato sensu* e, posteriormente, com a oferta de mestrado e doutorado, possibilitando uma efetiva verticalização da oferta de ensino na instituição.

Adicionalmente, para os próximos anos, o Câmpus Canoas planeja a implantação e re-oferta de cursos subsequentes, a partir de estudo de demanda, assim como a implantação de um curso superior de Engenharia, buscando ampliar a verticalização da oferta de eixos e cursos já existentes. Também está prevista a oferta de cursos com financiamento de órgãos públicos, incluindo cursos para a formação continuada de professores, e a implementação gradual de cursos na modalidade EaD.

O planejamento para oferta de novos cursos será realizado de forma contínua e participativa, a partir do levantamento e análise de indicadores e demandas sociais e econômicas, sendo realizado junto a (I) órgãos públicos locais, como a Prefeitura de Canoas, através de sua Secretaria Municipal de Educação; (II) órgãos públicos regionais como a Coordenadoria Regional de Educação e os COREDES; (III) órgãos públicos federais como a SETEC, MEC, MCT, CAPES, CNPq; e (IV) entidades empresariais e organizações da sociedade civil.

De outro lado, o Câmpus Canoas buscará ampliar o fomento em ações e projetos de extensão, pesquisa e inovação, ampliando sua inserção científica e tecnológica, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e ambiental de sua região de abrangência.

Em síntese, o desafio para os próximos anos é o atendimento das demandas sociais e metas institucionais, através da oferta de educação de qualidade que possibilite a comunidade do Câmpus pleno desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão, a fim de cumprir com a missão do IFRS.

1.10 HISTÓRICO DO CÂMPUS CAXIAS DO SUL

A história do Câmpus Caxias do Sul inicia com a Chamada Pública MEC/SETEC nº 1 de 2007, para apoio à fase 2 do plano de expansão da rede federal de educação tecnológica. Esse plano foi uma iniciativa do Governo Federal para implantar 150 novas unidades da rede federal de educação tecnológica, prevendo a instalação de uma escola técnica em cada cidade pólo do país. Com a lei 11.892, essas escolas passaram a integrar diferentes Institutos Federais. Caxias do Sul era um dos municípios constantes na chamada pública, que previa o envio de propostas das prefeituras municipais para estabelecer uma ordem de prioridade na implantação das novas unidades. No decorrer do processo, todas foram anunciadas no ano de 2008. Como contrapartida obrigatória da chamada pública, deveria haver a doação à União de uma área física localizada em terra urbana, com dimensões mínimas de 20 mil metros quadrados.

Nesses termos, a prefeitura municipal de Caxias do Sul doou, em 12 de dezembro de 2008, uma área de 30 mil metros quadrados, situada na Rua Avelino Antônio de Souza, no Bairro Fátima, às margens da represa São Miguel, integrante do sistema Dal Bó. Em 20 de março de 2009, ocorreu, na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, a audiência pública para definição dos cursos que seriam ofertados pelo câmpus, audiência que contou com representantes de diversos sindicatos, patronais e de trabalhadores, empresas, instituições de ensino, poder público municipal, estadual e federal e Organizações não governamentais. A partir dessa audiência, foram definidas as ofertas de quatro cursos superiores: Tecnologia em Metalurgia, Tecnologia em Logística, Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática, e 5 cursos técnicos: Plásticos, Química, Mecânica, Cozinha e em Comércio. Em outra audiência pública, realizada em 28 de maio de 2009, na Câmara de Indústria e Comércio, foi apresentado o projeto do câmpus, realizado pela arquiteta Adriane Karkow, e financiado pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul (Simecs), Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho

(Simplás), Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Material Plástico e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas.

A partir da definição do projeto, o Aviso de Licitação para a concorrência número 2 de 2009, para construção de instalações prediais do Câmpus Caxias do sul, foi lançado em 13 de outubro, com preço orçado da obra de R\$ 7.307.974,27. A concorrência foi vencida pela Construtora Costa Azul, e as obras iniciaram em 8 de fevereiro de 2009, com um valor licitado de R\$ 6.578.722,17. Desde janeiro de 2010, até a conclusão das obras, o câmpus funcionou em uma sede provisória, em um prédio de 1.600 m², na Rua Mario de Boni, número 2.250, no bairro Floresta, que contava com 7 salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, miniauditório, sala de professores e sala da direção de ensino, além de espaço de convivência. As instalações próprias do câmpus, concluídas em 2013 e inauguradas em 20 de fevereiro de 2014, contam com 14 salas de aula, três laboratórios de informática, três laboratórios de química, laboratório de línguas, matemática, física, biologia/microbiologia, ensaios mecânicos, metrologia, instrumentação, tratamentos térmicos, metalografia, preparação mecânica, fundição e conformação, laboratório de corte, soldas, e usinagem, caracterização e processos de transformação de polímeros, hidráulica e pneumática e laboratório de processos de fabricação mecânica, além de salas de convivência e salas dos professores, em um espaço de mais de 7.000m² de área construída.

1.11 HISTÓRICO DO CÂMPUS ERECHIM

A história do Câmpus Erechim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul inicia no ano de 2006, quando, através de ato do Ministério da Educação, foi implantada a Escola Técnica Federal do Alto Uruguai. No ano seguinte, a Instituição recebeu da Prefeitura Municipal o terreno e os prédios, localizados na rua Domingos Zanella, nº 104, no Bairro Três Vendas.

Em 30 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei 11.892, criando os Institutos Federais, passando a instituição à condição de Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Em abril de 2009, foi realizado concurso público visando à nomeação de professores e técnicos administrativos.

Localizado na região do Alto Uruguai, o Câmpus Erechim iniciou efetivamente suas atividades em novembro de 2009, tendo seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 126 de 29 de janeiro de 2010.

Inicialmente, foram ofertados quatro cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio no Câmpus Erechim: Agroindústria, Mecânica, Vendas e Vestuário. No ano de 2011, foram implantados os cursos superiores de Engenharia Mecânica e Tecnologia em Marketing e o Curso Técnico em Alimentos. No início do ano de 2013, passaram a ser ofertados os cursos técnicos em Finanças e Logística e o curso superior de Tecnologia em Design de Moda. Em 2015, dois novos cursos serão implantados na instituição: o curso Técnico em Modelagem do Vestuário e o curso de Engenharia de Alimentos. Além disso, o curso superior de Tecnologia em Marketing deixará de ser ofertado no turno diurno e passará a ser noturno.

Até hoje, 346 profissionais técnicos já se formaram nos cursos do Câmpus Erechim e 37 profissionais graduados nos cursos superiores, nas áreas em que o município, sendo um pólo da produção têxtil e metal-mecânica, mais necessita de profissionais capacitados.

O Processo Seletivo ocorre duas vezes ao ano. O número total de alunos passou de 188, em 2009, para 874 no final de 2014. Um crescimento que demonstra o quanto a comunidade confia na competência e na qualidade do ensino proposto pelo Instituto Federal do Câmpus de Erechim. A previsão é de que esse número só aumente com a oferta de novos cursos e com a ampliação do espaço físico.

Além dos cursos de formação técnica e superior, o Instituto também oferta cursos de extensão voltados para a comunidade interna e externa, como Costura Industrial, Artesanato, Informática para a Terceira Idade, projetos e programas como CEJA, Pronatec, Mulheres Mil e demais cursos de extensão.

Atuando de forma ativa, a Coordenação de Extensão do IFRS - Câmpus Erechim promove ações de Extensão, disponibilizando Bolsas aos discentes; articulando o desenvolvimento de Estágios Curriculares e Não-Curriculares da Instituição com a Comunidade Externa. Também é responsável por firmar Convênios e Parcerias com Instituições públicas e privadas da região do Alto Uruguai, que possibilitem o crescimento da instituição e concretizem o seu envolvimento com a comunidade. Contribui para o desenvolvimento de ações estratégicas de Relações Internacionais da Instituição, tal como a viabilização de cooperação e intercâmbio internacionais de estudantes, professores e técnicos administrativos, com o apoio de

Programas do Governo Federal como, por exemplo, o programa “Ciência sem Fronteiras”; além de colaborar para o desenvolvimento de atividades ligadas aos Programas do Governo Federal, como o Pronatec.

O Câmpus Erechim também atua em linhas de pesquisas com bolsas de fomento externo aprovadas pelo CNPQ e FAPERGS, além de oferecer bolsas de fomento interno através de iniciação científica ou tecnológica e auxílio à pesquisa. Conta atualmente com 48 técnico-administrativos e 45 docentes efetivos.

No dia 6 de março de 2012 ocorreu o lançamento oficial da obra de ampliação do IFRS - Câmpus Erechim. As obras do Bloco 3 contemplarão a instituição com 12 novas salas de aula, 2 laboratórios de informática, 1 auditório, 5 laboratórios e 5 usinas da área de alimentos. A área total é de 3.754 metros quadrados. A previsão é de que o novo prédio seja inaugurado em dezembro de 2014.

Em abril de 2012 também iniciaram as obras do Bloco 2, o prédio que abriga a Biblioteca do Câmpus Erechim. Esta obra foi concluída no ano de 2014 e foi inaugurada no dia 27 de junho deste mesmo ano. A obra possui uma área total de 1.248 m² e foi inaugurada em 27 de junho de 2014.

Em julho de 2012 iniciaram-se as negociações para a compra do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora da Consolata, antigo Colégio Dom e Escola L'Hermitage. Ao final deste mesmo ano o imóvel foi adquirido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Erechim e conta com uma área construída de 2.024 m² e área total de 13.887 m², lindeiro ao Câmpus Erechim do IFRS. A edificação possui 10 salas de aula, 1 auditório, salas administrativas, salas de professores, cantina, quadra de esportes, campo de futebol, entre outras áreas, que podem ser utilizadas pelos alunos do IFRS – Câmpus Erechim. Com a aquisição desse espaço, foi possível expandir os cursos previstos, além de propiciar o espaço necessário às áreas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão a toda a comunidade acadêmica.

Em julho de 2014, foi iniciada a obra de construção do Bloco 5, que abrigará salas de aula e laboratórios da área de Mecânica. A obra terá 762,50 m² e tem previsão de término para o segundo semestre de 2015.

Estudantes formados pelo Câmpus Erechim são hoje profissionais bem-sucedidos, têm consciência da importância de um centro de formação educacional gratuito e de qualidade como o IFRS no município. O objetivo do câmpus é promover a

qualificação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional.

1.12 HISTÓRICO DO CÂMPUS FARROUPILHA

Farroupilha, localizada na região metropolitana de Caxias do Sul, é a terceira maior cidade da Serra Gaúcha com 63.635 habitantes (Censo de 2010) e tem seu nome em homenagem à Revolução Farroupilha.

Ela alcançou sua emancipação em 11 de dezembro de 1934, a partir da cidade de Caxias do Sul. Dessa forma, sua cultura é baseada, grandemente, em hábitos de imigrantes italianos, provenientes da Itália, para a colonização desta região do Rio Grande do Sul.

A cidade é considerada o Berço da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, Capital Nacional da Malha, Maior produtor de kiwi do país, e Maior produtor de uvas moscatéis do Brasil. Possui uma área total de 359,30 km², dispondo de diversas formas de economia, como indústrias, serviços, comércio e agricultura.

As principais atividades econômicas do município são empresas metalúrgicas, coureiro-calçadista, malhas e confecções, móveis e estofados, papel e embalagens, vinhos e sucos, indústria e comércio de ferragens. Seu PIB Per Capita é de R\$ 27.555,34 (CENSO IBGE) e o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,777 (Atlas Brasil 2013).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Câmpus Farroupilha, surge a partir da federalização da Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR), em agosto de 2010, com a finalidade de oferecer cursos de nível médio, técnico, tecnológico e superior.

A Etfar era uma instituição comunitária, ligada à Fundação da Universidade de Caxias do Sul (FUCS). O projeto inicial da escola, aprovado pelo programa de Expansão do Ensino Profissional – PROEP, do Ministério da Educação, elencava o oferecimento de cursos principalmente na área da indústria, para atender às necessidades da região.

A Região Nordeste do Rio Grande do Sul concentra indústrias de grande porte nos setores de metalurgia e de material de transporte, com destaque para a produção de veículos comerciais, de implementos rodoviários e agrícolas. Nela concentram-se as mais importantes fabricantes de ferramentas e moldes para processamento de

polímeros, injeção e fundição de materiais ferrosos e não ferrosos, bem como apresenta expressiva participação na fabricação de peças e componentes técnicos para todos os setores da economia brasileira e para exportação. Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves, principais cidades da Região, possuem juntas o maior número das empresas, destacando-se os setores metalmeccânico, de material elétrico, de vestuário, de calçados, plásticos, alimentação, moveleiro, vinícola, gráfica, coureiro e outros.

Desde 2008 a FUCS já havia iniciado uma discussão interna sobre uma possível federalização da ETFAR, sendo que o Ministério da Educação (MEC) e depois o IFRS foram chamados para essa discussão. Ao longo de 2009 foram realizadas diversas reuniões entre as instituições e a Prefeitura, com vistas a estruturar a nova instituição. Em 25 de fevereiro de 2010 foi implantado o Núcleo Avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em Farroupilha, mediante incorporação da ETFAR, através do convênio nº 016/1999 e 068/2001/PROEP, firmados entre o Ministério da Educação e a Fundação Universidade de Caxias do Sul. O IFRS Núcleo Avançado de Farroupilha foi aprovado pela instrução normativa RFB nº 748, emitida no dia 21 de maio de 2010. Ainda em julho de 2010 ocorreu o primeiro processo seletivo.

Atualmente, o IFRS – Câmpus Farroupilha possui em pleno andamento seis cursos técnicos: Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Metalurgia, Técnico em Plásticos e Técnico em Redes de Computadores.

No Ensino Superior, há os cursos de Tecnologia em Processos Gerenciais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Em 2011 foi criado o Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional, de nível superior, voltado ao aperfeiçoamento da formação docente dos professores dedicados à educação profissional.

Além destes, o câmpus desenvolveu também, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), os seguintes cursos (Técnicos e de Formação Inicial e Continuada – FIC): em 2012, Técnico em Vendas; Inglês aplicado a serviços turísticos e Desenhista Mecânico (FIC); em 2013, Técnico em Vendas; Inglês aplicado a serviços turísticos, Espanhol, Desenhista Mecânico e Operador de Computador (FIC); em 2014, cursos FIC de Inglês aplicado à serviços Turísticos; Inglês Intermediário; Espanhol, Libras; Desenhista Mecânico; Modelista

(Mulheres Mil) e Operador de Computador, além de um curso de Inglês Básico que foi ofertado na empresa Marcopolo, em Caxias do Sul.

1.13 HISTÓRICO DO CÂMPUS FELIZ

O município de Feliz está situado no Vale do Caí, encosta inferior do Nordeste, no limiar da Serra Gaúcha.

Com 12.359 habitantes (CENSO IBGE 2010), Feliz preserva as características interioranas e mantém a tradição dos alemães que colonizaram a cidade. Ainda hoje, a população mantém vivas as raízes culturais dos antepassados, imprimindo no seu dia a dia os traços germânicos dos imigrantes. Esse legado pode ser percebido nas fachadas das construções, em jardins de muitas residências e também em diálogos realizados no dialeto alemão.

A valorização da cultura, da educação e o zelo pelo trabalho são algumas das características marcantes do povo felizense. Mas, as festas também fazem parte do dia a dia da população, quer seja por motivos religiosos, como os Kerbs, ou para relembrar a tradição dos antepassados, como o Festival Nacional do Chopp, ou ainda para celebrar a produção agrícola e da agroindústria familiar, o que acontece com a Festa Nacional das Amoras, Morangos e Chantilly – Fenamor.

Limita-se ao norte com os municípios de Alto Feliz e Vale Real, ao sul com São Sebastião do Caí e São José do Hortêncio, a leste com Nova Petrópolis e Linha Nova e a oeste com Bom Princípio.

O relevo é caracterizado por vales, morros e planícies. À medida que avança para o norte, os montes e morros se acentuam. Os de maior extensão e altitude são o Morro das Batatas e o Morro Seidel. A planície que margeia o rio Caí destaca-se pela grande fertilidade do solo, bem como as planícies ao longo dos arroios.

Conforme o Censo do IBGE (2010), 76,18% da população são residentes em área urbana e os outros 23,81% moram na zona rural. A população, quanto à origem étnica, é constituída de 70% alemã, 15% italiana e 15% de outras origens (como polonesa, portuguesa, suíça e austríaca).

A economia felizense atravessou diferentes fases - de essencialmente voltada à agricultura, passou, nas décadas de 80 e 90, à industrialização. Experimentou o apogeu das grandes fábricas e também vivenciou a queda proveniente de seus fechamentos.

Enfim, talvez nenhum outro aspecto da cidade tenha sofrido tantas mudanças e reflita a capacidade de reação e superação de dificuldades.

Na economia felizense, destacam-se indústrias do setor metal-mecânico, calçadista e moveleiro. As atividades do setor primário, principalmente com o cultivo de hortigranjeiros, com a avicultura e a suinocultura, também têm grande representatividade na economia municipal. Morango, figo, goiaba e amora-preta, entre outras olerícolas, são os principais produtos agrícolas.

O setor de comércio e os serviços completam a economia local e são referência para vários municípios vizinhos.

A produção local é assim constituída (ano base 2010):

39,57% - Indústria

21,71% - Agricultura

38,68% - Comércio e Serviços

Pela localização geográfica privilegiada, pelos altos índices de saúde e educação das pessoas, entre outros aspectos, Feliz dispõe de plenas condições para proporcionar qualidade de vida a seus moradores e o êxito dos empreendimentos instalados em seu território.

Em 1998, Feliz destacou-se como a primeira colocada no ranking dos municípios brasileiros com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Naquele ano, Feliz ficou conhecida nacionalmente como a "Cidade de Melhor Qualidade de Vida do Brasil". Foi a primeira vez que o Brasil integrou o grupo dos países com alto IDH, ocupando o 62º lugar no ranking mundial.

Feliz é o município com maior índice de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de acordo com o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), lançado pelo Centro de Microeconomia Aplicada da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), em 2012. No Brasil, a cidade ocupa a 5ª posição. Feliz obteve o índice de 6,19, numa escala que varia de 0 a 10.

O Câmpus Feliz do IFRS surgiu através da determinação dos cidadãos da Fundação do Vale do Rio Caí, que criaram a Escola Técnica do Vale do Caí. Em 24 de março de 2008, quando foi firmado compromisso de federalização com o Governo Federal, a unidade passou a ser responsabilidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET).

As aulas do primeiro curso disponibilizado (Técnico em Administração - Subsequente ao Ensino Médio) iniciaram em 07 de agosto de 2008. No mesmo ano,

seguindo as políticas governamentais do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia, a Lei Nº 11.892, sancionada em 29 de dezembro, reorganizou a Rede e criou 38 Institutos Federais, três deles no Rio Grande do Sul.

No segundo semestre de 2009 a unidade passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Câmpus Bento Gonçalves, transformando-se no Núcleo Avançado de Feliz. A inauguração oficial do Câmpus Feliz aconteceu em Brasília, em 1º de fevereiro de 2010.

As áreas de atuação do Câmpus Feliz são Gestão Empresarial, Tecnologia da Informação, Meio Ambiente e Cerâmica. Estas áreas estão amplamente integradas às necessidades da comunidade educacional e empresarial da região em que se insere - formada por vinte municípios do Vale do Caí.

O Câmpus Feliz oferece atualmente os seguintes cursos:

Técnico em Informática (Integrado ao Ensino Médio)

Técnico em Meio Ambiente (Subsequente ao Ensino Médio)

Técnico em Cerâmica (Subsequente ao Ensino Médio)

Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais

Outros cursos ofertados pelo Câmpus Feliz dizem respeito a Formação Inicial e Continuada (FIC) pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Atualmente oferta cursos em dois municípios pertencentes a região, os quais fazem parte da Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí (AMVARC): em Bom Princípio, são ofertados os cursos de Agricultor Familiar e Agricultor Agroflorestal e no Município de Pareci Novo são ofertados os cursos de Inglês Básico, Inglês Intermediário, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar Administrativo, Motorista de Transporte Escolar e Programador de Sistemas.

A equipe do Câmpus Feliz é formada por docentes e técnicos administrativos, do quadro de carreira, terceirizados e estagiários; das mais diversas áreas de atuação, que colaboram para o que é premissa da Instituição: oferecer ensino público, gratuito e de qualidade.

1.14 HISTÓRICO DO CÂMPUS IBIRUBÁ

O Câmpus Ibirubá foi criado a partir da federalização da Escola Técnica Alto Jacuí -ETAJ, cujo termo foi assinado em solenidade realizada aos seis dias do mês de junho de dois mil e nove.

A realização da federalização tornou-se possível através da doação, da municipalidade ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, de todo complexo contendo uma infraestrutura de mais de cinco mil metros quadrados em construções além da estrutura de móveis e equipamentos. Também houve a incorporação da área agrícola de cerca de noventa hectares doada pelo Patrimônio da União.

A publicação da assinatura do Termo de Compromisso no Diário Oficial da União ocorreu no dia trinta de novembro de dois mil e nove, com vistas à implantação do Câmpus Avançado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. O IFRS assumiu efetivamente no dia primeiro de fevereiro de dois mil e dez.

Por fim, foi sancionada em vinte e três de abril de dois mil e treze, a portaria número 330, a qual alterou o nome da instituição de IFRS Câmpus Avançado de Ibirubá para IFRS CÂMPUS IBIRUBÁ publicada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e treze, no Diário Oficial da União.

Atualmente, o Câmpus Ibirubá possui diversos cursos e programas, sendo estes:

- Curso Técnico em Agropecuária Integrado;
- Curso Técnico em Informática Integrado;
- Curso Técnico em Mecânica Integrado;
- Técnico em Eletrotécnica Subsequente;
- Técnico em Mecânica Subsequente;
- Licenciatura em Matemática;
- Superior em Tecnologia em Produção de Grãos;
- Superior em Agronomia;
- PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;
- Programa Mulheres Mil.

1.15 HISTÓRICO DO CÂMPUS OSÓRIO

Localizado no Bairro Albatroz, na Rua Santos Dumont 2127, o Câmpus de Osório está situado no município de Osório, cuja formação étnica é diversificada, com a presença de várias correntes de colonizadores e imigrantes, com a presença inicial de portugueses, em especial, açorianos que chegaram na segunda metade do Século XVII.

O município de Osório possui em torno de 41 mil habitantes permanentes, sendo 38 mil na região urbana. A população é predominantemente ativa nos setores de serviço e comércio e uma pequena parcela, 20%, atua no setor primário e industrial (FEE – 2010).

Além disso, o câmpus Osório está inserido na Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul que é integrado por 23 municípios que somados tem 332.204 habitantes (fonte IBGE-2006), numa área geográfica de 8.772,998 Km². O município de Osório conta com 40.906 habitantes (fonte IBGE-2010) numa área de 663.267Km².

O município de Osório, estado do Rio Grande do Sul, é instalado em 16 de dezembro de 1857, após emancipar-se de Santo Antônio da Patrulha, levando consigo uma vasta área de Palmares do Sul e Torres.

A produção de Energia Eólica, através do seu parque de Energia Eólica, o maior da América Latina, gera 150KW e será ampliado, futuramente. Recentemente o município tem atraído diversos investimentos através de incentivos fiscais, acrescidos a implantação de uma Incubadora Industrial que possibilita a criação de novas empresas, emprego e renda.

O fluxo turístico em Osório é significativo, especialmente no período do verão, com seus dois balneários, Atlântida Sul e Mariápolis, é passagem para quem se dirige às demais cidades do litoral. Com o crescimento econômico e social diversificado tende a ocupar espaços. A natureza exuberante, com o mar, rios, lagoas e Mata Atlântica que encobre a Serra Geral, dá as condições para o maior incremento de tão promissor setor da economia, não apenas para Osório, mas também para toda a região do litoral norte do RS.

Além de Osório, podemos mencionar também como municípios polarizadores no tocante à concentração de investimentos públicos, privados, serviços e comércio: Torres, Tramandaí, Capão da Canoa, Arroio do Sal, Cidreira, Imbé e Xangri-lá.

Na área de serviços e comércio podemos mencionar as seguintes atividades: revenda de automóveis, oficinas, reparos de objetos pessoais e de uso doméstico, alojamento, vestuário, eletrodoméstico, móveis, alimentação, transporte, construção civil em geral, armazenamento, comunicação, intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, administração pública, saúde e educação, outros serviços coletivos e sociais.

Portanto, o planejamento e a gestão dessa região exigem ações integradas entre o setor público e a sociedade civil organizada a fim de colaborar para seu crescimento dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, até porque, o município de Osório é um polo centralizador e logístico nas mais variadas atividades econômicas da região.

A audiência pública e a enquete de perfis para a seleção de cursos técnicos na região apontaram sugestões de cursos nas seguintes áreas:

- Edificações: Crescimento do setor imobiliário, falta de mão-de-obra qualificada, rapidez de absorção ao mercado de trabalho;

- Gestão: a fim de contemplar uma parcela da população que já trabalha em pequenos estabelecimentos e não possui formação adequada, muitos dos quais não possuem o Ensino Médio;

- Informática: área que tem se caracterizado como suporte necessário para os demais setores do mundo do trabalho;

- Agroindústria: a região aglomera inúmeros alambiques, sendo o carro chefe a cachaça e embutidos, porém ficou para a segunda fase de construção devido à restrição de verbas por parte do Governo Federal;

- Turismo: a região apresenta um potencial turístico com inúmeros lagos e montanhas, além da proximidade com o mar.

Foram definidos, assim, cinco eixos temáticos extraídos do Catálogo Nacional do MEC-SETEC a serem inicialmente contemplados:

- Infraestrutura: Edificações, Desenhos Arquitetônico;

- Gestão e Negócios: Técnico de Operações Administrativas: ênfase: Empreendedorismo;

- Turismo, Hospitalidade e Lazer: Guia de Turismo, Eventos, Hospedagem, Gastronomia;

- Produção Alimentícia: Agroindústria, Panificação;

- Informação e Comunicação: Informática, Designer.

Atualmente, o Campus Osório funciona nos turnos da manhã, tarde e noite e conta com o curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, os cursos Técnicos Subsequentes em Administração, Guia de Turismo e Informática para Internet. Disponibiliza também o Ensino Médio Integrado em Administração e Informática.

O Câmpus Osório conta com uma Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Básica Profissional. Atua também na modalidade de E-tec em três pólos: Santo Antônio da Patrulha, São Francioso de Paula e Balneário Pinhal. Hoje, o Câmpus Osório conta com 450 alunos na modalidade presencial e 130 alunos na modalidade à distância, totalizando 580 alunos, com projeção de aumento de vagas para 2015 na oferta de mais cursos nas modalidades de licenciatura e subsequentes.

1.16 HISTÓRICO DO CÂMPUS PORTO ALEGRE

Da Escola Técnica da UFRGS ao Câmpus Porto Alegre do IFRS – 1909 a 2009

No ano de 2009, a Instituição completou 100 anos de existência. Sua história mescla-se com a história da UFRGS, desde sua fundação, em 26 de novembro de 1909, como Escola de Comércio de Porto Alegre e, mais tarde, Escola Técnica da UFRGS, até dezembro de 2008, quando tornou-se o Câmpus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

A Escola de Comércio de Porto Alegre foi criada anexa à Faculdade Livre de Direito, sendo mantida e custeada por ela durante um período de 35 anos. Nesse período, a Escola manteve dois cursos: o Curso Geral, que habilitava aos cargos da Fazenda, sem concurso, e às funções de guarda-livros e perito judicial, com dois anos de duração, que entrou em funcionamento em 1910; e o Curso Superior, que habilitava o acesso, sem concursos, aos cargos do Ministério das Relações Exteriores, Corpo Consular, Atuário de Companhias, chefe de Contabilidade de Empresas Bancárias e Grandes Casas Comerciais, cujo pré-requisito era o Curso Geral, também com dois anos de duração.

A partir de 1916, a Escola de Comércio de Porto Alegre foi declarada como uma Instituição de “utilidade pública”, tendo seu trabalho reconhecido pelo Governo Federal.

Em 15 de fevereiro de 1933, a Congregação da Faculdade de Direito criou o Curso Propedêutico, com três anos de duração, e substituiu o Curso Geral pelo Curso de Técnico Perito Contador. Em 13 de maio do mesmo ano, a Escola foi colocada na órbita da Legislação Federal. Dentre as diversas modificações das Leis que regiam o ensino no Brasil, a Escola Técnica sempre se preocupou em se adaptar a essas mudanças, qualificando seu ensino.

Em 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, sendo a Faculdade de Direito e sua Escola de Comércio integradas à nova Universidade, passando a serem custeadas pelo Estado.

Em 1939, o Curso Técnico de Perito Contador foi substituído pelo Curso de Contador, que por sua vez deu lugar ao Curso Técnico de Contabilidade em 1948.

Em 11 de maio de 1945, foi criada a Faculdade de Economia e Administração. Assim, a Escola foi desvinculada da Faculdade de Direito e passou a fazer parte desta nova instituição de ensino.

Em 1947, a Universidade de Porto Alegre passou a ser mantida pelo Governo Federal, sendo denominada Universidade do Rio Grande do Sul – URS.

Foi em 4 de dezembro de 1950 que a Universidade passou a ser administrada pelo Governo Federal, agora com o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A Faculdade de Economia e Administração e, respectivamente, a Escola de Comércio, agora denominada Escola Técnica de Comércio, passaram a integrar o sistema federal.

Nesse momento iniciou-se uma nova fase para a Escola. Em 1954 é criado o Curso Técnico de Administração e, em 1958, o Curso Técnico de Secretariado.

Somente na década de 60 a Escola passou a ter uma Direção própria, diferenciada da Faculdade de Ciências Econômicas. O primeiro Diretor foi o Professor Clóvis Vergara Marques, também professor do magistério superior da mesma Universidade, permanecendo 22 anos na direção da Escola Técnica. Hoje, a Biblioteca do Câmpus leva seu nome em homenagem a sua memória.

Com o advento da Lei 5.692, de 11/08/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, foram criados os seguintes cursos: Técnico em Operador de Computador (1975), transformado para Técnico em Processamento de Dados (1989) e depois para Técnico em Informática (1999); Técnico em Transações Imobiliárias (1976); Técnico em Comercialização e Mercadologia (1979); Suplementação em Contabilidade (1987); Técnico em Segurança do Trabalho e de Suplementação em Transações Imobiliárias (ambos em 1989).

Até fevereiro de 1994, a sede da Escola Técnica de Comércio manteve-se nos fundos do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Com a expansão da oferta de cursos técnicos, início dos concursos públicos para docentes e ingresso de mais servidores técnico-administrativos, a luta pela obtenção de uma sede própria e nova, ganhou mais força.

Um terreno localizado na Rua Ramiro Barcelos, ao lado do Planetário e da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, ambos da UFRGS, foi definido para a construção da Escola, em novembro de 1989.

A contrapartida da solicitação de recursos financeiros para a construção do prédio próprio da Escola foi a de abertura de novas vagas para a comunidade. E assim foi feito.

No dia 19 de maio de 1994, o Prédio da Escola Técnica, iniciado na administração do Professor Aldo Antonello Rosito, foi inaugurado pelo Senhor Ministro da Educação e do Desporto, Professor Murílio Avellar Hingel, e pelo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Hélió Trindade, sendo Diretora da Escola, naquele momento, a Professora Liana Yara Richter.

No ano de 1996, entraram em funcionamento os cursos regulares de Técnico em Biotecnologia e Técnico em Química, e os Cursos Pós-Técnicos de Controle e Monitoramento Ambiental, Redes de Computadores e Suplementação em Processamento de Dados. Mais tarde, em 1997, iniciou-se o curso de Suplementação em Secretariado.

Com seus novos cursos e sua nova visão do ensino técnico, em 1996 a Escola Técnica de Comércio da UFRGS passou a se chamar Escola Técnica da UFRGS.

Devido às reformulações das legislações do ensino técnico no ano de 1996, de acordo com a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e os demais diplomas legais, a Escola Técnica passou a ministrar, no ano de 1999, somente cursos de educação profissional, tendo como pré-requisito para ingresso a conclusão do ensino médio, antigo 2º grau.

Ainda em 1999, no mês de dezembro, a Escola Técnica firmou o convênio 124/99 com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no sentido de executar o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, coordenado pela Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do MEC.

Este convênio permitiu que fosse investido na expansão da Escola Técnica, o valor de R\$ 1.883.512,55 (hum milhão, oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos e

doze reais cinqüenta e cinco centavos). Estes investimentos foram projetados para obra física, aquisição de equipamentos laboratoriais e administrativos e materiais de apoio ao ensino-aprendizagem.

O projeto de obra física permitiu a construção, em forma de anexo ao prédio central, de mais 2.700m² traduzidos em 4 (quatro) pisos, com 20 (vinte) novos laboratórios e salas de apoio.

A Escola Técnica passou a utilizar, como frutos destes investimentos, 29 laboratórios, permitindo a expansão e melhor qualificação nas áreas de Química, Física, Biologia, Informática, Segurança do Trabalho e Língua Estrangeira. Como contrapartida destes investimentos a Escola Técnica se comprometeu com o aumento de matrículas nos diversos cursos da educação profissional.

No ano de 2008, ano em que a Escola Técnica cumpriu 99 anos de existência, passou a oferecer 11 (onze) cursos técnicos presenciais e um a distância (ETEC-BRASIL), bem como o PROEJA, nos turnos da manhã, tarde e noite.

Em 30 de dezembro de 2008, é publicada a Lei 11892/2008, que cria 38 Institutos Federais no País, entre eles o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Com isto, a Escola Técnica, até então vinculada à UFRGS, deixa de existir e constitui-se o CÂMPUS PORTO ALEGRE DO IFRS.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicâmpus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercem o papel de instituições creditoras e certificadoras de competências profissionais. Os Institutos Federais têm autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

Em decorrência dessa reestruturação, o Campus Porto Alegre do IFRS passou a ter uma nova estrutura administrativa e pedagógica, necessária para atender as demandas que surgem com a criação de novos cursos técnicos e superiores.

Atualmente, o Campus Porto Alegre do IFRS oferece 17 cursos técnicos e cinco cursos superiores, entre presenciais e à distância, além do PROEJA, pós-graduação e cursos de extensão e capacitação profissional, alguns através do PARFOR ou em convênio com instituições parceiras, como o Grupo Hospitalar Conceição (GHC).

Com isso a antiga Escola Técnica da UFRGS, atual Câmpus Porto Alegre do IFRS, deu início a uma nova fase de expansão, em que ofertará todas as modalidades de ensino regular, ou seja, do PROEJA ao Ensino Superior.

Seguindo seu projeto de expansão, no ano de 2011 o Campus Porto Alegre entrou em funcionamento na sua nova sede, própria, localizada no Centro Histórico de Porto Alegre (R. Cel. Vicente, 281, esquina Voluntários da Pátria). Em pleno coração da Capital gaúcha, a nova estrutura, com 48.000m², permitirá ao Câmpus ampliar ainda mais a oferta de vagas e o número de alunos, além de novos cursos.

1.17 HISTÓRICO DO CÂMPUS RESTINGA

O Câmpus Restinga está localizado no extremo sul de Porto Alegre, em um dos bairros mais populosos do município, com aproximadamente 63 mil habitantes. Com início das atividades em 2010, a instalação do câmpus é resultado da organização da comunidade local que, fazendo valer todo um histórico de mobilização, participou ativamente do processo de implantação do câmpus e escolha dos eixos tecnológicos que atualmente se apresentam em Cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado e Subsequente, PROEJA e Tecnólogos, além da oferta de Formação Inicial e Continuada (FIC). É interessante observar que o Câmpus Restinga se soma à centenária “Escola Técnica da UFRGS”, atual Câmpus Porto Alegre, além do Câmpus Canoas, também fruto da expansão da Rede Federal, marcando a presença do IFRS na Região Metropolitana de Porto Alegre. Assim, o Câmpus Restinga constitui uma nova perspectiva para a qualificação e geração de emprego e renda na região da Restinga, Porto Alegre e região metropolitana.

O bairro que abriga e dá nome ao câmpus ocupa de 38,56 km², representando cerca de 8,10% da área da capital gaúcha. A taxa de analfabetismo é de 6%, e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,6 salários mínimos (IBGE, 2010). A ocupação deste bairro iniciou nas décadas de 60 e 70, motivada pelo rápido processo de urbanização pelo qual Porto Alegre estava passando, acompanhado por

graves problemas de infraestrutura na área habitacional. Para tratar a questão, em 1965 foi criado o DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), com intuito de trabalhar o planejamento urbano e também questões emergenciais como encontrar alternativas para regiões alagadiças da cidade. Dessa forma, moradores das Vilas Theodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia foram removidos para a Vila Restinga Velha, a partir de 1966. Todavia, o deslocamento da população não trouxe resolução dos problemas de infraestrutura, demonstrados através de condições precárias de moradias, calçamento, iluminação, transporte, postos de saúde, entre outros. Assim o que ocorreu foi a repetição do mesmo cenário em um novo lugar, evidenciado pela falta de condições mínimas e pela ocupação de áreas de risco junto à encosta do morro São Pedro.

A população da Restinga hoje é três vezes maior do que aquela pensada inicialmente. A comunidade deste bairro é dotada de forte espírito de mobilização para reivindicação de direitos, o que fez com que seus habitantes buscassem melhores condições de vida e de desenvolvimento do bairro. Mesmo com todas as dificuldades estruturais enfrentadas pelos primeiros moradores, foi a partir de um empenhado trabalho da comunidade que o bairro tornou-se oficial, através da Lei nº 6571 de 1990, e hoje possui infraestrutura de transportes, telefonia, postos de saúde e instituições de ensino, podendo ser considerado um autônomo núcleo urbano inserido no município de Porto Alegre.

Em maio de 2006 foi criada uma comissão pró-implantação do Câmpus Restinga, formada por integrantes de diversos segmentos da sociedade do bairro tais como representantes do Fórum de Educação da Restinga e Extremo Sul (FERES) e das promotoras legais populares (PLP's). Além disso, havia representação também da ONG Paulo Freire dos trabalhadores em educação. A participação da comunidade do Bairro Restinga foi essencial em todo o processo de implantação do câmpus. A forte característica de perseverança mobilizou seus moradores a reclamar junto às autoridades a necessidade de uma escola pública e gratuita de ensino profissionalizante no local.

As reuniões da Comissão pró-implantação eram quinzenais. Uma das primeiras ações do grupo foi a distribuição e o protocolo de um manifesto no MEC/SETEC em 25 de maio de 2006. Esse manifesto relatava as características e as deficiências do bairro em relação à educação demonstrando a necessidade da construção do Instituto no local. Outra ação foi a elaboração de um abaixo-assinado, com o recolhimento de cinco

mil assinaturas da comunidade, no intuito de sensibilizar os órgãos públicos com a demanda. A Comissão também preparou um cronograma e solicitou apoio para realização de audiências públicas, sendo a primeira realizada no dia 16 de junho de 2006, na Prefeitura de Porto Alegre. Nessa ocasião, foi entregue um ofício ao Prefeito solicitando o apoio e a parceria com relação às atividades desenvolvidas pela comissão e à viabilização de área pública municipal para a instalação da escola.

Em uma das últimas audiências realizadas, em 21 de julho de 2008, foram determinados os eixos tecnológicos e os cursos ofertados pelo câmpus. Foram definidos sete eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Tecnologia da Informação e Comunicação, Hospitalidade e Lazer, Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design, Recursos Naturais e Infraestrutura. Dessa forma os cursos foram definidos de acordo com os eixos correspondendo respectivamente a cada um na seguinte ordem: Curso Técnico em Eletrônica e Eletrotécnica; curso Técnico em Telecomunicações e curso Técnico em Informática para Internet; Técnico em Guia de Turismo e curso Técnico em Hospedagem; curso Técnico em Operações Administrativas e curso Técnico em Vendas; por fim para o eixo Infraestrutura definiu-se o curso Técnico em Edificações e o curso Técnico em Desenho de Construção Civil.

A implantação do câmpus sob a coordenação da equipe do CEFET-BG iniciou a partir da regularização da área de 78.086 m² doada pela prefeitura de Porto Alegre. Esta última havia protocolado sua proposta em resposta à Chamada Pública MEC/SETEC N°01/2007 em 4 de julho de 2007. A partir de diversas reuniões com as secretarias responsáveis, a lei de doação foi publicada em 16 de julho de 2008 e a doação concretizada em outubro do mesmo ano. As obras das instalações do câmpus iniciaram em janeiro de 2010.

O IFRS, Câmpus Restinga, começou efetivamente suas atividades em julho do ano de 2010 em sede provisória, localizada no mesmo bairro, com a oferta de três Cursos Técnicos Subsequentes. Naquele momento, a decisão foi de iniciar as atividades curriculares em sede provisória, enquanto se aguardava a entrega da sede definitiva do câmpus. No dia 30 de março do ano de 2012 o Câmpus Restinga realizou sua primeira solenidade de formatura: foram 27 formandos que ingressaram em julho de 2010 recebendo o título de Técnicos de Guia de Turismo. É interessante observar que, nessa ocasião, além da Reitora do IFRS, do Diretor do Câmpus, dos Paraninfos e Oradores, a solenidade contou com pronunciamento da presidente da Comissão pró-implantação da Escola Técnica na Restinga, Maria Guaneci Ávila – fato que evidencia

a presença e a importância da participação da comunidade nas atividades do câmpus. Em setembro do ano de 2012 as atividades curriculares iniciaram na sede definitiva do câmpus, com a entrega do primeiro pavilhão.

Os cursos oferecidos atualmente no câmpus e suas respectivas modalidades são: Técnico em Redes de Computadores (Modalidade Concomitante), Técnico em Eletrônica e Técnico em Informática para Internet (ambos integrados ao Ensino Médio), Técnico em Recursos Humanos (Integrado ao Ensino Médio, Modalidade PROEJA), Técnico em Administração, Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Administração e Técnico em Guia de Turismo (Modalidade Subsequente), Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer e Tecnologia em Eletrônica Industrial (Modalidade Tecnólogo). São somados a isso, os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertados a partir de 2011 no Câmpus Restinga, através do PRONATEC.

1.18 HISTÓRICO DO CÂMPUS RIO GRANDE

Perfil socioeconômico da região

O município de Rio Grande, com uma área territorial de 2.813,91 km² (IBGE), está localizado na Planície Costeira Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Seu território compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a Sudoeste da desembocadura da Lagoa dos Patos.

A população estimada do município é de 197.228 habitantes. Fonte: IBGE (2010)

A economia é caracterizada por acentuada predominância do setor secundário, numa ampla interação com o sistema viário, liderado pelas instalações portuárias. No entanto, outros setores tiveram grande influência no desenrolar das atividades econômicas, contribuindo com etapas para o desenvolvimento integrado do município como a agricultura, a pecuária, a pesca, o comércio e o turismo.

O município de colonização portuguesa foi fundado em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes. Foi elevado à categoria de cidade em 1835.

Principais destaques

- Cidade Histórica, Patrimônio do Rio Grande do Sul.

- Maior complexo portuário do sul do Brasil.
- Molhes da Barra do Rio Grande – uma das maiores obras de engenharia hidráulica do mundo.
- Pólo industrial pesqueiro do Rio Grande do Sul.
- Sede da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul e sede do 5o Distrito Naval.
- Único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Universidade mais meridional do Brasil – Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
- Segundo maior complexo da indústria naval e offshore do país.

Caracterização geral do Campus

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Rio Grande é oriundo do Colégio Técnico Industrial, vinculado à Universidade Federal de Rio Grande. O Colégio Técnico Industrial - CTI surgiu em 1964, junto à Escola de Engenharia Industrial, fundada em 1956 e que viria a ser o embrião FURG. Sentindo a crescente expansão do setor industrial da cidade de Rio Grande, com destaque para o setor de pescados, sugeriram ao então Ministério da Educação e Cultura a criação do Colégio Técnico Industrial, que ofereceria os cursos de Eletrotécnica e Refrigeração, cujos técnicos atenderiam à demanda oferecida pelas indústrias locais. A 6 de janeiro de 1965, a Portaria no 2 do DEI/MEC (publicada no Diário Oficial da União em 19 de janeiro de 1965) autorizou o funcionamento do CTI.

Com a criação da Fundação Universidade do Rio Grande (agora Universidade Federal do Rio Grande - FURG) em 1969, que congregou a Escola de Engenharia Industrial e as diversas faculdades da cidade, o CTI também foi integrado à mesma.

Em 1994, quando da ocasião do Jubileu de Prata da FURG, e resgatando a memória de seu idealizador e Diretor de 1964 a 1971, foi dado o nome de “Professor Mário Alquati” ao Colégio Técnico Industrial.

Em 2007, o CTI adotou uma modalidade de ensino que, com a Reforma da Educação Profissional, que se concretizou no ano de 2001, foi extinta, por força de legislação e política vigente na época. Trata-se da oferta da Educação Profissional

Técnica de Nível Médio na Modalidade integrada ao Ensino Médio. Ao voltar a oferecer esta Modalidade de ensino, o CTI resgata sua vocação de Colégio Técnico, e ao mesmo tempo seu papel social de escola pública, gratuita e de qualidade direcionada para a formação de profissionais cidadãos. Também em 2007, o CTI aderiu ao Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, PROEJA, passando a oferecer o Curso Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado nesta modalidade de ensino.

Em 29/12/2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei 11.892, o CTI passou a integrar o IFRS, passando a ser o Campus Rio Grande do mesmo.

Em 2008 passou a ser oferecido o primeiro curso de nível superior, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e no primeiro semestre de 2009 iniciaram os cursos de Tecnologia em Refrigeração e Climatização, Construção de Edifícios com ênfase em eficiência energética e, a partir de 2010, Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica tendo por objetivo proporcionar formação pedagógica na Educação Profissional.

Hoje, a Instituição é responsável pela formação de técnicos de nível médio nas Áreas: da Indústria, com habilitações de Técnico em Eletrotécnica, Refrigeração e Climatização, Automação Industrial e Fabricação Mecânica; da Informática, com habilitações de Técnico em Informática para Internet; da Geomática, com habilitação de Técnico em Geoprocessamento, e da Saúde, com habilitação de Técnico em Enfermagem, estando vários de seus egressos exercendo suas atividades profissionais em todas as regiões do território nacional e mesmo fora do país.

Ao longo de sua existência, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Rio Grande tem criado condições favoráveis para a manutenção de seu padrão de qualidade, na função social de escola pública e, sobretudo, no preparo de seus alunos para a vida e o trabalho, aliando formação profissional e humanística.

1.19 HISTÓRICO DO CÂMPUS ROLANTE

Devido à grande expansão da rede federal de educação profissional ocorrida no país a partir do início dos anos 2000, a comunidade do Vale do Paranhana, se mobilizou através de sindicatos, câmaras de vereadores, prefeituras e instituições de ensino em prol do projeto de implantação de uma escola profissionalizante em um dos municípios da região.

A intensificação das mobilizações ocorreu a partir de 2009, com a realização de audiências públicas em todos os municípios da região e coleta de abaixo assinados de trabalhadores, empresários, entidades sindicais e lideranças políticas. Naquela ocasião, a reitoria do IFRS prestou apoio e incentivo à comissão que estava conduzindo todo o processo, orientando-a quanto às necessidades de contrapartida municipal para aprovação do projeto no âmbito do Ministério da Educação.

Com isso, o município de Rolante se prontificou a sediar a instalação da escola técnica, como era denominada pela comissão e pela comunidade do Vale do Paranhana. Portanto, colocou à disposição um terreno municipal de 8 hectares localizado a aproximadamente 4 quilômetros da sede municipal.

De posse da confirmação da doação do terreno e da coleta de milhares de assinaturas, a comissão conseguiu realizar uma audiência com gestores do MEC no ano de 2011. Nesta reunião foi aprovada a criação do Câmpus Rolante, vinculado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Em seguida, a comissão e gestores do IFRS realizaram várias audiências públicas nos municípios da região com o objetivo de identificar as principais demandas por formação profissional. Os resultados dessas audiências apontaram quatro eixos principais, de acordo com as suas características socioeconômicas, que são agropecuária, coureiro calçadista, gestão e tecnologia da informação.

Como um dos eixos apontados foi na área de agropecuária, tornou-se necessário viabilizar a ampliação do terreno para atender exigências do MEC e também para o pleno desenvolvimento dos projetos didático-pedagógicos das ciências agrárias, como setores para criação de animais de pequeno, médio e grande portes e cultivo de frutíferas, culturas anuais, hortaliças e flores. Portanto, durante o ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Rolante procedeu à desapropriação de várias pequenas propriedades rurais anexas ou próximas ao terreno inicialmente destinado à implantação do câmpus, cujo total atingiu 57 hectares.

No ano de 2013, deu-se início à elaboração dos projetos arquitetônicos para a construção do primeiro prédio escolar do Câmpus Rolante. Este prédio está em fase de construção no ano de 2014 e conta com uma área próxima a 3 mil metros quadrados, onde abrigará salas administrativas, didáticas e biblioteca. As construções futuras compreenderão laboratórios de ensino focados nos eixos de formação aprovados nas audiências públicas, salas de aula, pátio, abrigo para máquinas, estacionamento, calçamento do acesso de 700 metros que vai da rodovia até os prédios, subestação de energia elétrica, reservatório de água, cercamento, estacionamento, instalações zootécnicas e agrícolas, dentre outros.

O investimento total poderá chegar a 10 milhões de reais, entre obras e equipamentos, cuja área construída deverá chegar a 7 ou 8 mil metros quadrados. Também estão previstos a contratação de 60 professores e de 45 técnicos-administrativos e o atendimento a 1200 alunos, quando o câmpus estiver em pleno funcionamento.

As primeiras ofertas de cursos técnicos regulares do Câmpus Rolante estão previstas para acontecer no segundo semestre de 2015, conforme a conclusão da obra do primeiro prédio e a liberação de quadro inicial de servidores por parte do Ministério da Educação, cujo concurso público deverá ocorrer durante o semestre anterior.

Enquanto isso, o Câmpus Rolante vem desenvolvendo ações de formação inicial e continuada através da Bolsa Formação do PRONATEC desde o segundo semestre de 2013. Durante o semestre anterior, o IFRS e a Prefeitura de Rolante realizaram planejamento e estudos de demanda para cursos de capacitação a serem oferecidos em 2013. Dentre as propostas levantadas ficaram definidos os seguintes cursos: Inglês Básico, Operador de Computador, Piscicultor, Agricultor Familiar, Modelista de Cabedais de Calçados e Auxiliar Administrativo. No entanto, não foram disponibilizadas novas vagas pelo MEC para o segundo semestre, então a coordenação do Câmpus Rolante conseguiu a cedência de 80 vagas que já haviam sido disponibilizadas para outros câmpus do IFRS. Assim, foi possível ofertar 4 cursos: Inglês Básico, Operador de Computador, Agricultor Familiar e Auxiliar Administrativo.

Para 2014, estão previstos mais 6 cursos: Agricultor Familiar, Auxiliar Financeiro, Conductor Ambiental Local, Fruticultor, Inglês Intermediário e Montador e Reparador de Computadores. As aulas ocorrem na Escola Municipal Oldenburgo, através de parceria firmada com a Prefeitura Municipal, cujas prioridades de preenchimento das vagas são de pessoas que façam parte do Cadastro Único do programa Bolsa Família do Governo

Federal, segurados do Seguro Desemprego do SINE ou Agricultores Familiares, mas o restante destas vagas pode ser preenchido por qualquer pessoa da comunidade que tenha interesse em buscar qualificação, desde que apresentem os pré-requisitos mínimos de formação definidos no guia do MEC.

1.20 HISTÓRICO DO CÂMPUS SERTÃO

O Câmpus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 quilômetros de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Criado pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo, o câmpus iniciou seu efetivo funcionamento no ano de 1963. Através do Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, com localização em Passo Fundo (RS), subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, ligada ao Ministério da Agricultura. Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967 a instituição foi transferida, juntamente com outros órgãos de Ensino, para o Ministério da Educação e Cultura.

O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, autorizou o Ginásio Agrícola de Passo Fundo a funcionar como Colégio Agrícola. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto nº 62.519, de 09 de abril de 1968. A partir de então ficou sob a coordenação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola - COAGRI - durante o período de 1973 até 1986.

Pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada à Secretaria de Educação de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura. Obteve declaração da regularidade de estudos pela Portaria nº 081, de 06 de setembro de 1980, da Secretaria do Ensino de 1º e 2º Graus, do Ministério da Educação e Cultura. A Lei Federal nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 transformou a Escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

A Lei nº 11.892, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no dia 29 de dezembro de 2008, transformou a antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão em Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, o câmpus oferecia o curso Ginásial Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Mestre Agrícola, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. No período de 1970 a 1975, oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de 2º Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

Hoje o câmpus tem autonomia para ministrar Curso de Educação Básica em Nível de Ensino Médio e Formação Profissional com cursos de nível técnico e também cursos de graduação superior (tecnologias, bacharelados e licenciaturas).

Integrado ao Plano de Expansão da educação profissional, desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento socioeconômico regional, especialmente em regiões em que predominam as pequenas e médias propriedades rurais. São 57 anos de história na formação de técnicos em agropecuária com mais de 4.000 alunos que se inserem ao mercado de trabalho, não apenas como profissionais mas também como líderes e cidadãos com destacada participação em todos os campos da ação humana.

O câmpus tem marcante atuação junto à comunidade regional e desempenha papel importante no atendimento de demandas específicas na região, através dos cursos que desenvolve e das parcerias com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino como Universidades e Sindicatos.

Contando com uma área de 237 hectares, além de modernos laboratórios, o câmpus mantém setores de produção nas áreas de: Agricultura (Culturas Anuais, Fruticultura, Silvicultura e Olericultura); na área de Zootecnia (Bovinocultura de corte e leite, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura, Piscicultura e Avicultura); Agroindústria; e Unidade de Beneficiamento de Sementes, constituindo um laboratório para prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria-prima para o processo agroindustrial.

O câmpus funciona em período integral, com aulas teóricas e práticas, nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, ainda, outras atividades para atendimento da clientela externa, como cursos de curta duração, que visam à atualização, capacitação e treinamento em áreas diversas e cursos de qualificação.

São oferecidos, na atualidade, o curso Técnico em Agropecuária, nas modalidades integrado, subsequente e concomitante ao Ensino Médio; o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Técnico em Comércio concomitantes ao

Ensino Médio; PROEJA, com formação técnica em Comércio e os cursos superiores de Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Alimentos Engenharia Agrônômica, Licenciatura em Ciências Agrícolas e Formação Pedagógica para Docentes da Educação Básica e Profissional, Tecnologia em Gestão Ambiental e Zootecnia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, além do curso de pós-graduação em Teorias e Metodologias da Educação.

1.21 HISTÓRICO DO CÂMPUS VACARIA

O município de Vacaria está situado na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, zona fisiográfica dos Campos de Cima da Serra. Esta região é composta pelos municípios de André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria. A região ocupa uma área de 10.404 km² e tem uma população de 98.361 habitantes (FEE 2011). Vacaria tem 62% desta população.

A cidade de Vacaria tem sua economia predominantemente agrícola, o que levou o poder público a demandar um curso técnico nesta área. A Escola Agrotécnica Federal de Sertão se prontificou a oferecer este curso em parceria com a prefeitura, Embrapa, Associação dos Técnicos em Agropecuária de Vacaria, Fepagro, entre outras.

O Câmpus Vacaria é oriundo da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão, que em 2008, com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, passou a denominar-se Câmpus Sertão. Em 2009, o Pólo Vacaria passou a integrar o Câmpus Bento Gonçalves, também pertencente ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul e em 2012, com o plano de expansão da Rede Federal, foi definida a implantação do câmpus, que iniciou suas atividades em 2014.

As atividades do polo iniciaram com a implantação do Curso Técnico em Agropecuária, modalidade subsequente, com duas turmas: Diurno e Noturno. Neste período de atuação nove turmas já se formaram, estando inseridos no mercado de trabalho 87% destes alunos. Em 2010 foi implantado o Curso Técnico em Informática, modalidade subsequente, com duas turmas formadas e, em 2011, na modalidade concomitante externo, com uma turma de alunos já formada, atuando no mercado de trabalho mais de 90% dos alunos.

Dentre as metas já definidas através de audiências públicas organizadas pelo IFRS, ficaram definidas as áreas de cursos a serem implantados no Câmpus Vacaria: Informação e Comunicação, Licenciaturas, Gestão e negócios, Produção alimentícia e Recursos naturais.

A implantação do Câmpus Vacaria vem sendo realizada numa área de 60 ha e terá toda a infraestrutura necessária para ser um centro de excelência em educação profissional, técnica e tecnológica a fim de formar profissionais com as competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho.

1.22 HISTÓRICO DO CÂMPUS VERANÓPOLIS

Veranópolis teve sua colonização iniciada em 1884, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos. Antes, já a partir de 1830, todo o território desta região pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha, e as freguesias mais próximas eram Lagoa Vermelha e Vacaria.

Com o tempo, os fazendeiros de Lagoa Vermelha foram abrindo picadas e penetrando na região da futura colônia Alfredo Chaves. Tomavam posse da terra das matas do rio das Antas para o cultivo de milho e extração de erva-mate. No local mais aprazível daquela gleba de terra, havia um ponto de encontro de tropeiros que, periodicamente, se aventuravam a passar por ali, com destino a Montenegro. Este lugar preferido para repouso e encontro neste longo caminho, com uma elevação rochosa e ótima vertente de água recebeu o nome de Roça Reúna.

O excesso de pretendentes aos terrenos nas antigas colônias obrigou à Inspeção Geral de Colonização a planejar e a concretizar a criação de uma nova colônia, para onde seriam encaminhados os excedentes populacionais.

No local conhecido como Roça Reúna, foi instalada em 1884 a colônia Alfredo Chaves, pertencente ao município de Lagoa Vermelha.

Foi após esta decisão que começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos advindos principalmente das províncias de Treviso, Pádua, Cremona, Mântua, Belluno, Tirol e Vicenza. Pouco tempo depois, os primeiros poloneses chegavam ao município. Na década de 40 o senhor Mansuetto Dal Prá, morador da região, nomeou o lugar como Veranópolis, que significa Cidade Veraneio sendo verano = verão (palavra latina) polis = cidade (palavra grega).

A promissora cidade conhecida mundialmente como Terra da Longevidade, tem, segundo fontes oficiais (IBGE) uma população estimada em 2013 de 24522 habitantes, vivendo em uma área territorial de 289,342 Km², com uma densidade demográfica de 78,83 hab/km².

O Câmpus de Veranópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia que se agrega a essa história, sendo uma instituição federal de ensino público e gratuito que faz parte da expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, foi criado em meados dos primeiros meses de 2014. O Câmpus Avançado está instalado em uma área de 47.334 m², localizada na RSC 470, 6500, Bairro Sapopema, no município de Veranópolis.

No ano de 2013, iniciaram-se as discussões e tratativas sobre a possibilidade do IFRS instalar-se no município de Veranópolis. Foi realizada uma audiência pública no início desse ano. Em janeiro de 2014, nova audiência pública foi realizada, com perspectiva de que o IFRS se instalasse no município de Veranópolis ainda em 2014, visando beneficiar mais de 19 cidades da região, signatários defensores do projeto, que são: Antônio Prado, Cotiporã, Fagundes Varela, Guabiju, Guaporé, Ipê, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Protásio Alves, São Jorge, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

No dia 11 de março de 2014, o Câmpus Avançado de Veranópolis foi autorizado pelo MEC/SETEC a entrar em funcionamento, a partir de junho de 2014. Em 18 de março de 2014, a Câmara de Vereadores de Veranópolis aprovou o Projeto de Lei que autorizou a doação de área para a instalação do IFRS em Veranópolis, RS.

O Câmpus Avançado Veranópolis nasce com a necessidade de descentralizar o ensino público e gratuito dos IFs, ofertando cursos principalmente de nível superior e dessa forma, fixando as pessoas em sua região de origem, promovendo o desenvolvimento econômico e social local. A região compreendida pelos municípios do entorno de Veranópolis tem uma população estimada, segundo dados do IBGE/2010, em mais de 150 mil habitantes. O perfil econômico da região, em grande parte, gira em torno da agricultura familiar, fruticultura, metalurgia de precisão, produção de biodiesel, e das atividades de terceiro segmento, o que será considerado para estudos mais avançados e criação dos cursos a serem implementados. Estes seguramente serão os balizadores dos eixos tecnológicos a profissionalizar.

O Câmpus Avançado Veranópolis predispõe-se a ofertar três cursos superiores, sendo um na grande área da administração e gestão, um na área de transformação de vegetais em energia e um na grande área da transformação metal mecânico, não desprezando num futuro próximo a opção por outras áreas em que haja demanda consolidada.

1.23 HISTÓRICO DO CÂMPUS VIAMÃO

O Câmpus Viamão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul está em fase de implantação. O município de O município de Viamão, conforme dados do IBGE, em 2009 apresentava um PIB total de R\$ 2.04 Bi, que representava um valor per capita de R\$ 8.524,00. O setor terciário (Serviços) é responsável por 72% do PIB; a área industrial 23% e o setor primário apenas 5%. Destaque-se que, em razão da proximidade com Porto Alegre e facilidade de deslocamento, a maioria da população exerce suas atividades laborais na capital Porto Alegre, gerando divisas fora do município.

Segundo dados do CENSO de 2010, o município de Viamão possui 94% da sua população residindo no meio urbano e somente 4% na área rural. Apesar da baixa densidade demográfica rural, o município apresenta grande potencial de desenvolvimento agropecuário, turístico, industrial e comercial, pois, com quase 1.500 quilômetros quadrados de área, a cidade vem desenvolvendo vários tipos de turismo (ecológico, rural, de negócios e esportivo), destacando-se também, no eixo da economia rural, pela produção de alimentos, especialmente o arroz. Ainda, a bacia leiteira é considerada a mais importante da Região Metropolitana.

A partir de audiências públicas e reuniões entre as autoridades municipais e representantes do IFRS realizadas desde 2011, foram identificados os eixos Gestão e Negócios e Ambiente e Saúde para oferta de cursos no Campus Viamão. Além disso, em 2014 foi realizada uma pesquisa com 60 diretores de escolas do município, que representam aproximadamente 1.000 professores e aproximadamente 17 mil alunos da rede municipal. O resultado da pesquisa apontou, principalmente, demanda pelos cursos Técnico em Administração, Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Cooperativismo e Técnico em Meio Ambiente. Estes, portanto, são os primeiros cursos ofertados pelo Campus Viamão num total de 144 vagas em 2015-1. Como planejamento futuro, após consolidação do Campus em sede própria e estruturação, há

planos de oferta de cursos de licenciatura, cursos superiores e cursos de especialização, baseados nas potencialidades de IFRS em articulação com a comunidade acadêmica.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO

O desenvolvimento do IFRS, enquanto instituição pública de ensino, baseado nos princípios da gestão pública e para o cumprimento de sua missão, se faz através do planejamento da gestão. A gestão utiliza os conceitos relacionados ao planejamento estratégico para o estabelecimento dos seus planos, sendo o planejamento de longo prazo determinado para o período de cinco anos⁴. Considera-se o planejamento estratégico uma técnica administrativa capaz de criar a consciência de alguns elementos para toda a organização: os seus pontos fortes, fracos, as suas ameaças e oportunidades, além dos seus objetivos e metas (REZENDE, 2002).

O planejamento estratégico trata-se, assim, de uma programação estratégica para a articulação e a elaboração de visões que os gestores obtêm de diversas fontes. Observa-se, também, que a administração pública brasileira tem procurado implementar processos de modernização na gestão das organizações públicas para que se possa ter a governança e o controle da sociedade sobre os processos realizados nesse tipo de organização. Esse processo de evolução pode utilizar o planejamento estratégico para a sua relação com a sociedade, com o estabelecimento de objetivos e ferramentas para o seu acompanhamento e controle.

A elaboração de um planejamento robusto e formal não basta. É preciso, mais do que isso, buscar atingir os objetivos e as metas e a realização de um esforço para acompanhar a sua execução. “É necessário sua formalização por uma metodologia que relate um processo dinâmico, interativo, flexível e inteligente” (REZENDE, 2002, p. 38). Sendo assim, o IFRS realizou um processo de levantamento, do ponto de vista de seus gestores, dos servidores docentes e técnicos administrativos em educação e dos discentes, referente às definições de sua matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, bem como à definição das prioridades em relação aos seus objetivos estratégicos.

⁴ O horizonte tempo de planejamento estratégico pode variar de acordo com o tipo de organização. Cinco anos é o tempo estabelecido no Decreto 5773/2006, do MEC, para as organizações que elaboram o Plano de Desenvolvimento Institucional.

2.1 METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO

O planejamento estratégico é uma técnica utilizada na gestão das organizações. Ele permite que a instituição crie e dissemine a consciência de elementos de gestão para toda a comunidade: pontos fortes, pontos fracos, ameaças, oportunidades, objetivos, e metas, dentre outros elementos (REZENDE, 2002).

Para Mintzberg (1994), o Planejamento Estratégico forma um sistema de decisões, capaz de produzir dados e informações para ajudar os gestores a pensar o futuro institucional, apoiando a articulação das estratégias ou visões de futuro para o desenvolvimento de uma organização. O que Mintzberg (1994) propõe é que:

a construção da estratégia não é um processo isolado. Ela não acontece somente por causa de um encontro realizado com esse intuito. Ao contrário, a construção da estratégia é um processo interligado com tudo aquilo que se leva em conta para a gestão de uma organização (MINTZBERG, 1994, p. 114).

O que o IFRS realizou em seu processo de planejamento foi baseado nas metodologias tradicionais relacionadas ao planejamento estratégico. Cada metodologia apresenta alguns elementos específicos e um processo e pode ser adaptada para cada tipo de organização. Como o IFRS possui a característica de ser uma instituição pública, é necessário que se realize a prestação de contas, ao final de cada ano de exercício das suas atividades, com a demonstração dos resultados da gestão institucional. De acordo com Rezende (2002), a experiência na execução de cada um dos processos de planejamento e do controle poderá proporcionar um aprendizado para a organização na elaboração de seus novos planos.

As metodologias de planejamento podem variar de itens simples, como premissas, planejamento e implementação ou utilizar-se elementos mais detalhados, com a participação de todos os envolvidos nos processos de gestão. No PDI-IFRS, utilizou-se uma metodologia adaptada da proposta por Vasconcelos e Pagnoncelli (2001) que contempla os seguintes itens: missão, visão, princípios, análise do ambiente interno e externo, objetivos e metas estratégicas.

Foram formados três tipos de comissões, que tiveram o trabalho integrado na construção do PDI, conforme a figura abaixo, estabelecendo e executando todas as atividades que foram realizadas na construção do documento. As comissões realizaram o trabalho em conjunto, a partir da coordenação da Comissão Central, relacionando-se e atuando de forma articulada na Reitoria e nos câmpus do IFRS. Ao longo dos anos

2013 e 2014, diversas reuniões foram realizadas na Reitoria e seminários foram realizados em todos os câmpus para o estabelecimento de um planejamento participativo e que levasse em conta todas as especificidades dos câmpus.

Figura 1 – Relacionamento entre as Comissões de Elaboração do PDI.



Fonte: PRODI – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

As comissões foram divididas em três tipos, com as seguintes tarefas relacionadas ao plano: a) Comissão Central – com formação ampla, representada por todos os segmentos da comunidade acadêmica, ficou responsável pela coordenação geral dos trabalhos e pela supervisão do desenvolvimento das ações, eventos e etapas; b) Comissões Temáticas – formadas por pessoas especialistas das áreas relacionadas aos temas referentes aos capítulos deste documento, foram responsáveis por fomentar, respaldar, articular e promover eventos que possibilitassem a reflexão e discussão do tema de sua responsabilidade; c) Comissões Locais – formadas em todos os câmpus do IFRS, foram responsáveis por divulgar e viabilizar atividades e eventos, dar publicidade às informações e documentos, bem como promover a realização de eventos e construção de propostas nos seus locais de representação.

Os elementos do planejamento que foram elaborados iniciaram com a redefinição de itens chamados de itens perenes do planejamento estratégico. Esses itens já estavam definidos no PDI-IFRS-2009-2013. Tratam-se das definições da missão, da visão e dos princípios institucionais. Após a revisão dos itens, realizou-se um levantamento relacionado aos elementos que são mutáveis do planejamento estratégico, ou seja, dos itens que podem sofrer mudanças ao longo do tempo e que

devem ser analisados pelas organizações para poder implementar as suas mudanças ao longo da execução dos seus planos. A análise do ambiente interno e externo da instituição foi realizada a partir do levantamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Além disso, houve a definição de objetivos estratégicos e de metas para os próximos 5 anos. Posteriormente, de acordo com as necessidades identificadas a cada ano, deverá ser realizada a elaboração dos planos de ação anuais, para que o IFRS consiga colocar em prática os planos que foram elaborados. A Figura 2 representa, basicamente, os elementos definidos e a metodologia que foi utilizada.

Figura 2 – Metodologia de Elaboração do Planejamento do IFRS.



Fonte: PRODI – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Os seguintes passos, com base na metodologia apresentada acima, foram executados:

1) Revisão da Missão, Visão e Princípios Institucionais: a Missão, a Visão e os Princípios são considerados elementos duráveis do planejamento. Uma vez definidos, nos planos subsequentes eles podem ser revistos. Em relação a esses itens, que já existiam no PDI vigente no IFRS, foram realizadas

reuniões com todas as pró-reitorias e diretorias da Reitoria do IFRS para a SUA revisão. Esse processo foi realizado no primeiro semestre de 2013. A Missão, a Visão e os Princípios foram revistos em reuniões em que se solicitou, também, a avaliação do alcance de itens como objetivos e metas de cada área de gestão;

2) Seminários de Planejamento - foram realizados seminários de elaboração do PDI em todos os câmpus e na Reitoria do IFRS, objetivando sensibilizar a comunidade acadêmica a participar da construção do documento. Os seminários tiveram o objetivo de sensibilização, de apresentação da metodologia de elaboração, de apresentação das atividades e papéis das comissões de elaboração e de levantamento de itens para a realização de um diagnóstico do ambiente interno e externo do IFRS. Além disso, também foram levantados nos seminários sugestões, dúvidas e críticas em relação ao processo de elaboração do PDI. Os seminários de elaboração do PDI foram realizados entre os meses de outubro e dezembro de 2013;

3) Levantamento dos itens para Análise do Ambiente Interno e Externo – nas metodologias de planejamento organizacional, os itens da análise ambiental, os objetivos estratégicos, as metas e os planos de ação serão modificados sempre que houver mudanças no ambiente que o exijam. Assim, durante a realização dos seminários, ao final do ano 2014, juntamente com a apresentação da metodologia e de todos os documentos relacionados à construção do PDI, foram levantados, por amostragem, em alguns câmpus do IFRS e na Reitoria, os itens para a formação da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da instituição. Esses itens foram cruzados com itens relacionados pela auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), que levantou os mesmos itens em toda a rede federal de educação profissional e tecnológica;

4) Levantamento de Objetivos Estratégicos e Metas: durante as reuniões com as pró-reitorias, no primeiro semestre de 2013, para a apresentação da metodologia de elaboração do PDI e para a revisão dos itens perenes do planejamento (Missão, Visão e Valores) realizou-se o levantamento dos objetivos estratégicos e das metas institucionais para os anos 2014 a 2018. Foram realizadas reuniões de definição junto aos comitês de apoio às áreas de gestão, apresentando-se as definições de objetivos e metas e solicitando-se as novas definições para a sua inclusão no PDI-IFRS-2014-2018;

5) Levantamento do Planejamento da Oferta de Cursos: o levantamento do plano de oferta de novos cursos foi realizado no início do ano 2014. Foi solicitado a todos os câmpus do IFRS o estabelecimento de quais os cursos e a oferta de vagas que seria apresentada à sociedade entre os anos 2014 a 2018. O planejamento estabeleceu os cursos e vagas a serem ofertados no ensino presencial e na educação a distância (EaD). O levantamento foi realizado, em cada câmpus, com a participação de toda a comunidade acadêmica e com a definição baseada em estudos de demanda de acordo com a realidade de cada município em que os câmpus se situam;

6) Levantamento do Planejamento da Ampliação do Quadro Docente: juntamente com o planejamento da oferta, os câmpus do IFRS realizaram um planejamento da ampliação do quadro docente, em que a relação de cada curso com a carga horária dos docentes foi analisada para a solicitação de novas vagas a serem disponibilizadas em concursos;

7) Levantamento do Planejamento da Ampliação do Quadro Técnico Administrativo: juntamente com o planejamento da oferta e da ampliação do quadro docente, os câmpus do IFRS realizaram um planejamento da ampliação do quadro técnico administrativo, em que a relação de cada curso com a necessidade de ampliação do número de técnicos administrativos foi analisada para a definição da solicitação de novas vagas a serem disponibilizadas em concursos;

8) Sistema de Avaliação dos Itens do PDI: após levantamento da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, da revisão dos itens perenes do planejamento estratégico e dos objetivos estratégicos e metas institucionais de cada área, esses itens foram apresentados para a comunidade acadêmica em um sistema de avaliação⁵. Assim, a comunidade acadêmica do IFRS e, mesmo, pessoas da comunidade, em geral, poderiam realizar uma leitura e análise dos itens que foram levantados. No caso da Missão, da Visão e dos Princípios revisados, poderia-se avaliar a sua adequação e realizar-se sugestões de modificação. No caso da análise ambiental, a avaliação referia-se ao ponto de vista dos respondentes em relação à probabilidade de ocorrência e

⁵ O sistema de avaliação utilizado pode ser encontrado em pdi.ifrs.edu.br
Um relatório específico da avaliação do sistema foi elaborado e publicado separadamente. A análise resumida encontra-se publicada nos itens deste documento referentes aos elementos avaliados.

ao impacto desses itens no IFRS. Nesse caso, por exemplo, se o IFRS identificasse uma determinada fraqueza com uma alta probabilidade de ocorrência e com um alto grau de impacto na instituição, seria um item que deveria ter uma análise detalhada da gestão para dirimir ou eliminá-lo. No caso dos objetivos estratégicos, os respondentes deveriam priorizar os objetivos de cada área de gestão: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional. Assim, nesse caso, os respondentes poderiam apresentar para a gestão as prioridades estratégicas para a elaboração de ações específicas em relação àqueles temas. Em relação ao sistema de avaliação, as possibilidades de respostas estiveram abertas entre os meses de agosto e setembro de 2014, por um período de 15 dias. No total, obteve-se a participação de sessenta e dois servidores docentes, representando 8,75% dos docentes atuais da instituição. Em relação aos técnicos administrativos em educação, a participação total foi de noventa e sete servidores, o que representa aproximadamente 14,59% dos servidores dessa carreira. Em relação aos discentes, a participação total foi de sessenta e nove pessoas. Obteve-se, ainda, a participação de dois membros da comunidade externa ao IFRS. No total, duzentos e trinta (230) respondentes realizaram as suas avaliações. Assim, ressalta-se que, apesar de o sistema estar aberto a todos os servidores, discentes e membros externos ao IFRS, as respostas podem não significar as opiniões da maioria dos membros da comunidade, representando as ideias dos que tiveram interesse nos temas apresentados.

9) Planos de Ação Anuais: dentro das metodologias de planejamento, os Planos de Ação são os elementos de curto prazo. Eles são definidos no ano anterior e possuem a vigência de um ano. Ou seja, no ano 2014 é elaborado o plano de ação para o ano 2015. O plano será executado no ano 2015 e haverá uma prestação de contas, conforme exigências do Tribunal de Contas da União, através de processo específico e do Relatório de Gestão referente àquele ano. Os planos de ação não são apresentados neste documento, pois possuem horizonte de tempo de curto prazo (um ano). Porém, as ações a serem planejadas e executadas anualmente devem seguir as definições estabelecidas no PDI. Em especial, as ações devem ser planejadas para que se consiga, no longo prazo, atingir os objetivos e metas definidos neste plano.

10) Relatório de Gestão e Prestação de Contas Anuais: anualmente, o IFRS possui o dever de prestar as suas contas à sociedade. Essa prestação de contas é regulamentada pelo TCU, através de instruções normativas e portarias que orientam e definem os itens que as unidades jurisdicionadas deverão incluir nos relatórios de gestão anuais e os processos de prestação de contas, com base nas suas decisões normativas.

Em resumo, o processo de planejamento conta com dois processos institucionais de planejamento. O primeiro, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é elaborado para o longo prazo. Nesse caso, no prazo de cinco anos, conforme as definições estabelecidas pelo Decreto 5773/2006. Posteriormente, conforme apresentado na figura abaixo, há a definição de planos de curto prazo. Trata-se dos planos de ação anuais. Relacionados a esses planos há ainda os planos anuais de aquisições e os planos diretores de tecnologia da informação (PDTI). A apresentação dos resultados alcançados à sociedade é realizada através dos processos de prestação de contas e Relatório de Gestão, que são elaborados anualmente.

Figura 3 – Processos de Planejamento e Prestação de Contas.



Fonte: PRODI – Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

2.2 ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

A análise do ambiente de uma organização, também conhecida como análise SWOT identifica as ameaças e oportunidades decorrentes de cada empresa e as confronta com os seus pontos fortes e fracos. Os termos vêm do inglês *strenghts* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças). Assim, esses elementos podem revelar o que deve melhorar internamente e externamente para que se possa crescer ou manter sua posição. Geralmente, esse tipo de análise é realizada através de um levantamento, a partir da visão dos gestores e demais atores do âmbito da Instituição.

O IFRS realizou um levantamento, durante o ano de 2013, dos elementos internos e externos que poderiam trazer benefícios ou problemas ao IFRS, na busca pelo conquista de seus objetivos. Esses elementos foram cruzados com elementos identificados no Acórdão 506 (TCU, 2013), do Tribunal de Contas da União.

2.2.1 Análise do Ambiente Interno

Em relação aos elementos internos, as forças (*strenghts*) representam as características internas ou ativos que podem dar vantagem ou facilidades para o IFRS atingir os seus objetivos. Por outro lado, as fraquezas (*weaknesses*) representam características internas ou limitações em ativos que colocam a Instituição em situação de desvantagem ou causam dificuldades em atingir os objetivos. Os quadros a seguir apresentam uma análise do ambiente interno do IFRS.

A análise do ambiente interno apresenta elementos que a instituição pode controlar. Nesse caso, são elementos que podem ser modificados nos setores, nas políticas ou nas decisões da gestão para que o IFRS possa ter sucesso na busca pelos seus objetivos.

Os dois quadros apresentados a seguir demonstram as forças levantadas nos seminários de planejamento. O primeiro apresenta um levantamento das forças e os resultados do levantamento da probabilidade de ocorrência das mesmas no IFRS. O segundo apresenta o grau de impacto institucional, caso a força ocorra. No

levantamento realizado, foram identificadas treze forças institucionais. As forças a seguir tiveram alto impacto identificado pelos respondentes: 3, 5, 7, 9 e 10. Da mesma forma, as forças 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10 e 11 foram avaliadas com alto impacto no IFRS. Assim, pode-se sugerir que há uma necessidade de valorizar a força nº 3, Alta qualificação dos servidores, pois ela foi identificada com alta probabilidade de ocorrência e alto impacto na instituição. Por outro lado, por exemplo, a ocorrência da força nº 1 – Processo decisório democrático - foi avaliada com alto impacto. No entanto, teve a sua probabilidade de ocorrência definida como média pelos respondentes da avaliação, podendo sugerir que há necessidade de ampliar os processos de decisão participativa.

Quadro 6: Análise do Ambiente Interno – Probabilidades de Ocorrências - Forças do IFRS.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	1 – Alto	2 - Médio	3 – Baixo
1 - Processo decisório democrático	68 (33.7%)	112 (55.4%)	22 (10.9%)
2 - Recursos financeiros disponíveis na instituição	84 (41.6%)	98 (48.5%)	20 (9.9%)
3 - Alta qualificação dos servidores	99 (49.0%)	95 (47.0%)	8 (4.0%)
4 - Possibilidade de formação plena do indivíduo - verticalização do ensino	80 (39.6%)	106 (52.5%)	16 (7.9%)
5 - Abrangência geográfica do IFRS	99 (49.0%)	86 (42.6%)	17 (8.4%)
6 - Capacidade de desenvolvimento da estrutura	82 (40.6%)	93 (46.0%)	27 (13.4%)
7 - Oferta de cursos gratuitos em Instituição Federal	134 (66.3%)	62 (30.7%)	6 (3.0%)
8 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	76 (37.6%)	104 (51.5%)	22 (10.9%)
9 - Remuneração adequada dos docentes	118 (58.4%)	71 (35.1%)	13 (6.4%)
10 - Política de permanência de alunos por meio de bolsas de auxílio	119 (58.9%)	74 (36.6%)	9 (4.5%)
11 - Comprometimento do quadro de servidores para o atingimento dos objetivos institucionais	71 (35.1%)	105 (52.0%)	26 (12.9%)
12 - Experiências dos câmpus mais antigos, enriquecendo as práticas	47 (23.3%)	114 (56.4%)	41 (20.3%)
13 - Autonomia pedagógica	77 (38.1%)	108 (53.5%)	17 (8.4%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Quadro 7: Análise do Ambiente Interno – Impacto no IFRS - Forças.

IMPACTO NO IFRS	1 – Alto	2 - Médio	3 – Baixo
1 - Processo decisório democrático	78 (47.0%)	71 (42.8%)	17 (10.2%)
2 - Recursos financeiros disponíveis na instituição	83 (50.0%)	71 (42.8%)	12 (7.2%)
3 - Alta qualificação dos servidores	94 (56.6%)	62 (37.3%)	10 (6.0%)
4 - Possibilidade de formação plena do indivíduo - verticalização do ensino	80 (48.2%)	71 (42.8%)	15 (9.0%)
5 - Abrangência geográfica do IFRS	73 (44.0%)	76 (45.8%)	17 (10.2%)
6 - Capacidade de desenvolvimento da estrutura	75 (45.2%)	74 (44.6%)	17 (10.2%)
7 - Oferta de cursos gratuitos em Instituição Federal	109 (65.7%)	52 (31.3%)	5 (3.0%)
8 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e	68 (41.0%)	79 (47.6%)	19 (11.4%)

Extensão			
9 - Remuneração adequada dos docentes	79 (47.6%)	71 (42.8%)	16 (9.6%)
10 - Política de permanência de alunos por meio de bolsas de auxílio	85 (51.2%)	68 (41.0%)	13 (7.8%)
11 - Comprometimento do quadro de servidores para o atingimento dos objetivos institucionais	83 (50.0%)	69 (41.6%)	14 (8.4%)
12 - Experiências dos câmpus mais antigos, enriquecendo as práticas	46 (27.7%)	91 (54.8%)	29 (17.5%)
13 - Autonomia pedagógica	71 (42.8%)	86 (51.8%)	9 (5.4%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Em relação às fraquezas institucionais, foram identificados dezessete itens. Os dois quadros apresentados a seguir demonstram as fraquezas levantadas nos seminários de planejamento. O primeiro quadro apresenta o levantamento das fraquezas e os resultados do levantamento da probabilidade de sua ocorrência no IFRS, O segundo quadro apresenta o grau de impacto no IFRS. Pode-se sugerir, dessa forma, que as fraquezas nº 1 - Falta de padronização dos processos de trabalho e 2 - Ausência de normas para a regulamentação das atividades, por exemplo, são itens importantes a serem observados e minimizados pela gestão, uma vez que tiveram alta probabilidade de ocorrência e alto impacto na instituição. O mesmo pode ocorrer com outros itens com avaliação semelhante.

Quadro 8: Análise do Ambiente Interno – Probabilidades de Ocorrências – Fraquezas do IFRS.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	1 – Alto	2 - Médio	3 - Baixo
1 - Falta de padronização dos processos de trabalho	93 (58.5%)	49 (30.8%)	17 (10.7%)
2 - Ausência de normas para a regulamentação das atividades	74 (46.5%)	63 (39.6%)	22 (13.8%)
3 - Dificuldades de planejamento e execução	77 (48.4%)	72 (45.3%)	10 (6.3%)
4 - Dificuldade em dar transparência aos atos administrativos	56 (35.2%)	70 (44.0%)	33 (20.8%)
5 - Fragilidade na comunicação	84 (52.8%)	57 (35.8%)	18 (11.3%)
6 - Falta de percepção da unicidade institucional	77 (48.4%)	63 (39.6%)	19 (11.9%)
7 - Gestão de pessoas e relação com os servidores	56 (35.2%)	70 (44.0%)	33 (20.8%)
8 - Ausência de normas relativas à movimentação de pessoal	55 (34.6%)	70 (44.0%)	34 (21.4%)
9 - Problemas na infraestrutura física	72 (45.3%)	70 (44.0%)	17 (10.7%)
10 - Distribuição geográfica	39 (24.5%)	91 (57.2%)	29 (18.2%)
11 - Inexperiência dos servidores em algumas atividades institucionais	61 (38.4%)	80 (50.3%)	18 (11.3%)
12 - Manutenção de procedimentos consolidados nos câmpus mais antigos (resistência à mudança, apego a rotinas ultrapassadas)	80 (50.3%)	57 (35.8%)	22 (13.8%)
13 - Falta de mecanismo de avaliação da qualidade de cursos (baixa qualidade do ensino)	44 (27.7%)	81 (50.9%)	34 (21.4%)
14 - Ausência de sistema integrado de gestão de informações (decisões equivocadas; falta de informações confiáveis; perda de tempo; dificuldade	75 (47.2%)	60 (37.7%)	24 (15.1%)

em obter informações)			
15 - Alta rotatividade dos gestores (desconhecimento das rotinas e normativos)	49 (30.8%)	71 (44.7%)	39 (24.5%)
16 - Insegurança para o estabelecimento de políticas de acesso de discentes que contemplem as especificidades dos câmpus	36 (22.6%)	89 (56.0%)	34 (21.4%)
17 - Pesquisa incipiente na instituição	33 (20.8%)	95 (59.7%)	31 (19.5%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Quadro 9: Análise do Ambiente Interno – Impacto no IFRS – Fraquezas.

IMPACTO NO IFRS	1 – Alto	2 - Médio	3 - Baixo
1 - Falta de padronização dos processos de trabalho	88 (64.2%)	38 (27.7%)	11 (8.0%)
2 - Ausência de normas para a regulamentação das atividades	84 (61.3%)	42 (30.7%)	11 (8.0%)
3 - Dificuldades de planejamento e execução	83 (60.6%)	43 (31.4%)	11 (8.0%)
4 - Dificuldade em dar transparência aos atos administrativos	64 (46.7%)	54 (39.4%)	19 (13.9%)
5 - Fragilidade na comunicação	81 (59.1%)	44 (32.1%)	12 (8.8%)
6 - Falta de percepção da unicidade institucional	72 (52.6%)	52 (38.0%)	13 (9.5%)
7 - Gestão de pessoas e relação com os servidores	59 (43.1%)	65 (47.4%)	13 (9.5%)
8 - Ausência de normas relativas à movimentação de pessoal	58 (42.3%)	59 (43.1%)	20 (14.6%)
9 - Problemas na infraestrutura física	69 (50.4%)	61 (44.5%)	7 (5.1%)
10 - Distribuição geográfica	41 (29.9%)	67 (48.9%)	29 (21.2%)
11 - Inexperiência dos servidores em algumas atividades institucionais	62 (45.3%)	63 (46.0%)	12 (8.8%)
12 - Manutenção de procedimentos consolidados nos câmpus mais antigos (resistência à mudança, apego a rotinas ultrapassadas)	70 (51.1%)	50 (36.5%)	17 (12.4%)
13 - Falta de mecanismo de avaliação da qualidade de cursos (baixa qualidade do ensino)	57 (41.6%)	58 (42.3%)	22 (16.1%)
14 - Ausência de sistema integrado de gestão de informações (decisões equivocadas; falta de informações confiáveis; perda de tempo; dificuldade em obter informações)	77 (56.2%)	42 (30.7%)	18 (13.1%)
15 - Alta rotatividade dos gestores (desconhecimento das rotinas e normativos)	52 (38.0%)	59 (43.1%)	26 (19.0%)
16 - Insegurança para o estabelecimento de políticas de acesso de discentes que contemplem as especificidades dos câmpus	47 (34.3%)	66 (48.2%)	24 (17.5%)
17 - Pesquisa incipiente na instituição	45 (32.8%)	71 (51.8%)	21 (15.3%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

2.2.2 Análise do Ambiente Externo

A análise do ambiente externo, ao contrário do ambiente interno, apresenta elementos que a Instituição não pode controlar. Nesse caso, são elementos que devem ser observados e as mudanças internas devem ocorrer para que a Instituição possa

aproveitar as oportunidades e minimizar ou eliminar as ameaças através de suas ações.

No ambiente externo, as oportunidades (*opportunities*) representam situações externas atuais ou futuras que podem facilitar a atuação da instituição na busca por seus objetivos. As ameaças (*threats*) representam as situações possíveis externas que podem impedir a Instituição de atingir seus objetivos ou causar algum tipo de problema. A análise do ambiente externo e o tratamento dos elementos identificados também são importantes à Instituição que, mesmo sem ter o controle sobre esses elementos, poderá modificar suas decisões, objetivos, setores e políticas para evitar possíveis problemas e aproveitar as oportunidades identificadas.

Em relação às oportunidades, foram identificados onze itens. Os itens nº 1, 6, 7, 10 e 11 tiveram, em sua avaliação, alta probabilidade de ocorrência e alto impacto no IFRS. Sendo assim, de acordo com as respostas indicadas, esses são itens importantes de serem aproveitados pelo IFRS. São oportunidades que devem ser identificadas, analisadas e definidas ações para aproveitamento dos investimentos, do reconhecimento do ensino técnico e profissionalizante pela sociedade, dos investimentos na qualificação dos servidores e na identidade visual única.

Quadro 10: Probabilidade de Ocorrência – Oportunidades do IFRS.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	1 - Alto	2 - Médio	3 - Baixo
1 - Investimento do Governo no IFRS	65 (47.4%)	60 (43.8%)	12 (8.8%)
2 - Alta demanda por cursos	51 (37.2%)	73 (53.3%)	13 (9.5%)
3 - Atuação em regiões geográficas distintas	48 (35.0%)	68 (49.6%)	21 (15.3%)
4 - Interação com os arranjos produtivos locais	57 (41.6%)	60 (43.8%)	20 (14.6%)
5 - Política nacional de formação da Rede Federal	55 (40.1%)	72 (52.6%)	10 (7.3%)
6 - Reconhecimento institucional do ensino técnico e profissionalizante	64 (46.7%)	55 (40.1%)	18 (13.1%)
7 - Possibilidade de estabelecer parcerias para pesquisa e desenvolvimento tecnológico	66 (48.2%)	55 (40.1%)	16 (11.7%)
8 - Legislação que define a forma de escolha de dirigentes com participação paritária (corpo técnico, docente e discente)	58 (42.3%)	64 (46.7%)	15 (10.9%)
9 - Possibilidade de criação de centros de excelência em pesquisa e extensão acadêmica	49 (35.8%)	67 (48.9%)	21 (15.3%)
10 - Possibilidade de desenvolvimento institucional através da qualificação dos servidores	61 (44.5%)	58 (42.3%)	18 (13.1%)
11 - Estabelecimento de uma identidade visual	61 (44.5%)	60 (43.8%)	16 (11.7%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Quadro 11 : Impacto no IFRS – Oportunidades.

IMPACTO NO IFRS	1 - Alto	2 - Médio	3 - Baixo
1 - Investimento do Governo no IFRS	95 (72.5%)	31 (23.7%)	5 (3.8%)
2 - Alta demanda por cursos	70 (53.4%)	51 (38.9%)	10 (7.6%)
3 - Atuação em regiões geográficas distintas	54 (41.2%)	58 (44.3%)	19 (14.5%)
4 - Interação com os arranjos produtivos locais	75 (57.3%)	46 (35.1%)	10 (7.6%)
5 - Política nacional de formação da Rede Federal	75 (57.3%)	50 (38.2%)	6 (4.6%)
6 - Reconhecimento institucional do ensino técnico e profissionalizante	83 (63.4%)	36 (27.5%)	12 (9.2%)
7 - Possibilidade de estabelecer parcerias para pesquisa e desenvolvimento tecnológico	73 (55.7%)	51 (38.9%)	7 (5.3%)
8 - Legislação que define a forma de escolha de dirigentes com participação paritária (corpo técnico, docente e discente)	55 (42.0%)	60 (45.8%)	16 (12.2%)
9 - Possibilidade de criação de centros de excelência em pesquisa e extensão acadêmica	70 (53.4%)	49 (37.4%)	12 (9.2%)
10 - Possibilidade de desenvolvimento institucional através da qualificação dos servidores	80 (61.1%)	44 (33.6%)	7 (5.3%)
11 - Estabelecimento de uma identidade visual	59 (45.0%)	56 (42.7%)	16 (12.2%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Em relação às ameaças, foram identificados onze itens. Os itens nº 1, 2, 4, 6, 7 e 9 tiveram, em sua avaliação, alta probabilidade de ocorrência e alto impacto no IFRS. Sendo assim, de acordo com as respostas indicadas, esses são itens importantes de serem dirimidos ou eliminados através de ações da gestão institucional. São ameaças que devem ser identificadas, analisadas e definidas ações para que, se ocorrerem, não causem um grande impacto na instituição. Por exemplo, analisando-se o item nº2 – Falta de planejamento da expansão da rede, poderia-se prevenir das dificuldades de planejamento da rede, realizando-se um planejamento mais detalhado e acompanhado internamente, evitando eventuais problemas da expansão que já ocorreram em outras ocasiões.

Quadro 12: Probabilidade de Ocorrência – Ameaças ao IFRS.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	1 - Alto	2 - Médio	3 - Baixo
1 - Descontinuidade da política de valorização da educação profissional (sucateamento da estrutura instalada; evasão de profissionais qualificados; comprometimento à credibilidade do IF)	57 (43.2%)	57 (43.2%)	18 (13.6%)
2 - Falta de planejamento da expansão da rede	63 (47.7%)	54 (40.9%)	15 (11.4%)
3 - Definição centralizada (Setec) para a expansão da rede, com pouca participação do IF.	58 (43.9%)	60 (45.5%)	14 (10.6%)
4 - Evasão de Estudantes	70 (53.0%)	45 (34.1%)	17 (12.9%)
5 - Dificuldade para firmar parcerias para obtenção de recursos não orçamentários	56 (42.4%)	66 (50.0%)	10 (7.6%)
6 - Fragilidade na comunicação externa e articulação com a Rede Federal	63 (47.7%)	55 (41.7%)	14 (10.6%)

7 - Perda de servidores qualificados	62 (47.0%)	43 (32.6%)	27 (20.5%)
8 - Ingerência política na movimentação de pessoal entre institutos federais (abertura de precedente)	45 (34.1%)	72 (54.5%)	15 (11.4%)
9 - Limitação legal para publicidade institucional (desconhecimento da população sobre os cursos, gratuidade; pequena procura)	66 (50.0%)	52 (39.4%)	14 (10.6%)
10 - Falta de autonomia administrativa	39 (29.5%)	65 (49.2%)	28 (21.2%)
11 - Falta de autonomia jurídica	42 (31.8%)	65 (49.2%)	25 (18.9%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Quadro 13: Impacto no IFRS – Ameaças.

IMPACTO NO IFRS	1 - Alto	2 - Médio	3 - Baixo
1 - Descontinuidade da política de valorização ad educação profissional (sucateamento da estrutura instalada; evasão de profissionais qualificados; comprometimento à credibilidade do IF)	88 (68.8%)	30 (23.4%)	10 (7.8%)
2 - Falta de planejamento da expansão da rede	80 (62.5%)	38 (29.7%)	10 (7.8%)
3 - Definição centralizada (Setec) para a expansão da rede, com pouca participação do IF.	67 (52.3%)	52 (40.6%)	9 (7.0%)
4 - Evasão de Estudantes	79 (61.7%)	39 (30.5%)	10 (7.8%)
5 - Dificuldade para firmar parcerias para obtenção de recursos não orçamentários	64 (50.0%)	54 (42.2%)	10 (7.8%)
6 - Fragilidade na comunicação externa e articulação com a Rede Federal	67 (52.3%)	50 (39.1%)	11 (8.6%)
7 - Perda de servidores qualificados	71 (55.5%)	40 (31.3%)	17 (13.3%)
8 - Ingerência política na movimentação de pessoal entre institutos federais (abertura de precedente)	56 (43.8%)	59 (46.1%)	13 (10.2%)
9 - Limitação legal para publicidade institucional (desconhecimento da população sobre os cursos, gratuidade; pequena procura)	65 (50.8%)	53 (41.4%)	10 (7.8%)
10 - Falta de autonomia administrativa	63 (49.2%)	50 (39.1%)	15 (11.7%)
11 - Falta de autonomia jurídica	54 (42.2%)	60 (46.9%)	14 (10.9%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

2.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS

A partir de uma análise ambiental, a organização pode definir objetivos, que tratam-se dos resultados que devem ser alcançados para que a Instituição se desenvolva. Objetivos são representações de resultados, sejam eles quantitativos ou qualitativos, que se busca alcançar em um prazo determinado, no contexto de seu ambiente. A importância da definição de objetivos é a de que eles fornecem elementos essenciais para a organização, a motivação e o controle Institucional. Com objetivos e com sua comunicação efetiva, o comportamento das organizações toma a direção desejada por seus atores, gestores e comunidades.

Com base na análise de seus ambientes internos e externos, o IFRS realizou a definição de seus objetivos estratégicos. Essa definição foi realizada pelas áreas de gestão: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional. Os quadros a seguir apresentam as definições de objetivos e metas do IFRS para os próximos cinco anos, divididos pelas áreas de gestão.

Quadro 14: Objetivos e Metas da área de Ensino do IFRS.

Objetivo Estratégico	Metas
1. Criar Observatório da evasão e retenção discente no IFRS.	1- Construir e Consolidar o instrumento para levantamento dos dados de evasão e retenção no IFRS.
	2- Aplicar junto aos câmpus o instrumento de estudo dos números de evasão e retenção no IFRS e iniciar a análise dos dados.
	3- Realizar Seminário Bianual de análise dos dados e planejamento de ações para o combate à evasão e retenção.
	4- Acompanhar e avaliar junto aos câmpus as ações de superação dos índices de evasão e retenção identificados a partir da análise de dados e do Seminário Bianual.
2. Aperfeiçoar a gestão do Ensino no âmbito do IFRS.	1- Estabelecer diretrizes e bases comuns para a elaboração do Calendário Acadêmico Geral do IFRS.
	2- Fomentar, em conjunto com a Propi, a criação da Política de Pós-graduação do IFRS.
	3- Acompanhar a implantação do Sistema Acadêmico do IFRS.
	4- Apoiar a consolidação do Comitê Gestor Institucional.
	5- Realizar capacitação para os gestores das equipes de ensino dos câmpus do IFRS.
	6- Acompanhar e assessorar a implementação da Organização Didática nos câmpus do IFRS.
3. Consolidar o Processo de Ingresso discente do IFRS.	1- Desenvolver e implantar novos formatos de acesso nos cursos do IFRS
	2- Capacitar as Comissões Permanentes dos câmpus para aplicação da Política de Ingresso Discente do IFRS
	3- Aquisição/desenvolvimento de software de gerenciamento dos processos de ingresso e concursos do IFRS.
	4 - Estruturar e fortalecer a Coordenadoria de Processo Seletivo
	5- Acompanhar a aplicação da nova política de ingresso discente do IFRS
4. Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT.	1- Viabilizar e normatizar a oferta de até 20% da carga horária do cursos, utilizando a educação a distância.
	2- Preparar o corpo docente e técnico envolvido, para a prática da EaD.
	3- Incrementar a oferta dos cursos por meio do programa e-Tec.
	4- Fomentar a oferta de cursos superiores na modalidade a Distância.
	5- Criar e fomentar fóruns de discussão dos diferentes níveis e modalidades da EPCT.
	6- Acompanhar a implantação de cursos e sua consonância com os arranjos produtivos locais e vocações regionais.
	7- Estimular e assessorar os processos de revisão dos PPCs dos cursos do IFRS, atendendo as novas diretrizes da EPCT, além da legislação geral da educação do país.
	8-Orientar e acompanhar a criação de novos cursos no IFRS considerando a lei de criação dos Institutos Federais.
	9- Aprimorar a articulação das políticas de ensino e ações de sua competência com as demais pró-reitorias do IFRS
	10- Desenvolver grupo de estudos permanente sobre política e

	gestão educacional na EPT com os servidores da PROEN
	11- Realizar reuniões de trabalho com as equipes de ensino nos câmpus.
5. Consolidar a Política de Assistência Estudantil do IFRS.	1- Implementar junto aos câmpus do IFRS ações de permanência e êxito dos estudantes em consonância com a Política de assistência Estudantil do IFRS e com a Legislação vigente.
	2- Fomentar as ações de inclusão de forma articulada com os NAPNES e NEABIS dos câmpus do IFRS.

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino e Comitê de Ensino.

Os objetivos estratégicos da área de Ensino do IFRS foram apresentados aos respondentes que avaliaram o sistema, momento em que se questionou quais seriam as prioridades relativas a cada objetivo. Todos os objetivos foram avaliados pelos respondentes com alta prioridade, sendo que o de nº 2 - Aperfeiçoar a gestão do Ensino no âmbito do IFRS – foi o que teve a mais alta prioridade definida pelos respondentes, indicando que é necessário aprimoramento nesse quesito. O quadro abaixo apresenta os itens avaliados e os resultados percentuais das respostas obtidas.

Quadro 15: Priorização de Objetivos e Metas da área de Ensino do IFRS.

Prioridade de cada item (1 - Alta, 5 - Baixa)	1	2	3	4	5
1 - Criar Observatório da evasão e retenção discente no IFRS	54 (37.0%)	33 (22.6%)	25 (17.1%)	14 (9.6%)	20 (13.7%)
2 - Aperfeiçoar a gestão do Ensino no âmbito do IFRS	68 (46.6%)	29 (19.9%)	21 (14.4%)	11 (7.5%)	17 (11.6%)
3 - Consolidar o Processo de Ingresso discente do IFRS	50 (34.2%)	37 (25.3%)	31 (21.2%)	15 (10.3%)	13 (8.9%)
4 - Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT	62 (42.5%)	33 (22.6%)	22 (15.1%)	12 (8.2%)	17 (11.6%)
5 - Consolidar a Política de Assistência Estudantil do IFRS	46 (31.5%)	32 (21.9%)	39 (26.7%)	14 (9.6%)	15 (10.3%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Quadro 16: Objetivos e Metas da área de Pesquisa do IFRS.

Objetivo Estratégico	Metas
1. Construir e consolidar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do IFRS de forma articulada e indissociada alinhadas com as políticas nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa, bem como com as políticas	1. Construir um documento de desdobramento das Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação instituídas pelo PDI e PPI em conjunto com o Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (COPPI).
	2. Instituir um processo de avaliação da implementação das Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, junto ao COPPI e de forma articulada com a CPA, de forma a readequar as ações.

institucionais do IFRS.	
2. Incentivar o desenvolvimento de pesquisa aplicada focada nas linhas de atuação dos câmpus, associada à demanda e pertinência regional.	1. Oferecer 2 cursos de capacitação sobre elaboração e coordenação de projetos de pesquisa aplicada .
	2. Executar, juntamente com o COPPI, 5 ações para análise dos interesses e necessidades dos arranjos produtivos locais em articulação com a pesquisa, pós-graduação e inovação.
3. Fomentar a consolidação da Inovação Tecnológica, mediante parcerias efetivas e concretas com a iniciativa pública e privada.	1. Elaborar a regulamentação sobre a utilização de Fundação de Apoio para captação e execução de recursos em parceria com a iniciativa privada para o fomento de projetos de pesquisa e inovação.
4. Fomentar propostas integradas entre os câmpus do IFRS na pesquisa, pós-graduação e inovação.	1. Elaborar e submeter 5 projetos institucionais de pesquisa aos órgãos de fomento externo
5. Coordenar o processo de elaboração, implementação e aprovação de propostas de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e Cursos de Especialização Lato Sensu em consonância com as políticas nacionais de pós-graduação.	1. Elaborar e submeter à avaliação da CAPES, em conjunto com os câmpus, 3 propostas de Mestrado Profissional institucional
	2. Elaborar e implementar, em conjunto com os Câmpus, 10 propostas de cursos de Especialização Lato sensu
6. Ampliar a captação de fomento externo para a pesquisa, pós-graduação e inovação.	1. Aumentar em 50%, a captação de fomento externo à pesquisa (bolsas para alunos e investimentos de capital e custeio)
7. Desenvolver parcerias com instituições nacionais e internacionais nas áreas da pesquisa, pós-graduação e inovação, com vistas à produção científica e tecnológica e mobilidade de docentes em nível de pós-graduação.	1- Celebrar 10 convênios e/ou termos de cooperação técnica com instituições de ensino e empresas para projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos
8. Incentivar a ampliação da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa, tendo como parâmetro os indexadores definidos pela CAPES.	1- Aumentar em 50% a produção científica do IFRS

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Os objetivos estratégicos da área de Pesquisa do IFRS foram apresentados aos respondentes que avaliaram o sistema, momento em que se questionou quais seriam as prioridades relativas a cada objetivo. Todos os objetivos foram avaliados pelos respondentes com alta prioridade, sendo que o de nº 2 - Incentivar o desenvolvimento de pesquisa aplicada focada nas linhas de atuação dos câmpus, associada à demanda e pertinência regional – foi o que teve a mais alta prioridade definida pelos respondentes. Isso indica que seria necessário aprimoramento nesse quesito. O

quadro abaixo apresenta os itens avaliados e os resultados percentuais das respostas obtidas.

Quadro 17: Priorização de Objetivos e Metas da área de Pesquisa do IFRS.

Prioridade de cada item (1 - Alta, 5 - Baixa)	1	2	3	4	5
1 - Construir e consolidar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do IFRS de forma articulada e indissociada, alinhadas com as políticas nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa, bem como com as políticas institucionais do IFRS	68 (51.9%)	22 (16.8%)	10 (7.6%)	15 (11.5%)	16 (12.2%)
2 - Incentivar o desenvolvimento de pesquisa aplicada focada nas linhas de atuação dos câmpus, associada à demanda e pertinência regional	75 (57.3%)	16 (12.2%)	9 (6.9%)	10 (7.6%)	21 (16.0%)
3 - Fomentar a consolidação da Inovação Tecnológica, mediante parcerias efetivas e concretas com a iniciativa pública e privada	66 (50.4%)	22 (16.8%)	11 (8.4%)	13 (9.9%)	19 (14.5%)
4 - Fomentar propostas integradas entre os câmpus do IFRS na pesquisa, pós-graduação e inovação	57 (43.5%)	32 (24.4%)	13 (9.9%)	13 (9.9%)	16 (12.2%)
5 - Coordenar o processo de elaboração, implementação e aprovação de propostas de Programas de Pós-Graduação Stricto Senso e Cursos de Especialização Lato Senso em consonância com as políticas nacionais de pós-graduação	55 (42.0%)	30 (22.9%)	17 (13.0%)	13 (9.9%)	16 (12.2%)
6 - Ampliar a captação de fomento externo para a pesquisa, pós-graduação e inovação	69 (52.7%)	21 (16.0%)	13 (9.9%)	11 (8.4%)	17 (13.0%)
7 - Desenvolver parcerias com as instituições nacionais e internacionais nas áreas da pesquisa, pós-graduação e inovação, com vistas à produção científica e tecnológica e mobilidade de docentes em nível de pós-graduação	60 (45.8%)	27 (20.6%)	12 (9.2%)	18 (13.7%)	14 (10.7%)
8 - Incentivar a ampliação da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa, tendo como parâmetro os indexadores definidos pela CAPES	61 (46.6%)	28 (21.4%)	16 (12.2%)	11 (8.4%)	15 (11.5%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Quadro 18: Objetivos e Metas da área de Extensão do IFRS.

Objetivo Estratégico	Metas
1. Promover e subsidiar ações de inclusão social, digital, étnico-racial, de gênero e de	1- Participar de 15 (quinze) eventos da comunidade interna e externa, divulgando os trabalhos desenvolvidos pelos núcleos NAPNE, NEABI e de Gênero (por meio de participação em

grupos em vulnerabilidade social, buscando o respeito à diversidade, a valorização cultural e a equidade social.	seminários específicos.)
	2- Publicar, no mínimo, 01 (um) artigo científico por tema explicitado na Política de Ações Afirmativas.
	3- Publicar, no mínimo, 01 (um) livro com coletâneas de artigos relacionados aos trabalhos realizados pelos núcleos.
	4- Promover 03 (três) cursos de capacitação nas temáticas: inclusão, diversidade e direitos humanos.
	5- Acompanhar, avaliar e auxiliar os alunos cotistas para que tenham êxito na entrada, permanência, e saiam com sucesso para o mundo do trabalho; por meio de acompanhamento anual: da implementação do programa "Bolsa Permanência", do auxílio didático-pedagógico, psicológico e de assistência social, em conjunto com o ensino.
	6- Acompanhar anualmente a implementação da Política de Ações Afirmativas.
	7- Estabelecer, no mínimo, 03 (três) parcerias com instituições públicas e privadas para atender as demandas dos núcleos.
	8- Incentivar a construção de produtos de Tecnologia Assistiva (1 Kit por câmpus) para serem utilizados nos câmpus do IFRS.
	9- Capacitar servidores e discentes para utilização de produtos de Tecnologia Assistiva por meio de cursos presenciais ou a distância.
	10- Realizar visita às aldeias e quilombos próximos aos câmpus do IFRS (no mínimo 1 por ano), com a finalidade de conhecer a realidade local e as demandas relacionadas à escolarização desses grupos.
	11- Verificar a implementação da Acessibilidade Física nos câmpus do IFRS.
	12- Verificar anualmente a manutenção da Acessibilidade Virtual no novo Portal do IFRS.
2. Desenvolver as políticas de comunicação do IFRS.	1- Elaborar e atualizar políticas de comunicação do IFRS por meio do Plano Geral de Comunicação, do Planejamento Anual de Comunicação do IFRS e de cada câmpus em particular.
	2- Elaborar e aplicar pesquisas, análise de cenários, proposição de planos, programas e projetos de comunicação.
3. Gerenciar o fluxo de informações externas e internas da Reitoria e dos câmpus do instituto.	1- Redigir e divulgar pelo menos 1.300 matérias para público externo e interno da Reitoria e de cada câmpus do IFRS.
	2- Desenvolver material gráfico envolvendo agenda anual, fôlderes, cartazes, livretos, etc, sendo no mínimo 20 peças anuais.
	3- Promover, organizar e apoiar pelo menos 130 eventos anualmente.
	4- Criar a identidade comunicacional do IFRS envolvendo a criação (em 2014) de um Manual de Redação e um Manual de Uso da Marca, além de revisar cada um dos documentos anualmente.
	5- Desenvolver, anualmente, pelo menos 4 campanhas gerais de comunicação.
	6- Elaborar 13 (treze) vídeos institucionais (em 2014 e 2017) e (de) pelo menos 12 (doze) vídeos de conteúdo institucional e educacional (a partir de 2015).
	7- Produzir no mínimo 360 (trezentos e sessenta) programas de rádio anualmente para a divulgação na Rádio Web IFRS e disponibilização em domínio público para qualquer rádio interessada.
	8- Desenvolver o Portal IFRS e de novos sites para cada um dos câmpus (em 2014), de sites para novos câmpus da fase de expansão 3 (em 2015) e dois sites anuais (a partir de 2016) sobre campanhas e setores específicos do IFRS.
	9- Realizar pelo menos 06 (seis) cursos anuais visando à capacitação para comunicadores.
4. Intermediar estágios e	1- Estabelecer anualmente, em cada câmpus, ao menos 5 (cinco)

empregos	convênios com instituições públicas ou privadas para concessão de estágios. 2- Implantar 01 (um) sistema para instituições públicas e privadas disponibilizarem vagas de estágios e empregos aos discentes e egressos da instituição.
5. Realizar o acompanhamento de egressos	1- Implantar 01 (um) sistema para acompanhamento dos egressos . 2- Realizar anualmente o acompanhamento dos egressos da instituição. 3- Elaborar 01 (um) relatório anual sobre os egressos da instituição.
6. Qualificar servidores, discentes e membros da sociedade	1- Elevar em 25% o número de Cursos de Extensão e Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC
7. Promover a integração entre a instituição e a sociedade	1- Organizar, anualmente e no mínimo, 02 (dois) eventos culturais artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos, por câmpus. 2- Realizar 100 (cem) visitas técnicas anuais em instituições públicas, privadas e demais ambientes que visam a educação profissional, científica e tecnológica.
8. Estimular ações que visam o desenvolvimento local e regional	1- Disponibilizar anualmente recursos para a execução de 05 (cinco) ações de extensão por câmpus. 2- Participar anualmente de, no mínimo, 02 (dois) editais/chamadas públicas promovidas por instituições públicas ou privadas. 3- Desenvolver anualmente 02 (dois) projetos de extensão, por câmpus da instituição, que representam soluções para inclusão social, relações etno-raciais, geração de oportunidades e melhoria nas condições de vida. 4- Realizar, anualmente e no mínimo, 01 (um) evento em cada câmpus com foco no empreendedorismo e associativismo.
9. Ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil	1- Realizar no mínimo 10 (dez) convênios anuais com instituições nacionais e internacionais.
10. Promover a internacionalização do IFRS	1- Encaminhar 100 (cem) alunos para intercâmbio com Bolsa SWG do Programa Ciência sem Fronteiras. 2- Implementar 4 (quatro) Centro de Línguas no IFRS. 3- Implementar 01 (um) programa institucional de bolsas para mobilidade. 4- Firmar, pelo menos, 05 (cinco) novos convênios de cooperação com instituições estrangeiras. 5- Organizar 05 (cinco) Missões Institucionais Internacionais. 6- Estabelecer 01 (um) núcleo de apoio e recebimento ao estudante estrangeiro em cada câmpus. 7- Apoiar a participação de 60 (sessenta) servidores em eventos de ensino, pesquisa ou extensão no exterior. 8- Receber 05 (cinco) visitas de delegações internacionais no IFRS.

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Comitê de Extensão.

Os objetivos estratégicos da área de Extensão do IFRS foram apresentados aos respondentes que avaliaram o sistema, momento em que se questionou quais seriam as prioridades relativas a cada objetivo. Todos os objetivos foram avaliados pelos

respondentes com alta prioridade, sendo que o de nº 9 - Ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil – foi o que teve a mais alta prioridade definida pelos respondentes. Isso indica que seria necessário aprimoramento nesse quesito. O quadro abaixo apresenta os itens avaliados e os resultados percentuais das respostas obtidas.

Quadro 19: Priorização de Objetivos e Metas da área de Extensão do IFRS.

Prioridade de cada item (1 - Alta, 5 - Baixa)	1	2	3	4	5
1 - Promover e subsidiar ações de inclusão social, digital, étnico-racial, de gênero e de grupos em vulnerabilidade social, buscando o respeito à diversidade, a valorização cultural e a equidade social	61 (45.9%)	29 (21.8%)	11 (8.3%)	8 (6.0%)	24 (18.0%)
2 - Desenvolver as políticas de comunicação do IFRS	53 (39.8%)	31 (23.3%)	15 (11.3%)	13 (9.8%)	21 (15.8%)
3 - Gerenciar o fluxo de informações externas e internas da Reitoria e dos câmpus do instituto	52 (39.1%)	27 (20.3%)	22 (16.5%)	15 (11.3%)	17 (12.8%)
4 - Intermediar estágios e empregos	54 (40.6%)	34 (25.6%)	20 (15.0%)	8 (6.0%)	17 (12.8%)
5 - Realizar o acompanhamento de egressos	44 (33.1%)	39 (29.3%)	23 (17.3%)	16 (12.0%)	11 (8.3%)
6 - Qualificar servidores, discentes e membros da sociedade	64 (48.1%)	27 (20.3%)	15 (11.3%)	12 (9.0%)	15 (11.3%)
7 - Promover a integração entre a instituição e a sociedade	71 (53.4%)	25 (18.8%)	14 (10.5%)	7 (5.3%)	16 (12.0%)
8 - Estimular ações que visam o desenvolvimento local e regional	72 (54.1%)	21 (15.8%)	16 (12.0%)	10 (7.5%)	14 (10.5%)
9 - Ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil	81 (60.9%)	15 (11.3%)	12 (9.0%)	9 (6.8%)	16 (12.0%)
10 - Promover a internacionalização do IFRS	45 (33.8%)	30 (22.6%)	26 (19.5%)	14 (10.5%)	18 (13.5%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Quadro 19: Objetivos e Metas da área de Administração do IFRS.

Objetivo Estratégico	Metas
1. Viabilizar a elaboração das políticas de gestão de pessoas para aprovação junto às instâncias superiores.	1 - Criar 03 normativas para orientar os servidores quanto à Mobilidade, Estágio Probatório e Avaliação de Desempenho, através de nomeação de Comissões designadas para estes fins.
	2 - Elaborar projeto relacionado à saúde, segurança e qualidade de vida dos servidores (sendo necessário estruturar a equipe com ingresso de servidores técnico-administrativos dos cargos: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Enfermeiro, Técnico em Segurança do Trabalho e Auxiliar em Administração).
2. Realizar ações de capacitação	1- Estruturar a Coordenadoria de Capacitação com o ingresso de

dos servidores visando à eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais	servidores técnico-administrativos dos cargos: Psicólogo e Pedagogo.
	2 - Elaborar Planos Anuais de Capacitação, de acordo com os levantamentos das necessidades de capacitação previstas no Programa de Capacitação dos servidores do IFRS e os recursos orçamentários disponíveis, para os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.
	3 - Viabilizar o oferecimento de bolsas de estudo para os servidores, nos seguintes níveis: Graduação, Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, de acordo com a disponibilidade orçamentária da Reitoria e dos câmpus. (Obs. Ainda não há a definição da quantidade de bolsas que serão oferecidas).
3. Fortalecer a governança, visando a melhor organização e funcionamento administrativo do IFRS	1- Criar 2 normativas sendo uma para protocolo e outra para guarda de documentos
	2- Implantar 2 rotinas de gestão de documentos, sendo 1 de protocolo e outra de guarda de documentos nos 16 Câmpus e Reitoria do IFRS
	3- Mapeamento dos processos de trabalho e suas interligações em 7 setores, quais sejam: almoxarifado, patrimônio, licitações, contratos, financeiro, contabilidade e Gestão de Pessoas
4. Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário do IFRS	1- Reavaliação imobiliária
	2- Levantamento topográfico e arquitetônico
	3- Complementação de cadastro dos câmpus no sistema Spiunet
	4- Providenciar adequação dos câmpus às normas de segurança segundo legislação vigente (PPCI, SPDA, PPRA etc.)
	5- Averbção das edificações nos registros de imóveis
5. Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle	1- Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto público
	2 - Realizar contratações conjuntas, com o objetivo de garantir melhores preços
	3 – Melhorar a qualidade dos bens e serviços contratados
6. Aprimorar o gerenciamento logístico para atendimento das demandas do IFRS previstas no PDI e Planos de Ação	1 - Planejar e coordenar a elaboração do Plano Anual de Aquisições e Contratações do IFRS alinhado ao PDI e Planos de Ação
	2 - Ampliar as ações integradas com as pró-reitorias e com os campus, a fim de obter o alinhamento estratégico da cadeia de abastecimento do IFRS
	3 – Adotar um sistema de informações gerenciais
	2 – Desenvolver estratégias de contratação, fornecimento, estoque e distribuição de bens e serviços
7. Aperfeiçoar os procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços, observando os critérios de sustentabilidade e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.	1 – Acompanhar as alterações na legislação e promover as alterações necessárias nos procedimentos e documentos
	2 – Reduzir o <i>lead time</i> dos processos de contratação
	3 – Reduzir o número de licitações desertas e fracassadas
	4 – Ampliar o número de licitações sustentáveis
	5 – Ampliar a fiscalização sobre os bens e serviços contratados

Fonte: Pró-Reitoria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas e Comitê de Administração.

Os objetivos estratégicos da área de Administração do IFRS foram apresentados aos respondentes que avaliaram o sistema, momento em que se questionou quais seriam as prioridades relativas a cada objetivo. Todos os objetivos foram avaliados

pelos respondentes com alta prioridade, sendo que o de nº 5 - Realizar ações de capacitação dos servidores visando à eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais – foi o que teve a mais alta prioridade definida pelos respondentes. Isso indica que seria necessário aprimoramento nesse quesito. O quadro abaixo apresenta os itens avaliados e os resultados percentuais das respostas obtidas.

Quadro 20: Priorização de Objetivos e Metas da área de Administração do IFRS.

Prioridade de cada item (1 - Alta, 5 - Baixa)	1	2	3	4	5
1 - Fortalecer a governança, visando a melhor organização e funcionamento administrativo do IFRS	67 (50.8%)	23 (17.4%)	22 (16.7%)	10 (7.6%)	10 (7.6%)
2 - Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário do IFRS	40 (30.3%)	32 (24.2%)	35 (26.5%)	13 (9.8%)	12 (9.1%)
3 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle	69 (52.3%)	25 (18.9%)	14 (10.6%)	11 (8.3%)	13 (9.8%)
4 - Viabilizar a elaboração das políticas de gestão de pessoas para aprovação junto às instâncias superiores	56 (42.4%)	30 (22.7%)	23 (17.4%)	14 (10.6%)	9 (6.8%)
5 - Realizar ações de capacitação dos servidores visando à eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais	79 (59.8%)	18 (13.6%)	11 (8.3%)	9 (6.8%)	15 (11.4%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

Obs.: os objetivos 6 e 7, apresentados no quadro anterior, foram sugeridos através do sistema de avaliação, no item observações. Foram aprovados pela PROAD após se ter a avaliação realizada e, por esse motivo, não foram analisados no processo de priorização.

Quadro 21: Objetivos e Metas da área de Desenvolvimento Institucional do IFRS.

Objetivo Estratégico	Metas
1. Planejar e coordenar a implantação do câmpus novos do IFRS	1. Planejar e coordenar a implantação do Câmpus Alvorada
	2. Planejar e coordenar a implantação do Câmpus Rolante
	3. Planejar e coordenar a implantação do Câmpus Vacaria
	4. Planejar e coordenar a implantação do Câmpus Veranópolis
	5. Planejar e coordenar a implantação do Câmpus Viamão
2. Modernizar a infraestrutura física e tecnológica	1. Construir 60.000 m ² , distribuídos nos câmpus atuais (reestruturação) e nos câmpus novos.
	2. Construir e equipar os novos laboratórios
	3. Construir e equipar as novas bibliotecas
3. Implantar um sistema para a	1. Elaborar um projeto de implantação

elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico e Planos de Ação	2. Realizar a seleção de um sistema informatizado 3. Realizar a implantação do sistema selecionado 4. Realizar treinamentos com os câmpus para o uso do sistema
4. Implantar um Sistema Integrado de Gestão (SIG)	1. Elaborar um projeto de implantação 2. Realizar a seleção de um sistema informatizado 3. Realizar a implantação do sistema selecionado 4. Realizar treinamento com os Câmpus para o uso do sistema
5. Consolidar a estrutura administrativa do IFRS	1. Realizar a Revisão do Regimento Interno da Reitoria 2. Realizar a Revisão dos Regimentos dos câmpus 3. Realizar a definição dos Organogramas Administrativos 4. Realizar a Definição/Revisão de 40 Fluxos/Processos Administrativos do IFRS
6. Consolidar o processo de planejamento e acompanhamento dos planos institucionais	1. Integrar as atividades de elaboração dos Planos de Ação, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Plano de Aquisições 2. Implementar sistema para a elaboração e acompanhamento dos planos institucionais 3. Incentivar e promover a ampla discussão e construção do PDI, através da criação de uma política de elaboração coletiva de todos os seus processos e etapas.
7. Elaborar um repositório de informações estratégicas para o IFRS	1. Integrar dados dos câmpus, em todas as áreas da gestão 2. Implementar sistema para a disponibilização das informações para a Reitoria e câmpus

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Comitê de Desenvolvimento Institucional.

Os objetivos estratégicos da área de Desenvolvimento Institucional do IFRS foram apresentados aos respondentes que avaliaram o sistema, momento em que se questionou quais seriam as prioridades relativas a cada objetivo. Todos os objetivos foram avaliados pelos respondentes com alta prioridade, sendo que o de nº 2 - Modernizar a infraestrutura física e tecnológica do IFRS – foi o que teve a mais alta prioridade definida pelos respondentes. Isso indica que seria necessário aprimoramento nesse quesito. O quadro abaixo apresenta os itens avaliados e os resultados percentuais das respostas obtidas.

Quadro 22: Priorização de Objetivos e Metas da área de Desenvolvimento Institucional do IFRS.

Prioridade de cada item (1 - Alta, 5 - Baixa)	1	2	3	4	5
1 - Construir e equipar os câmpus novos do IFRS	66 (50.4%)	21 (16.0%)	19 (14.5%)	9 (6.9%)	16 (12.2%)
2 - Modernizar a infraestrutura física e tecnológica do IFRS	75 (57.3%)	23 (17.6%)	9 (6.9%)	8 (6.1%)	16 (12.2%)
3 - Implantar um sistema para a elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico e Planos de Ação	56 (42.7%)	32 (24.4%)	16 (12.2%)	13 (9.9%)	14 (10.7%)
4 - Implantar um sistema integrado de gestão (ERP)	64 (48.9%)	29 (22.1%)	14 (10.7%)	8 (6.1%)	16 (12.2%)
5 - Consolidar a estrutura administrativa do IFRS	52 (39.7%)	33 (25.2%)	23 (17.6%)	8 (6.1%)	15 (11.5%)

6 - Consolidar o processo de planejamento e acompanhamento dos planos institucionais	55 (42.0%)	33 (25.2%)	18 (13.7%)	12 (9.2%)	13 (9.9%)
7 - Elaborar um repositório de informações estratégicas para o IFRS	53 (40.5%)	32 (24.4%)	18 (13.7%)	16 (12.2%)	12 (9.2%)

Fonte: Elaborado pela PRODI - 2014.

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

3.1 O SENTIDO DO PPI

O Projeto Pedagógico Institucional do IFRS foi construído de forma bastante democrática no ano de 2011. Através de um processo de elaboração extremamente participativo, os segmentos docente, discente e técnico-administrativo da instituição colaboraram e escreveram o presente documento. Na medida em que o IFRS foi crescendo e desenvolvendo muitas das aspirações expressas no PPI, percebeu-se, por parte da comunidade, a necessidade de modificação de alguns posicionamentos aqui adotados. Por essa razão, no ano de 2014 o PPI passa por um processo de revisão, sem, contudo, abandonar seus elementos fundantes, fruto da compreensão conjunta dos atores do IFRS e retrato do seu compromisso com a sociedade. Nesse sentido, são descritas, em linhas gerais, as diretrizes que embasam a intencionalidade pedagógica do Instituto, bem como as concepções de mundo, homem, sociedade, educação e trabalho, dentre outras, que constituem referência para o entendimento da(s) mensagem(ns) enunciadas nesse texto.

O projeto pedagógico de uma instituição de ensino representa sempre um processo contínuo, de construção coletiva, da intersecção de convicções que orientam as práticas de ensino e de aprendizagem, do investimento constante no aprimoramento das relações, compreendidas como principal fonte do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, onde o “fazer” não está descolado do “aprender”, é preciso compreender que tudo o que ocorre em uma Instituição de Ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social através de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados. Essa perspectiva torna possível a compreensão entre as diferenças e a completude existente nos três segmentos (docente, discente e técnico- administrativo) que compõem o IFRS. Logo, tudo ensina e todos ensinam a todos, independentemente do sentido e dos julgamentos de valor, em um processo que é individual e coletivo ao mesmo tempo, observando-se que há, sobretudo, um coletivo em cada indivíduo.

Nessa lógica, um Projeto Pedagógico Institucional não deve ser realizado a partir de um único referencial, mas como fruto da elaboração e contribuição de todos. Como construção coletiva, implica, conforme BARBIER (1996), projetar, ou seja, intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções.

Segundo Veiga (1995, p.13), o Projeto Pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da instituição de ensino. A construção do nosso PPI contribuiu para reforçar o compromisso coletivo com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica, impulsionada pela articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

No conjunto de propostas de ações do IFRS, destaca-se a verticalização do ensino através da articulação da educação básica, profissional e superior. O IFRS, em consonância com o contexto de sua criação e comprometido com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica que a justifica, destaca como suas ações fundamentais:

- oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;
- compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação;
- desenvolvimento de ações de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção de conhecimento do desenvolvimento cultural, da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- fomento da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, com atenção especial às tecnologias assistivas e àquelas que visam à criação de estratégias de preservação do meio ambiente;
- Integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais;
- compromisso com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação.

Com o processo de discussão e construção do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018, o Projeto Pedagógico Institucional passou por uma fase de revisão pela comissão responsável, adequando-se ao formato exigido pela legislação e, especialmente, aos desafios impostos pelo crescimento do IFRS.

Para Kuenzer (2014, p. 79):

o processo pedagógico em curso, no entanto, não é universal; é preciso elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as necessárias articulações para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas.

A definição das políticas e princípios que orientam o Projeto Pedagógico Institucional tem, portanto, o objetivo de definir as bases políticas, pedagógicas e epistemológicas que orientam a educação técnica e tecnológica do IFRS comprometida com um projeto de nação democrática e para todos.

3.2 DIMENSÃO POLÍTICO–PEDAGÓGICA

3.2.1 Ser humano, sociedade e educação

O ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado, é um ser de relações e na convivência com outros seres se constitui. Encontra-se em permanente movimento no tempo e espaço, sempre em busca de sanar suas necessidades para produzir sua

existência. Esta iniciativa, que os seres humanos possuem em sua essência, se materializa através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na conseqüente formação de uma bagagem cultural, que se constitui como ponto fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Sendo assim, o ser humano como sujeito cognoscente, reflete sobre sua própria existência e atua politicamente na realidade, transformando a sociedade.

Pensar no ser humano significa projetar sua coletividade em uma sociedade que represente um espaço de possibilidades dialógicas, históricas e culturais. Uma visão de sociedade que se contrapõe a concepções de imobilidade, de naturalização das relações, em que a ideia de que nada podemos fazer para modificar a realidade é diariamente vendida. Pensar socialmente significa entender a realidade desigual que efetivamente existe e conceber as relações de poder na dimensão material, onde as lutas de classes pautam os movimentos desta sociedade.

Diante desse contexto, torna-se premente projetar uma sociedade baseada em relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia nos remeta ao conceito amplo de cidadania, que vai muito além da participação política através do voto, pois a cidadania consiste na possibilidade de todos os sujeitos da sociedade terem acesso à educação, cultura, trabalho, qualidade de vida, bens materiais etc.

Trabalhar na perspectiva da transformação social implica adotar mecanismos para alcançar as ações previstas acima e, nesse sentido, a educação não pode ter a responsabilidade integral da transformação, pois a educação, de forma isolada, não é capaz de transformar uma sociedade. No entanto, se analisada em amplo sentido, possui uma função fundamental, na medida em que todo o processo de transformação é fruto de um conjunto de ações educativas.

O IFRS entende a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica que envolve a transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Além disso, deve ter um caráter não dogmático, de modo a que os sujeitos se auto identifiquem do ponto de vista histórico. Nesse sentido, conforme Pacheco (2011), a educação

precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (p.5).

3.2.2 Contexto atual do Mundo do Trabalho

Nas últimas décadas, através da intensificação da globalização, as instituições representantes do capital vêm orquestrando mudanças significativas que dinamizaram o processo de exploração da classe trabalhadora, minimizando suas conquistas. Para Ciavatta (2005), a globalização, aparentemente neutra, realiza uma função ideológica bem específica: “encobrir os processos de dominação e de desregulamentação do capital e, como consequência, a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.” (p. 65).

É também, nesse sentido, que se observa o surgimento da chamada “sociedade do conhecimento”, um conhecimento que busca dar conta das especificidades que o mercado exige e, como resultado, da busca pelas competências e habilidades necessárias para o trabalhador ser absorvido pelo mercado.

Nesse contexto, contudo, a educação não pode estar a serviço das demandas do mercado, pois não há como institucionalizar o ensino para o trabalho e para o trabalhador sem vislumbrar os trabalhadores como centro desse processo. Assim, a educação não pode estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, mas deve estar em sintonia com as necessidades de formação profissional, através de uma articulação permanente entre Trabalho e Educação.

Para tanto, é preciso entender o trabalho como práxis constituidora do ser humano, que ao mesmo tempo possibilita a manutenção da espécie e o liberta das suas necessidades. Na condição de liberdade, o ser humano aumenta a sua capacidade criadora e construtora da realidade e recriação de si e dos outros, em busca de sua emancipação. De acordo com Organista (2006), [...] é a categoria trabalho que permite a existência social, é falso afirmar que a existência social se limita ao trabalho. Ao contrário, sendo o trabalho uma categoria social, ele somente pode existir enquanto partícipe da totalidade social; nesse sentido, o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, é constituinte e constituído pelas relações entre os homens. (p.14)

Partindo do pressuposto que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do trabalho possibilita a criação e recriação do

cotidiano dos trabalhadores, transformando-os em atores e sujeitos dos processos produtivos. Desse modo, é necessário retomar a discussão que Marx realiza acerca do trabalho, em seu sentido histórico e ontológico, para compreender qual o alicerce que fundamenta a educação profissional na Rede Federal, enfocando o trabalho no seu sentido positivo, buscando o desenvolvimento humano integral.

Dessa forma, defende-se a indissociabilidade entre a educação geral e a educação profissional, uma formação técnica e tecnológica integrada, que promova a percepção da ontologia do trabalho e a educação omnilateral (FRIGOTTO, 2004). Cita-se aqui, também, Gramsci, autor que busca “[...] focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.” (GRAMSCI, apud CIAVATTA, 2005, p. 84).

Para que se possa falar em Educação Omnilateral é preciso atender a todas as dimensões relacionados à constituição humana enquanto ser histórico-social. Significa não desmerecer nenhum dos aspectos culturais e sócio-econômicos. Mas rejeitar uma educação de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental e proporcionar uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes, do esporte e do lazer.

Assim, acredita-se na superação da divisão social do trabalho que separou ao longo da história o homem entre o pensar e o fazer, o dirigir e o planejar. Superando a compreensão do trabalho estranho e alienado, que se opõe à construção de uma sociedade humanizada, com olhar voltado ao trabalho com sentido ontológico.

3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A partir da abertura política no Brasil, na década de 1980, e da reorganização dos movimentos políticos e sociais, o País entra num novo paradigma social, no qual o debate democrático volta a pautar o contexto da sociedade brasileira. Como reflexo

desse cenário, temos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que no Art. 206 prevê que a Gestão Democrática seja um dos princípios do ensino. Acompanhando essa ideia, no âmbito da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu Artigo 3º, traz a Gestão Democrática como um princípio do ensino público e reforça esta ideia no Artigo 14, destacando algumas formas de realizar a Gestão Democrática:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, há mais de 20 anos o Brasil vem vivenciando a democracia aplicada na gestão das instituições públicas de ensino, e o IFRS tem nos princípios da Gestão Democrática as bases para sua organização e funcionamento.

Nesse sentido, vive-se numa democracia caracterizada pela organização política que reconhece cada sujeito como membro da comunidade/sociedade, a quem cabe discutir, refletir, pensar, opinar e transformar as questões coletivas. Isso remete à democracia escolar que se efetiva através da gestão democrática, entendida “como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos” (Antunes, 2002, p.131).

Uma meta institucional que está sendo perseguida é o aumento da participação de representantes de entidades civis nas instâncias deliberativas e executivas do Instituto. No ano de 2010, o Instituto conseguiu realizar a sua Avaliação Institucional, com a participação de membros da comunidade externa na Comissão Própria de Avaliação, contribuindo com um olhar diferenciado e auxiliando na reflexão institucional. Outro momento que merece destaque foi o processo de construção do Regimento Interno do Instituto. O processo foi encaminhado de forma semelhante ao de construção deste PPI. Instituiu-se um Grupo de Trabalho com representantes de todos os câmpus. A partir de uma minuta propositiva, em cada campus foi formada uma comissão com representantes do segmento docente, técnico-administrativo e discente para organizar o debate e sistematizar as sugestões advindas dos diversos momentos de diálogo.

A partir da aprovação do Regimento Geral dos câmpus do IFRS, seus respectivos conselhos começarão a funcionar e serão a instância máxima de deliberação no âmbito do campus, aumentando o fluxo de informações e ampliando a participação nas decisões, tornando-se assim um espaço privilegiado de gestão democrática. Desta forma, não se concebe Gestão Democrática sem a ampla participação dos Conselhos de câmpus atuando de maneira deliberativa na aprovação de parcerias com outras organizações, na criação de novos cursos (independentemente do nível de ensino), nas decisões que envolvam o patrimônio público e na definição das estruturas administrativas, processuais e recursais, garantindo que todos os segmentos envolvidos tenham oportunidade de pronunciar-se sobre os diversos assuntos de interesse do IFRS. Além disso, o IFRS deve garantir visibilidade de suas ações, tanto para o público externo quanto para a comunidade acadêmica, por meio de comunicação eficiente, com o uso de sites adequados, de redes sociais e das diversas plataformas comunicativas existentes.

A gestão educacional, de acordo com Luck (2000), deve ser fonte de inspiração e mobilização para concretizar objetivos, com a percepção de que esta realidade é mutante, global, dinâmica e necessita da coletividade para ser transformada. Para o autor, a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização, capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. (p.25)

Reafirma-se aqui que os Institutos Federais surgem a partir de uma intencionalidade política, fruto do contexto social e econômico, sendo institucionalizados através da Lei 11.892, de 2008. A criação do IFRS proporcionou o encontro de instituições de ensino com história dentro da educação profissional (um Centro Federal de Educação Tecnológica, uma Escola Agrotécnica Federal e Duas Escolas Vinculadas a Universidades Federais) além da criação de novos câmpus.

Por um lado, as instituições que vinham atuando como autarquias federais tinham um nível maior de autonomia administrativa e financeira e tiveram que se adequar a essa nova realidade: tornar-se um câmpus de uma instituição multicâmpus e, conseqüentemente, ter sua autonomia relativizada.

Por outro lado, as então escolas vinculadas às Universidades Federais e os câmpus que foram criados ou agregados ao Instituto no decorrer do processo, tiveram acesso a novas oportunidades de gestão educacional.

Portanto, é a partir dessa formatação heterogênea, em termos de cultura organizacional, que o IFRS vem buscando maneiras de otimizar sua estrutura administrativa, pautado nos princípios da Gestão Democrática.

Mais que um conceito, a gestão democrática é um princípio que precisa e vai se constituindo no dia a dia da instituição, através da participação e envolvimento do maior número de sujeitos nos processos decisórios, no respeito às deliberações tomadas em coletivo, no reconhecimento dos órgãos colegiados como instâncias privilegiadas de consulta e deliberação, na liberdade de expressar opiniões e no sentimento de responsabilidade coletiva em relação aos assuntos institucionais.

3.3.1 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extra-escolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem (construção dialógica do conhecimento), da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade).

De acordo com Martins (2004), após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais em 1996, muitos educadores adotaram uma postura de mudança nos processos de ensino e de aprendizagem, almejando a relação entre aprendizagens, relacionando cada vez mais as ações dos educandos a partir da e sobre a realidade, tanto no cotidiano quanto ao futuro exercício profissional.

Martins (ibidem) também acredita que, para tanto, há a necessidade de rever as concepções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Considera-se que um dos maiores entraves para a concretização desta indissociabilidade reside na visão fragmentada, taylorista, dos processos nela envolvidos, pela qual ensino, pesquisa e extensão tornam-se atividades em si mesmas:

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf - 30-06-2011, pág. 12)

Além disso, a ausência de espaços coletivos de formação permanente para trabalhadores em educação, a escassez de espaços de discussão e a ausência de espaços coletivos de convivência minimiza o diálogo, a interação entre professores e, por consequência, entre as disciplinas e entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional.

3.3.2 Estrutura Organizacional do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

O Estatuto e o Regimento Geral são os dois documentos que norteiam a estrutura administrativa do IFRS. Apontar-se-á algumas estruturas deliberativas e executivas da organização, dando ênfase às que possuem maior relação com o ensino, a pesquisa e a extensão. O Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes são as instâncias colegiadas com função deliberativa, sendo que o Conselho Superior (ConSup), de caráter consultivo e deliberativo é o órgão máximo da instituição. O Colégio de Dirigentes (CD), de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

As instâncias executivas e deliberativas do IFRS, no que se refere à organização do Ensino, da Pesquisa e da Extensão estão diretamente relacionadas às Pró-Reitorias e Comitês. As Pró-Reitorias de Ensino (ProEn), Pesquisa (ProPi) e Extensão (ProEx) são os órgãos executivos responsáveis pelo planejamento, superintendência, coordenação, fomento e acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. Estas três Pró-Reitorias desempenham suas atividades mantendo estreita comunicação com as respectivas Diretorias e Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e

Extensão dos câmpus e com as Pró-Reitorias de Administração e Desenvolvimento Institucional.

Na busca por ampliar a participação e representatividade dos câmpus nas decisões e encaminhamentos das Pró-Reitorias, destaca-se a importância dos Comitês de Ensino (CoEn), Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CoPPI) e Extensão (CoEx). Os Comitês debatem os temas de sua abrangência e propõem a criação de Comissões ou Grupos de Trabalho para realizar tarefas coletivas de interesse do Instituto.

3.4 POLÍTICAS DE ENSINO

O norte de uma Instituição de Ensino são suas políticas de ensino. São alguns exemplos de políticas de ensino do IFRS: seu compromisso com a educação profissional; a verticalização do ensino; a construção e reconstrução permanente de seus currículos; as práticas avaliativas, a busca por paradigmas democráticos para inclusão, acesso, permanência e êxito na instituição.

3.4.1 O Compromisso com a Educação Profissional

O IFRS, em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, possui um forte compromisso com a Educação Profissional, na medida em que objetiva um projeto de sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos: cultural, econômico, político, entre outros.

Nesse sentido, acredita-se que, para tanto, a Educação Profissional deve articular, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os seguintes conceitos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Com base nessa concepção, o ser humano, como ser histórico-social, age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio. Nessa relação, os seres humanos materializam suas ações através do trabalho. Logo, o trabalho torna-se uma categoria ontológica, inerente à espécie humana. Sendo assim, o trabalho é o elemento

desencadeador da produção de cultura, bens materiais e conhecimentos que movimentam a sociedade humana. O trabalho deve ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes, do esporte e do lazer.

A cultura constitui-se como uma categoria que representa as relações dos seres humanos histórica e geograficamente, suas cargas identitárias, suas tradições e seus costumes. Essa se torna fundamental, na medida em que, analisada, possibilita a compreensão da conjuntura social que permitiu determinadas transformações na história da humanidade.

A ciência é a parte do conhecimento melhor sistematizado e expresso na forma de conceitos e são representações importantes que auxiliam a reflexão dos seres humanos sobre a realidade concreta. Já a tecnologia pode ser compreendida como a ciência apropriada a fins produtivos, sendo, por essa via, a Educação profissional um canal confluyente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia.

A arte (cênica, musical, plástica, etc.) é o elemento capaz de criar e recriar identidades culturais, individuais e comunitárias; permite momentos de reflexão, de insights, de criatividade, de expressão, e é capaz de desenvolver a inteligência (Gardner). A música, por exemplo, desenvolve a sociabilidade, o senso de ritmo e de tempo, é, outrossim, produto econômico, enquanto promove a sensibilidade estética e antropológica, tornando-se fundamental para a educação integral do ser humano. Assim, a atividade artística é também atividade técnico-profissional, seja de trabalhadores em educação, seja de estudantes, configurando-se em elemento extremamente importante para a compreensão de atividades de performance e de produção e de contato com a comunidade.

Já o esporte e lazer (atividades físicas em geral), se apresentam como um elemento de elevação da qualidade de vida, que visa equilibrar as relações entre trabalho e trabalhador, respeitando ritmos, sinais de saúde e bem-estar. O esporte é também uma das facetas apresentadas por Gardner dentro das Inteligências múltiplas, caracterizado por pessoas determinadas, com objetivos definidos, que sabem trabalhar em equipe e resolver situações problema.

3.4.2 A verticalização do Ensino

O IFRS estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão busca superar o modelo hegemônico de educação, possibilitando que o conjunto de saberes produzidos no IFRS perpassa os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

A atuação nos diferentes níveis e modalidades permite aos sujeitos envolvidos no processo educacional a reconstrução de seus saberes por meio da dialogicidade, possibilitando a reflexão constante sobre o agir pedagógico:

Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho e de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira (BRASIL, MEC. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 02.06.2011) .

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando desta forma a construção e reconstrução contínua de saberes.

Para os trabalhadores em educação, a atuação em diferentes níveis de ensino permite a ressignificação de saberes, inclusive em relação à prática da pesquisa e da extensão, oportunizando olhares diferentes, com complexidades singulares acerca das temáticas envolvidas na educação profissional.

Essa organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que

faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A verticalização sintoniza-se com a diversidade e condiz com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano, independente do nível de ensino em questão.

3.4.3 Currículo

O IFRS concebe o currículo numa perspectiva ampliada, que contempla as diversas experiências de aprendizagem, os esforços pedagógicos e as intenções educativas. Paiva (1993) vai além e entende que o currículo tem papel fundamental na construção da identidade de um povo, na concretização da sua soberania e seu senso de autonomia.

O currículo é compreendido como um projeto, porque não se trata de algo pronto. Acredita-se que o currículo, enquanto meio de organizar o conhecimento, deve ser construído coletivamente, levando em consideração os elementos da realidade local e dos sujeitos envolvidos, influenciado pelas relações dinâmicas dentro do contexto escolar e carregado de intencionalidade político-pedagógica.

O IFRS acredita que o currículo deve explicitar a função da instituição e enfatizar o momento histórico e social determinado, sendo uma forma de organizar saberes. Como afirma Sacristán (1998), citando Grundy (1997), o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à humana. É, antes de tudo, um modo de organizar uma série de práticas educativas (p. 5).

Nesse sentido, o currículo precisa expressar os anseios da comunidade escolar e acadêmica, incluindo-se as vozes das culturas silenciadas, para que, através dele, se realizem os fins da proposta educacional. Dessa forma, a organização curricular do IFRS terá como diretriz a formação humana, ou seja, formar cidadãos/trabalhadores

que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo.

3.4.4 Avaliação

A avaliação é integrante dos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem, envolvendo ações de ordem diagnóstica, de monitoramento e de reflexão das práticas realizadas. Tem como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação constitui-se como um ato intencional. Segundo Gadotti (1984),

a Avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação- reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (p. 90)

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFRS busca criar referenciais que balizem os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos câmpus.

Pensar em avaliação remete delinear diferentes formas de avaliar, já que os educandos são sujeitos únicos, com vivências pessoais, experiências anteriores e com formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos. De acordo com Fernandes e Freitas (2008), as instituições de ensino precisam incluir os diferentes sujeitos, socializando experiências, promovendo o crescimento do grupo através da socialização da cultura. Destaca-se que uma das experiências relacionadas à avaliação do processo de ensino e aprendizagem é a realização periódica de encontros consultivos e/ou deliberativos com a participação de trabalhadores em educação e discentes (ou seus responsáveis).

Além de considerar os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o IFRS acredita que a avaliação deverá ser diagnóstica (partindo do conhecimento dos educandos para o dimensionamento metodológico do processo de ensino e

aprendizagem) e participativa, (envolvendo todos no processo de aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa bem como da construção de seus saberes). Conforme Freire, “Ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção.” (1997, p.25). A avaliação também deverá ser formativa, (acompanhando o desenvolvimento do educando, de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o).

Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a ele. Para Fernandes (2006),

é fundamental que se conceba a prática avaliativa como prática de aprendizagem. Avaliar faz parte do processo de ensino e de aprendizagem: não ensinamos sem avaliar, não aprendemos sem avaliar. Dessa forma, rompe-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo. (p. 38)

Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, tanto os cursos que foram criados antes da configuração do Instituto quanto os que foram criados após este período, contemplam em seus Projetos Pedagógicos uma perspectiva avaliativa, baseada em diversos instrumentos avaliativos, constituída por formas de avaliar mais democráticas e inclusivas.

3.4.5 Inclusão, acesso, permanência e êxito

3.4.5.1 Inclusão

À educação inclusiva concerne um espaço pedagógico que reconhece e aceita a diversidade, assumindo assim uma postura que ressignifica as diferenças, dando-lhes sentido heterogêneo. Fonseca (2003) ilustra a questão com a referência: “a educação inclusiva respeita a cultura, a capacidade e possibilidades de evolução dos sujeitos envolvidos.”

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, o IFRS implementa em todos os seus câmpus o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas),, que tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei 10.098/00, Lei 10.048/00, Decreto 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). É compromisso do NAPNE o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.

Além disso, são princípios da ação inclusiva no IFRS:

- o respeito à diferença;
- a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito;
- a garantia da educação pública, gratuita e de excelência para todos;
- a defesa da interculturalidade;
- a integração com a comunidade escolar e acadêmica.

A educação inclusiva no IFRS visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas. Os câmpus têm implementado o que regem as Leis 10.639/03 e 11.645/08, sobre a inclusão de ações pedagógicas que contemplem as relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena. Os câmpus do IFRS possuem Núcleos de Estudos Afro- Brasileiros e Indígenas (NEABI), núcleos responsáveis por fomentar e organizar estudos e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Os Núcleos de Gênero também estão sendo implementados em alguns dos câmpus do IFRS. Seu principal objetivo é implementar a política da Diversidade de

Gênero, com vistas a promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade, articulando os setores da Instituição nas diversas atividades relativas à inclusão e diversidade de Gênero e Sexualidade.

Para tanto atender aos requisitos legais como promover ações inclusivas, a instituição prioriza a aquisição e a utilização de recursos materiais e técnicas avançadas e investe na formação dos servidores para que desenvolvam e atuem com competência em contextos de diversidade.

3.4.5.2 *Acesso*

O IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso. Nesse sentido, a forma de ingresso aos cursos regulares do IFRS é mediante processo de seleção pública. O número de vagas para os cursos está definido nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades de cada câmpus.

3.4.5.3 *Permanência e êxito*

No que tange à permanência dos educandos nos cursos, o IFRS possui políticas de assistência estudantil diferenciadas e bastante abrangentes que envolvem diversas modalidades de auxílio, com ênfase à moradia, alimentação, transporte, entre outras.

No âmbito de cada câmpus existem projetos de apoio pedagógico que visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, através de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/disciplina, entre outros.

Em relação à arte, cultura e esporte, existe o incentivo às atividades que integrem e desenvolvam habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer. Destacam-se as equipes esportivas, tanto nas modalidades tradicionais de esporte coletivo (futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, quanto nas modalidades individuais, como xadrez, tênis de mesa e atletismo). Com um grande potencial para

ampliar essa oferta de modalidades na medida em que os espaços qualificados para a prática de atividades físicas forem construídos em cada câmpus. Outra forte atividade de integração dos educandos são as atividades culturais, inclusive realizando apresentações em outros Institutos Federais e em eventos de entidades civis.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos câmpus, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

3.4.5.4 *Inovações consideradas significativas, dos componentes curriculares*

A inovação pedagógica constitui um dos eixos centrais da proposta dos Institutos Federais desde sua Lei de criação. A organização acadêmica dos Institutos Federais, definida desde a Lei 11.892/08, quando define a nova institucionalidade dos Institutos Federais, indica a ruptura da reprodução de modelos externos e toma a inovação a partir da relação entre o ensino técnico e tecnológico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Em consonância com seu contexto legal, os cursos do IFRS apresentam uma proposta inovadora a partir de dois eixos: a *transversalidade* e a *verticalização*, constituindo-se aspectos determinantes que contribuem para a uma nova possibilidade do desenho curricular dos seus cursos. A verticalização, para além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, como princípio de organização curricular, prevê um diálogo enriquecedor e diverso entre os níveis de formação da educação profissional e tecnológica. A transversalidade contribui para a consolidação da verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, e, portanto, da ação pedagógica. A metodologia para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem nos IFRS busca, portanto, a superação da dicotomia ciência/tecnologia e teoria/prática, tendo o trabalho e a pesquisa como princípio educativo e científico.

Desta forma, tanto a metodologia, quanto a avaliação são definidas de forma, ativa, reflexiva e participativa, encaminhando para novos modelos e práticas

pedagógicas diferenciadas. Assim, a transversalidade e a verticalização cujo eixo de ação se dá através da inovação e tecnologia, sustentadas pelas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, exige novas habilidades cognitivas e reconfiguração de tarefas e métodos.

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também vem possibilitando que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando desta forma a construção e reconstrução contínua de saberes.

A flexibilidade dos currículos está orientada pelos princípios definidos no PPI, além de atender as Diretrizes Curriculares Nacionais, permitindo:

- alternativas de percursos acadêmicos diferenciados;
- o desenvolvimento da autonomia do estudante na definição de parte do seu percurso acadêmico;
- a mobilidade acadêmica;
- as atividades complementares nos cursos de graduação;
- atualização permanente dos currículos de acordo com a demanda regional, no que se refere aos seus arranjos produtivos, as necessidades do mundo do trabalho, a atualização de conhecimentos, assim como o atendimento do que está preconizado na legislação vigente;

Na perspectiva da flexibilidade curricular o IFRS ainda prevê, com normativas específicas, o aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho, uma vez que atende uma parcela significativa de alunos-trabalhadores.

Cabe ainda destacar que, por força da Lei, o IFRS caracteriza-se como instituição certificadora.

3.4.5.5 Atividades práticas e estágio

As atividades práticas e o estágio são concebidos no IFRS como um espaço privilegiado de articulação entre a teoria e a prática, bem como de integração entre os currículos e o mundo do trabalho em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino.

Mediado pela intervenção pedagógica numa perspectiva interdisciplinar do currículo, o estágio curricular é parte integrante do percurso formativo, e, como tal, está previsto no Projeto Pedagógico dos diversos cursos ofertados pelo IFRS.

Alguns princípios básicos que orientam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, também tomam centralidade nas políticas que orientam a concepção de práticas e estágio como componente curricular dos cursos do IFRS:

- a verticalização e a transversalidade: nos espaços de práticas e estágio é necessário, também extrapolar a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, promovendo um diálogo rico e diverso entre os níveis de formação no mundo do trabalho. Nesse cenário das relações entre teoria e prática, a transversalidade como princípio da mediação pedagógica, contribui para o estabelecimento das relações entre as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como possibilidades de mobilização de conhecimento, construção e criação de práticas profissionais.

- a indissociabilidade entre teoria e prática: a teoria só se reverte de sentido quando vista e experienciada pela ação, assim como a ação contribui para a ressignificação e construção de conhecimento teórico;

- a pesquisa como princípio educativo: a resolução de problemas, através de uma atitude investigativa, reflexiva e criativa, contribui para a produção de novos conhecimentos e para a transformação da realidade. A dimensão prática do trabalho implica nas possibilidades de observação, de análise, de interpretação e de mobilização de conhecimentos, gerando novos conhecimentos, processos ou produtos.

- o trabalho como princípio educativo: a relação entre educação e trabalho nos espaços de prática e estágio deve orientar-se pelo caráter formativo da mesma, privilegiando o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, rompendo a dualidade estrutural entre as funções intelectual e instrumental.

Sendo assim, as atividades de prática e estágio são de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico, devendo oportunizar a vivência de situações reais do cotidiano profissional. A experiência de estágio contribui para que o estudante construa autonomia de pensamento e de ação com vistas à resolução de problemas na área profissional de sua formação, além de vivenciar a cultura laboral na sua área de atuação. A inserção no ambiente de trabalho ao longo do percurso de formação acadêmica contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo.

O estágio, conforme a Lei nº 11.788/08⁶ poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino técnico e tecnológico, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico dos Cursos. Cada projeto pedagógico de curso deverá estabelecer suas normas para estágio obrigatório, quando houver. Cada projeto de curso deverá explicitar se admite ou se não admite a realização de estágio não obrigatório. Os estágios não obrigatórios poderão ser contados como atividades complementares conforme estiver especificado no projeto pedagógico do curso.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o mundo do trabalho são coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão em conjunto com os câmpus de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS.

Para fins de normatização, a Pró-Reitoria de Extensão define Instruções Normativas próprias que orientam os processos de gestão, execução e registros dos estágios no IFRS.

3.4.5.6 Perfil do egresso

A definição geral do perfil do egresso do IFRS, sustenta-se em pressupostos político-pedagógicos que define a educação como um processo complexo e dialético, uma prática contra-hegemônica comprometida com o desenvolvimento da transformação humana na direção do seu desenvolvimento pleno. Nesse sentido, o desenvolvimento do perfil do egresso definido pelo IFRS implica na rejeição dos processos educacionais de caráter adaptativo, prescritivo e instrumental. Sobretudo, implica em empreender esforços para a institucionalização de uma educação profissional politécnica, reflexiva, crítica, política, que possibilite ao estudante a construção da compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes e dos esportes.

⁶ BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

Associado ao do perfil geral do egresso do IFRS, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, alinhados, também, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os níveis e etapas da educação técnica e tecnológica, definem o perfil específico dos egressos relacionados a cada área do conhecimento ou eixo tecnológico .

Orientando-se para o cumprimento da missão para a qual foram criados os Institutos Federais, o IFRS faz a opção filosófico-educacional por Projetos Pedagógicos que definam e contribuam para a formação de um perfil de egresso com:

- formação humana e cidadã;
- capacidade de promover transformações significativas tanto para si, como trabalhador, assim como para o desenvolvimento social;
- condições de interpretar a sociedade e o mundo do trabalho, exercendo sua cidadania com base na justiça, na equidade e na solidariedade;
- visão interdisciplinar e formação politécnica, capaz de atender as demandas do mundo do trabalho e da sociedade como um todo;
- autonomia;
- capacidade reflexiva;
- visão indissociada da teoria e da prática;
- capacidade de articulação entre os conhecimentos gerais e específicos da sua área de atuação.

3.4.6 POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

As políticas de pesquisa do IFRS pautam-se pelas finalidades e objetivos preconizados na lei de criação dos Institutos Federais, fomentando a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, além de criar mecanismos para estender seus benefícios à sua região de abrangência, sem descuidar do alcance nacional e internacional.

Da mesma forma, as políticas de pesquisa do IFRS buscam o alinhamento com Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 , o qual define as novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Da mesma forma, alinha-se ao documento Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015, o qual

define a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de situar o Brasil na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico, afirmando que:

A importância conferida a política de C,T&I no processo de desenvolvimento sustentável do País implica reconhecer que os impactos da ciência e da tecnologia são transversais a atividade econômica, a conservação dos recursos naturais e ao propósito final de elevar os padrões de vida da população brasileira a partir da crescente incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo e da apropriação dos benefícios gerados. Nesse sentido, essa Estratégia de âmbito nacional aponta claramente os objetivos a serem atingidos, as ações para alcançá-los e as metas mais significativas a serem cumpridos ao longo do processo. (MCTI, 2012, p. 3)

Para tanto, o IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas, para a execução de atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, empresas de diferentes segmentos produtivos, visando firmar contatos e convênios sistemáticos na área da pesquisa aplicada, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores e discentes, além do desenvolvimento de projetos comuns.

O IFRS possibilita, ainda, dentro da linha de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, programas de cooperação e intercâmbio técnico-científico, os quais buscam definir, planejar, coordenar e executar estudos, levantamentos, pesquisas, planos e programas destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico, dar apoio mútuo na promoção e desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologia, prestação de serviços, intercâmbio de informações técnico-científicas, ensino e treinamento relevantes para os interesses das instituições colaboradoras, atividades culturais de disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

A atividade de pesquisa científica e tecnológica, portanto, vem sendo institucionalizada no IFRS como um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades, indissociada do ensino e da extensão, na qual os pesquisadores

buscam produzir conhecimentos, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social, tecnológico e cultural.

No que se refere à inovação o IFRS, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do País.

É papel do IFRS, através do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação gerir sua política de inovação tecnológica, fazendo parte desta, atividades como celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de patentes de sua propriedade, prestação de serviços de consultoria especializada em atividades desenvolvidas no âmbito do setor produtivo, estímulo à participação de servidores em projetos com foco na inovação, capacitação de técnicos e pesquisadores em relação à cultura de inovação, dentre outras. Cabe também ao núcleo viabilizar a transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado na instituição para a sociedade bem como promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico do país.

A institucionalização e consolidação da pesquisa ocorrem através da participação ativa dos câmpus do IFRS, o que vem permitindo expressivo cadastro de Grupos e Linhas de Pesquisa no Diretório de Pesquisa do CNPq com a respectiva certificação pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

O desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas pelos Grupos e Linhas de Pesquisa nos campus do IFRS alinha-se à expertise das áreas do conhecimento de oferta dos cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como aos programas, projetos e ações de extensão, com o objetivo de contribuir para a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento de forma integrada. Assim, o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade.

O IFRS tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, pedagógico, artístico, esportivo, tecnológico e cultural de nossa região.

Busca priorizar projetos de pesquisa e programas de iniciação científica vinculados aos objetivos do ensino e extensão, e inspirados em proposições e demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, visando firmar contatos e convênios sistemáticos entre pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre trabalhadores em educação e educandos de diferentes instituições nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de projetos comuns entre as instituições.

O IFRS entende pesquisa artística, esportiva, de saúde, qualidade de vida, e cultural e pesquisa científica como atividades afins, reconhecendo o processo de desenvolvimento de produção artística e esportiva como atividade de pesquisa.

As pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o Projeto Pedagógico da Instituição e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada no Instituto;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, técnicos, tecnológicos, pedagógicos e culturais em todas as áreas de abrangência do IFRS;

- disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, técnicos, tecnológicos, culturais, artísticos, esportivos e pedagógicos que possam sensibilizar e motivar educandos e trabalhadores em educação ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- contribuir para o desenvolvimento de pesquisa com que contribuam para a indissociabilidade com o ensino de nível técnico, e graduação e de pós-graduação;
- captar recursos para o desenvolvimento de programas especiais;
- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;
- estimular a captação de fomento externo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

A gestão da pesquisa é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI) com o apoio do Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (COPPI), composto pelos Diretores/Coordenadores de Pesquisa e Inovação de todos os Câmpus do IFRS.

Os processos e fluxos da pesquisa e inovação, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou Instruções Normativas da PROPPI.

3.5 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

As políticas de Pós-Graduação do IFRS buscam assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o compromisso de contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional, conforme prevê o PDI. O IFRS vem buscando, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar

conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (MEC, 2008, p. 25).

A Pós-Graduação representa um sistema de cursos que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural. O ensino de Pós-Graduação no IFRS vem sendo implantado nos formatos *lato sensu* e *stricto sensu*, respeitado o princípio da aplicabilidade investigativa, bem como de seu caráter profissional.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, destinados aos portadores de diploma de graduação, são cursos de especialização, que visam à complementação, ampliação e desenvolvimento do nível de conhecimento teórico-prático em determinada área de saber, buscando atender demandas sociais e do mundo do trabalho de forma articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme sua natureza e modalidade, são classificados em Cursos de mestrado acadêmico; Cursos de mestrado profissional e Cursos de doutorado. Prioritariamente, o IFRS, como forma de consolidar sua missão, para além do necessário aprofundamento de saberes inerentes à competência acadêmico-científico, cultural, artístico e tecnológico próprios de Programas *Stricto Sensu*, ofertará Cursos de Mestrados Profissionais, dedicados, também, à ampliação da experiência prática dos estudantes, voltados à capacitação e aos conhecimentos aplicados, tecnologias e resultados científicos com vistas à solução de problemas no ambiente de atuação profissional.

Salienta-se que as políticas de Pós-Graduação estabelecem que os Programas de Pós-Graduação devem levar em consideração a indissociabilidade entre a prática do ensino e da pesquisa; o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização das atividades acadêmicas; o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e

Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica.

Os processos e fluxos da Pós-Graduação, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou Instruções Normativas da PROPPI.

3.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

As ações extensionistas são compreendidas como processos educativos que integram a formação humana dos pontos de vista cultural e científico, tornando acessível o conhecimento de domínio da instituição, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Há que se ressaltar, ainda, que é por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que a sua razão de existência é atender aos anseios da comunidade.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades sócio-educacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os câmpus do instituto, bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para

reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da União, do Estado e dos Municípios, visando contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

O IFRS entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que o Instituto tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

O compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania.

É compromisso do IFRS buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.6.1 Extensão e Prática Profissionalizante

As ações de extensão, regularmente vinculadas às práticas profissionalizantes dos alunos, serão desenvolvidas de maneira integrada e buscarão, no primeiro plano, o envolvimento destes sob a supervisão de docentes como co-gestores das iniciativas empreendidas nesse campo. Em segundo plano, buscar-se-ão parcerias com o poder público e segmentos organizados da sociedade, seja na prestação de assessorias e consultorias, seja em ações que resultem na proposição de ações que objetivem o atendimento das necessidades mais relevantes dos educandos.

Os estágios de preparação profissional e para a cidadania estão integrados nos programas institucionais de extensão e podem ser desenvolvidos de acordo com as especificidades de cada curso, conforme a previsão de seus Projetos Pedagógicos, dando-se prioridade aos seguintes programas/atividades:

- a partir de diagnóstico das necessidades da comunidade, oferta de cursos de iniciação, de atualização e de aperfeiçoamento, de modo a que possam se constituir em instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente, em convênio com outras instituições congêneres;
- realização de eventos como congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, com painéis variados, reunindo apresentadores e debatedores de renome em áreas de interesse do curso, integrando comunidade acadêmica, órgãos públicos e comunidade em geral;
- promoção de ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONG's e outras, em benefício da comunidade local;
- ampliação das possibilidades de convênios com instituições privadas, públicas e terceiro setor, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria;
- oferta de serviços, direta ou indiretamente, desde que sejam realizados em conformidade com os objetivos institucionais;
- prestação de serviços profissionais e assistenciais dirigidos à população, em campos de atuação para os quais a Instituição desenvolve conhecimento ou qualifica seus alunos.

É responsabilidade dos professores orientadores de estágio do IFRS acompanhar periodicamente o trabalho desenvolvido pelos estagiários no campo de atuação do estágio, desde que viável economicamente, bem como orientá-los durante o desenvolvimento do estágio obrigatório, articulando os saberes produzidos nesta atividade com os estudantes. Assim, devem os diversos câmpus do IFRS reconhecer esta atividade como encargo docente. No entanto, compete à organização contratante (do estagiário), através de seus funcionários, a supervisão direta de todas as atividades desenvolvidas pelos estagiários.

A Pró-Reitoria de Extensão, no âmbito de suas competências e atribuições, planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o

aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa. A gestão da extensão no IFRS está sob a responsabilidade da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e atua em conjunto com o Comitê de Extensão (COEX), este que é composto pelos Diretores/Coordenadores de Extensão de todos os Câmpus do IFRS.

Os processos e fluxos dos programas, projetos e ações de extensão, bem como suas formas de operacionalização estão normatizados em documentos específicos através de Resoluções aprovadas pelo CONSUP ou Instruções Normativas da PROEX.

3.7 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

A criação dos Institutos Federais indica a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação como opções de continuidade aos estudos dentro dos espaços geográficos ocupados pelos câmpus dos IFs.

3.8 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Considerando a educação como um processo contínuo e permanente, o IFRS deve criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse universo através da criação de oportunidades de formação continuada.

O IFRS acompanha a ideia de que todos os trabalhadores envolvidos nos processos e atos educativos são considerados trabalhadores da educação, portanto, as ações de formação continuada têm sempre esse olhar de pertencimento à educação profissional.

O incentivo à participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos é outra ação nesse sentido. Em alguns casos, dependendo da disponibilidade

orçamentária e das regras formuladas para esse fim específico, pode haver o custeio de despesas (taxa de inscrição, diárias e passagens).

O IFRS compreende que a formação continuada, no e a partir do cotidiano profissional, auxilia na qualificação técnica relacionada diretamente à atividade desenvolvida, permitindo ao trabalhador em educação sentir-se sujeito do processo educacional e ampliar seus horizontes pessoais e profissionais.

Compreende ainda que certas atividades profissionais demandam uma habilidade técnica extremamente refinada e específica e que, portanto, exigem do trabalhador em educação uma prática e atualização constantes.

3.9 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O IFRS, como instituição pública federal de educação técnica e tecnológica e entendendo a educação como um bem público, contextualiza a responsabilidade social como eixo transversal do seu Projeto Pedagógico Institucional através das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. O paradigma da responsabilidade social assumido pela Instituição representa uma das vias para consolidar o seu projeto educacional como espaço que promove a formação integral e de cidadania responsável. (PERNALETE; ORTEGA, 2010).

Como instituição voltada para a região na qual se insere, os projetos de ensino, pesquisa e extensão nascem da identificação das necessidades regionais, tanto sociais quanto econômicas. Esse diálogo necessário com a sociedade promove a geração de conhecimentos novos, de tal forma que permite ir introduzindo inovações para responder às necessidades da complexa realidade social e do mundo do trabalho.

Sendo assim, o IFRS assume sua função social que faz parte da trama de poderes ligados a interesses políticos, econômicos e sociais, estabelecendo diálogo entre instituição e sociedade através da execução de projetos e programas de alcance social, tanto no âmbito da instituição quanto em seu entorno.

Além dos programas e projetos institucionais comprometidos com a educação integral e o desenvolvimento integral do cidadão, o IFRS engaja-se nos Programas Sociais do Governo que têm interface com a educação. Dentre esses, pode-se citar: -

políticas de cotas para ingresso em todos os níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico; - Programa Nacional de Acesso em Emprego e Trabalho; - Programa Mulheres Mil.

3.10 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional se constitui como processo sistemático que permite compreender de forma global a trajetória institucional, além de promover a autoconsciência da instituição, oportunizando a melhoria da qualidade científica, política e tecnológica das ações pedagógicas e administrativas desenvolvidas.

A avaliação institucional implica também o comprometimento com as condições para a promoção e melhoria da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão, orientando no princípio da democratização. Para RIBEIRO (2000, p.15), “a avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade”.

A prática dialógica da avaliação institucional no âmbito do IFRS é coordenada pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), já a avaliação interna dos câmpus é realizada pelas SPAs (Subcomissões Próprias de Avaliação) constituídas em cada câmpus.

A avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e almeja a melhoria do ensino, a valorização da missão pública, a promoção de valores democráticos, o respeito à diversidade e a construção da identidade institucional.

No processo de avaliação institucional, são observadas as dimensões mencionadas no Art. 3º da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

3.11 UTOPIAS

O processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional fez o IFRS pensar na sua posição político-pedagógica atual e projetou devires. O envolvimento da comunidade acadêmica no debate em torno das temáticas pedagógicas aumentou o nível de consciência institucional, evidenciando fragilidades, áreas a desenvolver e as conquistas ao longo da existência do IFRS. Ao mesmo tempo, a reflexão apontou desafios para o futuro, levantando os olhos no horizonte e demarcando utopias para o IFRS.

Dentre os desafios a serem superados, destaca-se a construção de uma identidade institucional, o fortalecimento da identidade local de cada câmpus, a implementação da verticalização do ensino e a consolidação do reconhecimento social do IFRS enquanto Instituição de Ensino nos espaços que ocupa no Estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, deseja-se que o processo de pensar a proposta político pedagógica da instituição seja uma prática permanente, de construções coletivas, cheia de indagações, idas e vindas, avanços e desafios, repleto de significados para os sujeitos envolvidos na instituição, por meio do exercício de projetar o futuro.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

A Organização Didática (OD) é o documento que rege os procedimentos pedagógicos e administrativos do IFRS, com o objetivo de consolidar a identidade e a unidade institucional, sem, com isso, desconsiderar a riqueza da diversidade que é característica dessa instituição. Como desdobramento das concepções e políticas expressas no PPI, o documento da OD vem sendo construído coletiva e democraticamente desde meados de 2013.

A Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com o Comitê de Ensino e com as equipes diretas dos campi, organizou uma metodologia de discussão e de escrita do documento que prima pela ampla participação dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo no que se refere à autoria da OD.

Tendo em vista a complexidade do IFRS em termos das especificidades de cada campus que o compõe, é que a elaboração da OD foi organizada de modo que o debate intra e intercampus fosse marca indelével desse processo, o que vem acontecendo desde o final de 2013 através dos encontros e plenárias organizados para a discussão do conteúdo que integrará o documento.

O texto final da OD deverá ser apreciado pelo Conselho Superior do IFRS até o final de 2014. Tem-se, no entanto, convicção de que são conteúdos transversais desse documento o entendimento da função social do IFRS como sendo a de ofertar Educação Profissional e Tecnológica de qualidade socialmente referenciada e de concepção político-pedagógica capaz de articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis; de comprometer-se com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a partilha de saberes, objetivando contribuir com a transformação da realidade socioambiental, na perspectiva da progressiva redução das desigualdades sociais e conflitos ambientais; contribuir para a formação do sujeito na sua totalidade, fortalecendo, nos mais variados âmbitos, o seu compromisso com uma práxis social transformadora.

Ainda, se faz importante ressaltar que os processos e fluxos para construção e aprovação dos Projetos de Cursos estão definidos pelo documento de “Orientações acerca da construção de Projetos Pedagógicos dos Cursos” (aprovado pelo Comitê de Ensino em 17/08/2010) e a Instrução Normativa PROEN nº 03/2012.

5. CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

Ao longo dos primeiros cinco anos, o IFRS apresentou uma oferta crescente de cursos em todos os níveis e modalidades, com a integração dos câmpus que formaram a instituição. Em 2009, com o início da instituição, a oferta era de aproximadamente 2100 vagas. Já em 2010, com a integração dos dados referentes aos câmpus que formaram o IFRS, esse número quadruplicou e já representava 8708 vagas.

A partir do ano 2010, com a consolidação dos câmpus que integraram a instituição, até o ano 2013 o número de estudantes quase duplicou, sendo que novos cursos foram lançados em diversas áreas do conhecimento, em todos os níveis e modalidades de ensino. O crescimento foi na ordem de 43% de 2010 para 2011, de 29% de 2011 para 2012 e de 7% de 2012 para 2013.

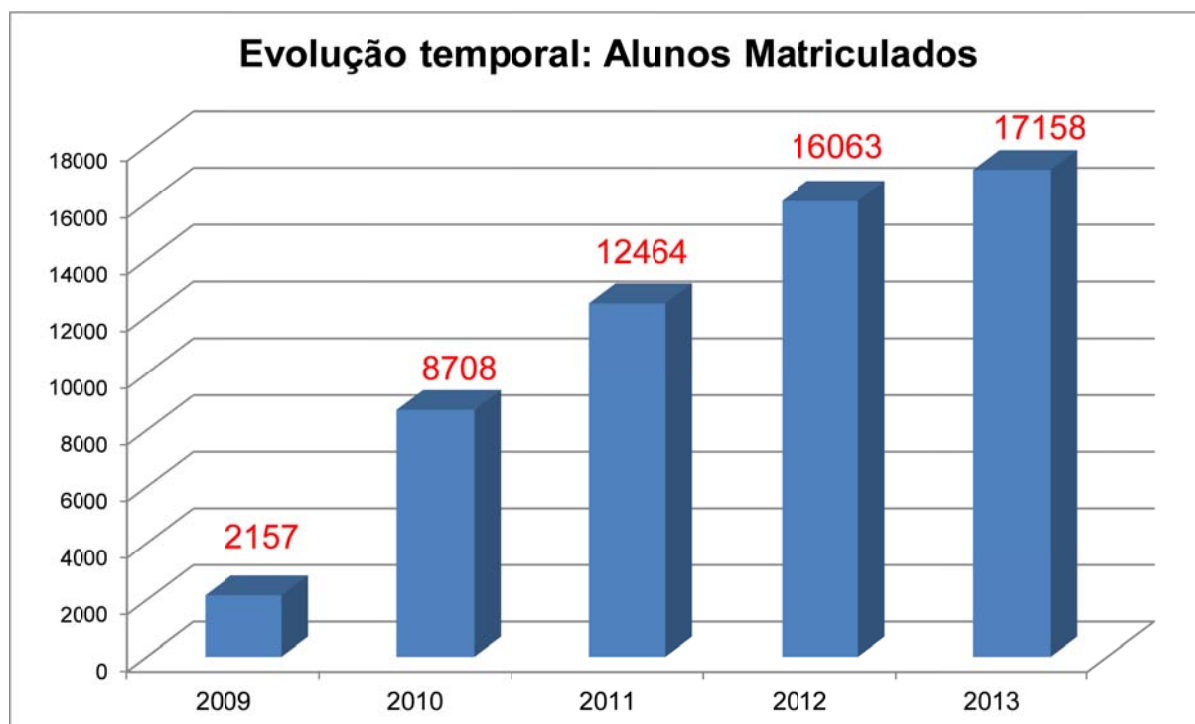
O número de estudantes totalizava, no mês de dezembro de 2013, 17.158 alunos matriculados. Além desse dado, houve, para as vagas ofertadas no ano de 2013, um total de 35.538 inscritos, representando uma relação de candidato por vaga de 7,06.

Em 2013, houve a avaliação externa de 7 cursos superiores do IFRS. O IGC atribuído ao IFRS é de 4, indicando o ótimo desempenho e qualidade dos cursos ofertados pela instituição. Em 2014, a instituição alcançou sua primeira nota 5 (nota máxima) na avaliação de um de seus cursos superiores de tecnologia.

O IFRS possui cursos nas mais variadas modalidades e níveis de ensino. Dentre os tipos de cursos oferecidos, atualmente, podem ser citados: cursos de formação inicial, cursos de formação continuada, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduações.

A evolução temporal do número de alunos matriculados é apresentada na figura a seguir.

Figura 4 – Evolução temporal: Alunos Matriculados.



Fonte: SIMEC, SISTEC e Pesquisa Institucional/IFRS.

O IFRS conta, atualmente com doze câmpus que realizam a oferta de cursos regulares, conforme a evolução temporal apresentada na figura acima: Câmpus Bento Gonçalves, Câmpus Canoas, Câmpus Caxias do Sul, Câmpus Erechim, Câmpus Farroupilha, Câmpus Feliz, Câmpus Ibirubá, Câmpus Osório, Câmpus Porto Alegre, Câmpus Restinga, Câmpus Rio Grande e Câmpus Sertão.

A criação de um câmpus é realizada através de lei específica, sendo que a instituição conta, atualmente, com quatro novos câmpus em implantação: Câmpus Alvorada, Câmpus Rolante, Câmpus Vacaria e Câmpus Viamão. Além disso, conta com um Câmpus Avançados em Veranópolis e a possibilidade de abertura do Câmpus Avançado de Guaíba. Novos câmpus podem ser incluídos na instituição, dependendo da sua criação, através de legislação específica e conforme a continuidade das políticas de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

5.1 PLANO DE OFERTA PRESENCIAL

O IFRS planeja, para os próximos cinco anos a consolidação de seus câmpus e a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades. Atualmente, os 12 câmpus da estrutura oferecem uma variedade de cursos e uma oferta qualificada. No futuro, a Instituição irá contar com 17 câmpus. Caso haja a continuidade da expansão da rede, poderá ampliar esse número. Dentre os eixos tecnológicos atualmente atendidos pelos cursos do IFRS podem ser destacados: ambiente, saúde e segurança, controle e processos industriais, desenvolvimento educacional e social, gestão e negócios, informação e comunicação, infraestrutura, produção alimentícia, produção cultural e design, produção industrial, recursos naturais e turismo, hospitalidade e lazer.

A seguir são apresentados quadros com o planejamento dos cursos presenciais e semipresenciais a serem abertos pelos câmpus do IFRS nos próximos anos.

5.1.1 Plano de Ampliação da Oferta de Cursos Técnicos

Quadro 23: Planejamento de Cursos Técnicos.

Câmpus/Curso	Tipo de oferta	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Câmpus Bento Gonçalves							
Técnico em agropecuária	Integrado	60	60	60	60	60	300
Técnico em informática para internet	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em viticultura e enologia	Concomitante	30	30	30	30	30	150
Técnico em agropecuária	Subsequente	30	20	20	20	20	210
Técnico em administração	Subsequente	0	0	30	30	30	90
Técnico no eixo - turismo, hospitalidade e lazer - PROEJA	Integrado	0	0	30	30	30	90
Câmpus Canoas							
Técnico em Administração	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em Eletrônica	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em Informática	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em Manutenção e suporte em Informática - PROEJA	Integrado	30	30	30	30	30	120
Câmpus Caxias do Sul							
Técnico em administração - PROEJA	Integrado	40	40	40	40	40	200
Técnico em fabricação mecânica	Integrado	60	60	60	60	60	300
Técnico em plásticos	Integrado	60	60	60	60	60	300
Técnico em plásticos	Subsequente	35	35	35	35	35	175
Técnico em química	Integrado	60	60	60	60	60	300
Câmpus Erechim							
Técnico em Alimentos	Subsequente	32	32	32	32	32	160

Técnico em Finanças	Subsequente	40	40	40	40	40	200
Técnico em Logística	Subsequente	40	40	40	40	40	200
Técnico em Mecânica	Subsequente	32	32	32	32	32	160
Técnico em Vestuário	Subsequente	32	32	32	32	32	160
Técnico em Automação	Subsequente	0	0	32	32	32	96
Técnico em Informática	Integrado	0	0	32	32	32	96
Técnico em Mecânica	Integrado	0	0	32	32	32	96
Técnico em Modelagem	Subsequente	0	32	32	32	32	128
Técnico em Produção de Moda	Subsequente	0	0	32	32	32	96
Técnico em Vendas	Subsequente	0	0	0	0	40	40
Câmpus Farroupilha							
Técnico em eletrônica	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	120
Técnico em eletrotécnica	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	120
Técnico em informática	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em metalurgia	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	120
Técnico em plásticos	Concomitante e/ou subsequente	24	24	24	24	24	120
Técnico no eixo informação e comunicação	Integrado	0	0	0	30	30	60
Técnico em Gestão	Subsequente	0	0	0	0	24	24
Técnico em Tecelagem	Subsequente	0	0	0	0	24	24
Câmpus Feliz							
Técnico em cerâmica	Concomitante e/ou subsequente	32	0	0	0	0	32
Técnico em informática	Integrado	32	32	32	32	32	160
Técnico em meio ambiente	Subsequente	32	32	32	32	32	160
Técnico em Química	Integrado	0	32	32	32	32	128
Técnico no eixo gestão e negócios	Concomitante	0	0	32	32	32	96
Técnico no eixo gestão e negócios - PROEJA	Integrado	0	0	32	32	32	96
Câmpus Ibirubá							
Técnico em agropecuária	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em eletrotécnica	Subsequente	35	35	35	35	35	150
Técnico em informática	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em mecânica	Integrado	25	25	25	25	25	125
Técnico em mecânica	Subsequente	35	35	35	35	35	175
Técnico em eletromecânica	Concomitante	0	30	30	30	30	120
Técnico em agropecuária	Concomitante	0	30	30	30	30	120
Técnico – PROEJA	Integrado	0	30	30	30	30	120
Câmpus Osório							
Técnico em administração	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em administração	Subsequente	30	30	30	30	30	150
Técnico em guia de turismo	Subsequente	0	0	30	30	30	150
Técnico em informática	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em informática para internet	Subsequente	30	30	30	30	30	150
Técnico - PROEJA	Integrado	0	0	40	40	40	120
Técnico no eixo produção cultural e	Subsequente				32	32	64

design							
Técnico em Panificação	Subsequente	25	25	25	25	25	125
Técnico em Edificações	Subsequente	0	32	32	32	32	128
Técnico (Hospitalidade e Lazer)	Integrado	0	0	30	30	30	90
Câmpus Porto Alegre							
Curso técnico em panificação e confeitaria	Subsequente	32	50	50	50	50	132
Curso técnico em panificação e confeitaria -PROEJA	Integrado	20	20	20	20	20	100
Técnico em administração	Subsequente	72	72	72	72	72	360
Técnico em administração - PROEJA	Integrado	70	70	70	70	70	350
Técnico em biblioteconomia	Subsequente	48	48	48	48	48	240
Técnico em biotecnologia	Subsequente	48	48	48	48	48	240
Técnico em contabilidade	Subsequente	60	60	60	60	60	300
Técnico em enfermagem	Subsequente	35	35	35	35	35	175
Técnico em informática	Subsequente	30	30	30	30	30	150
Técnico em instrumento musical – flauta doce	Subsequente	10	10	10	20	20	70
Técnico em instrumento musical - violão	Subsequente	10	10	10	10	10	50
Técnico em meio ambiente	Subsequente	24	24	24	24	24	120
Técnico em química	Subsequente	40	40	40	40	40	200
Técnico em redes de computadores	Subsequente	30	30	30	30	30	150
Técnico em registros e informações em saúde	Subsequente	35	35	35	35	35	175
Técnico em saúde bucal	Subsequente	25	25	25	25	25	125
Técnico em secretariado	Subsequente	72	72	72	72	72	360
Técnico em segurança do trabalho	Subsequente	60	60	60	60	60	300
Técnico em transações imobiliárias	Subsequente	52					
Técnico arquivologia	Subsequente	0	0	40	40	40	120
Técnico em cervejaria	Subsequente	0	0	0	0	20	20
Técnico em Eventos	Subsequente	0	0	36	36	36	108
Técnico em instrumento musical - Canto	Subsequente	0	0	0	0	20	20
Técnico em instrumento musical - Flauta Transversal	Subsequente	0	0	10	10	10	30
Técnico em instrumento musical - Percussão	Subsequente	0	0	0	10	10	20
Técnico em instrumento musical - Teclado/Piano	Subsequente	0	0	10	10	10	30
Técnico em instrumento musical - Violão	Subsequente	0	0	0	10	10	20
Técnico em instrumento musical - Violino	Subsequente	0	0	0	0	10	10
Técnico em Química	Subsequente	22	22	22	22	44	110
Câmpus Restinga							
Técnico em Administração	Subsequente	40	40	40	40	40	200
Técnico em Eletrônica	Integrado	32	32	32	32	32	160
Técnico em guia de Turismo	Subsequente	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática para Internet	Integrado	32	32	32	32	32	160
Técnico em Recursos Humanos - PROEJA	Integrado	40	40	40	40	40	200
Técnico em Redes de Computadores	Subsequente	32	32	32	32	32	160
Técnico em Redes de Computadores	Concomitante		32	32	32	32	128
Técnico em Edificações - PROEJA	Integrado	0	0	40	40	40	120
Técnico no eixo Hospitalidade e Lazer	Integrado	0	0	32	32	32	96
Câmpus Rio Grande							
Técnico em automação industrial	Subsequente	64	80	80	80	80	384

Técnico em automação industrial	Integrado	32	36	36	36	36	180
Técnico em eletrotécnica	Subsequente	80	80	80	80	80	400
Técnico em eletrotécnica	Integrado	40	40	40	40	40	200
Técnico em enfermagem	Subsequente	28	28	28	28	28	140
Técnico em fabricação mecânica	Subsequente	48	48	48	48	48	240
Técnico em fabricação mecânica	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em geoprocessamento	Subsequente	30	30	30	30	30	150
Técnico em geoprocessamento	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em informática para internet	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em refrigeração e climatização	Subsequente	80	80	80	80	80	400
Técnico em refrigeração e climatização	Integrado	30	30	30	30	30	150
Técnico em Administração - PROEJA	Integrado		40	40	40	40	160
Técnico em Alimentos	Subsequente			20	20	20	80
Técnico em Construção Naval	Subsequente					24	24
Câmpus Sertão							
Técnico em agropecuária	Integrado	120	120	120	120	120	600
Técnico em agropecuária	Subsequente	70	70	70	70	70	350
Técnico em comércio - PROEJA	Integrado	35	35	35	35	35	175
Técnico em comércio	Concomitante Externo	35	35	35	35	35	175
Técnico em comércio	Concomitante	35	35	35	35	35	175
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Concomitante externo	30	30	30	30	30	120
Técnico em Administração	Integrado	0	30	30	30	30	150

Fonte: Elaborado por cada câmpus do IFRS.

5.1.2 Plano de Ampliação da Oferta de Cursos Superiores

Quadro 24: Planejamento de Cursos Superiores.

Câmpus/Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Câmpus Bento Gonçalves						
Tecnologia em alimentos	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em horticultura	36	36	36	36	36	180
Tecnologia em logística	35	35	35	35	35	175
Tecnologia em viticultura e enologia	30	30	30	30	30	150
Licenciatura em matemática	35	35	35	35	35	175
Licenciatura em física	35	35	35	35	35	175
Bacharelado em Agronomia	0	0	30	30	30	90
Licenciatura em Pedagogia	0	35	35	35	35	140
Câmpus Canoas						
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em automação industrial	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em logística	36	36	36	36	36	180
Licenciatura em matemática	40	40	40	40	40	200
Câmpus Caxias do Sul						
Tecnologia em Processos Metalúrgicos	70	70	70	70	70	350

Licenciatura em Matemática	40	40	40	40	40	200
Graduação em Letras/Libras	0	0	30	30	30	150
Engenharia de Materiais	0	0	40	40	40	120
Licenciatura em Ciências	0	0	40	40	40	120
Tecnologia em Processos Gerenciais	0	0	50	50	50	150
Câmpus Erechim						
Tecnologia em design de moda	32	32	32	32	32	160
Bacharelado em Engenharia Mecânica	50	50	50	50	50	250
Tecnologia em Marketing	50	50	50	50	50	250
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	0	0	0	0	40	40
Bacharelado em Administração	0	32	32	32	32	128
Engenharia de Alimentos	0	30	30	30	30	120
Tecnólogo em Finanças	0	0	0	32	32	64
Câmpus Farroupilha						
Bacharelado em Engenharia de controle e automação	25	25	25	25	25	125
Bacharelado em Engenharia mecânica	25	25	25	25	25	125
Tecnologia em processos gerenciais	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	30	30	30	30	30	150
Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional	15	15	15	15	15	75
Licenciatura (a ser definida)	0	0	0	0	25	25
Câmpus Feliz						
Tecnologia em processos gerenciais	32	32	32	32	32	160
Licenciatura em Letras (Inglês e Português)	0	32	32	32	32	128
Licenciatura em Química	0	32	32	32	32	128
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	0	32	32	32	32	128
Tecnologia em Processos Gerenciais	0	32	32	32	32	128
Engenharia química	0	32	32	32	32	128
Câmpus Ibirubá						
Tecnologia em Produção de Grãos	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em Agronegócio	0	0	35	35	35	105
Licenciatura em Matemática	35	35	35	35	35	175
Bacharelado Ciência da Computação	0	30	30	30	30	120
Engenharia Agrônoma	30	30	30	30	30	150
Engenharia Mecânica	0	40	40	40	40	160
Ciências Exatas habilitação Integrada – Física/Química/Matemática	0	0	30	30	30	90
Câmpus Osório						
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	36	36	36	36	36	180
Tecnologia em processos gerenciais	30	30	30	30	30	150
Licenciatura em Humanas		40	40	40	40	160
Licenciatura em Exatas					40	40
Tecnologia (alimentos, turismo ou edificações)					36	36
Câmpus Porto Alegre						
Tecnologia em Gestão Ambiental	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em Processos Gerenciais	36	36	36	36	36	180

Tecnologia em Sistemas Para Internet	72	72	72	72	72	360
Licenciatura em Ciências da Natureza - Biologia e Química	35	35	35	35	35	175
Licenciatura em Matemática	0	0	35	35	35	105
Licenciatura em Pedagogia	0	0	40	40	40	120
Tecnólogo em Negócios Imobiliários	0	0	36	36	36	108
Tecnólogo em Gestão Pública	0	36	36	36	36	144
Câmpus Restinga						
Tecnologia em Análise E Desenvolvimento De Sistemas	64	64	64	64	64	320
Tecnologia em Gestão Desportiva E Do Lazer	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em Eletrônica Industrial	32	32	32	32	32	160
Tecnologia em Gestão de Negócios	0	0	0	32	32	64
Tecnologia no Eixo Infraestrutura	0	0	32	32	32	96
Licenciatura (a ser definida)	0	0	40	40	40	120
Câmpus Rio Grande						
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	50	50	50	50	50	250
Tecnologia em construção de edifícios	60	60	60	60	60	300
Programa Especial de Formação Pedagógica		30	30	30	30	150
Bacharelado em Engenharia Mecânica		50	50	50	50	250
Bacharelado em Design					30	30
Câmpus Sertão						
Tecnologia em Agronegócio	40	40	40	40	40	200
Bacharelado em Agronomia	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Alimentos	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	30	30	30	30	30	150
Tecnologia em Gestão Ambiental	40	40	40	40	40	200
Bacharelado em Zootecnia	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Ciências Agrícolas	30	30	30	30	30	150
Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	40	40	40	40	40	200
Administração	0	0	40	40	40	120
Ciências Biológicas	0	0	30	30	30	90
Engenharia Ambiental	0	0	40	40	40	120
Engenharia de Alimentos	0	0	30	30	30	90
Pedagogia	0	0	30	30	30	90

Fonte: Elaborado por cada câmpus do IFRS.

5.1.3 Plano de Ampliação da Oferta de Pós-Graduações

Quadro 25: Planejamento de Cursos de Pós Graduação.

Câmpus/Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Câmpus Bento Gonçalves						
Especialização em Viticultura	0	25	0	25	0	50
Especialização em Educação, ciência e sociedade: a atuação docente na contemporaneidade	30	0	30	0	30	90

Especialização em Ensino de Matemática para a Educação Básica	0	30	0	30	0	60
Especialização em Gestão	0	0	0	0	25	25
Mestrado Profissional em Educação	0	0	15	15	15	45
Mestrado Profissional em Enologia	0	0	12	12	12	36
Câmpus Caxias do Sul						
Especialização em Ensino de Matemática	0	0	20	20	20	60
Especialização em Teorias e Metodologias na Educação Básica e Tecnológica	0	0	30	30	30	90
Câmpus Erechim						
Especialização em Moda	0	0	32	32	32	96
Especialização em Alimentos	0	0	16	16	16	48
Especialização em Gestão	0	0	25	25	25	75
Especialização em Materiais	0	0	25	25	25	75
Câmpus Farroupilha						
Especialização em Educação	0	0	0	0	24	24
Especialização em Gestão	0	0	0	0	24	24
Câmpus Feliz						
Especialização em gestão escolar	32	32	32	32	32	160
Especialização na área de gestão	0	0	0	0	32	32
Câmpus Ibirubá						
Especialização em Ciências da Natureza e Matemática	0	30	30	30	30	120
Especialização em Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	30	30	30	30	30	150
Especialização em Sistemas de Produção na Agropecuária	0	0	20	20	20	60
Mestrado em Sistemas de Produção na Agropecuária					10	10
Câmpus Osório	30	30	30	30	30	
Especialização em Educação Básica Profissional	30	30	30	30	30	150
Câmpus Porto Alegre						
Especialização em Gestão da Atenção à Saúde do Idoso	30	30	30	30	30	150
Especialização em Urgência e Emergência: Gestão de Atenção no SUS	35	35	35	35	35	175
Mestrado Profissional em Biblioteconomia	0	0	20	20	20	60
Mestrado Profissional em Educação em Ciências	0	20	20	20	20	80
Especialização em Gestão Pública	0	0	0	0	0	0
Especialização em Pedagogia do Instrumento	0	0	0	0	30	30
Especialização em Formação de Professores para a Educação Profissional	0	0	30	30	30	90
Mestrado Profissional em Informática na Educação	0	20	20	20	20	80
Mestrado Profissional em Ciências Ambientais	0	0	0	0	20	20
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Empresarial	0	35	35	35	35	140
Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	0	0	0	0	16	16
Especialização em Biotecnologia	0	0	40	40	40	120
Especialização em Gestão Ambiental Pública	0	0	30	30	30	90
Câmpus Rio Grande						
Pós Graduação em Geoprocessamento			20	20	20	60
Câmpus Sertão						
Especialização em Teorias e Metodologias da Educação	25	25	25	25	25	125

Especialização em Agronegócio	0	0	30	30	30	90
Especialização em Bioprocessos	0	30	30	30	30	120
Especialização em Informática	0	0	30	30	30	90
Especialização em Produção Vegetal	0	30	30	30	30	120
Mestrado em Agronomia	0	0	20	20	20	60
Mestrado em Ciências Ambientais	0	0	20	20	20	60
Mestrado em Educação	0	0	20	20	20	60
Intercampus (Caxias, Feliz e Farroupilha)	0	0	15	15	15	
Mestrado Profissional em Tecnologia e Engenharia de Materiais	0	0	15	15	15	45
Total Geral	122	326	736	796	977	2801

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus do IFRS.

5.1.4 Plano de Oferta dos Câmpus em Implantação

Os doze campus em funcionamento, atualmente, no IFRS oferecem cursos em uma oferta qualificada de acordo com as realidades dos arranjos produtivos locais aos quais se relacionam. No futuro, com a ampliação das unidades já confirmadas para a gestão do IFRS, os câmpus dos municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria, Viamão e o Câmpus Avançado de Veranópolis planejam ofertar cursos, conforme o quadro a seguir. Alguns cursos e áreas estão em processo de negociação com a comunidade acadêmica e poderão ser modificado de acordo com a estrutura a ser implantada para a ampliação de cada unidade.

Quadro 26: Planejamento de Oferta dos Câmpus Novos do IFRS.

Câmpus / Tipo de Curso e área	2014	2015	2016	2017	2018
Câmpus Alvorada	A definir	A definir	A definir	A definir	A definir
Bacharelado					
A ser definido					
Técnico					
Ambiente e Saúde					
Desenvolvimento Educacional e Social					
Informação e Comunicação					
Produção Cultural e Design					
Tecnologia					
Informação e Comunicação					
Campus Avançado Veranópolis	0	285	330	375	375
Tecnologia	0	45	90	135	135
Controle e Processos Industriais	0	0	0	0	0

Gestão e Negócios	0	0	45	45	45
Informação e Comunicação	0	45	45	45	45
Produção Industrial	0	0	0	45	45
Câmpus Rolante	0	0	0	0	0
Técnico	0	0	0	0	0
Gestão e Negócios	0	0	0	0	0
Informação e Comunicação	0	0	0	0	0
Produção Industrial	0	0	0	0	0
Recursos Naturais	0	0	0	0	0
Câmpus Vacaria	120	140	280	420	490
Bacharelado	0	0	35	35	35
Informação e Comunicação	0	0	35	35	35
Bacharelado	0	0	0	0	35
Recursos Naturais	0	0	0	0	35
Licenciatura	0	0	0	35	35
A ser definido	0	0	0	35	35
Técnico	0	70	105	105	105
Técnico em Logística	0	35	35	35	35
Técnico em Agropecuária	0	35	35	35	35
A ser definido	0	0	35	35	35
Técnico/Pronatec	60				
Informação e Comunicação	30				
Recursos Naturais	30				
Tecnologia	0	0	0	35	35
Gestão e Negócios	0	0	0	35	35
Campus Viamão	0	1175	1175	1175	1175
Técnico	0	175	175	175	175
Ambiente e Saúde	0	35	35	35	35
Gestão e Negócios	0	140	140	140	140
Tecnologia	0	1000	1000	1000	1000
Segurança	0	1000	1000	1000	1000

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus do IFRS.

6. PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul incorporou ao seu patrimônio o que foi recebido das antigas escolas Agrotécnicas e Escolas Vinculadas. Nos anos 2009 a 2013 objetivou consolidar a sua estrutura, a partir da realização de obras públicas nos câmpus novos. Em especial, destacam-se as obras dos câmpus: Canoas, Caxias do Sul, Osório e Restinga, como também a ampliação das construções recebidas dos câmpus Erechim, Farroupilha, Feliz e Ibirubá.

A partir da perspectiva de consolidação da Instituição, passou a trabalhar na construção nos aspectos relativos à expansão da rede e à consolidação das estruturas dos câmpus existentes. A incorporação do prédio do Câmpus Porto Alegre também foi um item a ser destacado. O câmpus atua em sua nova sede desde 2011, com 38 mil metros quadrados, no Centro da capital (Porto Alegre).

Em relação aos câmpus que foram federalizados, parte da estrutura foi assumida e parte passou a ser construída pelo IFRS, o que também representou um desafio institucional. Porém, a Instituição assumiu um desafio novo, da construção de mais quatro câmpus: Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão. Mais do que isso, ressalta-se também a ampliação da estrutura de um câmpus federalizado: Veranópolis. Os desafios de consolidação institucional também passam pela gestão das obras e pela sua execução dentro dos prazos e das expectativas das comunidades em que as unidades estão localizadas.

Em relação à possibilidade da ampliação dos câmpus, alguns deles ainda não têm a sua área ou local definitivo de implantação. Conforme relatado anteriormente, a criação de um câmpus é realizada através de lei específica. Quando há a criação da nova unidade, a instituição recebe uma cota orçamentária destinada à construção das estruturas ou aquisição dos prédios e possíveis reformas necessárias, bem como verbas para o investimento em materiais necessários à implantação do câmpus. Da mesma forma, a criação de um novo câmpus implicará na realização de concursos públicos, conforme detalha-se no capítulo 7 – Organização e Gestão de Pessoal.

Os quadros a seguir apresentam algumas informações sobre os aspectos de infraestrutura do IFRS. Em primeiro lugar, apresenta-se a área dos terrenos da estrutura atual (câmpus existentes). Posteriormente, informa-se uma previsão da

abertura dos novos câmpus, exceto o Câmpus Avançado de Guaíba, que até o momento não possui definição de sua estrutura.

6.1 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor Físico de um câmpus é um instrumento básico de Política de Controle do Uso e Ocupação do Solo, que tem por principais objetivos estabelecer critérios e parâmetros de controle e orientação da ocupação e uso do solo para o crescimento do câmpus; definir medidas que produzam a melhoria da qualidade de vida dos usuários e facilidades necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; e criar condições para estabelecer políticas de participação visando à implantação de programas e projetos de urbanização dos espaços de uso coletivo.

Deve ser parte integrante de um processo contínuo de planejamento do câmpus, e da Instituição como um todo, além de estar de acordo com as exigências e diretrizes gerais do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA do Município onde está inserido.

No caso específico do IFRS, como trata-se de Instituição recente e com tamanha diversidade regional, recomenda-se que seja instituído um Grupo de Trabalho, presidido pelo Diretor de Planejamento e Obras, para coordenar a elaboração e as revisões do Plano Diretor Físico Geral do IFRS, assim como do Plano Diretor Físico de cada câmpus, observando sua integração com o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

6.1.1 Diretrizes Básicas

Um câmpus pode ser descrito como um conjunto de edificações dispostas de modo ordenado de acordo com as funções que desempenham. Assim, para uma ocupação adequada, eficiente e ordenada do espaço físico existente e de suas futuras instalações, faz-se necessário a definição de algumas diretrizes básicas que assegurem a qualidade de vida e o perfeito desenvolvimentos das atividades do câmpus, observando o equilíbrio entre área construída e área verde.

A distribuição espacial das atividades deve respeitar as tendências de uso já consagradas no câmpus, corrigindo as distorções existentes.

A localização de Unidades e Departamentos acadêmicos e administrativos deve ser norteada pelas interações acadêmicas, pela necessidade de racionalização da infraestrutura e pela adequação das características físicas dos locais às atividades que serão neles desenvolvidas.

O espaço intersticial das edificações, as calçadas e as áreas verdes devem ser paisagisticamente tratados, de modo a estimular os deslocamentos de pedestres. A escolha das plantas a serem cultivadas no câmpus deve valorizar as espécies nativas do bioma local.

Os princípios da sustentabilidade e da eficiência energética deverão ser assegurados nas edificações do câmpus.

O câmpus precisa ser totalmente acessível. Para isso, todas as instalações, tanto existentes quanto novas, deverão atender a NBR 9050 e demais legislação pertinente.

A elaboração de um projeto geral de PPCI para o câmpus, assim como para cada prédio individualmente. A implementação do projeto poderá ser gradativa, mas é extremamente necessária.

Estabelecer diretrizes viárias a fim de organizar o acesso externo ao câmpus, assim como a distribuição dos acessos internos, buscando eliminar todo e qualquer conflito entre veículos e pedestres.

Visando maior facilidade e menor custo de manutenção, além de uma unidade arquitetônica, propõe-se para o câmpus uma padronização construtiva. Assim, tanto para o sistema construtivo quanto para os materiais que compõem a obra, todas as edificações novas e reformas necessárias deverão seguir um padrão previamente definido pelo departamento de Arquitetura e Engenharia do câmpus, se for o caso, ou pela Diretoria de Planejamento e Obras do IFRS.

O mais interessante seria se essa padronização se desse de forma geral, ou seja, se fosse instituída como padrão do IFRS, devendo ser seguido por todos os câmpus que o integram.

6.2 ESTRUTURA FÍSICA ATUAL DO IFRS

Atualmente, o IFRS é composto pela Reitoria e mais 12 câmpus, além dos outros cinco que ainda estão em fase de implantação. A Reitoria desenvolve suas atividades em um prédio administrativo no Centro da cidade de Bento Gonçalves.

Os câmpus estruturam-se da seguinte forma:

6.2.1 Câmpus Bento Gonçalves

O Câmpus Bento Gonçalves está instalado em uma área de 843.639m², dividida entre a sede (76.219,13m²), localizada em área central no Município de Bento Gonçalves, e a fazenda-escola (767.420m²), localizada no distrito de Tuiuty, distante 12 km da sede.

A Sede do Câmpus é composta por 13 prédios, totalizando 25.846,97m² de área construída. O desenvolvimento das atividades distribui-se em quatro blocos principais, que abrigam salas de aula, laboratórios, cantina, refeitório, auditórios, alojamento de estudantes e a administração do campus. No entorno destes quatro blocos principais distribuem-se as demais atividades em outros 09 prédios de usos específicos como biblioteca, convivência, ginásio, cantina de vinificação, agroindústria e almoxarifado.

6.2.2 Câmpus Canoas

O Câmpus Canoas está instalado em uma área de 56.734,66m², localizado no Bairro Igara III, no Município de Canoas.

É composto por 04 prédios térreos, sendo 01 prédio administrativo (com auditório), 01 prédio da biblioteca e convivência (com cantina e posto médico) e 02 prédios de salas de aula e laboratórios, além de pátio com guarida e subestação, totalizando 3.691,63m² de área construída.

6.2.3 Câmpus Caxias do Sul

O Câmpus Caxias está instalado em uma área de aproximadamente 30.000m², localizado no Bairro Nossa Senhora de Fátima, no Município de Caxias do Sul.

O Câmpus faz parte da Fase 2 do Plano de Expansão da Rede Federal e entrou em funcionamento em 2010, na sede provisória localizada no bairro Floresta. Em 2014, passou a funcionar na sede definitiva, num espaço com mais de 3.700m² de área construída, que conta com 01 prédio administrativo (com biblioteca) e 02 prédios de salas de aula e laboratórios.

6.2.4 Câmpus Erechim

O Câmpus está instalado em uma área de 34.931m², localizado no Bairro Três Vendas, no Município de Erechim.

O desenvolvimento das atividades distribui-se em 03 prédios, que abrigam as salas de aula, os laboratórios (cursos de moda, mecânica e informática), biblioteca, almoxarifado e administração, totalizando 8.968m² de área construída.

6.2.5 Câmpus Farroupilha

O Câmpus está instalado em uma área de aproximadamente 40.000m², localizado no Bairro Cinquentenário, no Município de Farroupilha.

O desenvolvimento das atividades distribui-se em 03 prédios, que abrigam salas de aula, laboratórios, biblioteca, almoxarifado e administração, totalizando 6.019,00m² de área construída.

6.2.6 Câmpus Feliz

Iniciou suas atividades como Escola Técnica do Vale do Caí, transformou-se em Núcleo Avançado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e foi inaugurado oficialmente como campus do IFRS em fevereiro de 2010.

Atualmente está instalado em uma área de 61.102,11m², localizado no Bairro Vila Rica, no Município de Feliz. É composto por 03 blocos interligados por circulação

externa coberta, sendo 01 administrativo e os outros 02 de salas de aula e laboratórios, totalizando 1.436,51m² de área construída.

6.2.7 Câmpus Ibirubá

Foi criado como Câmpus Avançado, a partir da federalização da Escola Técnica Alto Jacuí, e em 2009 passou a integrar o IFRS.

O Câmpus Ibirubá conta com mais de 93 hectares de área agrícola, e a área geral do campus totaliza 101 hectares, onde são desenvolvidas todas as suas atividades. É composto por 07 prédios, na sua maioria térreos, sendo 01 administrativo, 01 prédio do refeitório, 02 prédios de salas de aula e laboratórios e outros 03 prédios de uso misto (com salas de aula, laboratórios e administração do campus), totalizando 7.262,25m² de área construída.

6.2.8 Câmpus Osório

O Câmpus está instalado em uma área de 7.453,89m², localizado no Bairro Albatroz, no Município Osório.

Faz parte da Fase 2 do Plano de Expansão da Rede Federal e entrou em funcionamento em 2010, na Sede provisória localizada no Bairro Sulbrasileiro. Em 2013 passou a funcionar na Sede definitiva, num espaço com 3.993,19m² de área construída, que conta com 01 prédio administrativo (com biblioteca e auditório), 01 prédio com 02 blocos de salas de aula e laboratórios de informática, 01 prédio de laboratórios do curso de edificações e 01 prédio de almoxarifado.

6.2.9 Câmpus Porto Alegre

O câmpus Porto Alegre é composto por duas Sedes, uma na rua Ramiro Barcelos, junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e outra no Centro Histórico do Município.

A Sede da Ramiro, de uso compartilhado com a UFRGS, onde funcionava a antiga Escola de Comércio de Porto Alegre (Escola Técnica da UFRGS), e atualmente são ministrados os cursos de química e biotecnologia (salas de aula e laboratórios), possui aproximadamente 4.000m² de área construída e deverá ser desocupada em 2015.

A Sede Centro, que a partir de 2015 será Sede única do Câmpus, conta com 2 prédios contíguos (com 10 e 12 pavimentos) que totalizam 32.846,41m² de área construída, inseridos em um terreno de 5.035,49m². Estes 02 prédios abrigam toda a estrutura física da Sede Centro, onde desenvolvem-se as atividades do campus, em espaços de salas de aula, laboratórios, cantina, auditórios, biblioteca, convivência, almoxarifado e o setor administrativo.

6.2.10 Câmpus Restinga

O Câmpus Restinga está estabelecido no extremo sul da cidade de Porto Alegre, no bairro Restinga, em uma área de 79.209,89m².

Iniciou suas atividades em junho de 2010, em uma Sede provisória no mesmo Bairro. Em 2012, quando o primeiro prédio foi entregue, transferiu-se para a Sede definitiva.

Atualmente, o desenvolvimento das atividades distribui-se em 04 prédios, todos térreos, que abrigam salas de aula, laboratórios, biblioteca, almoxarifado e administração, totalizando 5.198,83m² de área construída. Conta também com uma quadra poliesportiva descoberta e uma área de Preservação Ambiental.

6.2.11 Câmpus Rio Grande

O Câmpus Rio Grande nasceu como Colégio Técnico Industrial - CTI, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais, o CTI foi integrado ao IFRS, como Câmpus Rio Grande. Pelo vínculo com a FURG e a transferência da Universidade para um novo local, estabeleceu-se no antigo “câmpus cidade”.

Atualmente, o Câmpus é composto por 02 terrenos que juntos somam um área de 30.275m² onde estão inseridos 12 prédios, além de um ginásio e um anfiteatro. Destes 12 prédios, 02 prédios estão com uso compartilhado entre o Campus e a FURG (pavilhões 1 e 6), 02 prédios ainda estão sendo utilizados pela FURG (pavilhões 2 e 8) e os outros 08 prédios já foram transferidos para o Câmpus.

O desenvolvimento das atividades distribui-se nos 08 prédios que já compõem o Câmpus Rio Grande (pavilhões 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11 e 12), os quais abrigam salas de aula, laboratórios, biblioteca, almoxarifado e administração, mais o ginásio e o anfiteatro, totalizando 10.279m² de área construída.

6.2.12 Câmpus Sertão

O Câmpus Sertão é composto por duas Sedes, uma no centro da cidade e outra no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, ambas no município de Sertão.

A Sede urbana ainda não está sendo utilizada, pois encontra-se em obras.

A Sede principal, no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, conta com uma área de 237 hectares onde estão inseridos aproximadamente 60 prédios, totalizando uma área construída de 23.000m². Distribuídos nestes 60 prédios, temos salas de aulas, laboratórios, biblioteca, cantina, refeitórios, alojamento para alunos, casas para servidores, ginásio, academia, almoxarifado e setor administrativo.

Com características bastante diferenciadas dos demais câmpus, o Câmpus Sertão mantém setores de produção nas áreas de: Agricultura (Culturas Anuais, Fruticultura, Silvicultura e Olericultura); na área de Zootecnia (Bovinocultura de corte e leite, Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura, Piscicultura e Avicultura); Agroindústria; e Unidade de Beneficiamento de Sementes, constituindo um laboratório para prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria-prima para o processo agroindustrial.

6.3 ÁREA TOTAL DOS TERRENOS E ÁREA CONSTRUÍDA

6.3.1 Área dos terrenos

Quadro 27: Área Total dos Terrenos – unidades em funcionamento.

Câmpus (m2)	Atual
Reitoria	600,00
Bento Gonçalves	843.382,00
Canoas	56.734,66
Caxias do Sul	30.000,00
Erechim	34.931,00
Farroupilha	40.000,00
Feliz	61.102,11
Ibirubá	1.012.515,62
Osório	7.453,89
Porto Alegre	5.035,49
Restinga	79.209,89
Rio Grande	30.275,00
Sertão	2.460.000,00
TOTAL	4.661.239,66

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Reitoria do IFRS.

Quadro 28: Área Total dos Terrenos – câmpus novos.

Câmpus	Atual (m2)	2014	2015	2016	2017	2018
Alvorada	22454,03	22454,03	26700	26700	26700	26700
Rolante	570000	570000	570000	570000	570000	570000
Vacaria	600000	600000	600000	600000	600000	600000
Veranópolis	47334	47334	433334,96	433334,96	433334,96	433334,96
Viamão	1600	1600				
TOTAL	1.241.388,03	32.610,20	42.398,73	52.338,31	60.828,31	65.318,31

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Reitoria do IFRS.

Obs.: alguns câmpus ainda não possuem a definição da localidade de seus terrenos e o projeto de construção.

6.3.2 Área construída

Quadro 29: Plano de Ampliação da Área Construída – unidades em funcionamento.

Câmpus	Atual (m2)	2014	2015	2016	2017	2018
Reitoria	3.724,60	3.724,60	3.724,60	3.724,60	3.724,60	3.724,60
Bento Gonçalves	22.265,08	22.265,08	24.418,25	24.502,25	28.502,25	28.502,25
Canoas	3.691,63	5.266,65	8.101,75	10.516,40	12.916,40	12.916,40
Caxias do Sul	3.200,00	3.700,00	7.100,00	8.600,00	12.000,00	14.000,00
Erechim	8.968,00	8.968,00	8.968,00	8.968,00	8.968,00	8.968,00
Farroupilha	6.019,00	6.219,00	8.019,00	8.819,00	10.510,00	10.510,00
Feliz	1.436,51	2.107,66	3.847,04	5.863,42	6.279,80	7.096,18
Ibirubá	7.262,25	8.822,25	10.932,25	14.615,25	15.615,25	17.055,25
Osório	3.993,19	3.993,19	6.828,29	11.000,00	14.000,00	17.000,00
Porto Alegre	32.846,41	32.846,41	32.846,41	32.846,41	32.846,41	32.846,41
Restinga	5.198,83	6.209,27	8.766,93	9.966,93	10.366,93	10.366,93
Rio Grande	10.279,00	11.609,00	14.279,00	15.279,00	17.529,00	19.779,00
Sertão	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00
TOTAL	135.466,39	142.113,00	160.065,06	171.963,09	185.829,47	192.335,85

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Reitoria do IFRS.

Quadro 30: Plano de Ampliação da Área Construída – câmpus novos.

Câmpus	Atual (m2)	2014	2015	2016	2017	2018
Alvorada	25.846,97	25.846,97	28.486,89	28.570,89	32.570,89	32.570,89
Alvorada			3.290,00	7.280,00	11.270,00	15.260,00
Rolante		2.700,00	2.700,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00
Vacaria	2.463,23	2.463,23	5.828,84	9.194,42	9.194,42	9.194,42
Veranópolis			2.093,00	2.493,00	2.993,00	3.493,00
Viamão	1.600,00	1.600,00				
TOTAL	29.910,20	32.610,20	42.398,73	52.338,31	60.828,31	65.318,31

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Reitoria do IFRS.

Obs.: alguns câmpus ainda não possuem a definição da localidade de seus terrenos e o projeto de construção.

6.4 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul recebeu todo o patrimônio das Antigas Escolas Agrotécnicas e Escolas Vinculadas. Demonstrativo da atual Estrutura Física.

6.4.1 Infraestrutura de Salas de Aula

Quadro 31: Salas de Aula por Câmpus.

Câmpus/Instalação	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL	Capacidade*
Bento Gonçalves							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	1		1	1		3	60
Sala de aula - 26 a 30 alunos	20	2				22	440
Sala de aula - 31 a 35 alunos	3	4	2	2	2	13	338
Sala de aula - 36 a 40 alunos						0	0
Sala de aula - mais de 40 alunos						0	0
Total do Câmpus	24	6	3	3	2	38	838
Canoas							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	4					4	80
Sala de aula - 26 a 30 alunos	0					0	0
Sala de aula - 31 a 35 alunos	0					0	0
Sala de aula - 36 a 40 alunos	0	12				12	372
Sala de aula - mais de 40 alunos	5					5	180
Total do Câmpus	9	12	0	0	0	21	632
Caxias do Sul							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	0	0	0	0	0	0	0
Sala de aula - 26 a 30 alunos	12	12	12	13	13	13	260
Sala de aula - 31 a 35 alunos	2	1	2	3	3	3	78
Sala de aula - 36 a 40 alunos	0	2	2	3	3	3	93
Sala de aula - mais de 40 alunos	0	0	0	0	0	0	0
Total do Câmpus	14	15	16	19	19	19	431
Erechim							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	0		0	0	0	0	0
Sala de aula - 26 a 30 alunos	0					0	0
Sala de aula - 31 a 35 alunos	10					10	260
Sala de aula - 36 a 40 alunos	0					0	0
Sala de aula - mais de 40 alunos	21					21	756
Total do Câmpus	31	0	0	0	0	31	1016
Farroupilha							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	2	2	2	2	2	2	50
Sala de aula - 26 a 30 alunos	2	2	2	2	2	2	60
Sala de aula - 31 a 35 alunos	0	0	0	0	0	0	0
Sala de aula - 36 a 40 alunos	7	7	7	7	7	7	280
Sala de aula - mais de 40 alunos	1	5	5	9	13	13	520
Total do Câmpus	12	16	16	20	24	24	860
Feliz							

Sala de aula - 20 a 25 alunos						0	0
Sala de aula - 26 a 30 alunos						0	0
Sala de aula - 31 a 35 alunos	8	13	17	21	21	21	651
Sala de aula - 36 a 40 alunos						0	0
Sala de aula - mais de 40 alunos						0	0
Total do Câmpus	8	13	17	21	21	21	651
Ibirubá							
Sala de aula - 20 a 25 alunos						0	0
Sala de aula - 26 a 30 alunos						0	0
Sala de aula - 31 a 35 alunos	15	15	15	15	15	15	390
Sala de aula - 36 a 40 alunos				5	5	5	155
Total do Câmpus	15	15	15	20	20	20	545
Osório							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	0					0	0
Sala de aula - 26 a 30 alunos	9					9	270
Sala de aula - 31 a 35 alunos	0	12				12	420
Sala de aula - 36 a 40 alunos	1		4	4		9	360
Sala de aula - mais de 40 alunos	0				5	50	250
Total do Câmpus	10	12	4	4	0	33	1300
Porto Alegre							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	7	7	7			7	140
Sala de aula - 26 a 30 alunos	10	3	3			3	60
Sala de aula - 31 a 35 alunos	6	16	16			16	416
Sala de aula - 36 a 40 alunos	5	5	5			5	155
Sala de aula - mais de 40 alunos	6	6	6			6	216
Total do Câmpus	34	37	37	0	0	37	987
Restinga							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	0	0	0	0	0	0	0
Sala de aula - 26 a 30 alunos	0	0	0	0	0	0	0
Sala de aula - 31 a 35 alunos	5	5	5	5	5	5	175
Sala de aula - 36 a 40 alunos	6	11	11	11	11	11	440
Sala de aula - mais de 40 alunos	0	0	0	0	0	0	0
Total do Câmpus	11	16	16	16	16	16	615
Rio Grande							
Sala de aula - 20 a 25 alunos	10	2		2	2	16	300
Sala de aula - 26 a 30 alunos	2	2		2	2	8	100
Sala de aula - 31 a 35 alunos	1	2		2	1	6	160
Sala de aula - 36 a 40 alunos	11	1		1		13	385
Sala de aula - mais de 40 alunos	4				1	5	184
Total do Câmpus	28	0	0	0	0	28	751
Sertão						0	
Sala de aula - 20 a 25 alunos	7	19	19	19	19	19	380
Sala de aula - 26 a 30 alunos	19	61	61	61	61	61	1220
Sala de aula - 31 a 35 alunos						0	0
Sala de aula - 36 a 40 alunos	2	2	2	2	2	2	62
Sala de aula - mais de 40 alunos						0	0
Total do Câmpus	28	82	82	82	82	82	1662

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Reitoria do IFRS.

Obs.: A capacidade média foi apresentada no quadro, de acordo com o número de salas de aula.

6.4.2 Infraestrutura de Salas de Docentes, Reuniões e Gabinetes

Quadro 32: Salas diversas e gabinetes.

Câmpus/Instalação	2.014		2.015		2.016		2.017		2.018	
	Qtd	Cap	Qtd	Cap	Qtd	Cap	Qtd	Cap	Qtd	Cap
Bento Gonçalves	35	232								
Sala/gabinete bolsistas	2	20								
Sala/gabinete docentes	10	78								
Salas administrativas	18	79								
Salas para reuniões	5	55								
Canoas	11	24	9	52						
Sala/gabinete bolsistas	3	7								
Sala/gabinete docentes	5	5	4	15						
Salas administrativas	3	12	4	17						
Salas para reuniões	0	0	1	20						
Caxias do Sul	2	99	0	209	0	219	0	234	0	247
Sala (Assistência ao Educado)	0	14	0	3	0	3	0	3	0	3
Sala (convivência de alunos)	0	0	0	25	0	25	0	25	0	25
Sala (convivência dos servidores)	0	0	0	20	0	20	0	20	0	20
Sala (Departamento de Ensino)	0	14	0	10	0	10	0	10	0	10
Sala (Educação Física e Artes)	0	0	0	2	0	2	0	2	0	2
Sala (monitoria e estudo)	0	0	0	25	0	30	0	35	0	40
Sala (Registro Escolar)	0	14	0	7	0	7	0	7	0	7
Sala grêmio Estudantil e DCE	0	0	0	20	0	20	0	20	0	20
Sala/gabinete bolsistas (pesquisa e extensão)	0	0	0	30	0	30	0	35	0	35
Sala/gabinete docentes	1	47	0	52	0	57	0	62	0	70
Salas para reuniões	1	10	0	15	0	15	0	15	0	15
Erechim	1	0					1	32		
Sala de Acervo							1	32		
Sala de Desenho	1	0								
Sala/gabinete bolsistas	0	0								
Sala/gabinete docentes	0	0								
Salas administrativas										
Salas para reuniões										
Farroupilha	13	83	16	118	16	118	19	163	20	243
Sala/gabinete bolsistas	2	10	2	10	2	10	5	55	5	55
Sala/gabinete docentes	5	43	6	50	6	50	6	50	6	50
Salas administrativas	6	30	8	38	8	38	8	38	8	38
Salas para reuniões	0	0	1	20	1	20	1	20	1	20
Salas de Convivência	0	0	0	0	0	0	0	0	1	80
Feliz	7	12	10	20	15	20	18	21	19	21
Sala/gabinete bolsistas	0		1	6	1	6	1	6	1	6
Sala/gabinete docentes	3	6	3	7	5	7	7	8	8	8
Salas administrativas	4	6	5	7	8	7	9	7	9	7

Salas para reuniões	0		1		1		1		1	
Ibirubá	7	10	7	10	9	10	9	10	16	22
Sala/gabinete bolsistas	1	6	1	6	3	6	3	6	3	6
Sala/gabinete docentes	14	46	14	46	14	46	17	62	17	62
Salas administrativas	6	4	6	4	6	4	6	4	10	4
Salas para reuniões									3	12
Osório	21	53	15	4						
Sala/gabinete bolsistas	1	20								
Sala/gabinete docentes	1	25	15	4						
Salas administrativas	18	0	0	0						
Salas para reuniões	1	8	0	0						
Porto Alegre	127	0	148	0	148	0				
Sala/gabinete bolsistas			3		3					
Sala/gabinete docentes	57	0	67	0	67	0				
Salas administrativas	64		70		70					
Salas para reuniões	6		8		8					
Restinga	10	96	14	160	21	196	21	196	21	196
Sala/gabinete bolsistas	1	8	2	16	2	16	2	16	2	16
Sala/gabinete docentes	2	48	2	48	6	72	6	72	6	72
Salas administrativas	6	32	8	48	11	60	11	60	11	60
Salas para reuniões	1	8	2	48	2	48	2	48	2	48
Rio Grande	61									
Sala/gabinete bolsistas	0	0								
Sala/gabinete docentes	23	80								
Salas administrativas	36	60	37	64						
Salas para reuniões	2	12								
Sertão	48	44	47	44	47	44	47	44	47	44
Sala/gabinete bolsistas	4	5	4	5	4	5	4	5	4	5
Sala/gabinete docentes	17	5	17	5	17	5	17	5	17	5
Salas administrativas	25	4	25	4	25	4	25	4	25	4
Salas para reuniões	2	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Salas administrativas	25	4	25	4	25	4	25	4	25	4
Salas para reuniões	2	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Quadras poliesportivas	3		3		3		3		3	

Fonte: Dados de planejamento dos campi e Reitoria do IFRS.

Obs.: Alguns campi não ampliarão a capacidade de suas salas no período, concentrando-se na ampliação da qualidade e do conforto para os servidores e para os estudantes.

6.4.3 Infraestrutura de Laboratórios

Quadro 33: Salas diversas e gabinetes.

Câmpus	Instalação	2.014		2.015		2.016		2.017		2.018	
		Cap	Qtd	Cap	Qtd	Cap	Qtd	Cap	Qtd	Cap	Qtd
Bento Gonçalves	Laboratório Informática	125	5	30	1	30	1				
	Outros laboratórios (especificar)										
	Solos	15	1								
	Topografia	30	1								
	Enologia	35	1								
	Fitossanidade	30	1								
	Microbiologia	20	1								
	Análise sensorial	25	1								
	Química de alimentos	25	1								
	Bromatologia	15	1								
	Física	30	1								
	Agroindústria	30	1								
	Laboratório de EAD			10	1						
	Laboratório para especialização em educação.			30	1						
	Laboratório para o curso regular de pedagogia.										
	Laboratório de irrigação					35	1				
Laboratório de recepção e governança.					30	1					
laboratório de recebimento de amostras vegetais					10	1					
Auditório	310	4									
Canoas	Laboratório Informática I(prédio E)	40	3								
	Laboratório Informática(prédio E)	15	1								
	Laboratório automação I(prédio E)	24	1								
	Laboratório eletrônica(prédio E)	30	1								
	Laboratório automação II(prédio E)	12	1								
	Laboratório pneumática(prédio E)	12	1								
	Auditório(prédio A)	80 e	2					600	1		

		100 lugares									
	Laboratório automação(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório hidráulica e pneumática(prédio de laboratórios F)					36	1				
	Laboratório eletrônica de potência(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório matemática(prédio de laboratórios F)					46	1				
	Laboratório física(prédio de laboratórios F)					46	1				
	Laboratório biologia(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório química(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório informática 1(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório informática 2(prédio de laboratórios F)					26	1				
	Laboratório informática 3(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório informática 4(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório apoio EAD(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório manutenção de computadores(prédio de laboratórios F)					35	1				
	Laboratório humanidades(prédio de laboratórios F)					36	1				
	Laboratório artes/música(prédio de laboratórios F)										
Caxias do Sul	Laboratório Informática	25	1 sala padrão	50	2 salas tamanho Padrão						
	Outros laboratórios (especificar)										
	Laboratório de Soldagem	Atualmente instalado				Área de 375m ² e Pé	1				

		o em área provisória				direito de 6m					
	Laboratório de Tratamentos Térmicos	Atualmente instalado em área provisória				Área de 50m ² e Pé direito de 3m	1				
	Laboratório de Fundição	Atualmente instalado em área provisória				Área de 375m ² e Pé direito de 6m	1				
	Laboratório de Cerâmicos							Área de 100m ² e Pé direito de 4m	1		
	Laboratório de Conformação Mecânica	Atualmente instalado em área provisória				Área de 375m ² e Pé direito de 6m	1				
	Laboratório de Física			Área de 50m ² e Pé direito de 3m	1	Área de 50m ² e Pé direito de 3m	1				
	Incubadora					Área de 240 m ² e Pé direito 6 metros.	1			Área de 240m ² e Pé direito de 6m	1

	Miniauditório (A1)	>>>>>	>>>>>	174	164 m ²						
	Auditório	>>>>>	>>>>>	300	400 m ²						
Erechim	Laboratório Informática:	161	5	233	7	219	6				
	Laboratório Informática 1	32	1								
	Laboratório Informática 2	32	1								
	Laboratório Informática 3	20	1								
	Laboratório Informática 4	45	1								
	Laboratório Informática 5	32	1								
	Laboratório Informática 6			32	1						
	Laboratório Informática 7			40	1						
	Outros laboratórios (especificar)										
	Área Alimentos:										
	01-Usina Piloto de Tecnologia de Leite e Derivados	32	13	32	32						
	01-Usina Piloto de Tecnologia de Carnes e Derivados										
	01- Usina Piloto de Tecnologia de Massas e Panifícios										
	01- Usina Piloto de Tecnologia Açucarados e Confeitaria										
	01 Usina Piloto de Tecnologia de Frutas e Hortaliças										
	01 Usina Piloto de Tecnologia de bebidas										
	01 Laboratório de Microbiologia e Microscopia										
	01 Laboratório de Análise Sensorial										
	01 Laboratório de Química										
	01 Laboratório de Análise de Alimentos										
	01 Laboratório de Fenômenos de Transporte e Operações Unitárias										
	01 Laboratório de Tratamento de Resíduos										
	01 Laboratório de Física, Físico-química e Termodinâmica										
	Área Mecânica:										
	Laboratório de Automação, Controle e Elétrica (Hidráulica- Pneumática e Eletrotécnica)	50	1								

	Laboratório de Metrologia e Ensaio Mecânicos	50	1								
	Laboratório de Soldagem e Fundição	32	1								
	Laboratório de Usinagem CNC	50	1			50	1				
	Laboratório de Fabricação Mecânica	50	1								
	Laboratório de Metalurgia (Metalografia-Fundição- Tratamento térmico)	50	1								
	Laboratório de Fundição			50	1						
	Laboratório de Máquinas Hidráulica (Máquinas de Fluxo)			50	1						
	Laboratório de Transferência de Calor e Máquinas Térmicas Além dos equipamentos citados é necessário um laboratório com área de pelo menos 90m ² subdividido em 3 salas (1 sala de ensaios dinamométricos com proteção acústica, 1 sala de instrumentação e 1 sala com área maior para serviços gerais).			50	1						
	Laboratório de Elétrica			50	1						
	Laboratório de Manutenção Industrial			50	1						
	Laboratório para curso de especialização em caracterização de Materiais (equipamentos necessários)			50	1						
	Área Vestuário:										
	Laboratório de Desenho, Modelagem e Moulage (Sala 4)	32	1					40	1		
	Laboratório de Corte	32	1								
	Laboratório de Costura		1								
	Laboratório de Teciteca e Pesquisa de Moda	41 classes	1								
	Laboratório de Modelagem	32-classes de desenho	1								
	Planejamento de Encaixe, Risco e Corte							32	1		
	Modelagem Plana							32	1		
	Modelagem Tridimensional							32	1		

	Laboratório de Pesquisa, Criação e Desenvolvimento de Produto de Moda							32	1		
	Teciteca							32	1		
	Laboratório de Fotografia							32	1		
	Vitrine							32	1		
	Passarela de Backstage							32	1		
	Tecelagem							32	1		
	Serigrafia							32	1		
	Laboratório de Bordado							32	1		
	Lavanderia							32	1		
	Laboratório Têxtil							32	1		
	Auditório	243	2	333	3						
Farroupilha	Laboratório Informática	30	5	30	5	30	5	30	5	30	5
	Metalurgia	24	6	24	6	24	6	24	6	24	6
	Plástico	24	2	24	2	24	2	24	2	24	2
	Eletrônica/Eletrotécnica	24	5	24	5	24	5	24	5	24	5
	Química	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1
	Física					25	1	25	1	25	1
	Auditório	156	1	156	1	156	1	156	1	156	1
Feliz	Laboratório Informática	32	2		2		3		4		4
	Outros laboratórios (especificar)		3		3		4		4		4
	Laboratório de Química Orgânica								1		1
	Laboratório de Físico-Química								1		1
	Laboratório de Operações Unitárias										1
	Laboratório de Transferência de Calor e Massa										1
	Auditório		0		0		0		0		1
Ibirubá	Laboratório Informática	35	3								
	Laboratório Informática	20	1	20	1	35	1	35	1	35	1
	Laboratório de Redes de Computadores	20	1	20	1	35	1	35	1	35	1
	Laboratório de Hardware de Computadores	20	1	20	1	35	1	35	1	35	1
	Laboratório de Física			30	1	60	2	60	2	60	2
	Laboratório de Engenharia de Software							35	1	35	1
	Outros laboratórios (especificar) Sementes/Solos/Biologia/Química/Mec/Elétrica	35	6	35	6	35	17	35	17	35	20

	Auditório	270	3	270	3	270	3	770	4	770	4
Osório	Laboratório Informática	30	2	30	3						
	Outros Laboratórios (Física, química, biologia, administração aprendizagem, idiomas, manutenção).	Total 74	5	Tot. 50	2 (convivência)			Prédio de Laboratórios 2000m²			
	Auditório	204 e 60	2								
	Pesquisa/ Ext 1 e 2	20	2								
	Laboratório Alimentos	25	1								
	Edificações	Não especificado									
	Laboratório Artes			30	1						
	Laboratório música			30	1						
	Laboratório LIC 1										
	Laboratório LIC 2										
	Laboratório LIC 3										
Porto Alegre	Laboratório Informática	14 alunos	1	20 a 30 alunos	3	20 a 30 alunos	3				
	Laboratório Informática	30 a 40 alunos	7	30 a 40 alunos	8	30 a 40 alunos	8				
	Laboratório Informática - hardware	15 alunos	1	30 alunos	1	30 alunos	1				
	Laboratório Informática - pesquisa	8 a 12 alunos	2	8 a 12 alunos	5	8 a 12 alunos	5				
	Laboratórios cursos Meio ambiente e Gestão ambiental	20 alunos	3	20 alunos	3	20 alunos	3				
	Laboratórios cursos Meio ambiente e Gestão ambiental	pesquis a	3	pesquisa	3	pesquis a	3				
	Laboratórios curso Biotecnologia	16 a 20 alunos	8	16 a 20 alunos	8	16 a 20 alunos	8				
	Laboratórios cursp Química	16 a 20 alunos	7	16 a 20 alunos	5	30 a 36 alunos	5				
	Laboratórios curso Panificação e Confeitaria	16 alunos	3	16 alunos	5	16 alunos	5				
	Laboratório curso Secretariado	5 a 10 alunos	1	5 a 10 alunos	1	5 a 10 alunos	1				
	Laboratório curso Segurança do Trabalho	16 a 20 alunos	1	35 alunos	1	35 alunos	1				

	Laboratório Licenciaturas	20 a 30 alunos	1	30 a 36 alunos	1	30 a 36 alunos	1				
	Laboratórios curso Biblioteconomia	16 a 20 alunos	2	16 a 20 alunos	2	16 a 20 alunos	2				
	Laboratório Pedagogia		1		1		1				
	Laboratório de Línguas		0	35 alunos	1	35 alunos	1				
	Auditório	60 a 80 lugares	2	120 a 130 lugares	2	120 a 130 lugares	2				
	Auditório			70 a 90 lugares	2	70 a 90 lugares	2				
Restinga	Lab. de informática	4	160	5	200	5	200	5	200	5	200
	Lab. de Eletrônica	3	120	4	160	6	240	6	240	6	240
	Lab. de Ciências	0	0	1	40	1	40	1	40	1	40
	Auditório	0	0	1	60	1	60	1	300	1	300
Rio Grande	Laboratório Informática		9				11				14
	Outros laboratórios (especificar)		30		34		35				40
	Auditório		1								2
Sertão	Laboratório Informática	180	6	260	8	260	8	260	8	260	8
	Laboratórios para tendimento das áreas de alimentos, zootecnia, agronomia, gestão ambiental.	400	14	520	18	520	18	520	18	520	18
	Auditório	236	2	236	2	236	2	236	2	236	2

Fonte: Dados de planejamento dos campi e Reitoria do IFRS.

6.5 INFRAESTRUTURA DE ESTACIONAMENTO

Quadro 34: Número de Vagas de Estacionamento.

Câmpus	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Reitoria	37	37	37	37	37	37
Bento Gonçalves	175	175	175	175	175	175
Canoas	150	150	150	150	150	150
Caxias do Sul	70	70	150	150	150	150
Erechim	80	105	140	140	140	140
Farroupilha	100	160	200	250	250	250
Feliz	68	68	68	68	68	68
Ibirubá	40	40	60	60	60	60
Osório	30	30	30	30	30	30
Porto Alegre	553	553	315	315	315	315
Restinga	60	60	60	90	120	120
Rio Grande	10	50	60	60	60	60
Sertão	121	200	200	200	200	200
TOTAL	1.484	1.648	1.585	1.665	1.695	1.695

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Reitoria do IFRS.

6.6 INFRAESTRUTURA DE BIBLIOTECAS

Os investimentos em aquisição de acervo bibliográfico serão prioridade no Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Há a necessidade de que cada câmpus destine anualmente recursos para aquisição de livros de acordo com a expansão previstas também no presente documento.

A definição dos recursos e da quantidade de obras a serem adquiridas será realizada especificamente por área no planejamento de curto prazo de cada câmpus, com o prazo de aquisição de um ano.

6.6.1 Sistema de Bibliotecas do IFRS

O Sistema de Bibliotecas do IFRS (SiBIFRS) está em fase de estruturação, é regulamentado pela Instrução Normativa nº 03, de 19 de dezembro de 2013, da Pró-Reitoria de Ensino do IFRS (PROEN).

O Sistema de gerenciamento de Bibliotecas Pergamum está em fase de implementação no IFRS. O Sistema é gerido por 3 GTs: GT Autoridades, GT Circulação e GT Catalogação, tendo como membros os Bibliotecários das unidades, dentre os quais é indicado um coordenador, que é responsável por dirigir os trabalhos do grupo. Surgiu, ainda, a necessidade de designar um Bibliotecário responsável por assuntos relativos à TI.

O SiBIFRS tem por objetivo criar Políticas de Bibliotecas a fim de dar subsídios técnicos e informacionais para o desenvolvimento de um ambiente de ensino-aprendizagem, proporcionando o acesso da comunidade acadêmica a fontes de informação atualizadas, e oferecer espaço qualificado para estudo, com infraestrutura, recursos humanos, informacionais e tecnológicos adequados.

A informação é a matéria prima das Bibliotecas; por conta disso, seu caráter dinâmico exige que seus serviços sejam constantemente avaliados e atualizados para acompanhar a evolução da produção do conhecimento em seus mais diversos suportes. Para isso é necessária a atuação de todos os agentes envolvidos, principalmente da Coordenação Geral do SiBIFRS e GTs, na consolidação da gestão de acervos, colaborando no planejamento da sua expansão e atualização, assim como nos projetos de criação/expansão física das Bibliotecas, com atenção às questões de acessibilidade arquitetônica, tecnológica e de conteúdos.

As Bibliotecas são constantemente avaliadas nos Instrumentos de Avaliação Internos por alunos e servidores. Além disso, elas são sempre pautadas nos principais instrumentos de avaliação que o MEC aplica às Instituições de Ensino Federais, como o PDI, Avaliação e Reconhecimento de Cursos, Credenciamento de Instituição, etc. Todo esse cenário nos remete à estruturação do SiBIFRS, a fim de construir e consolidar uma Política de Bibliotecas em consonância com as necessidades dos usuários, dos cursos e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS.

6.6.1.1 Infraestrutura das Bibliotecas

O IFRS está em expansão dos seus câmpus, alguns implementados e outros em fase de implantação e estruturação. Nesse contexto, a maioria das

Bibliotecas ainda está sendo construída, mobiliada e equipada. O quadro abaixo apresenta a atual situação dos espaços físicos definitivos das bibliotecas do IFRS.

Quadro 35: Espaço Físico de Bibliotecas.

Câmpus	Situação
Bento Gonçalves	Em funcionamento
Canoas	Obra em execução
Caxias do Sul	Obra em execução
Erechim	Em funcionamento
Farroupilha	Obra concluída
Feliz	Em sede provisória
Ibirubá	Em funcionamento
Osório	Em funcionamento
Porto Alegre	Em funcionamento
Restinga	Biblioteca em funcionamento e novo espaço em processo licitatório
Rio Grande	Em funcionamento
Sertão	Obra em execução
Alvorada	Obra em execução, a biblioteca está localizada no primeiro pavimento do bloco Administrativo
Rolante	Obra em execução, a biblioteca está localizada no primeiro pavimento do bloco Administrativo
Vacaria	Obra em execução, a biblioteca está localizada no primeiro pavimento do bloco Administrativo
Viamão	Aguardando definição do local de funcionamento do Campus

Fonte: SiBIFRS (2014).

6.6.1.2 Quadro de Servidores

Quadro 36: Quadro de Servidores.

Câmpus	Quadro de servidores
Bento Gonçalves	2 bibliotecários, 2 auxiliares de biblioteca 1 bolsista
Canoas	1 bibliotecário e 1 auxiliar de administração
Caxias do Sul	1 bibliotecária , 1 auxiliar de administração
Erechim	1 bibliotecário, 1 auxiliar de administração, 1 auxiliar de biblioteca
Farroupilha	1 bibliotecário
Feliz	2 bibliotecários e 1 auxiliar de administração
Ibirubá	1 bibliotecário e 1 auxiliar de biblioteca
Osório	1 bibliotecário e 1 assistente em administração
Porto Alegre	2 bibliotecários, 2 auxiliares de biblioteca, 1 assistente em administração
Restinga	1 bibliotecário, 1 auxiliar de administração
Rio Grande	1 bibliotecário, 1 auxiliar de biblioteca, 1 auxiliar de administração
Sertão	1 bibliotecário, 3 auxiliares de biblioteca

Fonte: SiBIFRS (2014).

Obs.: Dados referentes a agosto de 2014.

Quadro 37: Quadro de Novos Servidores - 2014.

Câmpus	Servidores a serem nomeados
Canoas	2 auxiliares de biblioteca
Caxias do Sul	1 auxiliar de biblioteca
Farroupilha	1 auxiliar de biblioteca
Osório	2 auxiliares de biblioteca
Restinga	2 auxiliares de biblioteca
Rio Grande	1 auxiliar de biblioteca

Fonte: SiBIFRS (2014).

Obs.: Dados referentes a agosto de 2014 (aprovados em concurso público).

6.6.1.3 Horário de funcionamento

As Bibliotecas do IFRS definem seus horários internamente em cada Câmpus, de acordo com as necessidades específicas do local, levando-se em consideração seu quadro de servidores.

Quadro 38: Horário de Funcionamento das Bibliotecas.

Campus	Horário
Bento Gonçalves	7h30 às 22h30 (segunda a sexta-feira) 8h às 11h30 - 13h às 17h (sábados)
Canoas	9h às 21h (segunda a sexta-feira)
Caxias do Sul	7h30 às 21h (segunda a sexta-feira).
Erechim	8h às 22h (segunda a sexta-feira)
Farroupilha	7h às 22h30 (segunda a sexta-feira)
Feliz	7h30 às 22h15 (segunda a quinta-feira) 7h30 às 21h (sexta-feira)
Ibirubá	7h45 às 17h15 - 18h30 às 22h30 (segunda a sexta-feira)
Osório	8h às 12h - 13 às 17h - 18h às 22h (segunda a sexta-feira)
Porto Alegre	9h às 21h (segunda a sexta-feira)
Restinga	8h00 às 22:30h (segunda a sexta-feira)
Rio Grande	8h às 12h e das 13h30 às 21h (segunda a sexta-feira) * 8h às 12h nos sábados letivos
Sertão	8h às 22h45

Fonte: SiBIFRS (2014).

6.6.1.4 Acervo

Os dados dos acervos das Bibliotecas do IFRS estão interligados em rede pelo Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas Pergamum, adquirido em 2013, e ainda em fase de implementação.

Os acervos do IFRS são constituídos de materiais informacionais nos mais diversos suportes físicos e/ou eletrônicos. Dentre eles destacam-se materiais impressos (livros, periódicos, partituras, mapas, folhetos, TCC, normas) e, em menor quantidade, materiais multimídia.

Cada Câmpus tem autonomia para definir a composição do seu acervo, com base nas especificidades dos seus usuários e dos cursos que oferece à comunidade.

As ações da e para a Biblioteca devem estar presentes no Plano de Ação do Câmpus. A definição do montante de recursos necessários à aquisição de obras e estruturação das Bibliotecas deverá ser planejada e executada no prazo de um ano a partir da homologação do Plano de ação, pela gestão de cada Câmpus e em colaboração com coordenadores de curso e Bibliotecários.

O instrumento do INEP para avaliação de cursos superiores será a base para o investimento em acervo para os cursos de todas as modalidades de ensino regular ofertados pelo IFRS. A meta do IFRS é de alcançar, no mínimo, o conceito 4 na composição do seu acervo.

A Política de Bibliotecas abordará condições mínimas de formação, expansão e atualização do acervo, buscando junto com a PROEN os meios de viabilizar a dinamização desses processos, articulando todos os agentes necessários. A aquisição de livros eletrônicos (e-books) será desenvolvida na mesma perspectiva do acervo físico.

Os quantitativos de livros e periódicos do IFRS no primeiro semestre de 2014 são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 39: Mapeamento do acervo de livros por Campus.

Campus	Títulos	Exemplares
Bento Gonçalves	5839	12664
Canoas	2.145	5.210
Caxias do Sul	1841	5006
Erechim	1223	4457
Farroupilha	2334	7190
Feliz	1532	3413
Ibirubá	3135	6510
Osório	1254	3340
Porto Alegre	16228	34789
Restinga	718	2093
Rio Grande	5044	12121
Sertão	1954	11365

Fonte: Censo Escolar (2014).

Quadro 40: Mapeamento do acervo de periódicos por Campus.

Campus	Títulos
Bento Gonçalves	44
Canoas	8
Caxias do Sul	9
Erechim	14
Farroupilha	24
Feliz	6
Ibirubá	0
Osório	16
Porto Alegre	0
Restinga	8
Rio Grande	12
Sertão	5

Fonte: Censo Escolar (2014).

Em relação ao acesso aos livros eletrônicos (*e-books*) é necessário estudar as demandas do IFRS, analisar os serviços prestados pelas bases virtuais, o acervo que disponibilizam e as formas de acesso. Essa demanda está presente no dia a dia das Bibliotecas e o IFRS busca sempre realizar o seu mapeamento e atendimento.

6.6.1.5 Serviços Prestados

As Bibliotecas do IFRS prestam os seguintes serviços aos usuários:

- Acervo aberto para consulta local;

- Empréstimo domiciliar;
- Acesso interno ao Portal de Periódicos CAPES na rede do IFRS;
- Acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES através da Federação CAFe (em fase de implementação);
- Consulta ao catálogo, renovações e reservas online;
- Acesso wi-fi;
- Acesso interno completo ao Portal de Normas ABNT, para visualização;
- Auxílio no uso das normas ABNT.

6.6.1.6 *Ações propostas pelo SiBIFRS*

- estruturação do funcionamento do SiBIFRS (coordenação, GT's, subordinações, etc);
- elaboração da Política de Bibliotecas do SiBIFRS;
- consolidação dos Grupos de Trabalhos Permanentes;
- participação dos bibliotecários nos projetos de criação/expansão física das bibliotecas;
- encaminhamento das necessidades de recursos humanos, físico e financeiro para boa gestão das unidades de informação.
- implementação e manutenção do sistema Pergamum;
- manutenção, treinamento e incentivo ao uso do Portal de Periódicos Capes;
- manutenção, ampliação, treinamento e incentivo ao uso da coleção ABNT on-line;

- inovação nos serviços prestados nas Bibliotecas.

6.7 AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

De acordo com os dados enviados por cada câmpus e pela Diretoria de Projetos e Obras – DPO, as obras previstas para expansão, entre 2014 e 2018, são apresentadas a seguir.

6.7.1 Câmpus Bento Gonçalves

O Câmpus Bento tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as seguintes obras.

Quadro 41: Obras previstas – Câmpus Bento Gonçalves.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco Convivência	421.321,40					
Reforma Salas Professores	150.000,00					
Bloco Salas de Aula e Laboratórios	3.000.000,00					
Reforma Telhado da Vinícola	500.000,00					
Pórtico	660.611,31					
Construção Salas Ambiente	400.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento somam um total de R\$ 5.131.932,71 de investimento. Também fazem parte do planejamento de expansão da estrutura física a implantação de rede de água e esgoto no câmpus e as reformas do ginásio e do internato, que ainda não possuem projeto e orçamento.

6.7.2 Câmpus Canoas

O Câmpus Canoas tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as seguintes obras.

Quadro 42: Obras previstas – Câmpus Canoas.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco Salas de Aula	4.337.441,70					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Bloco Laboratórios	4.500.000,00					
Passarelas Cobertas	500.000,00					
Estacionamento e Calçada	300.000,00					
Complexo Esportivo	1.500.000,00					
Auditório	1.250.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento somam um total de R\$ 15.387.441,70 de investimento.

6.7.3 Câmpus Caxias do Sul

O Câmpus Caxias tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras previstas no quadro abaixo.

Quadro 43: Obras previstas – Câmpus Caxias do Sul.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco A4, Bloco D, Bloco F, Subestação e Implantação	1.954.132,38					
Bloco A3	1.696.901,56					
Bloco A2 e Implantação	2.000.000,00					
Bloco A1	1.900.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Biblioteca, Auditório e Refeitório	8.500.000,00					
Bloco C – Laboratórios de Fundição	2.111.158,40					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 19.162.192,34 de investimento.

6.7.4 Câmpus Erechim

O Câmpus Erechim tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 44: Obras previstas – Câmpus Erechim.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco Laboratórios Mecânica	1.250.000,00					
Estacionamento e Calçada	2.560.000,00					
Reforma Bloco 4	3.000.000,00					
Cantina	200.000,00					
Reforma Bloco Administrativo	350.000,00					
Ampliação Lab. de Mecânica	200.000,00					
Área p/ Armazenagem de Materiais, Garagem Veículos Oficiais, Espaço Administração e Direção Geral	2.050.000,00					
Passarelas Cobertas	240.000,00					
Reservatório	200.000,00					
Conclusão Bloco Agroindústria	2.906.381,59					
Ginásio Poliesportivo	2.500.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 15.456.381,59 de investimento. Também faz parte do planejamento de expansão da estrutura física do câmpus a construção do Bloco de Laboratórios de Vestuário, que ainda não possui projeto e orçamento.

6.7.5 Câmpus Farroupilha

O Câmpus Farroupilha tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as seguintes obras.

Quadro 45: Obras previstas – Câmpus Farroupilha.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Reforma Elétrica	500.000,00					
Subestação	275.000,00					
Reservatório	260.000,00					
Implantação	700.000,00					
Bloco Convivência	1.700.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Bloco Laboratórios	1.800.000,00					
Prédios Administrativo e Salas de Professores	2.000.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 10.235.000,00 de investimento.

6.7.6 Câmpus Feliz

O Câmpus Feliz tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as seguintes obras.

Quadro 46: Obras previstas – Câmpus Feliz.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco Salas de Aula	2.000.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Bloco Biblioteca	1.800.000,00					
Bloco Convivência	2.100.000,00					
Auditório	900.000,00					
Cercamento	702.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 10.520.000,00 de investimento.

6.7.7 Câmpus Ibirubá

O Câmpus Ibirubá tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 47: Obras previstas – Câmpus Ibirubá.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco Laboratórios de Mecânica e Elétrica	5.000.000,00					
Galpão p/ Máquinas Agrícolas	800.000,00					
Rede Elétrica Área Agrícola	300.000,00					
Pórtico e Estacionamento	1.066.550,86					
Reforma Bloco A	1.500.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 8.666.550,86 de investimento. Também faz parte do planejamento de expansão da estrutura física a Reforma Área Agrícola, que ainda não possui projeto e orçamento.

6.7.8 Câmpus Osório

O Câmpus Osório tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 48: Obras previstas – Câmpus Osório.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco Salas de Aula	4.250.000,00					
PPCI	300.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Lab. Multidisciplinar Física – Química - Biologia	2.200.000,00					
Pavimentação do Pátio do Câmpus	1.000.000,00					
Biblioteca	1.700.000,00					
Passarelas Cobertas	500.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 12.950.000,00 de investimento.

6.7.9 Câmpus Porto Alegre

O Câmpus Porto Alegre tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 49: Obras previstas – Câmpus Porto Alegre.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Reforma Sede Centro – Biblioteca, Refeitório, Átrio (Convivência) e Auditório	2.249.239,00					
Reforme Bloco B	4.404.136,09					
Elétrica e Cabeamento Bloco B	1.635.184,86					
Reforma Lab. Química e Biotecnologia	1.524.810,48					
Fechadas Ventiladas	2.577.777,52					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 12.391.147,95 de investimento.

6.7.10 Câmpus Restinga

O Câmpus Restinga tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 50: Obras previstas – Câmpus Restinga.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Conclusão Bloco Edificações, Lab. e Implantação	1.047.407,74					
Conclusão Bloco Salas de Aula e Implantação	1.047.513,78					
Conclusão Bloco Convivência, Pórtico e Implantação	1.700.000,00					
Conclusão Bloco Administrativo e Implantação	1.700.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Auditório	1.500.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 9.994.921,52 de investimento.

6.7.11 Câmpus Rio Grande

O Câmpus Rio Grande tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras previstas no quadro a seguir.

Quadro 51: Obras previstas – Câmpus Rio Grande.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Construção Pavilhão 12 (salas de aula e lab. de ensino)	2.000.000,00					
Construção do Almojarifado	600.000,00					
Reforma Pavilhões 10 e 11	1.900.000,00					
Construção do Centro de Convivência	2.000.000,00					

Reforma Pavilhão 2 (curso de enfermagem e núcleo de assistência à saúde)	1.000.000,00					
--	--------------	--	--	--	--	--

Fonte: Dados de planejamento dos campi e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

Também faz parte do planejamento de expansão da estrutura física a reforma e ampliação do pavilhão 9, que ainda não possui projeto e orçamento.

6.7.12 Câmpus Sertão

O Câmpus Sertão tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as seguintes obras.

Quadro 52: Obras previstas – Câmpus Sertão.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bloco Salas de Aula	1.900.000,00					
Auditório, Laboratórios, Bloco Administrativo, contenções e cercamento unidade urbana	2.300.000,00					
Reforma e Adequações do Refeitório	800.000,00					
Centro de Convivência	1.700.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos campi e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 6.700.000,00 de investimento.

Também fazem parte do planejamento de expansão da estrutura física do câmpus as reformas de elétrica do Ginásio e do Administrativo, a ampliação da iluminação da área central, a implantação de sistema de captação e distribuição de água das residências estudantis, a revisão das instalações elétricas e hidrossanitárias dos alojamentos, a ampliação das áreas de estacionamento e pavimentação no entorno do Bloco 1, da nova Biblioteca e do Centro Administrativo, a construção das estações de tratamento de efluentes da agroindústria e dos alojamentos, as ampliações e reformas dos prédios do Silo, fábrica de rações, depósitos de insumos e garagem, a construção dos galpões dos setores da agroindústria e agriculturas I a III, a construção de sala de aula e adequação da estrutura física do laboratório de fitossanidade, a construção do prédio para guarda de materiais e equipamentos de pesquisa e projetos de

campo, a construção do CTG e a construção de um reservatório, que ainda não possuem projeto e orçamento.

6.7.13 Reitoria

De acordo com os dados enviados pelos câmpus e pela Diretoria de Planejamento e Obras – DPO, as obras previstas para expansão da Reitoria e para a Implantação dos câmpus novos, entre 2014 e 2018, são:

A Reitoria tem como planejamento de expansão da sua estrutura física as obras apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 53: Obras previstas – Reitoria.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Mezanino	500.000,00					
Prédio 2 – Cidade Alta	7.200.000,00					

Fonte: Dados de planejamento da Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 7.700.000,00 de investimento. Também faz parte do planejamento de expansão da estrutura física a instalação de um CPD (Centro de Processamento de Dados), que tem previsão de custo de R\$ 200.000,00 e ainda não tem data definida para a sua execução.

6.7.14 Câmpus em Implantação - Alvorada

O Câmpus Alvorada está em funcionamento desde agosto de 2013, em sede provisória localizada no Centro de Educação Profissional Professor Florestan Fernandes. Desde então, ofereceu cursos do Programa Mulheres Mil e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Em julho de 2014, foi iniciada a limpeza e o cercamento do terreno de 7,95 hectares, localizado na rua Professor Darci Ribeiro nº 121, no bairro Onze de

Abril. O Câmpus tem como planejamento de implantação da sua estrutura física as obras do quadro abaixo.

Quadro 54: Obras previstas – Câmpus Alvorada.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Pórtico, Gradil e Implantação	660.611,31					
Bloco Administrativo – Fase 1 – Estrutura pré-moldada	2.665.453,87					
Bloco Administrativo – Fase 2 – Conclusão	2.215.264,86					
Subestação	260.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Reservatório	180.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 8.981.330,04 de investimento.

6.7.15 Câmpus em Implantação - Rolante

O Câmpus Rolante está em funcionamento desde novembro de 2013, com oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). As aulas acontecem na Escola Municipal de Ensino Fundamental Oldemburgo, sede provisória do câmpus.

A sede definitiva está em obras na Estrada Taquara Rolante, RS 239, S/N e terá de 7 a 8 mil metros quadrados de área construída. O Câmpus tem como planejamento de implantação da sua estrutura física as seguintes obras.

Quadro 55: Obras previstas – Câmpus Rolante.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Pórtico, Gradil e Implantação	1.500.000,00					
Bloco Administrativo – Fase 1 – Estrutura pré-moldada	2.450.495,91					
Bloco Administrativo – Fase 2 – Conclusão	2.215.264,86					
Subestação	260.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Reservatório	180.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 9.605.760,77 de investimento.

6.7.16 Câmpus em Implantação - Vacaria

O Câmpus Vacaria iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da escola Agrotécnica Federal de Sertão, e em 2009 passou a integrar o Câmpus Bento Gonçalves. A federalização ocorreu em agosto de 2011, quando o pólo passou a ser um câmpus em implantação do IFRS.

Nos primeiros anos a escola funcionou junto às instalações da Associação dos Técnicos Agrícolas de Vacaria (Atav) e, em 2010, mudou-se para o prédio do antigo Seminário Diocesano de Vacaria, onde está instalada atualmente.

As obras para a construção da sede definitiva do câmpus, que será na Estrada Capão do Índio S/N, Bairro Distrito Industrial III, iniciaram em 2013 e tem conclusão prevista para 2015.

O Câmpus tem como planejamento de implantação da sua estrutura física as obras apresentadas abaixo.

Quadro 56: Obras previstas – Câmpus Vacaria.

Obra	Valor Estimado R\$	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
Pórtico, Gradil e Implantação	800.000,00					
Bloco Administrativo – Fase 1 – Estrutura pré-moldada	2.450.495,91					
Bloco Administrativo – Fase 2 – Conclusão	2.215.264,86					
Subestação	260.000,00					
Ginásio Poliesportivo	3.000.000,00					
Reservatório	180.000,00					

Fonte: Dados de planejamento dos câmpus e Diretoria de Projetos e Obras – DPO.

As obras constantes no quadro de planejamento acima somam um total de R\$ 8.905.760,77 de investimento.

6.7.17 Câmpus em Implantação - Veranópolis

A implantação do Câmpus Veranópolis foi aprovada pelo Ministério da Educação em março de 2014. No segundo semestre do mesmo ano, passou a oferecer cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) e deu início a discussões com a comunidade sobre alternativas para a oferta futura de cursos técnicos de níveis médio e superior, com a intenção de beneficiar a comunidade da microrregião, que abrange aproximadamente 20 municípios da Serra Gaúcha.

O Câmpus está implantado na área do Colégio Agrícola do município, com 4,7 hectares. As instalações ficam na RSC-470, km 172, e totalizam 3.390m² de área construída.

Tem como planejamento de expansão da estrutura física a reforma do prédio existente, que ainda está em fase de projeto e não possui previsão de orçamento. E, também, a construção de mais dois prédios novos, um com 2 pavimentos e aproximadamente 3.200m² e outro térreo com aproximadamente 450m², ambos ainda não possuem projeto e tem estimativa de orçamento de R\$ 5.110.000,00.

6.7.18 Câmpus em Implantação - Viamão

O câmpus Viamão está em funcionamento desde agosto de 2013, com sede administrativa provisória na Secretaria Municipal de Educação.

Em 2013 e 2014, ofereceu cursos pelos Programas Mulheres Mil e Pronatec, com aulas ministradas nas escolas municipais Monte Alegre (Caic) e Frei Pacífico e no Centro de Formação Profissional Walter Graf.

O Câmpus está em fase de definição de terreno e início de planejamento de implantação. Porém, essa implantação deve estar prevista no planejamento do IFRS para os próximos anos, assim como na elaboração do Plano Diretor.

7. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

7.1 POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas ocupa posição estratégica na concepção de gestão de uma instituição, pois o resultado só é atingido através da atuação humana. As pessoas são os agentes do desenvolvimento, desta forma, é fundamental melhorar as condições de trabalho, investir na capacitação e qualificação dos servidores; bem como melhoria na saúde e qualidade de vida; conseqüentemente proporcionando melhor atendimento ao cidadão buscando a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, de maneira eficaz e com efetividade.

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) busca desenvolver ações que possam contribuir com o aprimoramento das competências do servidor público para atuar, promover e proporcionar o desenvolvimento de trabalhos com qualidade, atendendo às demandas e propiciando um diferencial no serviço prestado à sociedade no âmbito da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

O quadro de servidores da instituição teve um aumento significativo, tendo em vista a expansão do IFRS nos últimos anos.

7.2 PLANOS DE CARREIRA E PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO

As ações que visam à capacitação de servidores são realizadas tendo como base o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº 083, de 28 de setembro de 2012. O Programa de Capacitação contempla os dispositivos legais do Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, estabelecido pela Lei 8.112/1990, o desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira dos Técnico-administrativos, conforme a Lei 11.091/2005, bem como atende às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instituídas pelo Decreto 5.707/2006 e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS. O Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS deve se constituir em uma ferramenta da gestão de pessoas em busca da eficiência, eficácia e qualidade

dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais.

7.3 CARREIRA DOCENTE

A carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está estruturada pelas Leis 11.784/2008 e Lei 12.772/2012. O desenvolvimento na carreira, ocorre mediante progressão funcional e promoção. O Conselho Superior do IFRS, através da Resolução nº 098A/2013, estabeleceu o Regulamento da Progressão e Promoção Docente no IFRS.

O Conselho Superior do IFRS, através da Resolução 82/ 2011 aprovou o Regulamento da Atividade Docente do IFRS, estabelecendo critérios para o regime de trabalho; o plano de trabalho docente; as atividades de ensino, pesquisa e extensão; além das atividades de administração e capacitação. O quadro abaixo apresenta as quantidades de servidores docentes do IFRS, conforme cada regime de trabalho.

A experiência profissional dos docentes contratados é valorizada no IFRS. Nos processos seletivos da instituição, conforme as normas relativas à contratação de servidores públicos, são realizadas provas de conhecimentos teóricos, práticos (provas didáticas) e provas de títulos, em que o tempo de experiência é um dos critérios de pontuação. Cada edital de concurso público de provas e títulos possui critérios diferenciados e cada área possui especificidades definidas nesses documentos.

Quadro 57: Professores Efetivos por Regime de Trabalho

Carga Horária dos Docentes						
Nro	Tipo de Unidade	Unidade	20 horas	40 horas	DE	Total
1	Reitoria	Reitoria*	0	0	25	25
2	Câmpus	Alvorada	0	0	0	0
3	Câmpus	Bento Gonçalves	0	1	81	82
4	Câmpus	Canoas	1	1	49	51
5	Câmpus	Caxias do Sul	0	0	44	44
6	Câmpus	Erechim	0	0	37	37
7	Câmpus	Farroupilha	3	0	43	46
8	Câmpus	Feliz	0	0	35	35
9	Câmpus	Ibirubá	1	0	51	52

10	Câmpus	Osório	2	0	31	33
11	Câmpus	Porto Alegre	6	4	102	112
12	Câmpus	Restinga	0	1	35	36
13	Câmpus	Rio Grande	2	1	90	93
14	Câmpus	Rolante	0	0	0	0
15	Câmpus	Sertão	0	0	65	65
16	Câmpus	Vacaria	0	0	0	0
17	Câmpus	Veranópolis	0	0	0	0
18	Câmpus	Viamão	0	0	0	0
TOTAL			15	9	685	709

Fonte: Dados extraídos do SUAP em março/2014.

Obs.: Foram considerados os docentes em exercício na Reitoria.

O IFRS, atualmente, conta com um corpo docente qualificado, tendo mais de 85% dos seus professores com titulação de mestrado ou doutorado. O quadro abaixo apresenta as quantidades de servidores docentes do IFRS, por titulação.

Quadro 58: Professores Efetivos por Titulação.

Titulação dos Docentes							
Tipo de Unidade	Unidade	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Pós-doutores	Total
Reitoria	Reitoria*	1	6	7	11	0	25
Câmpus	Alvorada	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Bento Gonçalves	0	8	46	28	0	82
Câmpus	Canoas	2	2	30	17	0	51
Câmpus	Caxias do Sul	2	4	26	12	0	44
Câmpus	Erechim	0	3	24	10	0	37
Câmpus	Farroupilha	2	2	32	10	0	46
Câmpus	Feliz	2	4	22	7	0	35
Câmpus	Ibirubá	5	7	28	10	0	50
Câmpus	Osório	1	4	15	13	0	33
Câmpus	Porto Alegre	8	12	55	37	0	112
Câmpus	Restinga	1	1	25	9	0	36
Câmpus	Rio Grande	2	12	54	25	0	93
Câmpus	Rolante	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Sertão	0	4	35	26	0	65
Câmpus	Vacaria	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Veranópolis	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Viamão	0	0	0	0	0	0
TOTAL		26	69	399	215	0	709

Fonte: Dados extraídos do SUAP em março/2014.

Obs.: Foram considerados os docentes em exercício na Reitoria.

7.3.1 Plano Consolidado de Ampliação do Quadro Docente

O quadro docente do IFRS conta, atualmente, com 709 servidores. O plano de ampliação levará em consideração dois elementos que estão sendo trabalhados em GTs (Grupos de Trabalho), que serão responsáveis pela definição de critérios de definição dos números necessários e possíveis de docentes destinados a cada câmpus nos concursos públicos da Instituição. A Portaria 1177, do IFRS, de 18 de agosto de 2014, estabelece o GT de Dimensionamento de Alocação das Vagas Docentes. A Portaria 1178, de 18 de agosto de 2014, estabelece o GT de estabelecimento de critérios para Processos de Seleção para Contratação de Professores Substitutos.

O quadro abaixo apresenta uma previsão agrupada da expansão do quadro docente do IFRS. Até 2018, a Instituição pretende ampliar o número de docentes até o limite estabelecido pela legislação. Com a implantação dos cursos novos nos câmpus em funcionamento e dos câmpus novos, em fase de estruturação e com a possibilidade da continuidade da política de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, existe a possibilidade de ampliar o número de câmpus e a possibilidade da ampliação do quadro docente institucional.

Quadro 59: Planejamento da Ampliação do Quadro Docente.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Número de Docentes	760	900	1100	1200	1280

Fonte: Dados do Quadro de Professor Equivalente - IFRS–julho/2014.

7.4 CARREIRA TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAE)

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação é estruturado pela Lei 11.091/2005. Atualmente a Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008 reestruturou várias carreiras, incluindo docentes e TAEs. A Lei 12.772/2012 trouxe algumas alterações na carreira dos servidores técnico-administrativos em

educação, especialmente em relação ao incentivo à qualificação e à progressão por capacitação.

Conforme estabelecido pela Lei 11.091/2005, a progressão na carreira dos servidores técnico-administrativos em educação ocorre através da Progressão por Capacitação e da Progressão por Mérito Profissional, respeitando o interstício de 18 (dezoito) meses.

A Lei 11.091/2005 também instituiu o Incentivo à Qualificação, que é concedido ao servidor que possui educação formal superior ao exigido para ingresso no cargo que é titular; regulamentado pelo Decreto nº 5.824/2006.

O IFRS conta, em seu quadro de servidores técnico-administrativos, com 665 (seiscentos e sessenta e cinco) servidores distribuídos nos diversos níveis da carreira, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 60: TAEs por nível de Classificação

Servidores Técnico-Administrativos em Educação								
Nro	Tipo de Unidade	Unidade	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Total
1	Reitoria	Reitoria*	2	1	18	42	36	99
2	Câmpus	Alvorada	0	0	0	0	0	0
3	Câmpus	Bento Gonçalves	1	4	16	46	32	99
4	Câmpus	Canoas	0	0	6	14	10	30
5	Câmpus	Caxias do Sul	0	0	7	15	9	31
6	Câmpus	Erechim	0	1	3	25	15	44
7	Câmpus	Farroupilha	0	0	5	12	7	24
8	Câmpus	Feliz	0	0	4	11	6	21
9	Câmpus	Ibirubá	0	0	6	17	13	36
10	Câmpus	Osório	0	0	5	12	10	27
11	Câmpus	Porto Alegre	0	1	6	29	26	62
12	Câmpus	Restinga	0	1	4	8	11	24
13	Câmpus	Rio Grande	1	0	4	33	27	65
14	Câmpus	Rolante	0	0	0	0	0	0
15	Câmpus	Sertão	8	14	24	35	22	103
16	Câmpus	Vacaria	0	0	0	0	0	0
17	Câmpus	Veranópolis	0	0	0	0	0	0
18	Câmpus	Viamão	0	0	0	0	0	0
TOTAL			12	22	108	299	224	665

Fonte: Dados extraídos do SUAP em março/2014.

Obs.: Foram considerados os docentes em exercício na Reitoria.

Em relação à titulação, o IFRS conta com um corpo de técnicos administrativos qualificado, com mais de 72% dos seus servidores com titulação

entre graduação, especialização, mestrado e doutorado. O quadro abaixo apresenta as quantidades de servidores técnicos administrativos do IFRS, por titulação.

Quadro 61: TAEs por nível de Classificação

Titulação dos Técnico-Administrativos em Educação									
Tipo de Unidade	Unidade	EFI**	EFC**	Nível Médio	Grad.	Espec.	Mestres	Doutores	Tot.
Reitoria	Reitoria*	1		25	31	39	3	0	99
Câmpus	Alvorada	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Bento Gonçalves	0	3	20	26	39	10	1	99
Câmpus	Canoas	0	0	14	6	8	2	0	30
Câmpus	Caxias do Sul	0	0	11	6	11	2	1	31
Câmpus	Erechim	0	0	7	14	20	3	0	44
Câmpus	Farroupilha	0	0	8	10	4	2	0	24
Câmpus	Feliz	0	0	9	4	5	3	0	21
Câmpus	Ibirubá	0	0	11	15	9	1	0	36
Câmpus	Osório	0	0	4	9	13	1	0	27
Câmpus	Porto Alegre	0	2	11	21	17	11	0	62
Câmpus	Restinga	0	0	8	8	6	1	1	24
Câmpus	Rio Grande	0	0	14	17	27	7	0	65
Câmpus	Rolante	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Sertão	3	5	27	25	31	12	0	103
Câmpus	Vacaria	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Veranópolis	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmpus	Viamão	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		4	10	169	192	229	58	3	665

Fonte: Dados extraídos do SUAP em março/2014.

Obs.: Foram considerados os servidores em exercício na Reitoria.

** EFI = Ensino Fundamental Incompleto; EFC = Ensino Fundamental Completo.

7.4.1 Plano Consolidado de Ampliação do Quadro de Técnicos Adiministrativos

O quadro abaixo apresenta uma previsão agrupada da expansão do quadro de Técnicos Administrativos em Educação do IFRS.

Quadro 62: Planejamento Consolidado – TAE

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Números de TAE*-A	12				12
Números de TAE*-B	22				22
Números de TAE*-C	108	118	128	148	148
Números de TAE*-D	299	320	380	420	462

Números de TAE*-E	224	260	300	320	348
TOTAL	665				992

Fonte: Dados do Banco de Técnicos Administrativos em Educação Julho/2014.

7.5 PROGRAMAS DE SAÚDE

Dentre as metas da Diretoria de Gestão de Pessoas estabelecidas para os próximos anos, está a estruturação de equipe para trabalhar na elaboração e execução de Projeto relacionado à Saúde, Segurança e Qualidade de Vida dos Servidores do IFRS, viabilizando o ingresso de servidores técnico-administrativos, dos cargos de Engenheiro em Segurança do trabalho, Enfermeiro, técnico em Segurança do Trabalho, Médico, Psicólogo, Educador Físico e Técnico de Enfermagem, possibilitando a implantação de ações voltadas à prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida dos servidores do IFRS.

A DGP está envidando esforços no sentido de implantar uma Unidade SIASS, na região de Erechim, em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul, buscando proporcionar maior celeridade ao agendamento de perícias e bem estar aos servidores da região, visto que atualmente precisam se deslocar até Porto Alegre para realização de perícias médicas.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

8.1 POLÍTICA DE INGRESSO DISCENTE

Entende-se por ingresso a possibilidade de promover o acesso e a permanência na instituição de ensino de alunos que representam o público do IFRS.

A perspectiva do ingresso deverá prever um olhar diferenciado para aqueles que não são objeto de preocupação atinente ao paradigma da seleção. Levará em consideração a realidade dos desiguais, seus conhecimentos prévios, suas diferentes culturas e saberes, tratando-os de forma diferenciada.

O ingresso, por fim, será compreendido como política de inclusão social traduzida pela abertura efetiva da instituição para aqueles que configuram, por meio da lei 11892/2008, a razão da existência dos Institutos Federais (IFs).

A proposta de ingresso discente do IFRS, irá se propor a adotar as políticas nacionais de inclusão, de adoção de ações afirmativas, de processos universais que viabilizem o ingresso discente.

A política de ingresso do IFRS vem sendo construída por meio de Grupo de Trabalho específico e deverá tratar de seus princípios, do processo de ingresso discente, das formas de ingresso nos cursos do IFRS, da comissão central de processo de ingresso e das comissões permanentes.

8.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em três de dezembro de dois mil e treze, em seu Conselho Superior, aprovou a Resolução nº 086 que trata da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

A Política de Assistência Estudantil do IFRS traz os princípios, as definições necessárias, define os objetivos e propõe os meios para que o Instituto efetive o compromisso expresso em seu Projeto Pedagógico Institucional de “trabalhar no sentido da democratização dos conhecimentos, tendo como base

um modelo de educação progressista, que deve estar articulado a um projeto de sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos: cultural, social, econômico, político, ecológico entre outros” (PPI, p.11).

A seguir iremos descrever a situação atual do IFRS em relação aos pontos a serem pactuados no Plano de Desenvolvimento Institucional de acordo com a Política de Assistência Estudantil, além das metas para os próximos cinco anos em cinco tópicos divididos em (1) Estrutura, (2) Comunicação, (3) Indicadores, (4) Oferta de Auxílios Estudantis e (5) Metas Gerais.

8.2.1 Estrutura

8.2.1.1 Estrutura Atual

Atualmente o IFRS conta com a seguinte composição nos seguintes órgãos propostos pela Política de Assistência Estudantil:

- I. Assessoria de Assistência Estudantil: um professor de ciências exatas;
- II. Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil do IFRS: composto pela Assessoria de Assistência Estudantil e pelas Coordenações de Assistência Estudantil dos Câmpus.
- III. Coordenações de Assistência Estudantil: as coordenações da assistência estudantil nos câmpus do IFRS, atualmente, são exercidas conforme o quadro abaixo.

Quadro 63: Equipes da Assistência Estudantil do IFRS.

Câmpus	Pedagogo	Psicólogo	Assistente Social	Demais profissionais
Bento Gonçalves		2		(2) Assistentes de Alunos, (1) Técnica em Enfermagem, (1) Enfermeira em licença de estudos, (1) Nutricionista
Canoas	1	1	1	
Caxias do Sul		1		
Erechim	1	1		(1) Assistente de Alunos, (1) Assistente em Administração.
Farroupilha	1	1		
Feliz				(3) professores.

Ibirubá	1	1	1	(1) Assistente de Alunos.
Osório		1	1	(2) Assistentes de alunos.
Porto Alegre		2	1	(1) Técnico em Assuntos Educacionais.
Restinga	1	1	1	
Rio Grande		1	1	(1) Técnico em Assuntos Educacionais.
Sertão	1	1	1	(4) Assistente de alunos, (1) zeladoria, (1) médico, (1) dentista, (1) nutricionista, (1) telefonista, (2) operadoras de máquina de lavanderia, (2) educadores físicos.
Câmpus em implantação				
Alvorada			1	
Rolante				
Vacaria				
Viamão				

Fonte: Assessoria de Assistência Estudantil do IFRS – dados de 2013.

- IV. Comissões de Assistência Estudantil: estruturadas apenas em alguns câmpus.

8.2.1.2 Estrutura Mínima Proposta

A Política de Assistência Estudantil define como estrutura mínima da Assistência Estudantil os seguintes órgãos:

- I. Assessoria de Assistência Estudantil: composta por dois servidores, dentre os quais, Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos e Técnicos em Assuntos Educacionais.
- II. Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil do IFRS: composto pela Assessoria de Assistência Estudantil e pelas Coordenações de Assistência Estudantil dos câmpus.
- III. Coordenações de Assistência Estudantil: composta por, no mínimo um pedagogo, um psicólogo e um assistente social.
- IV. Comissões de Assistência Estudantil: compostas pelo Coordenador da Assistência Estudantil, por 2 (dois) servidores docentes e 2 (dois) servidores Técnico- Administrativos em Educação, com mandato de 2 (dois) anos, e por 2 (dois) discentes, com mandato de 1 (um) ano.

8.2.1.3 Metas para os próximos anos

A Assistência Estudantil do IFRS possui como metas para os anos 2014 e 2015 as definidas abaixo:

- I. Estruturar a Assessoria de Assistência Estudantil com Assistente Social e Psicólogo;
- II. Manter o Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil em funcionamento, proporcionando espaço para as construções necessárias a implementação da Política da Assistência Estudantil;
- III. Estruturar as Coordenações de Assistência Estudantil dos câmpus com a solicitação de: 08 novos Assistentes Sociais, 05 novos Psicólogos e 10 novos Pedagogos;
- IV. Iniciar de forma conjunta a estruturação das Comissões de Assistência Estudantil nos câmpus durante o segundo semestre de 2014;
- V. Garantir espaços físicos adequados para as ações da Assistência Estudantil – de convivência e troca com as equipes e para atendimentos específicos;

Para os anos 2016 a 2018, a Assistência Estudantil do IFRS define como metas manter o pleno funcionamento das estruturas propostas pela Política de Assistência Estudantil, além de efetuar a ampliação das equipes em função do número de estudantes regulares matriculados, da ampliação e da qualidade das ações propostas.

8.2.2 Comunicação

8.2.2.1 Comunicação Atual

Atualmente, não há um plano conjunto de comunicação para Assistência Estudantil do IFRS, ocasionando que cada câmpus possua plano de comunicação próprio, com informações sendo veiculadas de diferentes modos, sendo que a maioria não possui local unificado de exposição de informações no site, como identificado no quadro abaixo.

Quadro 64: Estrutura do site de Assistência Estudantil do IFRS.

CÂMPUS	SE POSSUI ABA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO SITE
Bento Gonçalves	Não
Canoas	Não
Caxias do Sul	Link dentro da aba "ALUNOS"
Erechim	Link dentro da aba "ENSINO"
Farroupilha	Link dentro da aba "ALUNOS"
Feliz	Não
Ibirubá	Link abaixo da aba "ALUNOS"
Osório	Não
Porto Alegre	Link dentro da aba "A INSTITUIÇÃO"
Restinga	Aba abaixo da aba "ALUNOS"
Rio Grande	Não.
Sertão	Aba abaixo da aba "ALUNOS"
Em Implantação	
Alvorada	Não
Rolante	Não
Vacaria	Não
Viamão	Não

Fonte: Assessoria de Assistência Estudantil do IFRS.

8.2.2.2 Estrutura mínima de Comunicação

A Política de Assistência Estudantil propõe como princípio a transparência na divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Estudantil, bem como, nos critérios para obtenção para a manutenção dos mesmos. Esse princípio propõe a necessidade de visibilidade e de identidade comunicacional.

8.2.2.3 Metas para os próximos anos

Para os anos 2014 e 2015, a meta é a criação de um Plano conjunto de Comunicação para Assistência Estudantil que prevê os seguintes pré-requisitos de divulgação:

- I. Criação de Aba da Assistência Estudantil, na capa do site de cada câmpus contendo como subtítulos mínimos:
 - Editais – subtítulo que deve agregar todos os Editais, retificações e listagens de resultados dos mesmos;
 - Informações – subtítulo que deve conter informações sobre a Coordenação de Assistência estudantil, equipe, horários, contatos, programas e ações ofertadas, informativos, avisos e relatórios de transparência.
- II. Criação do e-mail da Assistência Estudantil nos câmpus – e-mail padronizado assistencia.estudantil@orespectivocampus.ifrs.edu.br que deve ser recebido e respondido por toda a equipe que trabalha na Coordenação de Assistência Estudantil do mesmo, bem como servir de principal canal de comunicação com a comunidade interna e externa;
- III. Confecção de banners das Assistências Estudantis – providenciar banners de informação expostos em local de grande acesso nos câmpus, preferencialmente próximo ao setor de Registros Escolares dos mesmos, contendo informações gerais como definição da Assistência Estudantil, auxílios ofertados e contatos.
- IV. Confecção de folders das Assistências Estudantis – todas as Assistências Estudantis devem providenciar folders do passo a passo para a solicitação de auxílios estudantis e disponibilizando os mesmos aos estudantes no ato da matrícula e no balcão de atendimento ou recepção dos câmpus;
- V. Relatório de Transparência dos Câmpus - publicação anual de um Relatório de Transparência com dados referentes ao número de

auxílios ofertados de cada modalidade, seus valores e montantes de execução mensal;

- VI. Oportunizar que todos os estudantes tenham acesso aos Editais da Assistência Estudantil com sua exposição no site, na aba da Assistência Estudantil, subtítulo “Editais” e em locais de grande circulação de estudantes nos câmpus.

Para os anos 2016 a 2018, as metas são manter, propor novas iniciativas e aprimorar as formas de comunicação entre as Assistências Estudantis e os estudantes de modo a facilitar o acesso e a articular os demais setores dos câmpus aos interesses de publicidade da Assistência Estudantil.

8.2.3 Indicadores de Assistência Estudantil

8.2.3.1 Indicadores Atuais

Atualmente, não há um diagnóstico sociodemográfico conjunto entre as Assistências Estudantis do IFRS, de modo a identificar semelhanças e diferenças entre o perfil dos estudantes do Instituto. Na mesma linha, cada câmpus efetua seus levantamentos de dados relativos a aproveitamento e frequência, identificando de modo diferenciado os processos de evasão e traçando estratégias específicas de combata a mesma, bem como em relação à retenção escolar.

8.2.3.2 Indicadores Propostos

A Política de Assistência Estudantil propõe a confecção de diagnósticos sociodemográficos do IFRS efetivos às leituras das realidades locais, regionais e gerais do Instituto, de modo a contribuir com melhorias das ações e proporcionar qualidade às intervenções da Assistência Estudantil, tendo os mesmos como prioridade o levantamento de dados de fluxo contínuo relacionados aos aspectos socioeconômicos, culturais e de saúde, das áreas de abrangência e atuação de

cada câmpus e no âmbito do IFRS; a aplicação de um instrumento padronizado e informatizado a todos os estudantes regularmente matriculados no Instituto; a construção colegiada de um instrumento de pesquisa no Grupo de Trabalho Permanente de Assistência Estudantil do IFRS, com revisão anual; a análise de dados que permitam descrever as áreas de abrangência e atuação do IFRS, bem como os perfis do estudante de cada unidade do Instituto; a ampla divulgação à comunidade escolar e acadêmica dos levantamentos e das análises dos dados pesquisados; e a atualização e manutenção de bancos de dados de fluxo contínuo de cada unidade do IFRS, bem como em seu âmbito geral.

8.2.3.3 Metas para os próximos anos

Para os anos 2014 e 2015, a meta é a promoção do 1º Fórum da Assistência Estudantil – FAE/IFRS – coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino e demais órgãos de Assistência Estudantil do IFRS, para construção e pactuação do documento inicial com as Diretrizes para Avaliação do Impacto da Assistência Estudantil no Instituto.

Para os anos de 2016 a 2018, a meta é manter o Fórum como evento bianual de apresentação dos resultados das avaliações do(s) ano(s) anterior(es), de modo a efetuar-se uma revisão deste documento com base nas novas necessidades.

8.2.4 Oferta de Auxílios

8.2.4.1 Oferta de Auxílios em 2013

Em 2013 o IFRS contou com a oferta de auxílios estudantis apresentada no quadro abaixo.

Quadro 65: Oferta de Auxílios no ano 2013.

CÂMPUS	Auxílio Transporte	Auxílio Creche	Auxílio Permanência	Auxílio Moradia	Auxílio Material de Ensino	Auxílio Proeja (específico)	Auxílio Alimentação	Auxílios diversos	Totais Ofertados	Total*
Bento Gonçalves	21	0	27	25	0	30	600	0	703	651
Canoas	22	2	4	0	0	41	30	0	99	74
Caxias do Sul	*	0	110	0	0	0	0	0	110	110
Erechim	145	0	0	65	0	0	165	0	375	189
Farroupilha	153	8	0	59	0	0	109	0	329	153
Feliz	26	0	0	0	0	0	26	23	75	40
Ibirubá	*	0	80	0	0	0	80	0	160	114
Osório	*	0	50	0	0	0	0	0	50	62
Porto Alegre	369	61	84	20	257	97	0	0	888	413
Restinga	145	13	37	0	0	0	0	13	208	148
Rio Grande	362	28	0	8	310	0	445	113	1266	580
Sertão	185	0	0	115	0	30	204	106	640	350
TOTAIS	1428	112	392	292	567	198	1659	255	4903	2884

Fonte: Assessoria de Assistência Estudantil do IFRS.

Obs.: Refere-se ao número de estudantes beneficiados pelos auxílios.

* O Total refere-se ao número total de estudantes beneficiados nos câmpus.

Em 2013, o IFRS contou com os percentuais de auxílios estudantis apresentados no quadro abaixo.

Quadro 66: Percentuais de Oferta de Auxílios no ano 2013.

Câmpus	Número de Alunos ao final de 2013	Total de estudantes beneficiados	Percentual de Estudantes atingido
Bento Gonçalves	1647	651	39,53%
Canoas	509	74	14,54%
Caxias do Sul	437	110	25,17%
Erechim	596	189	31,71%
Farroupilha	652	153	23,47%
Feliz	198	40	20,20%
Ibirubá	486	114	23,46%
Osório	362	62	17,13%
Porto Alegre	2917	413	14,16%
Restinga	392	148	37,76%
Rio Grande	2992	580	19,39%
Sertão	1557	350	22,48%
Total	12745	2884	22,63%

Fonte: Assessoria de Assistência Estudantil do IFRS.

8.2.4.2 Metas Propostas

A média de percentual de estudantes atingidos por auxílios estudantis no IFRS é de 23,52%. O percentual atingido em 2013 foi de 22,36%. Observados os indicadores dispostos nas tabelas acima, ano a ano o IFRS deve ampliar seu escopo de atenção, levando em conta as seguintes diretrizes:

O Análise anual do Perfil Sociodemográfico do câmpus e dos percentuais de distribuição de estudantes entre as faixas de renda familiar per capita utilizada pela SETEC para cálculos de indicadores:

Quadro 67: Diretrizes de Faixas de Renda.

FAIXA	RENDA FAMILIAR PER CAPTA
1	0<RFP< 0,5 SM
2	0,5< RFP <1,0 SM
3	1<RFP< 1,5 SM
4	1,5<RFP< 2,5 SM
5	2,5<RFP<3,0 SM
6	RFP >3 SM

A atenção da assistência estudantil deve ser direcionada aos estudantes do IFRS dispostos nas três primeiras faixas de renda familiar *per capita*, conforme estabelecido no PNAES (Decreto 7234/2010).

As metas gerais da Assessoria Estudantil foram:

- a) Da Assessoria de Assistência Estudantil do IFRS: manutenção das reuniões do Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil do IFRS, respeitando a periodicidade mínima estabelecida na política e as necessidades prementes de sua implementação e avaliação;
- b) Dos Câmpus: criação das Comissões de Assistência Estudantil dos câmpus, respeitando a periodicidade mínima de seis meses de suas reuniões e efetuando registros e encaminhamentos referentes ao definido em conjunto com essa;
- c) Do Grupo de Trabalho Permanente da Política de Assistência Estudantil: efetuar a revisão da Política de Assistência Estudantil do IFRS, ao término de um ano de sua vigência, sendo encaminhada ao Comitê de Ensino para apreciação;
- d) De todos os responsáveis pela Assistência Estudantil do IFRS: criar todos os documentos previstos pela Política de Assistência Estudantil - a saber:
 1. Instrumento de Pesquisa para Levantamento do Diagnóstico Sociodemográfico do IFRS;
 2. Diretrizes para Avaliação do Impacto da Assistência Estudantil do IFRS;
 3. Regulamentação do Programa de Auxílios Estudantis;
 4. Regulamentação do Programa de Acompanhamento Contínuo dos estudantes com vistas a ampliar o acesso, a permanência e o êxito, diminuir os índices de retenção e evasão escolar e melhorar a qualidade de vida dos discentes do Instituto.

8.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul tem priorizado em seu quadro de objetivos e metas a valorização da participação discente. Por isso, almeja estimular no meio estudantil, políticas de lideranças garantindo a ampla representação estudantil a partir da constituição e fortalecimento de Grêmios Estudantis, Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e Centros Cívicos, dentre outras entidades, organizados de forma autônoma através de iniciativas do corpo discente. Deve-se também garantir a participação destas representações nos processos decisórios afetos aos câmpus.

8.4 POLÍTICA DE EGRESSOS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm, dentre suas finalidades e características, a necessidade de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da atuação da instituição.

As transformações sociais e econômicas, entretanto, são marcadas pelo seu dinamismo e constantes transformações, resultando em desafios ao processo educacional. Dessa forma, são necessárias estratégias para que as instituições tenham condições de acompanhar essas transformações, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional do egresso e da necessidade de uma formação profissional continuada.

Nesse sentido, a Política de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, é constituída por um conjunto de ações que visam à manutenção do vínculo do egresso com a instituição. O acompanhamento de egressos, por sua vez, trata-se de ação específica cujo objetivo é o acompanhamento do itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Os egressos, portanto, se revelam como atores potenciais na articulação com a sociedade, como uma das fontes de informações que possibilitam retratar a forma como são percebidas e avaliadas as instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional como no nível de interação com a sociedade.

A Política de Egressos, por meio do acompanhamento de egressos, possibilita o levantamento de informações em relação aos egressos e o mundo do trabalho, resultando em dados imprescindíveis para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição.

O objetivo do acompanhamento de egressos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul objetiva analisar a formação acadêmica dos cursos ofertados, principalmente em relação a 3 (três) aspectos: a empregabilidade dos egressos, a continuidade dos estudos após a conclusão do curso e a avaliação, pelos egressos, da formação educacional recebida.

O acompanhamento de egressos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, baseia-se na articulação de seus órgãos internos a fim de assegurar a coleta de informações juntamente com os egressos.

Dessa maneira, a organização dos dados se traduz em indicadores, qualitativos e quantitativos, servindo de subsídios para a orientação da oferta educacional regular e para a organização de programas de educação continuada voltados aos egressos.

8.5 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAF)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, por meio da sua Política de Ações Afirmativas (Resolução 22 de 25/02/14), contempla ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. A referida Política propõe medidas especiais para acesso, permanência e êxito

dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escola pública.

Para acompanhar a implementação da PAF, a instituição conta com uma comissão, composta por representantes: da Assessoria de Ações Inclusivas, dos Núcleos Institucionais vinculados às Ações Afirmativas, do Comitê de Ensino, do Comitê de Extensão, do Comitê de Desenvolvimento Institucional, da Assistência Estudantil e da Comissão Permanente de Avaliação.

Em consonância com a legislação vigente e a proposta da Nota Técnica 106/2013 (MEC/SECADI/DPEE), o IFRS, como instituição da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica busca assegurar, a seus discentes, o pleno acesso em todas as atividades acadêmicas, considerando:

1. A Constituição Federal/1988 – art. 205 e Lei 9.394/1996, que garantem a educação como direito de todos;
2. A Lei 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
3. A portaria 3.283/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir o processo de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições;
4. A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Rede de Ensino;
5. O Decreto 5.296/04, que regulamenta as Leis 10.048/00 (que estabelece atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo) e 10.098/00 (que trata da promoção das diversas formas de acessibilidade);

6. A Resolução nº 1/2004 do CNE-CP, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-brasileira e Africana;
7. O Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei 10.436/02, que dispõe sobre o uso e difusão da LIBRAS;
8. O Decreto 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores do sistema federal de ensino;
9. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/ 2008), que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, cuja função é disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação;
10. A Lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade de inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da Rede de Ensino, em todos os níveis e modalidades;
11. As Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, que referendam a implementação de uma política de educação inclusiva;
12. A Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que estabelece diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado;
13. O Decreto 6.949/2009, que ratifica, como emenda constitucional, a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;
14. O Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

15. A Lei 12.513/2011, que institui o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que tem, entre seu público prioritário: estudantes de ensino médio e da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda, estudantes egressos de escola pública, ou da rede privada na condição de bolsistas. A referida Lei também estabelece, em seu art. 2º (§ 2º), que será estimulada a participação de pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas pelo PRONATEC;
16. O Parecer CNE/CP nº 08/2012 e Resolução CNE/CP nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;
17. A Lei 12.711/2012, Decreto 7.824/12 e Portaria Normativa 18/2012, que tratam da reserva de vagas para egressos do sistema público, renda inferior, pretos, pardos e indígenas.
18. Resolução CNE/CP Nº1/2002: estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior DEVEM prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
19. Decreto N.º 6.571/2008 Art.1º: a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Nesse cenário, o IFRS compromete-se com a educação inclusiva, buscando a remoção dos diversos tipos de barreiras, quais sejam:

- ARQUITETÔNICA - contemplando a desobstrução de barreiras físicas e ambientais e projetando suas construções com as devidas

adequações de acordo com a NBR 9050/04, em respeito à Lei 10.098/00 e Decreto 5.296/04;

- ATITUDINAL - com a prevenção e eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações;
- COMUNICACIONAL - abrangendo a adequação de códigos e sinais, páginas web da Instituição, dispositivos auxiliares, folders e panfletos, adequados às necessidades do segmento de pessoas com deficiência, em respeito ao Decreto 5.296/04;
- METODOLÓGICA - almejando a adequação de técnicas, teorias, abordagens, metodologias promissoras a este segmento;
- INSTRUMENTAL - com a adaptação de materiais, aparelhos, equipamentos, utensílios, e aquisição e desenvolvimento de produtos de Tecnologia Assistiva;
- PROGRAMÁTICA - apontando e eliminando barreiras invisíveis existentes nas **políticas**, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins.

Além do exposto, em caráter permanente, o IFRS conta com a Assessoria de Ações Inclusivas (AAI) e Projeto de Acessibilidade Virtual, a nível de reitoria; e com núcleos vinculados às Ações Afirmativas, nos câmpus, conforme detalhamento abaixo:

- Assessoria de Ações Inclusivas (AAI): A AAI (Portaria 51/2012) é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à política de inclusão no IFRS, de acordo com a Nota Técnica da SETEC/MEC nº 272/2010. Sua finalidade é promover a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa de pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, a valorização da identidade étnico-racial, a inclusão da população negra e da comunidade indígena, em todos

os setores, buscando a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação.

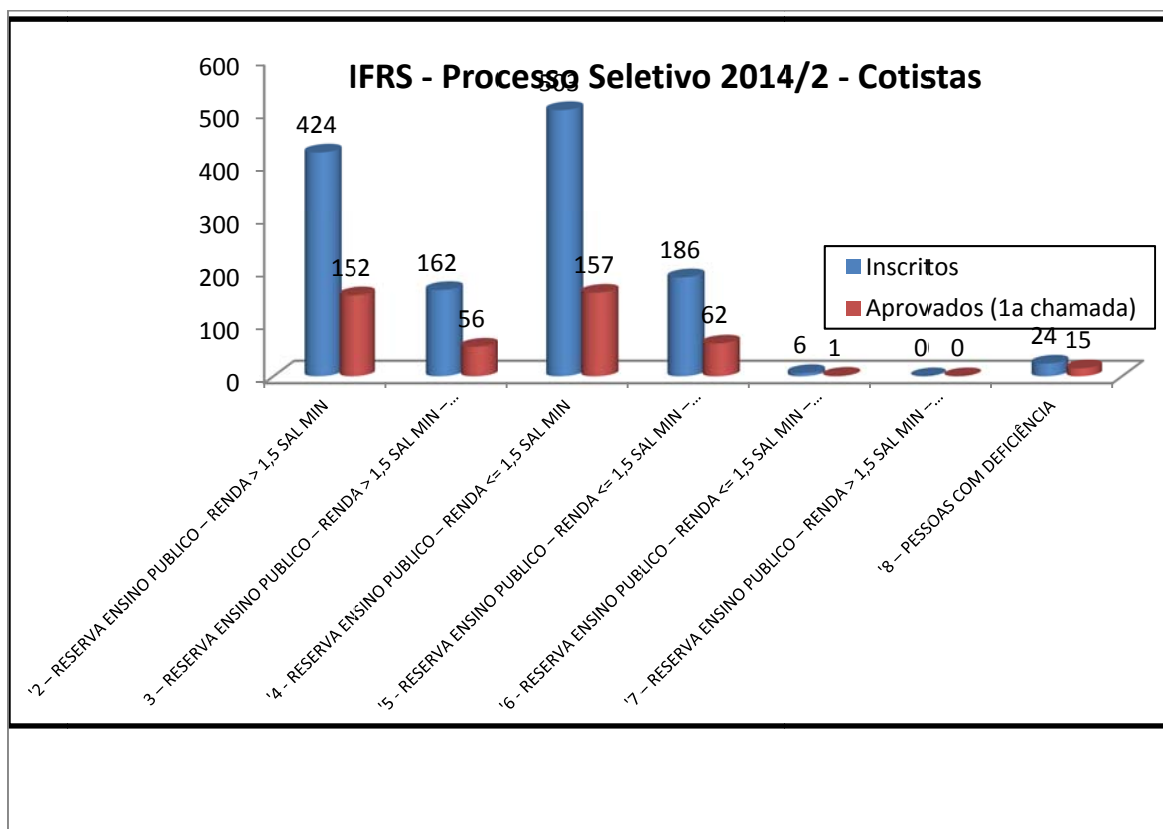
- Núcleo de Acessibilidade Virtual (NAV): O IFRS constitui-se como Núcleo Gestor do Projeto de Acessibilidade Virtual (Portaria 221 de 06/02/13). As ações executadas no contexto desse núcleo dividem-se em dois grandes eixos: 1) criação de sites, portais, objetos de aprendizagem, sistemas web, materiais didático-pedagógicos acessíveis/adaptados para as diversas necessidades educacionais específicas, relatórios de acessibilidade, bem como metodologias para a implementação de soluções acessíveis para pessoas com deficiência, além de capacitações sobre desenvolvimento web acessível; 2) produção, uso e capacitação para utilização de Tecnologia Social Assistiva: dispositivos e programas que visam contribuir para uma vida mais autônoma e independente de pessoas com deficiência.
- NAPNEs: Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas são órgãos de assessoramento dos câmpus, instituídos em cada câmpus, por portaria do diretor geral e constituem-se como um setor propositivo e consultivo que media a educação inclusiva na Instituição. Os NAPNEs são facilitadores e disseminadores de ações inclusivas, buscando não apenas a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas nos bancos escolares, mas, também, sua permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão.
- NEABIs: Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, instituídos por portaria do diretor geral em cada câmpus, constituem-se como um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações etnicorraciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa.

- Núcleos de Gênero: Os Núcleos de Estudo e Pesquisa em Gênero centram-se na proposta de implementar a política da diversidade de gênero, com vistas a promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade.

A partir da Política de Ações Afirmativas, o IFRS busca promover a inclusão, não apenas em respeito à legislação vigente, mas compreendendo seu dever como instituição acadêmica de acolher e prover uma educação digna a todos os seus alunos, independente de limitação, etnia ou necessidade específica pela qual esteja passando o sujeito da aprendizagem.

Em uma avaliação realizada no processo seletivo de estudantes de 2014, segundo semestre, obteve-se os resultados que são apresentados na figura abaixo.

Figura 5 – Avaliação do Processo Seletivo – 2014/2 – Cotistas.



Fonte: Assessoria de Ações Inclusivas – IFRS.

Como avaliação, apresenta-se os pontos positivos da implementação da Lei de Cotas e seus desdobramentos no IFRS:

- garantia da presença da diversidade social, étnica, racial, de classe, de histórias de vida;

- construção, aprovação e implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS (Resolução 22 de 25/02/14);

- criação da Comissão de Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas do IFRS (Portaria 631 de 27/05/14);

- construção e aprovação do regulamento dos NEABIs e dos NAPNEs do IFRS

- articulação de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão com a comunidade interna e externa do IFRS no que tange às temáticas relacionadas às ações afirmativas;

- articulação de ações entre os Núcleos de Ações Afirmativas nos Câmpus e desses com a Assessoria de Ações Inclusivas do IFRS;

- garantia de vagas específicas para indígenas (o que vai além da Lei de Cotas), permitindo o ingresso de indígenas, por curso e turno, de acordo com o percentual do IBGE de indígenas no RS.

- relações de amizade entre indígenas e não indígenas;

- construção de ações em conjunto com representantes indígenas;

Como desafios, em relação à implementação da Lei de Cotas e seus desdobramentos no IFRS, podem ser destacados:

- trabalho de preparação dos estudantes indígenas para o ingresso nas Instituições de Ensino Superior;

- realização de uma pré-matrícula para estudantes indígenas como forma de facilitar o processo de inscrição (alguns indígenas ainda apresentam dificuldades para providenciar os documentos necessários para efetivação da matrícula) e/ou ampliação da divulgação de informações relacionadas ao processo seletivo e ingresso no IFRS;

- implementação do Processo Seletivo específico para indígenas e, se necessário, para quilombolas;

- consolidação dos NEABIs dos Câmpus como centros de referência para temáticas relacionadas à valorização das culturas afro-brasileira e indígena nos currículos escolares;
- continuidade de ações de ingresso, permanência e saída exitosa de estudantes cotistas;
- incremento de bolsas para monitores (para auxílio a estudantes indígenas e para demais cotistas que necessitarem);
- auxílio transporte para alunos indígenas e demais cotistas que necessitarem;
- ações de apoio acadêmico específicos para cotistas;
- submissão de projetos de Ensino (atualmente as possibilidades de submissão de projetos são para a Pesquisa e Extensão) nas temáticas relacionadas às ações afirmativas
- criação de bolsa permanência específica para estudantes indígenas e outros cotistas que dela necessitarem;
- criação de Programa de Monitoria (a partir da experiência da UFRGS, UFSM e da FURG) para estudantes indígenas (e demais cotistas que dela necessitarem);
- viabilização, na medida do possível, de tempo integral para coordenador dos Núcleos de Ações Afirmativas, para que se dediquem às ações de ingresso, permanência e saída exitosa de estudantes cotistas no IFRS;
- disponibilização de sala específica para Núcleos de Ações Afirmativas nos câmpus do IFRS;
- combate a todas as formas de preconceito/discriminação;
- ampliação de capacitações/eventos relacionados às ações afirmativas e promoção dos direitos humanos.

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFRS é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Com uma estrutura descentralizada pluricurricular e multicâmpus, tem os seguintes domicílios:

- I. Reitoria, em Bento Gonçalves;
- II. Câmpus Alvorada;
- III. Câmpus Bento Gonçalves;
- IV. Câmpus Canoas;
- V. Câmpus Caxias do Sul;
- VI. Câmpus Erechim;
- VII. Câmpus Farroupilha;
- VIII. Câmpus Feliz;
- IX. Câmpus Avançado de Guaíba⁷;
- X. Câmpus Osório;
- XI. Câmpus Porto Alegre;
- XII. Câmpus Restinga;
- XIII. Câmpus Rolante;

⁷ O Câmpus Avançado de Guaíba está em fase de implantação. Existe, atualmente, um protocolo de intenções para a sua implantação.

- XIV. Câmpus Rio Grande;
- XV. Câmpus Sertão;
- XVI. Câmpus Vacaria;
- XVII. Câmpus Avançado de Veranópolis;
- XVIII. Câmpus Viamão.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado do Rio Grande do Sul, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul é equiparado às universidades federais.

A comunidade acadêmica do IFRS é composta pelos três segmentos mencionados em seu Estatuto: discente, docente e técnico-administrativo. O segmento docente e técnico administrativo respeitam disciplinarmente as legislações vigentes, garantida ampla defesa. Os discentes deverão respeitar regulamento específico que será aprovado pelo Conselho Superior do IFRS.

O IFRS, a partir das prerrogativas de sua autonomia administrativa e respeitando a legislação vigente, é regido pelos seguintes documentos:

- Estatuto;
- Regimento Geral;
- Regimento Interno da Reitoria;
- Resoluções do Conselho Superior;
- Regimentos dos Câmpus do IFRS;
- Atos da Reitoria.

Nos anos 2013 e 2014, o IFRS, por meio de processo Estatuinte, realizou a revisão do seu Estatuto e Regimento Geral, objetivando aprimorar os serviços da Instituição e melhorar as relações administrativas que a regem. Os dois documentos definem a estrutura da organização administrativa do IFRS, de

modo institucional. Além disso, os câmpus do IFRS possuem organizações administrativas que respeitam essas definições e dotam essas unidades de uma autonomia. Cada câmpus conta com um organograma específico, respeitada certa estrutura, conforme descrito a seguir.

O IFRS possui uma estrutura multicâmpus, com decisões e deliberações centralizadas ou descentralizadas, dependendo de suas competências. Em sua estrutura de governança, a instituição conta com órgãos de colegiados superiores, órgãos de controle, comitês e comissões. Os órgãos colegiados superiores da instituição são: Conselho Superior (CONSUP) e Colégio de Dirigentes (CD). Em cada câmpus da instituição se constitui um órgão colegiado, chamado Conselho de Câmpus (CONCAMP). Além dos órgãos apresentados anteriormente, a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) é uma unidade posicionada abaixo do Conselho Superior (CONSUP) e a ele vinculada.

As definições da estrutura funcional, competências e a disciplina das atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFRS, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias são definidas pelos documentos citados abaixo:

1. Estatuto do IFRS: aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 44 de 27 de maio de 2014 (CONSUP, 2014).
2. Regimento Geral do IFRS: aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 064 (CONSUP, 2010) – estabelece o conjunto de normas que disciplinam as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFRS, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estabelecidas no estatuto;
3. Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS: aprovado conforme resolução nº. 065 (CONSUP, 2010a), é o documento que define que o Conselho Superior é o órgão máximo consultivo e deliberativo do IFRS, com a composição e as competências baseadas no Estatuto e o seu funcionamento definido no Regimento Geral e em regras específicas do regimento.

4. Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS: aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009 e referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010, define que o Colégio de Dirigentes (CD) é um órgão de caráter consultivo IFRS, suas atribuições e forma de funcionamento.
5. Regimento Interno da Reitoria do IFRS (CONSUP, 2012): disciplina a estrutura e o funcionamento dos órgãos que integram a Reitoria do IFRS, conforme o estabelecido no Estatuto e no Regimento Geral do IFRS.
6. Regimentos Internos dos Câmpus: são os documentos que regulamentam as atribuições, estrutura e funções a serem executadas no âmbito de cada câmpus do IFRS. Cada câmpus possui uma estrutura semelhante à da Reitoria, no que diz respeito as áreas de gestão: ensino, pesquisa, extensão, administração e desenvolvimento institucional. Além disso, estabelece peculiaridades de cada câmpus, de acordo com as definições democráticas de suas comunidades acadêmicas.
7. Regimentos dos Conselhos dos Câmpus: são os documentos que regulamentam as atribuições, estrutura e deliberações que podem ser realizadas no âmbito do câmpus. Cada Conselho de Câmpus (CONCAMP) possui as suas atribuições específicas conforme os seus regimentos.
8. Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFRS: aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 055, de 20/08/2013 (CONSUP, 2014).

9.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO IFRS

A seguir, descreve-se de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação da estrutura de governança do IFRS:

9.1.1 Órgãos Colegiados

O IFRS conta com dois órgãos colegiados institucionais. São eles:

1. Conselho Superior (CONSUP), que trata-se do órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo do IFRS, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto Geral do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno. Conforme o artigo 10 de seu Regimento Interno, as atribuições do CONSUP são:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos Câmpus, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- IX. autorizar a criação e a alteração curricular de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas;
- X. extinguir cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal.

2. Colégio de Dirigentes (CD), que trata-se de órgão de caráter consultivo do IFRS, formado pelos Pró-Reitores, pelo Reitor e pelos Diretores Gerais dos câmpus do IFRS. Conforme o artigo 4º de seu Regimento Interno, as competências do CD são:

I – atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão;

II – propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto;

III – propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto;

IV – elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples.

Além dos dois órgãos institucionais, cada câmpus do IFRS possui constituído o seu Conselho de Câmpus (CONCAMP). Esses órgãos colegiados dos câmpus são os órgãos máximos deliberativos em cada câmpus e possuem regimentos internos construídos na comunidade acadêmica do câmpus e aprovados pelo CONSUP.

9.1.2 Comitês

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comitês ligados às cinco áreas de gestão, sendo eles órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. Os comitês são formados por servidores da Reitoria e dos câmpus, especializados nas áreas em que atuam e têm a atribuição de propor normativas, acompanhar e propor políticas e emitir pareceres sobre os temas de sua especialidade para subsidiar a gestão da instituição. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 30, apresenta os seguintes comitês:

I - Comitê de Administração (COAD): formado pelo Pró-Reitor de Administração, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos câmpus;

II - Comitê de Ensino (COEN): formado pelo Pró-Reitor de Ensino, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos câmpus;

III - Comitê de Extensão (COEX) formado pelo Pró-Reitor de Extensão, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos câmpus;

IV - Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (COPPI): formado pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos câmpus;

Comitê de Desenvolvimento Institucional (CODI): formado pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos câmpus;

9.1.3 Comissões

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comissões ligadas a áreas específicas, sendo elas órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. As comissões são formadas por servidores da Reitoria e dos câmpus, especializados nas áreas em que atuam e têm atribuições definidas em seus regulamentos específicos. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 30, apresenta as seguintes comissões:

I. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): é um órgão consultivo, colegiado, independente e competente de assessoramento do CONSUP do IFRS para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente

II. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS): é um órgão consultivo, independente e competente de assessoramento do CONSUP, tendo como atribuições principais auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em educação; fiscalizar

e avaliar a implementação do plano de carreira (PCCTAE) no âmbito do IFRS e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do PCCTAE.

III. Comissão Própria de Avaliação (CPA): prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a CPA está instituída em nível institucional e há subcomissões próprias de avaliação (SPA) em cada câmpus. A CPA tem como objetivo assegurar o processo de avaliação da instituição, nas áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

IV. Comissão de Ética do IFRS: comissão que tem por objetivo atender aos pressupostos do Decreto 6.029 (2007) e Decreto 1171 (1994), bem como a Resolução 10, de 29/setembro/2008, da Comissão de Ética Pública. Essa comissão registra, ouve e determina a instauração de processos de apuração de práticas contrárias ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

V. Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPA): comissão constituída em cada câmpus para, dentre outras atividades, identificar riscos dos processos e ambientes de trabalho, elaborar mapas de riscos e prevenir problemas relativos à saúde e à segurança nas unidades do IFRS.

Por fim, outras comissões podem ser constituídas no IFRS O IFRS, através do conselho superior e conforme suas necessidades específicas, com natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas, de caráter permanente ou provisório, em nível institucional e nos câmpus, através do conselho de câmpus, conforme redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 do Regimento Geral.

9.1.4 Unidade de Auditoria interna

O IFRS aprovou, em 2013, o regimento que apresenta as atribuições da Unidade de Auditoria Interna (UNAI). O Regimento Interno foi aprovado por meio

da Resolução CONSUP nº 055, de 20 de agosto de 2013 e apresenta a seguinte redação em seu artigo primeiro: “A Unidade de Auditoria Interna – UNAI, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor e vinculada ao Conselho Superior, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da união”.

9.1.5 Procuradoria Jurídica

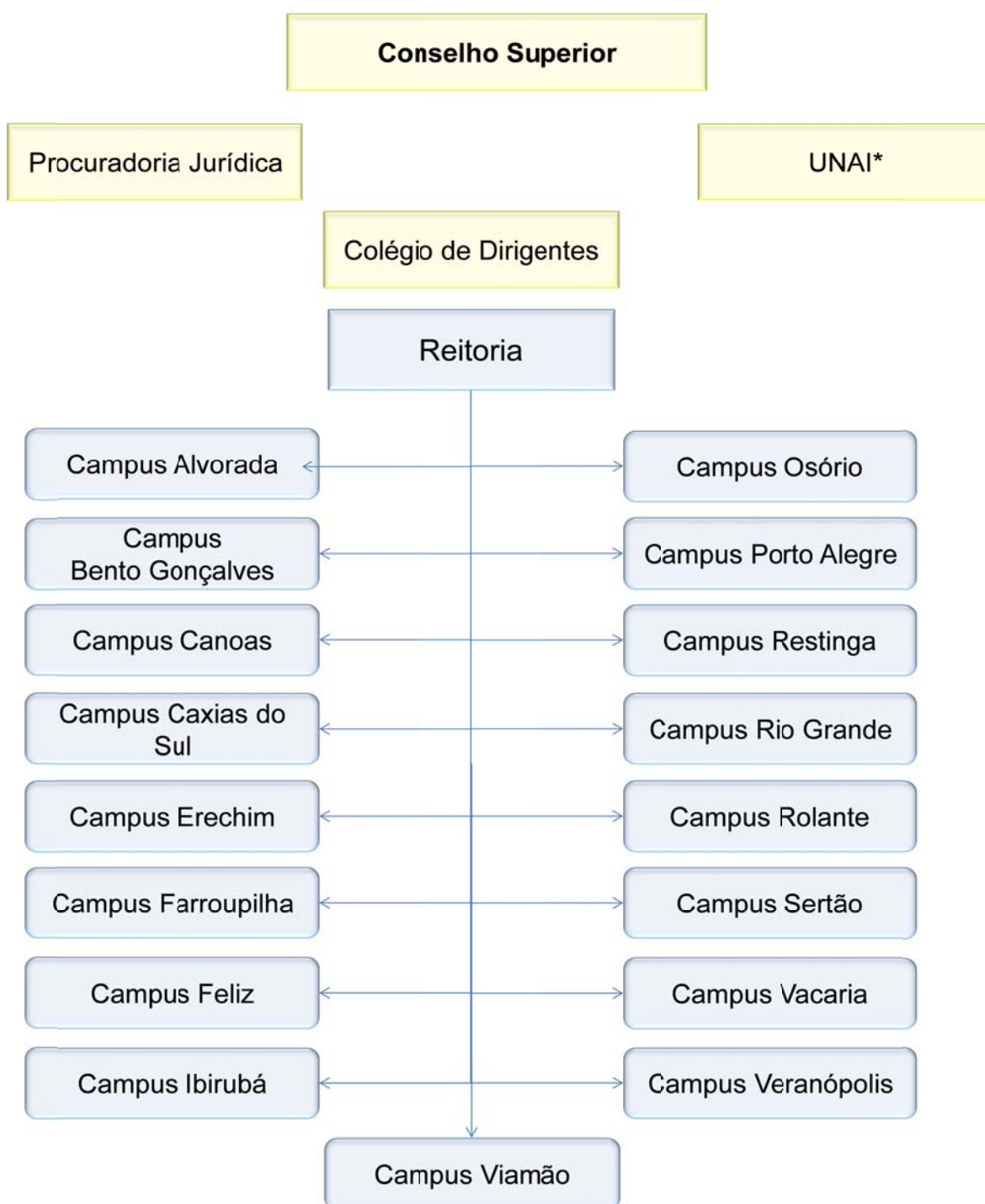
O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com a Procuradoria Jurídica, que, conforme o artigo 27 do Regimento Geral, possui como finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como o zelo pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público.

De acordo com o Regimento Interno da Reitoria, em seu artigo 9º, as principais atribuições da Procuradoria Jurídica são: assistir à Reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem praticados, emitir parecer sobre processos licitatórios, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica, representar judicial e extrajudicialmente o IFRS, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS, examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição.

9.2 ESTRUTURA MULTICÂMPUS

A estrutura multicâmpus, com decisões e deliberações centralizadas ou descentralizadas, depende das competências, natureza das decisões e documentos regulamentares mencionados anteriormente. A formação atual do IFRS, com a sua estrutura de câmpus pode ser representada conforme a figura abaixo.

Figura 6 - Estrutura Multicâmpus



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Obs.: UNAI – Unidade de Auditoria Interna.

9.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional do IFRS, no que compreende o seu organograma, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral. O IFRS, enquanto unidade integradora da Reitoria e do seus câmpus, possui uma estrutura dividida por área de gestão. O regimento geral dispõe sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à reitoria e às pró-reitorias. O Regimento Interno da Reitoria detalha as atividades de cada pró-reitoria. Os Regimentos dos Câmpus estabelecem uma estrutura semelhante às da Reitoria, porém, no seu âmbito. A gestão do IFRS é realizada pelas áreas:

9.3.1 Pró-Reitoria de Administração – PROAD

A PROAD é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A PROAD é formada pelos seguintes departamentos:

- a. Departamento de Administração: tem como objetivo planejar, coordenar, fiscalizar, subsidiar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área administrativa, patrimonial dos câmpus e da reitoria;
- b. Departamento de Orçamento e Finanças: tem como objetivo assessorar, organizar, acompanhar e supervisionar a gestão orçamentária e financeira e o planejamento e execução das propostas orçamentárias dos câmpus e reitoria;
- c. Departamento de Licitações e Contratos: tem como objetivo, acompanhar a legislação, analisar, fiscalizar critérios de contratações e coordenar todos os processos licitatórios do IFRS;
- d. Departamento de Projetos e Obras: tem como objetivo planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas aos projetos, obras e prestação de serviços de engenharia, urbanização e construção.

9.3.2 Pró-Reitoria de Ensino – PROEN

A PROEN é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão no IFRS.

A PROEN é formada pelos seguintes departamentos:

a. Departamento de Ensino Superior: tem como função, dentre outras, a coordenação e supervisão do planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFRS a partir das políticas de ensino superior, envolvendo a oferta educacional do IFRS, aperfeiçoamento da qualidade e a garantia da articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;

b. Departamento de Ensino Médio e Profissional: tem como função a coordenação e supervisão do planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFRS, a partir das políticas de ensino de Educação Profissional, em articulação ou não com a Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos ou outra modalidade educacional, além das atividades visando o aumento da oferta educacional do IFRS, aperfeiçoamento de sua qualidade e garantia da articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;

c. Departamento de Assuntos Estudantis e Projetos Especiais: tem como objetivos principais a implantação, consolidação, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no contexto do IFRS, viabilizando a execução dos programas de assistência estudantil;

d. Departamento de Educação a Distância: tem como objetivos principais a o assessoramento à Pró-Reitoria de Ensino nas questões relativas a cursos ou projetos educativos na modalidade à distância, além de articular, implementar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução dos projetos de Educação a Distância do IFRS;

e. Departamento de Articulação Pedagógica: tem como funções principais a de assessorar a Pró-Reitoria de Ensino nas questões relativas ao processo educativo e pedagógico, interagir com os demais Departamentos da PROEN, com vista ao desenvolvimento das atividades de ensino e acompanhar os processos de elaboração de projetos de criação, implantação, reformulação e/ou extinção de cursos, no âmbito de sua competência.

9.3.3 Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPPI

A PROPPI é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas.

A PROPPI é formada pelos seguintes departamentos:

a. Departamento de Pesquisa: tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à pesquisa, definindo políticas de pesquisa, planejando programas institucionais de iniciação científica e tecnológica e fomentando a produção e publicação científica e tecnológica;

b. Departamento de Pós-Graduação: tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das ações relacionadas à pós-graduação, definindo as políticas de pós-graduação e elaborando o plano institucional de demandas de qualificação em pós-graduação dos servidores do IFRS, juntamente com a área de Gestão de Pessoas;

c. Núcleo de Inovação Tecnológica: tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à inovação tecnológica, propondo e gerenciando as políticas do IFRS quanto à propriedade intelectual e inovação tecnológica e difundindo a cultura da propriedade intelectual, bem como a geração e difusão de novas tecnologias.

9.3.4 Pró-Reitoria de Extensão – PROEX

A PROEX é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Dentre as competências da PROEX, podem ser destacadas: apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; atuar no planejamento estratégico e operacional

do IFRS, com vistas à definição das prioridades na área de extensão dos câmpus; fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, e; promover o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico.

A PROEX é formada pelos seguintes departamentos:

a. Departamento de Extensão: tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das ações de extensão; promover as ações que assegurem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; apoiar e assessorar ações de extensão em todas as suas dimensões, dentre elas: tecnológica, social, cultural, artística e esportiva e prospectar instituições para o estabelecimento de parcerias;

b. Departamento de Comunicação: tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à política de comunicação do IFRS. As principais competências do Departamento são: propiciar a contínua prestação de contas à sociedade através dos meios disponíveis; disponibilizar aos cidadãos informações relativas às oportunidades propiciadas pela instituição; elaborar o Plano Anual de Comunicação do IFRS.

c. Observatório do Mundo do Trabalho: tem como objetivos principais realizar estudos e pesquisas do mundo do trabalho, definir as diretrizes para o seu funcionamento; pesquisar indicadores relativos ao mundo do trabalho; propor e elaborar metodologias de prospecção para a oferta de modalidades/cursos e a adequação de currículos, em articulação com as demais Pró-Reitorias do IFRS, e; realizar pesquisas de egressos dos cursos oferecidos pelo IFRS.

9.3.5 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI

A PRODI é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Câmpus. Dentre as competências da PRODI, destacam-se: atuar na articulação da Reitoria com os câmpus; atuar no

planejamento estratégico do IFRS, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos câmpus; colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os câmpus, quanto aos planos de investimentos do IFRS; propor alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão do IFRS, e; supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do IFRS.

A PRODI é formada pelos seguintes departamentos:

a. Departamento de Gestão do Conhecimento: tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área de gestão, planejamento estratégico, normas, políticas e gestão da informação e do conhecimento. Dentre as suas competências, destacam-se: dirigir, coordenar e orientar os processos de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico e planejar as atividades de obtenção e gerenciamento de dados e informações e na formação de políticas de desenvolvimento institucional;

b. Departamento de Tecnologia da Informação: tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas ao campo de Tecnologia da Informação do IFRS nas áreas de redes, infraestrutura e sistemas, com atuação na Reitoria e nos câmpus. Além disso, atribui-se ao departamento as atividades de planejar e manter, em conjunto com as áreas correlatas, o Plano Departamento de Tecnologia da Informação – PDTI e desenvolver ações de Tecnologia da Informação (TI) em consonância com o PDTI, com as diretrizes, políticas e normas do IFRS.

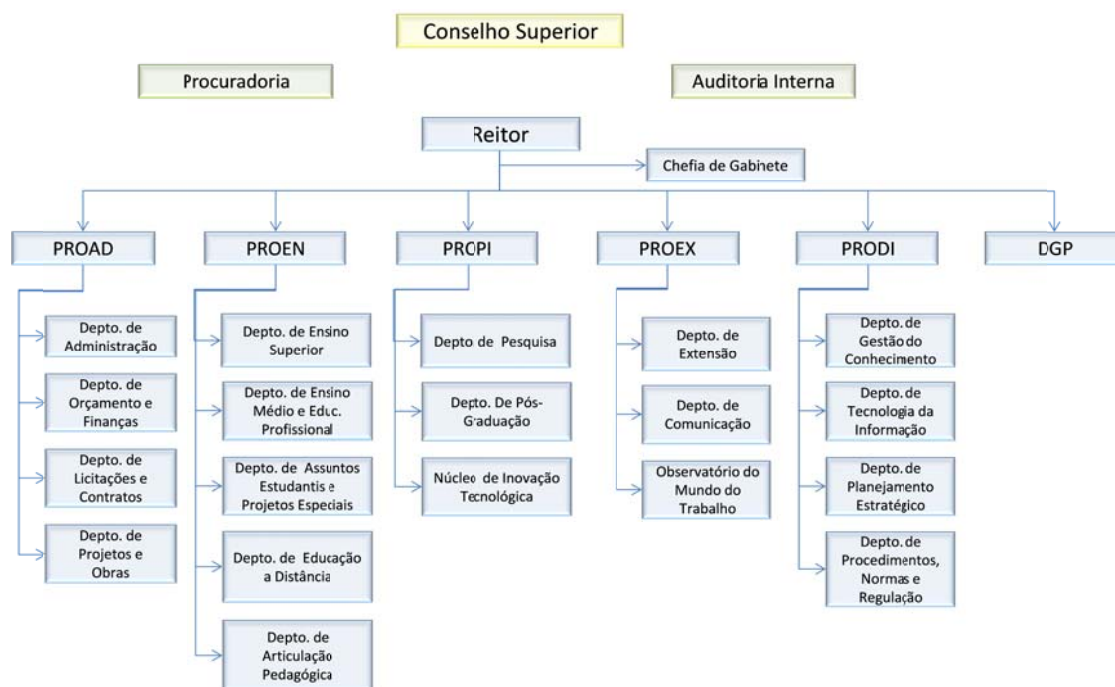
c. Departamento de Planejamento Estratégico: tem como objetivos principais estabelecer e propor a metodologia de Planejamento Estratégico para o IFRS, coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e a elaboração dos Planos de Ação anuais, estabelecer metodologia de acompanhamento para o Planejamento Estratégico e forma de controle para os Planos de Ação, em articulação com o planejamento orçamentário e analisar as necessidades e prioridades de desenvolvimento dos câmpus, com vistas a subsidiar o processo de elaboração do planejamento.

9.3.6 Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

A DGP é o órgão executivo que possui como objetivos planejar, orientar, dirigir, coordenar e organizar processos de trabalho bem como executar toda a política de pessoal do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Dentre as competências da DGP, destacam-se: presidir os processos de provimentos de cargos, bem como gerenciar os de remoção e redistribuição de servidores; supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento; subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas; elaborar e supervisionar a política de gestão de pessoas.

O organograma funcional da Reitoria do IFRS é apresentado na Figura abaixo.

Figura 7 - Organograma Funcional da Reitoria do IFRS.



Fonte: Elaborado com base no Regimento Geral e no Regimento Interno da Reitoria do IFRS.

As questões de interesse multicâmpus (ensino, pesquisa, extensão, registros escolares, TI, EAD, processo seletivo e outros) poderão ser discutidas por grupos organizados denominados no Instituto Federal do Rio Grande do Sul de Comitês. Estes Comitês deverão ter suas ações regulamentadas por estatuto

e/ou regimento próprio, aprovado pelo Conselho Superior. Atualmente, são os comitês ligados à cada área de gestão, com suporte às pró-reitorias:

- Comitê de Administração;
- Comitê de Ensino;
- Comitê de Extensão;
- Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Comitê de Ética em Pesquisa (CEP);
- Comitê de Desenvolvimento Institucional.

9.3.7 Estrutura dos Câmpus

Os Câmpus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral.

Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

A organização geral dos Câmpus compreende:

I. Diretor-Geral do Câmpus

II. Conselho do Câmpus

III. Diretorias

IV. Outros órgãos definidos no Regimento Geral do Instituto ou no Regimento do Câmpus.

O Conselho do Câmpus é integrado:

I. pelo Diretor do Câmpus, como seu presidente, com voto de qualidade, além do voto comum;

II. pela representação discente do Câmpus, eleita por seus pares, de acordo com o Regimento Interno do Câmpus;

III. pela representação docente do Câmpus, eleita por seus pares, de acordo com o Regimento Interno do Câmpus;

IV. pela representação dos servidores técnico-administrativos, eleita por seus pares, de acordo com o Regimento Interno do Câmpus;

Como cada câmpus possui um regimento interno, outros membros poderão integrar o Conselho do Câmpus, bem como a sua estrutura poderá ser diferenciada, dependendo de sua especificidade ou região.

9.4 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS NACIONAIS

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI, através da Coordenadoria de Convênios e Contratos está desenvolvendo um manual técnico para elaboração e execução de Convênio e Contratos entre o IFRS e outras entidades.

O objetivo é centralizar informações e documentos, normatizar ações e orientar os servidores na elaboração e gestão de convênios e contratos. Essa ação possibilitará a padronização e a adequação correta dos processos à legislação vigente.

O quadro a seguir apresenta um levantamento que foi realizado, no ano 2013, referente aos convênios do IFRS. A maior parte dos convênios da instituição se refere a relações com organizações para a oferta de estágios aos estudantes do IFRS. No entanto, há convênios para o a realização de concursos públicos, para a execução do programa governamental PRONATEC e para o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologia, tais como os convênios firmados com organizações empresariais.

Quadro 68: Principais Convênios do IFRS.

Bento Gonçalves	Canoas	Caxias do Sul	Erechim	Farroupilha	Feliz	Ibirubá	Porto Alegre	Restinga	Rio Grande	Sertão
Estágios	Estágios	Estágios	Estágios	Estágios	Estágios	Estágios	Estágios	Estágios	Estágios	Estágios
Pronatec			Pronatec		Pronatec		Pronatec			Pronatec
Cooperação téc-cient* ou pedagógica	Cooperação téc-cient ou pedagógica	Cooperação téc-cient ou pedagógica	Cooperação téc-cient ou pedagógica	Cooperação téc-cient ou pedagógica			Cooperação téc-cient ou pedagógica	FAURGS (processo seletivo)	Cooperação téc-cient ou pedagógica	Cooperação téc-cient ou pedagógica
	REFAP	Aulas práticas	Espaço físico		Espaço físico		Espaço físico		FURG UFRGS	Equoterapia
	Capacitação de servidores municipais						Formação de professores			

Fonte: Coordenadoria de Convênios – IFRS.

Téc-cient*: Convênios para a cooperação técnica e/ou científica.

O Câmpus Osório ainda não possui convênios firmados.

9.5 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Vivemos em uma sociedade globalizada, caracterizada por rápidas transformações tecnológicas e pela evolução dos meios de comunicação. Diante desse cenário, o IFRS precisa formar cidadãos preparados para responder às demandas desse mundo interligado e interdependente.

As relações internacionais adquirem um papel importante no IFRS e a internacionalização da instituição apresenta-se como um desafio a ser superado por meio de várias frentes de ações dentre elas:

- ações para a promoção da cooperação internacional através do estabelecimento de parcerias estratégicas que garantam o intercâmbio de conhecimento e experiências, e propiciem o diálogo cultural e intelectual
- ações para promover a mobilidade internacional
- ações para o aprimoramento das condições de recepção e acomodação de docentes, pesquisadores e estudante estrangeiros
- ações para a sensibilização e inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos do ensino, pesquisa e extensão
- ações para o desenvolvimento de habilidades linguísticas necessárias ao processo de internacionalização
- ações para o fortalecimento e promoção da imagem institucional

As ações devem ser desenvolvidas de maneira planejada, de acordo com uma política de internacionalização sintonizada com os interesses da instituição e os rumos do país.

O processo de internacionalização exige o comprometimento da administração, servidores e estudantes, atuando como força integradora e com resultados imediatos sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. O grande desafio será sensibilizar e promover uma cultura de internacionalização entre toda a comunidade do IFRS com vistas ao fortalecimento da imagem e inserção institucional no cenário mundial.

Enfatizando o caráter universal do conhecimento e objetivando abrigar uma multiplicidade de valores e de opiniões, a cooperação internacional adquire maior relevância através da mobilidade de estudantes, professores, pesquisadores e de gestores. A mobilidade internacional intensifica com muita voracidade os laços transnacionais, estabelecendo conexões e criando redes de saber universal que corroboram com o papel do IFRS em sua tarefa de contribuir para o progresso da ciência, tecnologia e inovação. Da mesma forma, atua como fator de integração e paz entre os povos, na medida em que permite o conhecimento direto e o respeito pela diversidade cultural, promovendo o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos.

A criação e implementação de um programa de incentivo à mobilidade institucional é, sem dúvida, uma das medidas a serem adotadas no IFRS. Mas a mobilidade é apenas uma parte do processo, visto que a internacionalização da instituição deve ser concebida de forma ampliada, porque compreende, além da cooperação técnica, a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da educação e da pesquisa, envolvendo outras ações. Desta forma, destaca-se a internacionalização do currículo com a oferta de disciplinas em língua estrangeiras, a implementação de programas de duplo diploma, a ampliação de estágios internacionais, de projetos de pesquisa e publicações conjuntos, a participação de servidores e estudantes em conferências e seminários internacionais e a implementação de acordos internacionais de pesquisa.

A mobilidade precisa ser uma via de “mão-dupla” e será um grande desafio a preparação do IFRS para o recebimento de estudantes visitantes. Destaca-se a necessidade de criação de uma estrutura de acolhimento e acompanhamento de estudantes visitantes e em mobilidade além da implementação de centros de línguas nos câmpus.

O Centro de Línguas tem como principal função o desenvolvimento das habilidades linguísticas necessárias ao processo de internacionalização. A comunicação em língua estrangeira é essencial para a inserção e permanência do cidadão no mercado de trabalho, sendo uma ferramenta imprescindível à formação pessoal e acadêmica no mundo atual. Os Centros de Línguas do IFRS surgem para preencher uma importante lacuna na qualificação profissional de

servidores, alunos e membros das comunidades nas quais os Câmpus estão inseridos.

Da mesma forma, podem se constituir como um espaço para o desenvolvimento de pesquisas na área de ensino de línguas e para o desenvolvimento de ações voltadas à formação continuada de professores da área.

Servirão também para preparação de servidores e estudantes para os exames internacionais de proficiência em diferentes línguas. A realização desses exames mostra-se necessária, por exemplo, para o ingresso em programas de pós-graduação, assim como para a participação em intercâmbios nos diferentes níveis.

A adesão do IFRS ao E-TEC Idiomas Sem Fronteiras é outra possibilidade de democratizar o acesso a cursos de idiomas gratuitos e de qualidade reconhecida. O Programa ofertará a estudantes e servidores da Rede Federal de Educação Profissional cursos de Inglês, Espanhol e, também, de Português para Estrangeiros, na modalidade à distância.

A mobilidade internacional de estudantes, professores, pesquisadores e cientistas brasileiros e centros internacionais inicia-se a partir do protocolo de intenções, de acordos e convênios firmados entre instituições de ensino ou agências de fomento tais como a Capes e CNPq. Formular e aprimorar procedimentos e fluxos operacionais dessa documentação, bem como aperfeiçoar o planejamento, execução, comunicação, divulgação e monitoramento das ações é uma das metas a ser alcançada.

No ano de 2013, foram construídos vários documentos normativos das ações internacionais, dentre elas, as seguintes Instruções Normativas:

- IN PROEX, PROPPI, PROEN/IFRS nº 01/2013, que regulamenta os procedimentos para a mobilidade estudantil, nacional e internacional, de estudantes;
- IN PROEN/IFRS nº 07/2013, que normatiza o aproveitamento de estudos realizados nos programas de Mobilidade Estudantil;
- IN PROEN/IFRS nº 06/2013, que regulamenta a condição de matrícula dos estudantes participantes de programas de Mobilidade Estudantil;

- IN PROEN/IFRS nº 04/2013, que regulamenta o ingresso de estudantes visitantes que realizam atividades acadêmicas no IFRS;
- IN PROEX/IFRS nº 12/2013 - regulamenta o Programa de Apoio à Apresentação de Trabalhos de Extensão em Eventos, no país e no exterior, por SERVIDORES do IFRS, vinculados às ações de extensão do Instituto;
- IN PROEX/IFRS nº 02/2013, que regulamenta o Programa de Apoio à Apresentação de Trabalhos de Extensão em Eventos, no país e no exterior, por ESTUDANTES do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.
- IN PROPPI nº 08/2013, que regulamenta o Programa de Apoio à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos e de Inovação, no país e no exterior, por SERVIDORES do IFRS, vinculados a grupos de Pesquisa do Instituto.
- IN PROPPI/IFRS Nº 01/2014, que regulamenta o Programa de Apoio à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos e de Inovação, no país e no exterior, por ESTUDANTES do IFRS, vinculados a Grupos de Pesquisa e a projetos de pesquisa em vigência ou encerrados no IFRS.

O IFRS tem buscado firmar parcerias com instituições de ensino internacionais através da identificação de ações conjuntas que aproximem as suas comunidades. Prioriza-se o desenvolvimento de acordos internacionais com instituições de diferentes países, em todos os continentes do mundo. Para estreitar laços e prospectar parcerias estratégicas para ampliação do horizonte acadêmico e produção do conhecimento, além do incentivo à participação de membros do IFRS em eventos que reúnam a comunidade acadêmica internacional é importante que se planejem missões institucionais e visitas técnicas a instituições no exterior.

Atualmente o IFRS conta com 14 (quatorze) acordos de cooperação, firmados com países como Canadá, Itália, Portugal, Argentina e Espanha. Dentre as ações dessas parcerias, destacam-se 2 (dois) convênios de duplo-diploma,

sendo um para o Curso de Tecnologia em Viticultura e Enologia e o outro para as Licenciaturas de Matemática e de Física.

Por meio do convênio de duplo diploma entre o IFRS e a Universidade de Aveiro, em Portugal, e com auxílio do financiamento do Programa de Licenciaturas Internacionais, da Capes, o IFRS encaminhou 07 (sete) estudantes de graduação para um período de 24 meses de estudo em Portugal.

Através da parceria com a Universidade de Udine, o IFRS recebeu um estudante visitante italiano do Curso de Tecnologia em Viticultura e Enologia por um período de 12 meses e está encaminhando 5 estagiários para realização de 400h de estágio na Itália no 2º semestre letivo de 2014.

Anualmente o IFRS recebe um grupo de estudantes e professores oriundos da parceria com o Cegep de Sherbrooke, Canadá, para o desenvolvimento de um projeto conjunto de pesquisa na área do meio ambiente.

O IFRS também aderiu e incentiva a participação de estudantes e servidores no Programa Ciência sem Fronteiras, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. No período de 2012 a 2014, 48 (quarenta e oito) estudantes foram encaminhados pelo programa de bolsa SWG, graduação sanduíche no exterior, em países como Austrália, Canadá, Chile, Estados Unidos, Noruega, França, Itália, Espanha, Irlanda e Portugal.

10. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância, no IFRS, é ofertada a partir das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 111, de 20 de dezembro de 2011, do Conselho Superior do IFRS (CONSUP, 2011). Essa resolução determina diretrizes para a oferta de Cursos na Modalidade de Educação a Distância no IFRS. A estrutura da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) conta com uma área que trabalha no estabelecimento de diretrizes para a EAD no âmbito institucional. O IFRS apresenta-se, da mesma forma, como uma instituição em busca do credenciamento na UAB – Universidade Aberta do Brasil para a oferta de cursos superiores, através da EAD.

10.1 PLANO DE OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

O IFRS conta com câmpus que ofertam cursos de educação a distância (EAD) há alguns anos. Esses cursos possuem a mesma excelência e qualidade dos demais cursos ofertados na Instituição. A Instituição planeja ampliar a oferta quando as estruturas dos câmpus estiverem dotadas de equipamento e tecnologia para a sua ampliação.

Dessa forma, a seguir são apresentados quadros com o planejamento dos cursos de EAD a serem abertos pelos câmpus do IFRS nos próximos anos.

10.1.1 Plano de Ampliação da Oferta EAD – Cursos Técnicos

Quadro 69: Planejamento Ampliação da Oferta de Cursos Técnicos.

Câmpus/Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Câmpus Bento Gonçalves						
Formação de Educadores em EAD Externo ao IFRS	0	0	30	30	30	90
Formação de Educadores em EAD Interno ao IFRS	0	30	30	30	30	120
Técnico em Mídias Didáticas	0	0	0	50	50	100
Câmpus Caxias do Sul						
Técnico em Gestão de Negócios	0	0	30	30	30	90
Técnico em Informática	0	0	30	30	30	90
Câmpus Ibirubá						
Informação e Comunicação	0	240	240	240	240	960
Controle e Processos Industriais	0	0	240	240	240	720

Câmpus Osório						
Guia de Turismo	150	150	150	150	150	600
Câmpus Porto Alegre						
Técnico em Seg. Trabalho	0	0	0	0	300	300
Câmpus Rio Grande						
Informática para Internet	200	200	200	200	200	1000

Fonte: Dados de planejamento dos Câmpus Julho/2014.

10.1.2 Plano de Ampliação da Oferta EAD – Cursos Superiores

Quadro 70: Planejamento de Cursos Superiores.

Câmpus/Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Câmpus Caxias do Sul						
Graduação em Letras/Libras	0	0	30	30	30	90
Câmpus Feliz						
Licenciatura em Pedagogia	0	0	0	64	64	128
Câmpus Ibirubá						
Licenciatura em Matemática	0	0	320	320	320	960
Licenciatura em Física	0	0	30	30	30	90
Câmpus Porto Alegre						
Tecnólogo em Gestão Pública	0	0	300	300	300	900
Tecnólogo em Negócios Imobiliários	0	0	0	300	300	600
Câmpus Rio Grande						
Licenciatura em Matemática	0	150	150	150	150	600
Total Geral	0	150	830	1194	1194	3368

Fonte: Dados de planejamento dos Câmpus Julho/2014.

10.1.3 Plano de Ampliação da Oferta EAD – Pós-Graduações

Quadro 71: Planejamento de Cursos de Pós-Graduação.

Câmpus/Curso	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
Câmpus Caxias do Sul						
Formação de Professores para a Educação Profissional	0	0	30	30	30	90
Câmpus Porto Alegre						
Especialização em Gestão Ambiental	0	0	100	0	0	0
Formação de Professores para a Educação Profissional	0	0	0	120	120	240
Câmpus Rio Grande						
Especialização Mídias na Educação	0	125	125	125	125	500
Câmpus Sertão						
Especialização em Formação Pedagógica de	0	30	30	30	30	120

Docentes para a Educação Básica Profissional						
Total Geral	0	155	335	645	795	1930

Fonte: Dados de planejamento dos Câmpus Julho/2014.

11. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A Matriz Orçamentária é a ferramenta que visa à distribuição justa de recursos orçamentários para a Lei Orçamentária Anual - LOA, destinados a atender os orçamentos de custeio e de capital das Instituições pertencentes a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Abaixo, descreve-se a metodologia utilizada pela Comissão de Orçamento do Fórum de Pró Reitores de Administração e Planejamento, ligado ao CONIF, para elaboração da matriz orçamentária de 2014.

A matriz de 2014 foi elaborada compreende três momentos distintos:

1º) Definição dos critérios para distribuição dos recursos;

2º) Coleta de dados, cujas fonte utilizadas são o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, mediante a exportação de dados especificamente para uso na matriz e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, que fornece informações da classificação dos câmpus.

3º) Elaboração das fórmulas e cálculos dos valores a serem distribuídos, utilizando-se de uma planilha de excel.

11.1 MATRIZ GERAL

A Matriz Geral é dividida em 03 grupos:

1º) Pré-expansão: Escolas existentes antes do final do ano de 2006 + Fase I, ou seja, aquelas escolas com mais de 5 (cinco) anos de funcionamento.

2º) Expansão: Escolas com menos de 5 anos de atividades (Fases: I – II – II ½ - III), de acordo com informações obtidas junto a SETEC sendo classificadas em: Expansão; Expansão Agrícola; Expansão Capital.

3º) Reitoria

Existem ainda os blocos complementares, quais sejam Ensino à Distância – EaD; Assistência Estudantil – A.E e Pesquisa Aplicada: Pesquisa e

Extensão e os anexos da matriz, onde são definidos os pesos dos cursos e se o mesmo é ou não de agropecuária.

Após todos os cálculos de equalização (carga horária e dias de curso), ponderação (peso do curso: classificado e aprovado pelo CONIF de acordo com catálogos publicados pelo MEC (anexos), sendo baixo = 1,0; médio = 1,75 e alto = 2,50) e bonificação (acresce 50% nas matrículas de cursos da área de agropecuária), teremos as matrículas totais.

A matriz geral considera essencialmente as matrículas de cursos técnicos, FIC, superiores, pós-graduação e ensino à distância. Não são consideradas matrículas de programas específicos ou de cursos pagos.

11.1.1 Matriz Geral - Pré-expansão

O montante de recursos para a matriz geral da pré-expansão é definido com base no montante do ano anterior + atualização + crescimento, conforme demonstrado abaixo e possui garantia mínima, ou seja, nenhum Câmpus Pré-Expansão deve receber menos que R\$ 2.821.155,00 (valor 2013 + IPCA) e que o complemento máximo é de R\$ 2.216.044,00.

- 2012 = R\$ 808.068.725,00;
- 2013 = R\$ 999.039.000,00;
- 2014 = R\$ 1.200.067.354,00 (R\$ 61.217.417,00*);
- Atualização – 6,67% (IPCA – SETEC);
- Crescimento do orçamento – 13,19% ou 13,99%*;
- Crescimento de matrículas – 12,48%;

11.1.2 Matriz Geral - Expansão

O montante de recursos para a matriz geral da expansão é definido pelo piso concedido mais um complemento por matrículas totais, conforme abaixo:

- Piso padrão – R\$ 1.778.682,00
- Piso para unidade na Capital – R\$ 3.557.363,00
- Piso para unidade Agrícola – R\$ 2.015.839,00
- Atualização IPCA 6,67%
- Complemento por Matrícula Total – R\$ 557,00 (aumento de 24,88%)
- Poder aquisitivo 18,21% (impacto variável)
- Crescimento Número de matrículas – 44,93%*

11.1.3 Matriz Geral - Reitoria

O montante de recursos para a matriz geral da Reitoria é definido pelo piso + complemento por câmpus que para 2014 foi:

- Piso = R\$ 3.222.554,00
- Complemento por Câmpus = R\$ 128.902,00
- Atualização de 6,67%
- Aumento real de 15%

11.1.4 Matriz Geral – EAD

O montante de recursos foi definido isolando-se o montante de 2012 destinado à EaD do montante total da Matriz, sendo que 70% do total do recurso foi distribuído pelo número de matrículas totais e os 30% do restante foi distribuído do forma linear por Instituto.

- 2012 = R\$ 15.751.064,00
- 2013 = R\$ 16.551.218,00
- 2014 = R\$ 19.667.375,00
- Crescimento Orçamento – 18,83%

- Crescimento matrículas – 30,0%
- Perda percapta de 14,31% + IPCA

11.1.5 Matriz Geral – Assistência Estudantil

O montante de recursos destinados à assistência estudantil, levou em consideração as modalidades dos cursos presencial e a distância – EaD; a quantidade média de alunos em regime de internato pleno e o índice de desenvolvimento humano do município do Câmpus.

11.1.6 Matriz Geral – Pesquisa Aplicada

O montante de recursos foi distribuído linearmente, sendo 50% por Instituto, visando proteger os IFs menores e 50% por Câmpus, visando proteger os IFs maiores.

Abaixo o demonstrativo dos valores destinados à pesquisa aplicada nos anos de 2013 e 2014

- Pesquisa 2013 = R\$ 21.016.000,00
- Extensão 2013 = R\$ 21.016.000,00
- Pesquisa 2014 = R\$ 23.026.178,00
- Extensão 2014 = R\$ 23.026.178,00

11.2 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 72: Previsão Orçamentária para os anos 2014 a 2018.

DESPESAS CORRENTES					
Grupos de Despesa	2018	2017	2016	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	320.185.877,47	278.422.502,15	242.106.523,60	210.527.411,83	171.845.083,53
<i>11. Vencimentos e vantagens pessoal civil</i>	222.144.961,79	193.169.531,99	167.973.506,08	146.063.918,33	119.226.118,95
<i>13. Obrigações Patronais</i>	46.106.766,36	40.092.840,31	34.863.339,40	30.315.947,30	24.745.692,03
<i>01. Aposentados, Resv, Ref. Mil</i>	31.602.346,11	27.480.300,96	23.895.913,88	20.779.055,55	16.961.109,74
<i>Demais elementos do grupo</i>	20.331.803,22	17.679.828,89	15.373.764,25	13.368.490,65	10.912.162,80
2. Outras Despesas Correntes	163.747.520,85	127.281.399,81	98.936.183,29	76.903.368,28	59.777.200,37
<i>39. Outros Serv. Terc. PJ</i>	70.820.802,77	55.049.205,42	42.789.899,27	33.260.706,78	25.853.639,16
<i>46. Auxílio-Alimentação</i>	21.254.428,21	16.521.125,69	12.841.916,59	9.982.057,20	7.759.080,61
<i>30. Material de Consumo</i>	20.091.820,81	15.617.427,76	12.139.469,69	9.436.043,29	7.334.662,49
<i>Demais elementos do grupo</i>	51.580.469,07	40.093.640,94	31.164.897,74	24.224.561,01	18.829.818,12
DESPESAS DE CAPITAL					
Grupos de Despesa					
3. Investimentos	52.085.486,05	47.268.795,76	42.897.536,76	38.930.517,07	35.330.354,00
ORÇAMENTO TOTAL	536.018.884,36	452.972.697,71	383.940.243,66	326.361.297,18	266.952.637,90

Fonte: Elaborado pela PROAD - 2014.

11.2.1 Metodologia Utilizada

No quadro acima, o IFRS realizou a projeção econômico-financeira durante a vigência do PDI – anos 2014 a 2018, que demonstra a capacidade e sustentabilidade orçamentária e financeira do Instituto durante o período.

Para realizarmos essa projeção, foi utilizado o histórico da variação percentual do orçamento empenhado a partir do ano de 2010, quando o IFRS entrou em funcionamento efetivo.

Na projeção das despesas com pessoal e outras despesas correntes, foi desprezada a variação percentual entre os anos de 2010-2011 por trata-se de um ano atípico, quando vários Câmpus entraram em funcionamento ocasionando um percentual muito elevado.

Projetou-se um crescimento de 22,51% para os anos 2014 e 2015 com as despesas de pessoal tendo em vista os concursos que se iniciaram neste ano, cujas contratações poderão ocorrer em 2014 e 2015. Já para os anos 2016 a 2018, espera-se que haja um acréscimo de apenas 15%, ou seja, apenas o crescimento vegetativo da folha, eis que o número de servidores do IFRS já deve estar estabilizado.

Para as despesas correntes, foi projetado um crescimento de 28,65% constante para todos os anos de vigência do PDI.

Tendo em vista que ainda estamos em processo de expansão, os valores previstos para investimentos foram projetados considerando a média da variação percentual entre os anos 2010 a 2013, sem excluir os complementos orçamentários da SETEC para expansão e reestruturação, eis que estamos iniciando em 2014 a implantação de 04 (quatro) novos câmpus, quais sejam Rolante, Vacaria, Alvorada e Viamão.

11.3 Estratégias de Gestão Econômico-financeira

A avaliação das oportunidades de melhoria identificadas permitiu a formulação das seguintes estratégias para o período:

- Mapeamento do processo de programação da despesa (custeio e investimento) visando o aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira do IFRS;
- Gerenciar as restrições e liberações do orçamento que afetem a execução das atividades;
- Aprimorar o gerenciamento financeiro mediante acompanhamento dos prazos de pagamentos das despesas apropriadas, levando em consideração as liberações efetuadas pelo Órgão Superior.

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS foi elaborado por meio de um amplo e intenso processo de discussão entre a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e as Subcomissões Próprias de Avaliação (SPAs), responsáveis pelo processo de avaliativo nos câmpus, a partir dos princípios constitucionais da gestão pública e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de contribuir para a consolidação da proposta institucional definida no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Pedagógico Institucional e no Regimento do IFRS.

É importante ressaltar que, mesmo tendo como eixo orientador as dimensões e princípios do SINAES, e acreditando como Sobrinho (2003) que a avaliação institucional deve instaurar a reflexão e o questionamento, levando à produção de sentidos, o PAIFRS busca o alinhamento à proposta verticalizada dos Institutos Federais. Para tanto, o IFRS opta por utilizar as mesmas dimensões do SINAES para avaliar todos os níveis de ensino (ensino técnico de nível médio, graduação e pós-graduação).

O IFRS, coerente com sua dimensão pública de educação, assume a proposta de avaliação institucional comprometida com a transformação escolar e acadêmica em uma perspectiva formativa e emancipatória. Nessa perspectiva, busca alinhar seu Programa de Autoavaliação Institucional - PAIFRS aos princípios do SINAES: globalidade e integração; processo pedagógico e formativo; ênfase qualitativa; flexibilidade; credibilidade e legitimidade; institucionalidade e continuidade (SOBRINHO, 2003).

Considerando a recente criação do IFRS, o PAIFRS assume o desafio do fomento e da consolidação de uma cultura avaliativa que se orienta pelas diretrizes do Estado como condição de regulação da educação brasileira, mas, ao mesmo tempo, busque aprofundar a reflexão colegiada e a meta-avaliação como forma de contribuir para a consolidação da qualidade escolar e acadêmica comprometida com o mundo do trabalho e com a pertinência social.

A Lei 10.861/04, no seu artigo primeiro, define como finalidades do SINAES, a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Três grandes pilares constituem a organização da proposta avaliativa do SINAES: a Avaliação Institucional composta pelas autoavaliação e avaliação externa - a Avaliação da Graduação e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes da Educação Superior (ENADE). Desta forma, o PAIFRS foi construído de forma a articular os resultados da autoavaliação com os resultados da avaliação externa.

Considerando a concepção de educação como bem público, Sobrinho (2005) afirma que a avaliação deve estar voltada à melhoria da formação da consciência crítica, do fortalecimento dos sujeitos históricos e da identidade nacional e da produção de conhecimentos que interessam à população em geral. Nesse sentido, pretende-se que o PAIFRS contribua para a consolidação do princípio da responsabilidade social da educação profissional de nível médio e superior, tendo como premissa básica o questionamento sobre a consecução das políticas institucionais e a produção de sentidos sobre os dados relativos aos processos e instrumentos de auto avaliação. Assim, assume-se o compromisso com a concepção de avaliação emancipatória, cujos processos de auto avaliação e meta avaliação devem constituir-se como possibilitadores da consolidação de boas práticas, assim como da transformação do que estiver em desacordo com os propósitos do IFRS no que tange à qualidade do papel social desempenhado.

No contexto do PAIFRS, o conceito de qualidade é assumido como associado à pertinência da educação profissional de nível médio e superior, uma vez que qualidade não é um atributo abstrato relativo a propriedades de um objeto comparado a outros. Conforme Leite, “a qualidade é um juízo valorativo que se constrói socialmente e, em conseqüência, implica escolha de um sistema valorativo em um determinado espaço social” (2000, p. 24). Como instituição

pública, o IFRS deve dimensionar-se do ponto de vista social, levando em consideração, especialmente, sua pertinência em relação ao conjunto de sistemas educativo, sociocultural, político e com o Estado.

A vinculação entre qualidade e pertinência é um dos pressupostos fundamentais na abordagem do tema, cujo instrumento de aferição para ambas as dimensões deve ser a avaliação institucional baseada num tríplice objetivo: melhorar a qualidade da educação, melhorar a gestão universitária e prestar contas à sociedade. (LEITE, 2000, p. 24-25).

Assim, o PAIFRS instituiu-se assumindo o compromisso de contribuir para a consolidação da qualidade da educação profissional em todos os níveis ofertados pelo IFRS, de forma ética e com competência formal, através de uma perspectiva formativa e emancipatória de avaliação.

12.1 OBJETIVOS DO PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, com base no SINAES, define os seguintes objetivos para o Programa de Avaliação Institucional:

- Objetivo Geral:

Implementar e consolidar o Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS em consonância com o SINAES, de forma a contribuir para a reflexão permanente das atividades indissociadas de gestão, ensino, pesquisa e extensão, bem como para a consequente tomada de decisões a melhoria dos processos e a consolidação dos princípios instituídos nos seus documentos.

- Objetivos Específicos:

- Contribuir para a consolidação da indissociabilidade das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão com base no princípio da verticalização inerente aos Institutos Federais;

- Promover um espaço avaliativo através de espaços democráticos nos diversos câmpus e do IFRS em geral;

- Consolidar os espaços de discussão com a comunidade escolar e acadêmica, qualificando a produção de sentidos de forma a contribuir para a qualidade da educação pública no IFRS;

- Disseminar a cultura da auto avaliação na Instituição;

- Consolidar os processos de publicização dos dados da autoavaliação;

- Construir e intensificar os processos de sensibilização com vistas à ampla participação da comunidade escolar e acadêmica nos processos de avaliação online, bem como nos espaços de discussão dos resultados da avaliação;

- Promover a sensibilização e a compreensão do significado do desenvolvimento de avaliação participativa na Instituição;

- Consolidar a cultura de participação da comunidade externa no processo de autoavaliação do IFRS;

- Utilizar os dados da avaliação externa, avaliação de cursos e ENADE para a qualificação do processo de autoavaliação institucional e da metaavaliação.

12.2 O PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFRS – PAIFRS E O SINAES

O PAIFRS foi construído de forma a ter estreita relação com as 10 Dimensões definidas pelo SINAES. Para tanto, o roteiro do Relatório de Autoavaliação (anexo 1) apresenta uma estrutura que permite à CPA e às SPA registrarem, de forma reflexiva, os processos efetivos que ocorreram anualmente em relação a cada uma das referidas dimensões: a coleta de dados junto aos gestores do IFRS (Reitoria, Direções de câmpus e Coordenadores de cursos), instrumentos *online*, bem como instrumento de avaliação pela comunidade externa (instrumento *off line*).

Os resultados da autoavaliação, a cada ano, geram um relatório geral do IFRS e relatórios específicos de cada câmpus. Os resultados expressos nesses relatórios são discutidos com os responsáveis pela gestão do IFRS, servindo de base para o planejamento institucional para o ano subsequente, além de serem discutidos com toda a comunidade escolar e acadêmica. Sendo assim, além de

produzir significados, a autoavaliação contribui efetivamente para o planejamento de gestão, contemplando os seguintes indicadores:

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. A Política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A Responsabilidade Social da Instituição, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, considera especialmente, à sua contribuição em relação à inclusão social, à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A Comunicação com a sociedade;
5. As Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo-técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia de autoavaliação institucional;
9. Políticas de Atendimento a estudantes e egressos;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

12.3 INSTRUMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Os instrumentos de autoavaliação que constituem o PAIFRS são disponibilizados no formato *online* para a comunidade interna, em programa desenvolvido pelo Departamento de TI da Instituição. Para a comunidade externa,

o instrumento é disponibilizado no formato *off line* e enviado via correio eletrônico para as famílias do alunos, bem como para instituições públicas e privadas parceiras ou mesmo em formato físico quando necessário.

12.3.1 Autoavaliação Institucional – Comunidade Interna

O instrumento de autoavaliação institucional foi implementado em 2010 através de instrumento online e conta com a participação de todos os segmentos da comunidade interna do IFRS. O instrumento envolve a avaliação das seguintes dimensões: PDI e Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão; Comunicação com a Sociedade; Organização e gestão do IFRS; e, Infraestrutura e serviços.

12.3.2 Autoavaliação do Curso

O processo de autoavaliação dos cursos foi implementado em 2011 através de instrumento online. Inicialmente contou com a participação apenas dos alunos. Em 2012, o cronograma de implantação do PAIFRS prevê a participação, também, de docentes e técnicos para responder ao instrumento. O objetivo que se a CPA e SPA possa coletar dados relativos ao olhar de toda a comunidade escolar e acadêmica envolvida com os cursos.

12.3.3 Autoavaliação Discente

O instrumento de autoavaliação discente foi implementado em 2011 através de instrumento *online* e prevê a participação do estudante de forma a avaliar sua percepção em relação aos indicadores alinhados ao PPI que representam o perfil do egresso do IFRS.

12.3.4 Avaliação pela Comunidade Externa

A avaliação pela comunidade externa é realizada desde 2010 pelas instituições públicas e privadas que são parceiras do IFRS, bem como pelas famílias dos estudantes.

O instrumento visa verificar a percepção desses em relação aos cursos e projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo IFRS, assim como a comunicação com a sociedade e a contribuição específica de cada câmpus e da Instituição em geral para o desenvolvimento regional.

12.3.5 Avaliação Docente

O instrumento de autoavaliação docente tem previsão de implementação no segundo semestre de 2012 através de instrumento *online* e será reenchido pelos alunos. As questões desse instrumento buscam avaliar a ação docente no que se refere à implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão previstas no Projeto Pedagógico Institucional.

12.3.6 Avaliação de Egressos

A avaliação de egressos tem previsão de implantação no segundo semestre de 2012 em formato *online*, com ícone específico para acesso desse público. O objetivo desse instrumento consiste em possibilitar a avaliação da inserção dos egressos do IFRS no mercado de trabalho, o impacto ao desenvolvimento regional, bem como monitorar sua necessidade de formação continuada, orientando o planejamento de eventos e cursos de extensão, além de monitorar as necessidades de reformulação dos currículos dos cursos técnicos e de graduação.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul é um documento que resultou de um processo de planejamento, levantamento de dados e estabelecimento de diretrizes que partiu da discussão das comunidades dos câmpus e da Reitoria. Os objetivos, planos de expansão e as políticas existentes nele apresentadas sintetizam o desejo de tornar o IFRS uma referência em educação, ciência e tecnologia, reestruturando o ensino profissional através de um plano ousado. O estabelecimento de uma organização didática, em curso, e a efetivação das metas aqui apresentadas pelas áreas de gestão, em conjunto com a participação dos câmpus nas ações institucionais permitirão o crescimento planejado, sustentado e diferenciado do IFRS.

Em função da dinamicidade que o fazer pedagógico e o mundo do trabalho impõem, o PDI não se constitui uma ação acabada. Há a necessidade de que se rediscuta o planejamento, avaliando-se as ações que decorrem dele. Assim, são previstas revisões anuais dos objetivos e metas apresentados neste documento, bem como a discussão de novos elementos que possam tornar a Instituição ainda melhor.

A justificativa para que se retome a discussão do PDI do IFRS está fundamentada na necessidade de que o documento, obrigatoriamente deva estar em sintonia com Plano de Metas dos institutos e o Estatuto do IFRS. A definição de um PDI de qualidade é fundamental para que se tenha segurança no atendimento das demandas e necessidades da sociedade. Da mesma forma, o Plano de Ação, no curto prazo, deve traduzir metas e objetivos em ações e projetos, específicos, obedecidos a vocação regional e as particularidades de cada câmpus da Instituição.

Dessa forma, ratifica-se a necessidade da revisão do texto, revisão e redefinição de metas e ações no PDI do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, nos anos 2015, 2016, 2017 e 2018.

Bento Gonçalves, dezembro de 2014.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARBIER, Jean. M. Elaboração de projectos de ação e planificação. Porto: Porto Editora, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB no 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 30.08.2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior. Comissão Especial de Avaliação. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2004. BRASIL. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições. Brasília. MEC – INEP - CONAES, 2004. BRASIL. Portaria 2051 de 09 de julho de 2004. Regulamento os procedimentos de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído na Lei 10861 de 14 de abril de 2004. Brasília. MEC, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução 01 de 11 de janeiro de 2005. Estabelece prazos e calendário para avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília. CONAES, 2005.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02.06.2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. Concepções e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Ministério da Educação, Junho, 2008. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20106281024781conc_diret_rev.pdf. Acesso em: 02.06.2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 02.06.2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Um novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica - Concepções e Diretrizes. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso: 02.06.2011.

BRASIL, Casa Civil. Constituição Federal Brasileira. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 02.06.2011.

BRASIL. Lei no 10.048 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que se especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098. Acesso: 30.08.2011.

BRASIL. Lei no 10.098, de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da possibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098. Acesso: 30.08.2011.

BRASIL. Lei no 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9394/96, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede Federal de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acesso: 30.08.2011.

BRASIL. Lei no 10.861, de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Acesso em 30.08.11.

BRASIL. Decreto no 5296, de dezembro de 2004. Regulamenta as leis no 10.048/2000 e 10.098/2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2004-2006/2004/_decreto/d5296.htm. Acesso em: 30.08.11.

BRASIL. Decreto no 5622, de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em 30.08.2011.

BRASIL. Decreto no 5840, de julho de 2006. Institui O PROEJA. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/Decreto/D5840.htm Acesso em: 30.08.2011.

BRASIL. Lei no 11645, de março de 2008. Altera lei 9394/96, modificada pela lei 10639/2003 que estabelece diretrizes para inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei11645.htm. Acesso em: 30.08.2011.

BRASIL. Lei 11892, de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2008/lei11892.htm. Acesso em 02.06.2011.

CATTANI, A. D. (Org.); HOLZMANN, L. (Org). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

Clavatta, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Resolução nº 111, 20/12/2011. Aprova as diretrizes para a oferta de Cursos na Modalidade de Educação à Distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em:

<http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=111&sub=943>. Acesso em: 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Resolução nº. 44 de 27 de maio de 2014. Disponível em: <
<http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=111>>. Acesso em: 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Regimento Geral do IFRS: aprovado pelo CONSUP, conforme resolução nº. 064 de 23 de junho de 2010. 2010. Disponível em:
http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20107241783262regimento_geral_do_ifrs_05-08-2010.pdf . Acesso em: 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS. Resolução nº. 065, de 23 de junho de 2010. 2010a. Disponível em:
http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento_interno_consul_04-08-2010.pdf. Acesso em: 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS: aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009. Referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010. 2009. Disponível em:
http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento_cd_final.pdf. Acesso em: 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFRS: aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 055, de 20/08/2013. Disponível em:
http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554resolucao_055_-_aprova_criacao_e_regimento_unai.pdf. Acesso em: 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Resolução nº 020, de 17 de abril de 2012. Aprova o Regimento Interno da Reitoria do IFRS. Disponível em: <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=111&sub=1757>. Acesso em 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Regimento da Comissão Permanente de Pessoal Docente do IFRS, aprovado pela Resolução nº 115, de 18 de dezembro de 2012. (2012) Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201301775350552resolucao_115.pdf. Acesso em 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Regimento Interno da CIS, aprovado pela Resolução nº 059, de 28 de agosto de 2012. 2012a. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291973118746anexo_da_resolucao_059_-_regimento_cis-2.pdf. Acesso em 10.07.2014.

CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Regimento da CPA do IFRS. 2010b. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011612173349515regimento_cpa.pdf. Acesso em 10.07.2014.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FERNADES, Claudia de Oliveira. Currículo e Avaliação, in: Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental 2006, p. 38. também disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/155518Indagacoes.pdf> - acesso 16-06-2011.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. Currículo e Avaliação. In: BEAUCHAMP, Janete. PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do(Orgs.). Indagações sobre currículo: Currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

- FONSECA, V. Tendências futuras da educação inclusiva. In STOBÄUS, C. D e MOSQUERA, J.J.M (orgs). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.
- FRIGOTTO, Gaudencio (org.); CIAVATTA, Maria (org.); RAMOS, Marise (Org.). Novas e Antigas Faces do Trabalho e da Educação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudencio (org.); CIAVATTA, Maria (org.); RAMOS, Marise (Org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradição. São Paulo: Cortez, 2005.
- GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1984.
- KUENZER, A. Z. Dilemas da formação de professores para o Ensino Médio no século XXI. AZEVEDO, J. C., REIS, J. T. O Ensino médio e os desafios da experiência: movimentos da prática. São Paulo : Fundação Santillana: Moderna, 2014.
- LEITE, Denise. et al. Avaliação e compromisso: Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2000.
- LUCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAKARENKO, Anton S. Problemas da educação escolar. Moscou: Progresso, 1996.

- MARTINS, Ligia Márcia. Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. São Paulo: Unesp. Disponível em <http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%20%20-%20Tema%203.pdf>. Acesso em 30-06-2011.
- MINTZBERG, Henry. The Rise and Fall of Strategic Planning. The Free Press (Division of Macmillan, Inc), USA, 1994.
- NORMA BRASILEIRA, ABNT 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>.
- ORGANISTA, José Henrique de Carvalho. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PACHECO, Eliezer. Novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. p:5, Sd. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb .pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb.pdf) - acesso 05-06-2011.
- PAIVA, Vanilda P. O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. Educação e sociedade. Campinas, n. 45, ago. 1993.
- PERNALETE, Mariela Torres e ORTEGA, Miriam Trápaga. Responsabilidad Social de la Universidad: retos y perspectivas. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica. Sd. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf, Acesso: 02.06.2011.
- POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico, 5a Ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

- RAMOS, Marise N. A Educação profissional pela pedagogia das competências: para além da superfície dos documentos oficiais. Educação e Sociedade. Campinas, v. 23, n. 80, p.405-427, 2002.
- RAMOS, Marise N. A Pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação. São Paulo: 2005.
- REZENDE, D. A. Tecnologia da Informação Integrada à Inteligência Empresarial: alinhamento estratégico e análise prática nas organizações. São Paulo: Atlas, 2002.
- SACRISTÁN, Gimeno J. Aproximação ao conceito de currículo. In: _____. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politécnia. Rio de Janeiro: Fiocruz, Politécnico da saúde Joaquim Venâncio, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- RIBEIRO, Célia Maria et AL. Projeto de Avaliação Institucional da
- TCU, Tribunal de Contas da União. Relatório do Acórdão 506/2013. Auditoria Operacional. Fiscalização de Orientação Centralizada. Rede Federal de Educação Profissional. 2013. Disponível em: < <http://portal2.tcu.gov.br/>>. Acesso em: 20/06/2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. 2000.
- VEIGA, Ilma Passos A.(org). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus,1995.
- VASCONCELLOS FILHO, P.; PAGNONCELLI, D. Construindo Estratégias para Vencer: um Método Prático, Objetivo e Testado para o Sucesso da Sua Empresa. Rio de Janeiro: Campus, 2001.